



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Instituto de Geografia
Programa de Pós-graduação em Geografia



KÁREN C. F. GUEDES ALBINO

**Entre Crises e Reencantamentos: a (re)construção de lugares de vida por
mulheres imigrantes e refugiadas em Uberlândia-MG**

UBERLÂNDIA

2025

KÁREN C. F. GUEDES ALBINO

**Entre Crises e Reencantamentos: a (re)construção de lugares de vida por
mulheres imigrantes e refugiadas em Uberlândia-MG**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo – UFU, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia, sob orientação do professor Dr. Roosevelt José Santos.

Área de concentração: Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais

Linha de Pesquisa: Educação Geográfica e Representações Sociais

UBERLÂNDIA

2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A336 2025	<p>Albino, Káren Cristina de Fátima Guedes, 1986- Entre Crises e Reencantamentos: [recurso eletrônico] : a (re)construção de lugares de vida por mulheres imigrantes e refugiadas em Uberlândia-MG / Káren Cristina de Fátima Guedes Albino. - 2025.</p> <p>Orientador: Rosselvelt José Santos. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Geografia. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.te.2025.294 Inclui bibliografia.</p> <p>1. Geografia. I. Santos, Rosselvelt José, 1963-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós- graduação em Geografia. III. Título.</p> <p>CDU: 910.1</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

À menina tagarela de olhos grandes e cabelos
cacheados que me escolheu...
Obrigada por salvar a minha vida!

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Rosselvelt José Santos pela gigantesca paciência com que conduziu minha orientação. Nem nos melhores cenários eu poderia ter idealizado uma orientação tão rica e, ao mesmo tempo tão livre, portanto muito obrigada pelos incentivos, recomendações e espaço para criação.

Ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, sobretudo ao programa de pós-graduação, e, mais especificamente, aos professores Vitor Ribeiro, Rita de Cássia, Geisa Cleps e Tulio Barbosa, obrigada por tantos ensinamentos e gentileza.

Agradeço também à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo aporte da bolsa, que me foi fundamental para dedicação a essa pesquisa, sobretudo em tempos incertos de pandemia.

Agradeço às professoras Josélia Barroso Queiroz Lima e Adrianly de Ávila Melo Sampaio pelas valiosas contribuições em minha banca de qualificação que, com certeza, me ajudaram a conduzir os meus estudos por caminhos menos incertos.

Aos meus amigos e exemplos Alécio Perini Martins e Artur Monteiro Leitão Júnior, obrigada por me auxiliarem a cobrir alguns dos vários pontos cegos deste trabalho. Além de amigos, vocês são profissionais que me inspiram, com quem eu sei que posso contar sempre

Felizmente, em minha vida, a Geografia serve, em primeiro lugar, para me proporcionar amizades que se estendem por duas décadas: Mariah Dezopa, Jackson José, Zeca, Naiara Vinaud, André Freitas, Daniela Almeida, Matheus Freitas, Ana Flávia Gonçalves, Camilla Gouveia, Alisson Martins, Carlos Felipe Nardin... vocês são ouro!

Em minha trajetória eu tive a sorte de reencontrar uma amizade de valor inestimável: aos amigos, camaradas e livreiros da Sabiá Livros, Diogo e Caroline Rizzotto, gratidão pela valiosa curadoria de livros e pela impagável amizade. A família de vocês é, certamente, uma extensão da minha.

Meus sinceros agradecimentos vão também ao Taare que, a despeito de tantas limitações, cria ouro a partir do barro. Obrigada pela oportunidade de compor uma equipe tão batalhadora que se enriquece todos os dias através do voluntariado. Que em um futuro próximo as ações desta e das demais OSCs que assistem pessoas imigrantes e refugiadas possam ter o reconhecimento e aporte financeiro necessário para fazê-lo de forma ainda melhor

Gratidão aos meus queridos alunos do Taare, obrigada por me ensinarem tanto. Hoje, mais que alunos, muitos de vocês são amigos e amigas que eu estimo muito, cujas vidas no Brasil são motivo de celebração.

Agradeço aos meus pais, Paulo e Neire, que sempre se esforçaram para garantir a mim e aos meus irmãos um acesso à educação de qualidade, ainda que tivessem que fazer muitos sacrifícios para isso. E agradeço, igualmente, aos meus irmãos, Edie e Douglas, pela amizade e auxílios quando foram necessários.

Quando houve a convocação para a prova escrita eliminatória de ingresso no Doutorado, eu estava determinada a não ir porque, naquela época, minha filha tinha três meses de idade, eu estava em intensa privação de sono e não havia conseguido ler as obras que seriam sorteadas naquele exame. Por sorte, naquela época, eu contava com um melhor amigo que me incentivou e convenceu de que eu era capaz. De maneira surpreendente (para mim, pelo menos), eu era, sim, capaz, e passei com a maior nota do certame na prova escrita. A este melhor amigo que hoje chamo de meu marido, Wallace Rodrigues, obrigada por sempre ter acreditado em mim. Obrigada por insanamente ter escolhido fazer parte dessa rotina maluca da nossa família e por fazer isso (quase) sempre com paciência e carinho. Eu amo você!

Coraline, minha filha, como eu te amo! Como foi difícil viver os seus primeiros anos juntamente com os primeiros anos desse trabalho, concomitantemente a uma pandemia global. Mas, se atravessamos tudo isso é porque, com certeza, tínhamos e temos uma à outra. Me doeu muito ao longo desse trabalho narrar o quão esse mundo é horrível com meninas pretas (ou marrons, como você afirma) como você. Eu temo o futuro e temo que você sinta dores que eu não consiga mensurar ou pegar para mim, mas tenha a certeza de que este trabalho foi feito e finalizado no sentido de lutar por um mundo mais justo para você também, meu amor.

Aos meus finados avós Zoraida, João, Lourdes e Tunico, obrigada pelos momentos que compartilhamos nessa existência. Não há um dia em que eu não pense e sinta a falta de vocês. Eu tenho certeza de que vocês ficariam muito orgulhosos por terem sua primeira neta Doutora, já que vocês sempre foram entusiastas dos meus estudos. Obrigada por terem sido meus avós!

Eu tenho muita gratidão a todos os meus amigos de jornada: os colegas de mestrado do IGC-UFMG; meus amigos de Belo Horizonte Malu, Pablo e Anne, com quem sempre falo e sempre sinto falta; minhas queridas primas e bruxas, Paula e Laura Berbert, juntamente com meus queridos tios Márcia Berbert e Fernando Albino (*in memorian*); meus amigos de

intercâmbio, que permaneceram presentes em minha vida; meus cachorros e gatos que são, muitas vezes, como ilhas de paz em meio ao caos do dia a dia; entre tantas outras pessoas.

Por fim, e não menos importante, agradeço aos meus orixás por me guiarem nesse processo e em tudo o que faço. *Laroyê* Pomba Gira por me permitir falar sobre gênero e mulheres, *laroyê* Exu por ter aberto tantos caminhos para mim. *Kaô Cabecile* meu pai Xangô, que sempre guiou meus caminhos de estudo e justiça. *Orayeye* Mamãe Oxum por me ajudar a ser mais empática e carinhosa com o meu próximo, sem esquecer de mim mesma. *Ogunhê*, meu pai, obrigada pela proteção. *Eparrey* Oyá, obrigada por nunca me deixar cair. *Okê Arô* Oxóssi, gratidão pelo foco e por tantos ensinamentos. *Atotô* Obaluaê, gratidão por ter tido saúde para conduzir essa pesquisa. *Saluba* Nanã, obrigada por ter me dado força e seriedade quando precisei. *Arroboboi* Oxumarê, gratidão por cada ciclo que começou, terminou e perdurou em minha vida. Aos pretos e pretas velhas, eu dedico este trabalho a vocês, em sua honra e homenagem (Adorei as almas!). Por fim, *odoyá* minha mãe Iemanjá, gratidão por ter feito de mim maré mansa e tempestade, conforme foi preciso. *Epa babá*, meu pai Oxalá, obrigada por me cobrir com paz e carinho quando tudo lá fora era caos e desespero. Obrigada Seu Zé, Ibejis, Erês, minha querida cigana Dara e meu valioso anjo da guarda, por sempre andarem de mãos dadas comigo.

É fato que ninguém chega a lugar que preste sozinho, então, mesmo correndo o risco de esquecer de mencionar outras pessoas que são importantes em minha vida e que auxiliaram neste trabalho, obrigada a todas as pessoas, bichos e entidades aqui mencionados. Eu dificilmente teria concluído essa trajetória sem vocês. Gratidão!

RESUMO

O presente estudo aborda a experiência de mulheres imigrantes e refugiadas no Brasil, com ênfase na cidade de Uberlândia (MG), analisando como essas elas, enfrentando desigualdades de gênero, exclusão social e barreiras culturais, constroem vínculos territoriais e ressignificam suas identidades. A partir de uma abordagem fenomenológica, o trabalho explora as dinâmicas de resiliência e resistência dessas mulheres, inseridas em contextos de vulnerabilidade acentuada por sua condição de migrantes e pela realidade socioeconômica das periferias urbanas. Ademais, este estudo critica e rompe com mitos culturais, como o "Brasil acolhedor" e o "Brasil que protege a mulher", que frequentemente mascaram práticas de exclusão e violência de gênero. Dados históricos e contemporâneos são utilizados para traçar um panorama das crises humanitárias globais e seus reflexos no Brasil, com destaque para os fluxos migratórios provenientes do Haiti, Afeganistão, Síria e Venezuela. A análise também enfatiza o impacto do pós-colonialismo e dos feminismos decoloniais na compreensão das dinâmicas migratórias e de gênero. Os resultados apontam que, apesar das dificuldades impostas por estruturas sociais machistas e políticas públicas insuficientes, essas mulheres desenvolvem estratégias de pertencimento, transformando espaços marginalizados em lugares de vida. Além disso, a pesquisa ressalta a importância de repensar a academia como um agente ativo de inclusão social, capaz de contribuir para a superação de estereótipos e a promoção de políticas migratórias mais justas. Por fim, defendemos a necessidade de ações mais efetivas por parte do poder público e da sociedade civil para garantir os direitos das mulheres migrantes e refugiadas. A construção de vínculos territoriais é apresentada não apenas como uma forma de resistência, mas também como um processo de transformação social, cultural e identitária que exige atenção acadêmica e política.

Palavras-chave: mulher; imigrantes; refugiadas; lugar; resiliência.

ABSTRACT

This study examines the experiences of immigrant and refugee women in Brazil, with a focus on the city of Uberlândia (MG), analyzing how they navigate gender inequalities, social exclusion, and cultural barriers to construct territorial ties and redefine their identities. Using a phenomenological approach, the research explores the dynamics of resilience and resistance among these women, who face heightened vulnerability due to their migrant status and the socioeconomic realities of urban peripheries. Additionally, this study critiques and deconstructs cultural myths such as the "welcoming Brazil" and the "Brazil that protects women," which often conceal practices of exclusion and gender-based violence. Historical and contemporary data are employed to provide an overview of global humanitarian crises and their impacts on Brazil, with particular attention to migration flows from Haiti, Afghanistan, Syria, and Venezuela. The analysis also highlights the influence of postcolonialism and decolonial feminisms in understanding migration and gender dynamics. Findings indicate that despite the challenges posed by patriarchal social structures and insufficient public policies, these women develop strategies for belonging, transforming marginalized spaces into living places. Furthermore, the research underscores the importance of rethinking academia as an active agent of social inclusion, capable of contributing to the dismantling of stereotypes and the promotion of fairer migration policies. Lastly, it advocates for more effective actions by public authorities and civil society to ensure the rights of migrant and refugee women. The construction of territorial ties is presented not only as a form of resistance but also as a process of social, cultural, and identity transformation that demands academic and political attention.

Keywords: woman; immigrants; refugees; place; resilience.

RESUMEN

Este estudio analiza las experiencias de mujeres inmigrantes y refugiadas en Brasil, con énfasis en la ciudad de Uberlândia (MG), explorando cómo enfrentan desigualdades de género, exclusión social y barreras culturales para construir vínculos territoriales y resignificar sus identidades. A través de un enfoque fenomenológico, la investigación examina las dinámicas de resiliencia y resistencia de estas mujeres, quienes enfrentan una vulnerabilidad acentuada por su condición de migrantes y la realidad socioeconómica de las periferias urbanas. Además, este estudio critica y deconstruye mitos culturales como el "Brasil acogedor" y el "Brasil que protege a las mujeres", que a menudo ocultan prácticas de exclusión y violencia de género. Se utilizan datos históricos y contemporáneos para trazar un panorama de las crisis humanitarias globales y sus reflejos en Brasil, con especial atención a los flujos migratorios procedentes de Haití, Afganistán, Siria y Venezuela. El análisis también resalta el impacto del poscolonialismo y de los feminismos decoloniales en la comprensión de las dinámicas migratorias y de género. Los resultados muestran que, a pesar de los desafíos impuestos por las estructuras sociales patriarcales y las políticas públicas insuficientes, estas mujeres desarrollan estrategias de pertenencia, transformando espacios marginados en lugares de vida. Asimismo, la investigación subraya la importancia de repensar la academia como un agente activo de inclusión social, capaz de contribuir a la superación de estereotipos y a la promoción de políticas migratorias más justas. Finalmente, se defiende la necesidad de acciones más efectivas por parte de las autoridades públicas y de la sociedad civil para garantizar los derechos de las mujeres migrantes y refugiadas. La construcción de vínculos territoriales se presenta no solo como una forma de resistencia, sino también como un proceso de transformación social, cultural e identitaria que requiere atención académica y política.

Palabras clave: mujer; inmigrantes; refugiadas; lugar; resiliencia.

RÉSUMÉ

Cette étude analyse les expériences des femmes migrantes et réfugiées au Brésil, en mettant l'accent sur la ville d'Uberlândia (MG). Elle explore comment ces femmes, confrontées à des inégalités de genre, à l'exclusion sociale et à des barrières culturelles, construisent des liens territoriaux et redéfinissent leurs identités. À travers une approche phénoménologique, la recherche examine les dynamiques de résilience et de résistance de ces femmes, vulnérabilisées par leur condition de migrantes et par la réalité socio-économique des périphéries urbaines. En outre, cette étude critique et déconstruit des mythes culturels tels que le "Brésil accueillant" et le "Brésil qui protège les femmes", qui masquent souvent des pratiques d'exclusion et de violence de genre. Des données historiques et contemporaines sont utilisées pour dresser un panorama des crises humanitaires mondiales et de leurs répercussions au Brésil, en soulignant les flux migratoires en provenance d'Haïti, d'Afghanistan, de Syrie et du Venezuela. L'analyse met également en lumière l'impact du post-colonialisme et des féminismes décoloniaux dans la compréhension des dynamiques migratoires et de genre. Les résultats montrent que, malgré les défis imposés par des structures sociales patriarcales et des politiques publiques insuffisantes, ces femmes développent des stratégies d'appartenance, transformant des espaces marginalisés en lieux de vie. De plus, la recherche souligne l'importance de repenser l'université comme un acteur actif d'inclusion sociale, capable de contribuer à la déconstruction des stéréotypes et à la promotion de politiques migratoires plus justes. Enfin, elle défend la nécessité d'actions plus efficaces de la part des pouvoirs publics et de la société civile pour garantir les droits des femmes migrantes et réfugiées. La construction de liens territoriaux est présentée non seulement comme une forme de résistance, mais également comme un processus de transformation sociale, culturelle et identitaire nécessitant une attention académique et politique.

Mots-clés : genre ; migrantes ; réfugiées ; territoire ; résilience.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Município de Uberlândia/MG.....	27
Figura 2 – Os principais fluxos migratórios para o Brasil – 2023.....	29
Figura 3 – Solicitações de refúgio no Brasil, segundo ano de solicitação – 2011 – 2023.....	42
Figura 4 - Solicitantes de refúgio, segundo país de nacionalidade ou residência habitual, Brasil – 2023.	43
Figura 5 - Número total de mulheres imigrantes registradas no Brasil – 2011 a 2021.	44
Figura 6 - Migração internacional por sexo - 2021.	60
Figura 7 - Migrantes internacionais, por sexo, nos 20 principais países de destino (à esquerda) e países de origem (à direita) (milhões) - 2021.	61
Figura 8 - Distribuição geográfica de trabalhadores migrantes por sexo (milhões) – 2021.....	62
Figura 9 - Charge “The Bullshit Weaver” – 2020.	65
Figura 10 - Concentração de moradia de imigrantes/refugiados haitianos e venezuelanos em Uberlândia - 2023.	83
Figura 11 - captura de tela da matéria gravada com o casal afegão para o jornal MGTV 1ª edição – Uberlândia, 2022.	86
Figura 12 - distribuição dos imigrantes em 2021 por categoria.	140
Figura 13 - Quantidade de alunos inscritos e veteranos nas aulas de português oferecida pelo Taare em 2020 e 2021.	177
Figura 14 e 15 capturas de tela realizadas durante a ministração de aulas online no período da pandemia, 2020 e 2021.....	178
Figura 16 - A quem as mulheres vítimas de agressões recorreram – 2023.	212
Figura 17 - Evolução dos registros de estupro (2010 e 2022).	213
Figura 18 - Proporção de estupros por cor/raça (2010 e 2020).	214
Figura 19 - Distribuição de casos de estupro por faixa etária - 2022	214
Figura 20 - Proporção de vítimas de homicídio - 2021.	215
Figura 21 - Aumento dos casos de assédio sexual (2012 – 2021).....	215
Figura 22 - Gênero de resgatados e resgatadas do trabalho escravo no âmbito doméstico....	222

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Migração internacional desde 1970.....	59
Tabela 2 - Rendimento médio das mulheres trabalhadoras imigrantes admitidas no mercado formal de trabalho, segundo principais países, em reais (2011 – 2020).....	141
Tabela 3 - Quantidade de inquéritos por finalidades de tráfico de pessoas registrados pela Polícia Federal – 2021 a 2023.	221

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUDH - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

AIDS - *Acquired Immunodeficiency Syndrome* (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)

AP - *Associated Press* (Agência de Notícias)

BAI - *Bureau des Avocats Internationaux* (Gabinete de Advogados Internacionais)

CAM - Centro de Atendimento ao Migrante

CCG - Conselho de Cooperação do Golfo

CDC - Centros para Controle de Doenças dos EUA

Ceasa - Centrais Estaduais de Abastecimento

CEDAW - *Committee on the Elimination of Discrimination against Women* (Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher)

Celpe-Bras - Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CIME - Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Conare - Comitê Nacional para os Refugiados

COVID - Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2

CPC – Código de Processo Civil

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CRISP - Iniciativa de Reassentamento Sustentável e Caminhos Complementares

CSVM - Cátedra Sérgio Vieira de Melo

DEAM - Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher

Deppen - Departamento Penitenciário Nacional

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EEE - Espaço Econômico Europeu

EFTA - Associação Europeia de Comércio Livre

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

EUA - Estados Unidos da América

FIFA - *Fédération Internationale de Football Association*

Flacso - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

FBSP - Instituição que promove discussões sobre segurança pública no Brasil

HIV - *Human Immunodeficiency Virus* (Vírus da Imunodeficiência Humana)

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDMC - *Internal Displacement Monitoring Centre*
IGC - Instituto de Geociências
ILO - Organização Internacional do Trabalho
Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IES - Instituto de Estudos Socioeconômicos
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISTs - Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer + outros
MEC - Ministério da Educação
MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social
MG - Estado de Minas Gerais
MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MJ - Ministério da Justiça
MSF - Médicos Sem Fronteiras (*Medecins sans Frontieres*)
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
MTPS - Ministério do Trabalho e Previdência Social
NRC - Conselho Norueguês para Refugiados
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA - Organização dos Estados Americanos
OFFRA - *Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides* (Escritório Francês de Proteção de Refugiados e Apátridas)
OIM - Organização Internacional para as Migrações
OIR - Organização Internacional para Refugiados
OMV - Observatório da Mulher contra a Violência
ONG - Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
OSC - Organização da Sociedade Civil
PDVSA - Petróleos de Venezuela S.A.
PIB - Produto Interno Bruto
PL - Partido Liberal
PLAc - Português como Língua de Acolhimento
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PrEP - Profilaxia Pré-Exposição

PUC - Pontifícia Universidade Católica
RDC - República Democrática do Congo
RNE - Registro Nacional de Estrangeiro
RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte
SISU - Sistema de Seleção Unificada
SJMR - Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados de Belo Horizonte
SRNM - Sistema de Registro Nacional Migratório
STI-MAR - Sistema de Tráfego de Pessoas – Módulo de Alertas e Restrições
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
SUS - Sistema Único de Saúde
Taare - Trabalho de Apoio a Migrantes Internacionais
UF - Unidade Federativa
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFU - Universidade Federal de Uberlândia
UNCTAD - *United Nations Conference on Trade and Development*
UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UE - União Europeia
UCAB - (Venezuela)
VSN - Voluntários da Segurança Nacional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	18
O LUGAR DE FALA	18
A SELETIVA CRISE HUMANITÁRIA GLOBAL	24
Haiti	30
Síria	30
Venezuela	31
República Democrática do Congo (RDC).....	32
Afeganistão.....	32
CAPÍTULO 1	41
POR QUE MIGRAR?	41
1.1 TEORIAS MIGRATÓRIAS.....	46
1.1.1 O pós colonialismo e a razão negra nos estudos migratórios.....	49
1.2 IMIGRANTES, REFUGIADAS E REFUGIADOS.....	56
1.3 PANORAMA GERAL DA CRISE HUMANITÁRIA GLOBAL	58
1.4 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL x IMIGRANTES, REFUGIADAS E REFUGIADOS	71
CAPÍTULO 2	91
DIÁLOGOS COM AS CATEGORIAS E APROXIMAÇÕES TEÓRICAS EMPÍRICAS COM AS PROBLEMÁTICAS DE PESQUISA	91
2.1 O LUGAR E O ESPAÇO VIVIDO	97
2.2 O TERRITÓRIO: RELAÇÕES SOCIAIS, IDENTIDADE E ESPAÇO DE PODER ..	113
2.3 FEMINILIZAÇÃO E FEMINISMOS	121
2.3.1 Decolonialismo e feminismo.....	132
2.4. VIOLÊNCIAS DE GÊNERO	134
2.5 OS MOTIVOS DA MIGRAÇÃO.....	143
CAPÍTULO 3	156

MULHERES IMIGRANTES E REFUGIADAS: PROCESSOS DE SUPERAÇÃO E CRIAÇÃO DE VÍNCULOS TERRITORIAIS.	156
3.1 RESILIÊNCIA E RESISTÊNCIA	157
3.2 PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE VÍNCULOS TERRITORIAIS	171
3.2.1 Violência contra Artemisa.....	192
CAPÍTULO 4	206
DOS PROCESSOS DE VIOLÊNCIA À CONSTRUÇÃO DOS LUGARES E AO REENCANTAMENTO COM O MUNDO.....	206
4.1 O MITO DO BRASIL QUE PROTEGE A MULHER	225
4.2 O MITO DO BRASILEIRO ACOLHEDOR	232
4.3 DESTRUIR PARA CONSTRUIR.....	239
CONSIDERAÇÕES	253
REFERÊNCIAS	263

APRESENTAÇÃO

O LUGAR DE FALA

A classificação racial desempenha um papel fundamental em diversas esferas sociais, como a identificação de desigualdades, o fortalecimento da representatividade e a formulação de políticas públicas. A autodeclaração racial é uma ferramenta utilizada para evidenciar as disparidades sociais e o racismo estrutural, tornando possível a criação de estratégias eficazes para combatê-lo. No campo da saúde, a coleta de informações sobre raça ou etnia é essencial para aprimorar a qualidade dos serviços e desenvolver políticas voltadas à prevenção e tratamento de doenças, sobretudo em populações vulneráveis.

Ademais, a autodeclaração auxilia a representatividade de grupos historicamente marginalizados em espaços políticos e institucionais, bem como para compreender o perfil do eleitorado e elaborar políticas mais inclusivas. Contudo, em um país como o Brasil, caracterizado pela intensa miscigenação, a classificação racial pode ser um desafio, posto que muitas pessoas encontram dificuldades em se identificar com um grupo específico, seja por questões pessoais, seja pela resistência em renunciar a privilégios associados à sua posição social. É importante lembrar que o conceito de raça é uma construção social, sem base genética, moldado por contextos históricos, culturais e sociais que, muitas vezes, perpetuam preconceitos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classifica a população em cinco categorias (amarelo, branco, indígena, pardo e preto), corroborando as complexidades e as necessidades de uma sociedade plural.

Ser branco no Brasil está profundamente relacionado a uma construção social que vai além da tonalidade de pele e inclui privilégios históricos e sociais decorrentes do racismo estrutural. De acordo com a socióloga Lélia Gonzalez, a branquitude, enquanto posição de poder, é definida pela capacidade de ocupar espaços sociais de prestígio e pelo acesso facilitado a direitos básicos, como educação, moradia e saúde, muitas vezes negados a outros grupos raciais. No Brasil, ser branco sugere não apenas a ausência de discriminação racial direta, mas também o usufruto de um *status* social que naturaliza a superioridade implícita desse grupo em diversos contextos (Gonzalez, 1984). Por outro lado, ser preto no Brasil implica enfrentar barreiras estruturais e preconceitos que remontam ao período colonial e à escravidão. Segundo Abdias do Nascimento (1989), o racismo no Brasil pode ser, muitas vezes, sutil e frequentemente mascarado pela narrativa da democracia racial, mas ele continua

a restringir o acesso de pessoas pretas a oportunidades e a colocá-las em posições de desvantagem sistemática.

A classificação de pardo, por sua vez, é particularmente complexa no Brasil. Como ressalta a antropóloga Livio Sansone (2004), o termo "pardo" é um marcador fluido, utilizado para descrever indivíduos que ocupam um espaço intermediário no *continuum* racial brasileiro. Tal categoria reflete não apenas a miscigenação histórica que aqui existe, mas também é utilizada para invisibilizar a discriminação racial ao diluir as identidades preta e indígena em uma suposta neutralidade. Ser uma pessoa parda, portanto, pode significar tanto o compartilhamento de experiências de discriminação racial quanto a ambiguidade de uma identidade que não se alinha claramente às categorias de preto ou branco. Assim, a discussão em torno da classificação racial no Brasil demonstra como o conceito de raça, embora socialmente construído, continua a ter efeitos diretos na distribuição de poder e recursos. A categorização de pardo, em particular, destaca a complexidade das identidades raciais em um país profundamente miscigenado, onde as experiências de branquitude e negritude frequentemente coexistem e se sobrepõem.

Diante disso, certa vez, no início da minha pesquisa de Mestrado¹, eu assistia a uma apresentação sobre cultura haitiana em um anfiteatro da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), quando percebi que eu era a única pessoa ali que não se identificava como preta, o que me fez refletir sobre como eu estava sendo percebida naquele espaço. Embora eu sempre tenha me identificado como uma pessoa parda, com uma trajetória marcada por acessos privilegiados à educação, mas também por restrições no que diz respeito à saúde e a alguns espaços sociais, percebi que naquele contexto específico eu era lida como branca. Essa percepção me levou a questionar se eu realmente estava apta a desenvolver minha pesquisa, que focava em mulheres haitianas que são, em sua maioria, pretas.

Meus pensamentos naquele momento eram atravessados por inquietações: como uma mulher parda, talvez lida como branca, em meio a mulheres pretas, poderia me aproximar e traduzir para a academia as realidades que elas vivenciavam sem cair em um lugar de imposição ou distanciamento? A sensação era semelhante à de um homem tentando explicar o feminismo para as mulheres: por mais bem-intencionada que fosse a iniciativa, ela poderia ser atravessada por dinâmicas de poder e de representatividade. Essa reflexão foi intensificada por pequenas interações: sempre que algum palestrante fazia um comentário bem-humorado e

¹ Desenvolvi a minha pesquisa de mestrado intitulada "O Lugar da Mulher Haitiana na Imigração para a Região Metropolitana de Belo Horizonte" sob orientação do professor doutor Weber Soares na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) entre 2017 e 2019, com bolsa da Capes.

eu buscava sorrir para alguém ao meu lado, minha tentativa de aproximação não era correspondida, o que reforçava a impressão de que minha presença ali não era vista de forma totalmente acolhedora. Em certo momento, um homem haitiano começou uma apresentação sobre a cultura de seu país em Língua Portuguesa, cometendo alguns poucos erros de concordância. Uma mulher brasileira, preta, da plateia, o corrigia em voz alta sempre que isso ocorria, desconsertando o palestrante e criando certo constrangimento entre os demais. Em um impulso, me inclinei em sua direção e disse que não era necessário corrigi-lo, pois todos conseguiam entender o que ele dizia. Para minha surpresa, essa intervenção despertou olhares de censura vindos de parte do auditório. A mensagem era clara: aquele não era meu lugar para intervir. Ali, minha percepção não tinha o mesmo peso, e se eu quisesse permanecer, precisaria compreender as dinâmicas implícitas daquele espaço.

No final do evento, me aproximei de uma das haitianas que o organizavam e me apresentei. Sua resposta foi breve e desinteressada: disse que não acreditava poder me ajudar em minha pesquisa e retornou à conversa com seus amigos em crioulo haitiano. Mais adiante, havia uma menina brasileira ao lado daquela que corrigira o palestrante. Elas pareciam as únicas ali que poderiam me entender melhor e me orientar, então eu me aproximei delas e me apresentei, falando sobre os objetivos da minha pesquisa. Elas foram mais receptivas, perguntaram como poderiam me auxiliar e eu perguntei: o que eu deveria fazer para conseguir me aproximar dos haitianos, sobretudo das mulheres, igual elas conseguiram? Será que a minha pesquisa era viável? E uma delas me atinou para essa questão que permearia a minha pesquisa da época e que ecoa na minha pesquisa de hoje: se eu quero falar de quaisquer questões que atravessam pessoas negras, periféricas, em situação de vulnerabilidade, eu preciso deixar clara a minha perspectiva social e reconhecer minha posição de privilégio em uma sociedade marcada por desigualdades raciais. Era preciso compreender e sempre explicitar a forma como minha identidade, a minha construção social e minha leitura do mundo afetavam meu olhar sobre o tema. Somente ao reconhecer essas dinâmicas e torná-las transparentes, seria possível abordar o tema com a sensibilidade e o respeito que ele exige.

É fato que nem toda mulher que eu pesquisei para essa tese de Doutorado era negra, afinal, eu tive contato com imigrantes e refugiadas venezuelanas, colombianas, sírias, afegãs, palestinas e de tantos outros países. No entanto, muitas questões relativas à branquitude e à negritude são comuns às vidas de imigrantes e refugiadas não-pretas, mas que se encontram em igual situação de vulnerabilidade social, fazendo esta reflexão ainda mais importante.

Para abordar a influência da branquitude ao pesquisar mulheres negras em situação de vulnerabilidade social, é pertinente explorar conceitos discutidos por autoras como Lia Vainer

Schucman (2014), que examina o Pacto da Branquitude, um acordo social tácito que perpetua a hegemonia branca e suas consequências nas dinâmicas de poder e privilégio:

A branquitude é um lugar de privilégios racialmente constituído, um lugar de fala de quem é favorecido por sua cor de pele. Este privilégio não se dá apenas pela cor, mas pela construção social e histórica que coloca o branco em uma posição de superioridade. O entendimento da branquitude é essencial para compreender como os privilégios raciais são mantidos e reproduzidos na sociedade, permitindo que o branco permaneça em uma posição de poder e controle. (Schucman, 2014, p. 32).

Assim, para a autora, a questão da branquitude vai muito além do tom de pele, abrangendo uma série de privilégios e vantagens sociais, econômicas e políticas que são historicamente e estruturalmente conferidas às pessoas identificadas como brancas, ainda que elas sejam miscigenadas e, em alguma medida, possam se considerar pardas. Schucman (2014) explora a branquitude como uma posição de poder e privilégio que é naturalizada e, frequentemente, invisível para aqueles que a possuem, mas que tem impactos profundos nas relações raciais e na manutenção das desigualdades sociais. Além disso, ela discute o conceito de Pacto Narcísico da Branquitude, que se refere a um acordo social tácito que conserva a hegemonia branca e seus privilégios. Este pacto não é explicitamente declarado, mas é constantemente reforçado por práticas sociais, culturais e institucionais que naturalizam a superioridade branca e estabelece uma normatividade branca que influencia profundamente o acesso aos recursos, oportunidades e representações sociais. Tal estrutura de poder não apenas marginaliza, mas também invisibiliza as vozes e as experiências das mulheres não-brancas, relegando-as a posições de subalternidade.

Ao analisar mulheres não-brancas em contextos vulneráveis, é fundamental, portanto, que quem pesquisa esteja ciente dos impactos desse pacto, que molda as percepções quanto as relações de poder dentro da sociedade. Ao examinar as dinâmicas de vulnerabilidade social, a presença da branquitude na pesquisa pode distorcer ou limitar a compreensão das experiências das mulheres não-brancas. A pesquisa deve, portanto, estar consciente dos privilégios associados à posição branca da pesquisadora e dos potenciais vieses implícitos que podem influenciar a interpretação dos dados coletados. É fundamental que estejamos atentos à necessidade de desnaturalizar essas hierarquias raciais e reconhecer como o Pacto da Branquitude molda as narrativas e as condições de vida das mulheres não-brancas em situação de vulnerabilidade.

Destarte, a pesquisa sobre relações de gênero de mulheres imigrantes e refugiadas em situação de vulnerabilidade exige uma reflexão cuidadosa sobre o lugar de fala por parte de quem a conduz. Neste trabalho, é essencial esclarecer minha posição dentro do contexto

analisado, permitindo aos leitores compreenderem como minha identidade se relaciona com a temática e as pessoas envolvidas. Como mulher brasileira, que teve, por muitas vezes, dúvidas ao se considerar como parda ou como branca, devido a uma vida com algumas limitações sociais concomitantes a alguns privilégios, é importante reconhecer que minha percepção e vivências são moldadas por essas experiências. Ainda assim, compreendo que, em determinados contextos, especialmente em um país tão marcado pela miscigenação e pelas complexidades raciais como o Brasil, eu possa ser lida de maneiras diferentes, incluindo como branca. Essa percepção externa, muitas vezes alheia à minha autodeclaração, tem implicações diretas na forma como sou vista pelas sujeitas da pesquisa e influencia as dinâmicas de interação e confiança estabelecidas. Por mais desconfortável que seja para mim admitir essa leitura de branquitude, que não corresponde à minha identidade, reconheço que ela pode se manifestar em contextos específicos, principalmente dentro de certos espaços sociais ou acadêmicos.

As valiosas ponderações das professoras Josélia Barroso Queiroz Lima e Adriany de Ávila Melo Sampaio durante a qualificação desta pesquisa me ajudaram a ampliar esse entendimento, permitindo-me refletir sobre como minha posição social e racial influencia minha perspectiva como pesquisadora. Reconhecer essa complexidade é fundamental para delimitar meu lugar de fala, entender suas limitações e compreender de maneira mais sensível como as sujeitas dessa pesquisa me veem e se relacionam comigo. Tal reflexão não é apenas um exercício de honestidade, mas também um esforço para assegurar que este trabalho seja conduzido com o máximo de ética, empatia e respeito às vivências das mulheres que busco representar e compreender.

Eu entrei na vida dessas mulheres como sua professora de Língua Portuguesa, o que enseja mais um obstáculo, mais um distanciamento, independentemente de quão descontraídas eu possa ter considerado as minhas aulas e das minhas atitudes em tornar aquele ambiente menos formal e mais acolhedor. É fato que no ambiente escolar existe uma cultura marcada por uma hierarquia em que a professora é uma espécie de autoridade, a qual os alunos devem respeitar e seguir. Por outro lado, eu sempre compreendi que ao lecionar Português como Língua de Acolhimento (PLAc) para recém-chegadas e chegados no Brasil no período da noite, eu tinha por obrigação criar um ambiente leve, em que a aprendizagem fosse consequência das nossas interações e não unicamente um objetivo.

A despeito das dificuldades em lecionar em lugares gentilmente cedidos, muitas vezes sem estrutura necessária, sem material completo para todas e todos, com o meu cansaço e das alunas e alunos latente após um longo dia de trabalho, tendo que raciocinar e interagir em

espanhol, inglês e francês em um mesmo minuto, acredito que todo esforço valeu e vale a pena. Conquanto muitas alunas e ex-alunas ainda se refiram a mim como “professora”, “profe” ou “senhora”, há aquelas que me chamam pelo nome e é dessas os relatos e impressões de que mais validei nessa pesquisa. Embora existam hierarquias, distanciamentos e diferenças que afastem uma pesquisadora de suas sujeitas de estudo, sempre há também brechas pelas quais vale a pena o esforço em se esgueirar para atingir o outro lado. Assim, o meu objetivo ao abordar estes pontos é destacar os limites e as possíveis lacunas na minha compreensão, que podem surgir devido à minha condição de não-imigrante, de não-refugiada, de não-vulnerável, de não-preta e de professora, sem ignorar, no entanto, que as violências são coisas que perpassam a vida de todas as mulheres no sistema capitalista, seja em maior ou menor grau.

Conquanto minha formação e experiência acadêmica proporcionem as ferramentas necessárias para uma análise rigorosa e crítica, reconheço que eu mesma não consigo entender o quão a minha leitura de mundo está permeada ou até mesmo contaminada pelos meus privilégios sociais e situacionais em comparação com as minhas sujeitas de estudo. No entanto, esse reconhecimento é fundamental para evitar a reprodução de dinâmicas de poder que frequentemente silenciam ou marginalizam as vozes das próprias mulheres imigrantes e refugiadas. Pontuo também que a intenção aqui não é subestimar a importância da pesquisa, tampouco da pesquisadora, mas sim contextualizá-las adequadamente, sobretudo porque, metodologicamente, a fenomenologia, conforme esmiuçaremos mais à frente, foi a forma que encontramos para alcançar, colher, refletir e externalizar as impressões e relatos obtidos através das sujeitas de pesquisa.

Ademais, ao explicitar meu lugar de fala, procuro delimitar as fronteiras da minha interpretação das questões de gênero e de vulnerabilidade que permeiam a vida dessas mulheres. Honestamente, entendo ser pouco provável que uma pessoa que não viva o mesmo que mulheres imigrantes e refugiadas consiga atingir um nível de compreensão suficiente para expressar com fidelidade tais realidades. Cada pessoa carrega consigo uma complexidade de histórias, lembranças, sonhos, maneiras de sentir e de experienciar o mundo, potencialidades, limitações entre tantas outras coisas que a tornam única e, ao mesmo tempo, muito complexa. Expressar sentimentos e vivências não é fácil porque entender esses sentimentos e vivências é ainda mais complicado. O emaranhado das emoções humanas é deveras complexo para ser precisamente transcrito em palavras, já que tantos sentidos, sons, cheiros, texturas, cores, sabores e sensações podem estar presentes em um único sentimento, em uma única lembrança, em um único sonho. Portanto, este exercício de reflexão, de reconhecimento de

limitações e de autocrítica é crucial para garantir que as análises que traremos aqui não reflitam apenas a minha perspectiva quando do contato com as sujeitas de pesquisa, mas também acolha as experiências e narrativas delas próprias. Assim, reconheço que minha capacidade de compreender plenamente as complexidades de suas vidas pode ser limitada por minha identidade, circunstância e posição social.

A SELETIVA CRISE HUMANITÁRIA GLOBAL

O humano criou uma crise global, que tem como resultado a geração contínua de contingentes cada vez mais expressivos de migrantes, que se deslocam pelo espaço em busca de condições de vida. Nesse contexto, quando a imigração não é planejada ou bem aceita pelo Estado receptor, ela tende a culminar em segregação e crise social. No Brasil, que além dos problemas sociais e econômicos internos tem passado por um longo período de instabilidade política, fazer com que os governos se voltem para imigrantes, refugiadas e refugiados, garantindo-lhes condições mínimas de existência e acesso ao mercado de trabalho tem sido uma tarefa quase impossível para os ativistas dessa área. Independentemente disso, indivíduos e grupos continuam saindo dos seus países de origem em razão de problemas sociais, econômicos, perseguições políticas, religiosas e tragédias naturais e tentando a vida aqui.

Mesmo com tantas contingências, migrar ora é uma difícil decisão, ora é a única alternativa para aquelas e aqueles que precisam de novas oportunidades para se reproduzirem socialmente em outras localidades, ainda que não contem com a receptividade dos países de destino. Entendendo que o lugar “[...] é a base da reprodução da vida” (Carlos, 2007, p. 17), é a ânsia pela segurança, pelo trabalho e por encontrar lugares de pertencimento que faz com que tantas pessoas resistam e desbravem o mundo mesmo que sem quaisquer garantias de êxito.

Além das inúmeras dificuldades que pessoas imigrantes e refugiadas enfrentam ao longo da sua migração para o Brasil, este processo tem sido, muitas vezes, retratado de forma deturpada e sensacionalista pelos veículos de mídia nacionais e internacionais, cujo efeito tem sido, frequentemente, fazer com que a população brasileira acredite que elas e eles sejam uma ameaça. Um agravante desta situação é o fato de que muitas pessoas imigrantes e refugiadas não têm a Língua Portuguesa como nativa, além de que, guardadas as particularidades de situação de cada nacionalidade, muitas e muitos vêm em situação de pobreza, desespero e traumatizados não só por aquilo que viveram em suas terras natais, mas também ao longo de suas travessias para o Brasil. Por outro lado, se a situação dessas pessoas, enquanto grupo, já é repleta de tensões e dificuldades, as particularidades das vidas das mulheres se mostram muito

mais delicadas e vulneráveis e, nesse contexto, as formas de resistência e resiliência são fundamentais para a sua existência.

Ao justificar os motivos que me levaram a ter interesse em estudar a situação dessas mulheres em Uberlândia, tenho de me lembrar de um caminho que começou antes e que se solidificou durante o Mestrado, que fiz em Belo Horizonte, na UFMG. Recordo-me bem de quando as notícias sobre a quantidade crescente de imigrantes do Haiti começaram a passar nos noticiários locais e o quanto me inquietava o fato de que, embora eles já fossem muitos naquela região metropolitana, eu nunca os havia visto no meu dia a dia – ou nunca os havia notado. Me chamavam atenção as dificuldades que eles enfrentavam no seu deslocamento para o Brasil, o quão difíceis eram as travessias e a situação caótica em que se encontravam algumas cidades fronteiriças de estados das regiões Norte e Centro-Oeste, que passaram a receber fluxos contínuos de haitianos que atravessavam países para tentar uma vida melhor no Brasil. Fora isso, quando trabalhei no setor de turismo, pude ver as restrições financeiras e políticas - muitas das quais extra oficiais por serem ilegais - com as quais estes imigrantes lidam para deixar o seu país e tentar a vida em outros lugares, como o caso de companhias aéreas que celebram acordos verbais com governos de países para que voos não façam escalas em seus territórios, a fim de não correrem o risco de desembarque de pessoas “indesejadas”.

Adicionalmente, também no decorrer da pesquisa de mestrado – e, em sequência, de doutorado - houve uma intensificação da crise humanitária na Venezuela, e então na Síria, depois no Afeganistão, em seguida na Ucrânia, mais recentemente com o agigantamento do genocídio e *apartheid* na Palestina, além daquelas outras que estão em curso há anos e que são praticamente ignoradas ou já foram, de certa forma, naturalizadas pela comunidade internacional, como as que acontecem na República Democrática do Congo, no Iêmen, entre outros países, cujas tensões chegam no Brasil, sejam através da economia global, sejam socialmente com a vinda de pessoas.

Por experiência própria, sei que morar em outro país, estar longe de casa e tentar estabelecer a vida em um novo lugar não é tarefa fácil. Diferentemente das sujeitas desta pesquisa, o período em que morei fora não foi pautado por esta crise atual, embora, enquanto mulher e latina, eu tenha experienciado desagradáveis e impactantes situações de misoginia e xenofobia direcionadas a mim. Este contexto me permitiu inferir que, no caso daqueles e, principalmente, daquelas, cujos motivos migratórios são humanitariamente mandatários e que, muitas vezes, não lhes restam alternativas senão deixar o lugar ao qual pertencem para continuar existindo, o contexto é tão complexo e delicado que faz com que seja fundamental

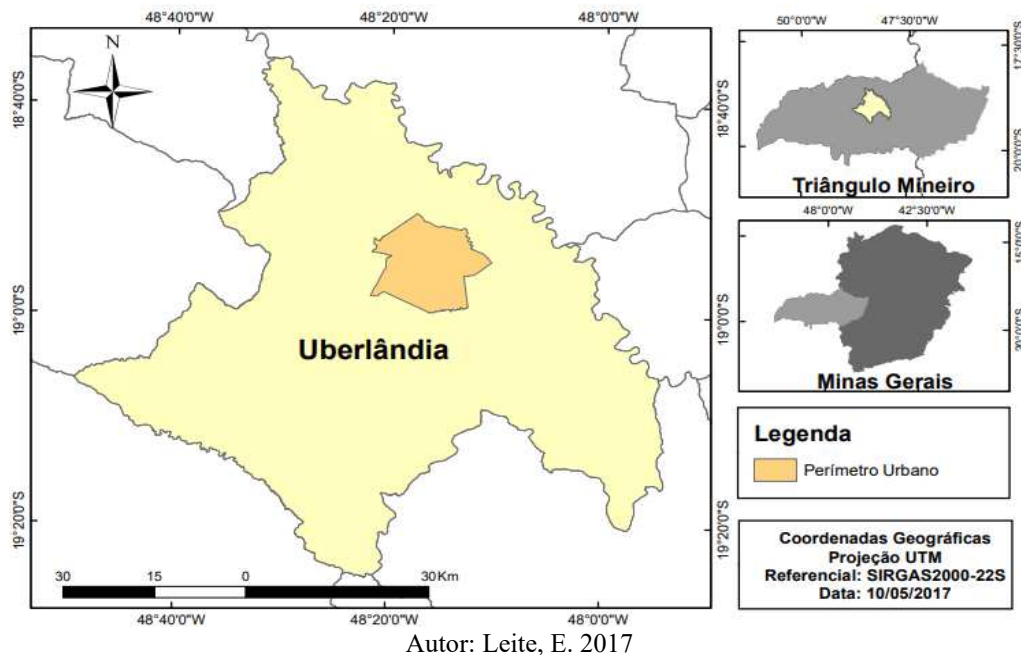
que lhes sejam direcionados atenção e cuidados que lhes assegurem uma existência digna. E foi assim que decidi que precisava saber mais sobre essas realidades.

O meu contato com imigrantes, refugiadas e refugiados em Uberlândia, *locus* deste estudo, tem sido facilitado a partir de atividades desenvolvidas junto à Organização da Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos denominada Trabalho de Apoio a Migrantes Internacionais (Taare²), que atende o município e região oferecendo assessoria jurídica, social, psicológica, aulas de português, entre outros, a essas pessoas. O município de Uberlândia está localizado no estado de Minas Gerais (figura 01), mais especificamente na região do Triângulo Mineiro, e tem população estimada de aproximadamente 713 mil habitantes (IBGE, 2022), o que o qualifica como o segundo mais populoso do estado.

A qualidade de vida do município é um diferencial, posto que, de acordo com pesquisa realizada pela agência *Austin Rating* publicada pela revista *Isto é*, ele foi considerado como o melhor de Minas Gerais e o décimo melhor do país para se viver (Alinne, 2022). Ranqueado em 2023 no terceiro lugar pelo Instituto Trata Brasil, Uberlândia comparece entre os municípios brasileiros com melhor saneamento básico (Velasco, 2023). O município apresenta também um elevado Produto Interno Bruto (PIB), ficando em 4º lugar entre as cidades do interior do país, além de se destacar pela posição central no território brasileiro, o que lhe confere uma posição estratégica no setor logístico. Com um setor de serviços forte e a presença de grandes empresas, algumas delas internacionais, Uberlândia vem atraindo trabalhadores de todo o Brasil e, paulatinamente, imigrantes, refugiados e refugiadas em busca de uma vida melhor. No entanto, Uberlândia é uma cidade que convive também com abismos sociais, pois, de acordo com o CadÚnico, entre agosto de 2021 a agosto de 2022, mais de 46 mil pessoas viviam em situação de extrema pobreza, registrando um crescimento de 44% no período, ao passo que 27 mil pessoas viviam em situação de pobreza (crescimento de 33% no mesmo período) (Figueira, 2022).

² O Trabalho de Apoio a Migrantes Internacionais (Taare) é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos, que visa auxiliar, facilitar e defender acesso aos direitos dos imigrantes, refugiadas e refugiados em situação de vulnerabilidade em Uberlândia, no Estado de Minas Gerais. Mais informações podem ser encontradas no endereço: <<https://br.linkedin.com/company/taare>>. Acesso em 28 de novembro de 2022.

Figura 1 - Mapa do Município de Uberlândia/MG



De acordo com a Cátedra Sérgio Vieira de Melo (CSVM), vinculada à Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em 2022, Uberlândia tinha mais de quatro mil imigrantes, refugiadas e refugiados de 123 nacionalidades, a maioria de países como Haiti, Venezuela e Afeganistão. Segundo o Sistema de Registro Nacional Migratório (SRNM) da Polícia Federal (PF), entre 2000 e 2020 o Brasil recebeu cerca de 1.504.446 imigrantes, dos quais pouco mais de 58.600 escolheram morar em Minas Gerais (Almeida, 2022). Outro levantamento do SRNM, em 2022, indicava que a cidade contava com 871 haitianos, 568 colombianos, 187 bolivianos e 167 franceses, ao passo que a quantidade de venezuelanos morando em Uberlândia naquele ano, de acordo com o Taare, já ultrapassava mil pessoas, entre adultos e crianças (Azevedo, 2022).

Uma questão importante a se pontuar é que, em relação ao levantamento dessas populações, os números são e sempre serão divergentes e há uma explicação lógica para isso: migrar significa se locomover, assumir riscos, muitas vezes incalculáveis para se buscar melhores condições de vida. Com base na minha experiência enquanto pesquisadora e voluntária³ no Taare, é possível afirmar que o mais difícil para essas pessoas é sempre deixar o país de origem, porque é lá onde estão as raízes, a família, os afetos, os vínculos de vida. Quando se tem coragem e condições para se fazer essa primeira ruptura, as seguintes são, geralmente, menos difíceis. Então, quando essas pessoas chegam em um novo lugar e: (i) não

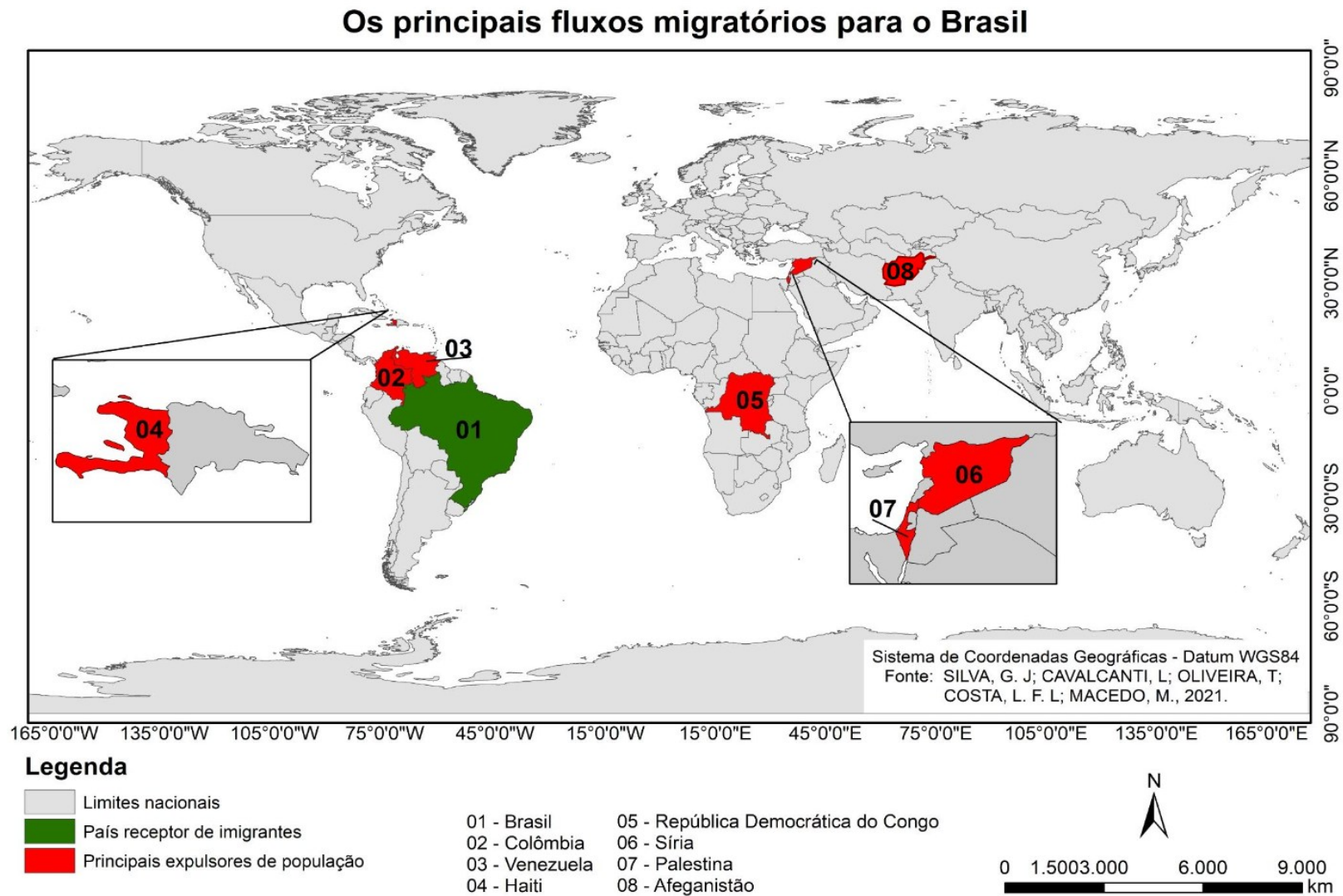
³ Uma vez que o meu contato com as sujeitas de estudo se deu quase que integralmente no decorrer das atividades do voluntariado, mais à frente, na seção em que esmiúço o método, explicarei com maior riqueza de detalhes o porquê dessa escolha e como se deu essa abordagem.

encontram ali as condições necessárias para nele viverem adequadamente, o que geralmente significa um trabalho, uma moradia e condições de fazer novos amigos e viver em comunidade; (ii) até encontram condições de vida e moradia, mas chega um momento em que elas se esgotam, ou essas pessoas ficam sabendo de condições melhores em outras cidades, estados ou países; (iii) através de um processo de interiorização, são encaminhados para outras cidades e estados menos saturados de imigrantes, que têm empresas que buscam pela sua mão de obra, geralmente barata; (iv) através das redes, logo que chegam, sabem de novas e melhores oportunidades e comunidades em outras cidades, estados ou países; elas então se mudam novamente. E, a despeito da tentativa das autoridades de controlar o fluxo desses imigrantes através de códigos e leis que possam implicar até mesmo em penalidades caso eles não comuniquem seus movimentos, elas se mudam e os levantamentos acerca da quantidade de imigrantes, refugiadas e refugiados em um determinado lugar são sempre imprecisos, a depender da instituição que os faz, do método como são feitos, do período apurado, entre outros.

No intuito de analisar como as mulheres imigrantes e refugiadas que moram em Uberlândia (MG) têm se relacionado com o território e desenvolvido relações com o lugar e com a sua população, resistindo, redefinindo e refletindo suas identidades através de processos de lugarização⁴ e resiliência, para a consecução dos objetivos deste trabalho, conforme enunciaremos com mais detalhes a seguir, farei uso do relato de imigrantes e refugiadas que, em algum momento, foram minhas alunas entre 2019 até dias atuais (2025). Selecionar as nacionalidades das sujeitas e sujeitos de pesquisa não foi tarefa fácil em função da diversidade de origem das imigrantes e refugiadas que a OSC assiste, por isso, como critério seleção, optaremos por aquelas que derem maior abertura para o diálogo e cujas conversas se mostram mais fluidas no sentido de me permitir alcançar os resultados almejados. Assim, no decorrer desta pesquisa tive contato, através do voluntariado, com, além de brasileiras e brasileiros envolvidos neste processo, imigrantes, refugiadas e refugiados do Haiti, da Síria, da Venezuela, da República Democrática do Congo e do Afeganistão (figura 02). A seguir, segue uma contextualização sobre a situação de cada país expulsor.

⁴ O conceito de lugarização diz respeito ao processo de construção de identidade e significado atribuído a um espaço geográfico, o que o transforma em um local de valor simbólico e social. De acordo com Cresswell (2010), os lugares são influenciados pelas práticas sociais, memórias e relações humanas, que agregam significados específicos que transcendem a sua materialidade física. Tuan (1977) salienta que a relação afetiva entre as pessoas e os lugares é indispensável para tal construção, enfatizando o papel da percepção e das experiências. De acordo com Haesbaert (2010), este processo está fortemente influenciado pelas dinâmicas de globalização e territorialização, devido a coexistência de uma multiplicidade de territórios e de significados em um mesmo espaço.

Figura 2 – Os principais fluxos migratórios para o Brasil – 2023.



Autor: Perini, A., 2023.

Haiti

A imigração haitiana em massa para o Brasil iniciou-se em 2010, quando um terremoto matou mais de 200.000 pessoas e devastou a capital do país, Porto Príncipe, gerando milhares de pessoas desabrigadas, órfãs e desempregadas, em uma crise social, econômica e política que se arrasta até os dias de hoje (2025). Segundo a Polícia Federal (PF), em 2018 cerca de quatro mil haitianos tentaram regularizar sua situação junto à PF em Uberlândia. Iludidos com falsas promessas de “coiotes”⁵ e de agências de turismo, haitianos e haitianas chegam ao Brasil e se deparam com uma realidade muito aquém da que esperavam: desemprego ou, quando encontram emprego, subemprego com baixo salário, periferização, preconceito, condições de vida não muito melhores que as que tinham no Haiti, entre outros. Sem ter acesso à educação, a condições dignas de vida e por serem alocados nas periferias, para onde, tradicionalmente, são enviados os pobres e os pretos no Brasil, os imigrantes haitianos acabam por vincular toda a sorte de aspectos da sua cultura e de modos de vida, em que a opressão e violência contra a mulher estão presentes. A relação de dependência das mulheres haitianas em relação aos homens (sejam eles irmãos, pais, maridos, namorados) na imigração para o Brasil é algo notório, o que viabiliza a perpetuação de relações de gênero desiguais, do machismo, de violências e de abandono.

Síria

Em relação aos sírios, a desigualdade de gênero também é um aspecto relevante em sua cultura. Conforme Ortale (2016), uma mulher síria precisa da permissão de seu tutor (pai, irmão, marido, dependendo do contexto, mas sempre alguém do sexo masculino) para viajar, casar, trabalhar ou pedir empréstimo. Ademais, assassinatos de mulheres por “crimes de honra” ainda são uma realidade neste país, onde as mulheres são vistas como propriedade de seus familiares e não como pessoas livres. Sobreviventes de uma guerra civil que assola o seu país desde 2011, as mulheres sírias, juntamente com as crianças e idosos, compõem o grupo de pessoas mais vulneráveis às barbáries da guerra e são vítimas constantes de abusos e violências perpetrados por homens, sejam eles estranhos, sejam eles seus próprios familiares. Assim, as mulheres sírias que conseguem migrar ou se refugiar no Brasil geralmente vêm acompanhadas de seus maridos ou tutores, e essa dependência faz com que elas continuem sujeitas a autoridade masculina e a situações de opressão, ainda que neste novo país, ao menos legalmente, as mulheres sejam livres e detentoras de direitos.

⁵ Aqui nos referimos a coiotes como traficantes de seres humanos que se validam das condições de penúria dos imigrantes para motivá-los a cruzar fronteiras, tirando o máximo de proveito econômico possível desses sujeitos.

De acordo com o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em parceria com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), em 2023 o Brasil abrigava 710 mil pessoas deslocadas à força, dos quais 560 mil eram venezuelanas e venezuelanos, 87 mil eram haitianas e haitianos, 9 mil eram sírias e sírios, além de outras de diversas nacionalidades. Segundo o Diagnóstico de Migração e Refúgio no Estado de Minas Gerais, em 2019 a maioria dos refugiados e refugiadas (60,7%) que moravam em Minas Gerais era proveniente da Síria (Ricci, 2019), embora, a despeito de dados mais atualizados, a tendência é que a maioria hoje seja de venezuelanos. Conquanto tampouco haja dados precisos acerca dos números destes nacionais em Uberlândia, através do Taare tenho tido a oportunidade de conversar como professora de português com imigrantes sírias e sírios que vieram para o Brasil na última década, com o intuito de fugir da guerra civil. Deixando casas, familiares e todos os seus pertences para trás, os refugiados e refugiadas que aqui chegam dependem sobremaneira da acolhida governamental e de OSCs para morar, aprender o idioma e viver.

Venezuela

Foi, sobretudo a partir de 2013, após a morte de Hugo Chávez e o empossamento de seu vice, Nicolás Maduro, que a crise na Venezuela se aprofundou. Por ser extremamente dependente da exportação do petróleo, após a desvalorização da *commodity* no mercado internacional em 2014, o país, que não investira o suficiente em outros setores que pudessem absorver mão de obra e gerar receitas e que passou a sofrer um extensivo embargo econômico internacional, encabeçado pelos Estados Unidos da América (EUA), assistiu a um colapso econômico sem precedentes, aprofundado pela crise política e institucional também presentes. Como resultado, a Venezuela passou a liderar o ranking mundial da inflação (em 2018, ela ultrapassou 1.000.000%), a pobreza extrema passou a atingir mais de 61% da população em 2017⁶, e milhões de venezuelanos têm deixado o país nos últimos anos, migrando e solicitando refúgio principalmente nos países vizinhos (BBC, 2018).

Na Venezuela, cerca de 44% dos lares são mantidos por mulheres e, embora o governo bolivariano se declare “feminista” e tenha criado programas de transferência de renda para elas, o país está no grupo dos 15 países com mais altas taxas de feminicídio no mundo (Vidal, 2018); de 2014 a 2018, o número de venezuelanas vítimas de tráfico humano na América

⁶ De acordo com a Pesquisa Nacional de Condições de Vida (Encovi) 2022, coordenada pela Universidade Católica Andrés Bello (UCAB) - instituição privada que referência na Venezuela diante da falta de números oficiais -, no referido ano esse percentual diminuiu para 53%, o que é, todavia, bastante alto e reflexo de uma enorme desigualdade existente no país, a maior de todo o continente americano (AFP, 2022).

Latina e na Europa quadruplicou; além de que, não raramente, aquelas que conseguem migrar ou se refugiar em países vizinhos têm sido alvo constante de preconceitos e abusos (*ibid.*). No Taare, é nítido que a maior parte das famílias e sujeitos assistidos pela OSC tem procedência venezuelana e haitiana.

República Democrática do Congo (RDC)

A RDC é o segundo maior país do continente africano e um dos mais pobres do mundo. Enfrentando uma guerra civil desde 2003, a base da instabilidade do seu território é herança do colonialismo que, além de depredar o território e disputá-lo com os nativos para exaurir os recursos naturais existentes, colocou em uma mesma área grupos étnicos inimigos que brigam entre si até hoje (2025). Como resultado, o país conta com mais de 5 milhões de deslocados internos e mais de 918 mil refugiadas, refugiados e solicitantes de asilo abrigados em países africanos (ACNUR, 2019).

No Brasil, de acordo com relatório do Conare, em 2020, 113 pessoas da RDC solicitaram refúgio no Brasil, das quais 28 tiveram seus pedidos deferidos, 39 indeferidos e 34 processos foram extintos. Outrossim, entre 2011 e 2020, de acordo com o comitê, das 26.577 refugiadas e refugiados reconhecidos no país, 1.050 eram nascidos ou residentes na RDC. Ainda que haja registro de famílias e indivíduos congolese residentes em Uberlândia, esta foi uma nacionalidade com a qual eu tive pouco contato durante o voluntariado, portanto, apesar de constituírem um contingente importante de imigrantes e pessoas em situação de refúgio, nenhum diálogo ou impressão que trarei virá de alunas com essa origem.

Afeganistão

O Afeganistão é um país que tem sofrido por décadas com conflitos armados, colapso econômico, extremos climáticos de seca a invernos congelantes que tem deixado milhares em situação de miséria e de insegurança no país. Já em 2020, o Afeganistão se tornou o terceiro com maior número de pessoas forçadas a se deslocarem para outras regiões, com 2,5 milhões de refugiadas e refugiados internacionais, 2,8 milhões de refugiadas e refugiados internos e 240 mil requerentes de asilo, perdendo apenas para a Síria e Venezuela, de acordo com a ACNUR (Vaz, 2021).

Com a retirada das tropas estadunidenses do Afeganistão em agosto de 2021 e a retomada do poder pelo Talibã - grupo fundamentalista e nacionalista islâmico conhecido pelo extremismo religioso, sobretudo em relação às mulheres -, agravou-se ainda mais a crise humanitária e migratória neste país, com pessoas tentando de lá fugir por temores justificáveis

de perseguição e limitação de direitos. Desde então, o Talibã emitiu uma série de notas e decretos e adotou posturas que colocaram rigorosas restrições nos direitos e liberdades das mulheres, como: primeiro as apresentadoras de TV foram obrigadas a cobrir os rostos, mas pouco depois foram proibidas de trabalhar; o uso do *hijab*⁷ em público se tornou obrigatório; restrições extra oficiais foram impostas para motoristas mulheres; meninas foram excluídas de escolas secundárias; em fevereiro de 2022 as mulheres que frequentavam a universidade sofreram segregação curricular e de gênero e, no final do mesmo ano, elas sofreram uma exclusão total do ambiente acadêmico; as mulheres foram proibidas de viajar sozinhas; houve a dissolução do Ministério dos Assuntos da Mulher; o Talibã declarou que o esporte feminino é “desnecessário”; todas as manifestações pró direitos das mulheres foram duramente reprimidas (BBC, 2022)

Assim, no prazo de um ano (entre setembro de 2021 a setembro de 2022), a ACNUR (2022) levantou que já havia 3,5 milhões de afegãos deslocados devido ao conflito, dos quais cerca de 80% eram mulheres e crianças. Nesse sentido, o governo brasileiro reconheceu a grave e generalizada violação dos direitos humanos no país e iniciou no mesmo ano a facilitação do processo de pedido de refúgio a afegãos e a concessão de vistos humanitários para pessoas dessa nacionalidade (Mantovani, 2021). De setembro de 2021 a outubro de 2022, o Brasil autorizou a emissão de cerca de 6,3 mil vistos humanitários para afegãos, apátridas⁸ e pessoas de outras nacionalidades que tenham sido afetadas pela atual crise humanitária que assola aquele país (Pachioni e Godinho, 2022).

Mesmo que se fale em machismo e patriarcado a respeito dos países de origem dessas mulheres imigrantes e refugiadas, a situação que elas encontram no Brasil é, em muitos casos, pior. De acordo com o Mapa da Violência de 2015 (Waiselfisz, 2015), os números da violência contra a mulher no Brasil são tão altos a ponto de enquadrar o país na quinta posição no *ranking* mundial do feminicídio, perdendo apenas para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia, posição esta corroborada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) em 2022. O fato de muitas dessas mulheres virem para o

⁷ *Hijab* é um termo árabe que significa "cobertura" ou "véu". Ele se refere ao véu tradicional usado por algumas mulheres muçulmanas para cobrir a cabeça e o peito, em conformidade com a interpretação de certos preceitos do Islã relacionados à modéstia. O *hijab* pode variar em estilo, cor e material, e sua adoção e uso são influenciados por fatores culturais, religiosos e pessoais (Ahmed, 1992).

⁸ Apatridia é a condição de um indivíduo que não possui nacionalidade reconhecida por nenhum Estado, ou seja, não é considerado cidadão de nenhum país. Isso ocorre por diversas razões, como conflitos de leis de nacionalidade, a dissolução de Estados, ou a discriminação baseada em etnia, religião ou gênero. As consequências da apatridia são severas, incluindo a falta de acesso a direitos básicos, como educação, saúde, emprego e proteção legal. Segundo a Convenção Relativa ao Estatuto dos Apátridas, adotada em 1954, é essencial que os Estados implementem medidas para reduzir a apatridia e garantir os direitos fundamentais aos apátridas (ONU, 1954).

Brasil em situação de dependência em relação a homens (maridos, pais, irmãos, tios etc.) e morarem nas periferias das cidades faz com que elas vivam em uma situação de segregação social e econômica que limita a sua integração social, o seu fortalecimento e acesso a direitos e à cidade.

Por outro lado, por mais complexa que seja a chegada e a fixação, por mais difíceis que sejam as condições de vida e de trabalho, aos poucos, as imigrantes e refugiadas começam a reproduzir seus modos de vida e sua cultura nos novos lugares. Estranhamentos, conflitos, assimilações e sincretismos podem surgir, fazendo com que essa pesquisa se debruce sobre as seguintes questões: as relações de gênero têm sido alteradas entre as e os imigrantes e refugiadas e refugiados no seu processo migratório para Uberlândia? Nesse contexto, as mulheres têm conseguido superar as limitações impostas pelas culturas machistas (de origem e local) e construir seus lugares de resistência e pertencimento no município?

Destarte, esta pesquisa se justifica pela necessidade em se estudar as relações de gênero existentes nas imigrações e refúgios para Uberlândia, posto que no contexto migratório a situação de vulnerabilidade das mulheres é extrema, pouco considerada pelas políticas públicas e ainda pouco esmiuçada pelas pesquisas da academia. É através do conhecimento dessas realidades que será possível expor à sociedade e cobrar do poder público ações que atendam às necessidades específicas dessas mulheres.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é estudar as experiências de mulheres imigrantes e refugiadas em Uberlândia, com ênfase em como elas constroem vínculos territoriais e ressignificam suas identidades, enfrentando as desigualdades de gênero e o desafio de criar um sentido de pertencimento em meio a uma crise humanitária seletiva e processos de exclusão social. Buscando entender como esses processos afetam a vida dessas mulheres, a pesquisa examina suas estratégias de resistência, resiliência e os mitos culturais que influenciam sua experiência no Brasil. Nesse sentido, os objetivos específicos são:

I) analisar os processos históricos e contemporâneos de imigração para o Brasil, com foco na contribuição e nos desafios específicos das mulheres nesse contexto;

II) discutir a condição de gênero nos processos migratórios e as dinâmicas de opressão e resistência enfrentadas por mulheres migrantes e refugiadas no contexto brasileiro e, especificamente, em Uberlândia/MG;

III) estudar como a resiliência e resistência se manifestam e se desenvolvem entre essas mulheres, promovendo a criação de lugares de vida e vínculos territoriais em meio a experiências de violência e exclusão;

IV) compreender o impacto dos mitos do "Brasil que protege a mulher" e do "brasileiro acolhedor" na vida das mulheres migrantes e refugiadas, e compreender como a academia pode ajudar a desconstruir esses mitos, fornecendo suporte acadêmico e social para que essas mulheres criem espaços de pertencimento, fortaleçam sua autonomia e se reencantem com o mundo, transformando a universidade em um agente ativo de inclusão e justiça social.

Metodologicamente, lançamos mão da fenomenologia, pois entendemos que a experiência vivida pelas mulheres imigrantes e refugiadas é um recurso fundamental para compreender e interpretar a relação destas pessoas com o lugar em Uberlândia. Nesse contexto, o lugar, que discutiremos ao longo da tese, emerge como categoria de análise importante, uma vez que ele é “um mundo de significado organizado” (Tuan, 2013, p. 198), um espaço apropriado, usado e transformado afetivamente, sendo a construção dele pelas imigrantes e refugiadas um dos nossos maiores “objetos” de interesse. É importante que se pontue que o gênero é visto como uma construção social e que ser mulher é algo que ultrapassa as características biológicas do ser. O corpo é, portanto, constituído por entendimentos socialmente partilhados sobre o que é ou não feminino, e que o que o difere do masculino é resultado de um determinado contexto histórico (Hansen, 2010).

No contexto da pesquisa sobre relações de gênero entre imigrantes e refugiadas, a fenomenologia oferece uma perspectiva vital para compreender como as experiências dessas mulheres são vividas e percebidas. O corpo, nesse sentido, não é apenas um objeto físico, mas um veículo de experiências e sentidos. Como cientista, minha presença corporal durante a convivência com as sujeitas da minha pesquisa é um elemento central, pois o corpo é o primeiro instrumento de percepção fenomenológica. Segundo Merleau-Ponty (1999, p. 94), “[...] o corpo é o veículo do ser no mundo, e ter um corpo é, para um ser vivo, estar entrelaçado em um determinado ambiente”. Portanto, meu corpo atua como um mediador essencial para captar as nuances das interações e dos relatos das mulheres durante as aulas, mas, sobretudo, durante os intervalos das aulas de língua portuguesa e os momentos informais de descontração.

A fenomenologia enfatiza a importância da experiência vivida e da subjetividade, permitindo que as percepções sejam entendidas a partir do ponto de vista das próprias imigrantes e refugiadas. Heidegger (1962) destaca que o ser-no-mundo é sempre um ser-com-os-outros, sublinhando que nossas interações são constituídas pela nossa corporalidade e pela maneira como nos apresentamos no mundo. Durante as interações com as sujeitas da pesquisa, eu entendo o meu corpo como instrumento de escuta ativa e de leitura das

expressões corporais, criando um espaço de confiança e abertura para que essas mulheres possam compartilhar suas histórias de forma autêntica e significativa. Ao utilizar meu corpo como instrumento de percepção fenomenológica, poderei observar não apenas as palavras ditas, mas também as expressões faciais, gestos e posturas corporais que acompanham os relatos das mulheres. Nesse sentido, Schütz (1967) argumenta que a compreensão dos outros é construída através de um processo de "apreensão direta", onde as intenções e significados são inferidos a partir da observação das ações e comportamentos. Nesse sentido, o convívio permite à cientista que o seu corpo esteja sintonizado com as sutilezas das comunicações não verbais, permitindo uma compreensão mais profunda das experiências vividas pelas imigrantes e refugiadas, tal qual ocorreu.

A pesquisa fenomenológica requer uma postura de abertura e sensibilidade, onde a cientista deve estar disposta a ser afetada pelas experiências dos outros. Como afirma Lévinas (1969, p. 87), "[...] a subjetividade se realiza como uma resposta à alteridade do outro, onde o rosto do outro convoca a responsabilidade e o cuidado". Portanto, ao utilizar meu corpo como instrumento de percepção fenomenológica, estarei comprometida em estabelecer uma relação empática e respeitosa com as sujeitas da pesquisa, reconhecendo suas vivências e criando um ambiente propício para a expressão de suas histórias e sentimentos.

É fato que as percepções e compreensões estão profundamente enraizadas nas experiências de vida das pessoas. Na pesquisa fenomenológica, é fundamental reconhecer que minha constituição como pessoa e cientista possui limitações inerentes, especialmente no que diz respeito a questões sociais e raciais, conforme refletido anteriormente. Mesmo com um esforço consciente para reconhecer e mitigar esses vieses, a minha experiência de vida e o contexto em que estou inserida afetam a forma como eu interpreto e interajo com as sujeitas da pesquisa. A fenomenologia exige que eu reconheça essas limitações e me esforce para uma compreensão mais empática e autêntica das experiências das imigrantes e refugiadas. No início, ao ouvir seus relatos, minha perspectiva era predominantemente a de professora—uma posição que, mesmo sem intenção, imprimia uma hierarquia às nossas relações. Eu estava ali para ensinar, orientar, e isso, de certa forma, criava uma dinâmica desigual, na qual eu ocupava um lugar de suposta autoridade frente às suas vulnerabilidades.

Quando “mergulhei” nesses relatos como pesquisadora, porém, minha perspectiva se transformou. Já não era apenas sobre transmitir conhecimento, mas sobre escutar, aprender e, acima de tudo, respeitar a profundidade daquelas histórias. Essa mudança exigiu de mim não apenas rigor metodológico, mas também empatia e preparo emocional para lidar com narrativas muitas vezes marcadas por dor, trauma e resiliência extrema. Confesso que, em

vários momentos, me senti insegura—inundada pela responsabilidade de acolher relatos tão íntimos e fortes, sem ter certeza se minhas palavras ou minha presença seriam suficientes.

Essa insegurança, no entanto, tornou-se parte fundamental do processo. Ela me lembrou que a pesquisa fenomenológica não é neutra: exige um compromisso ético com a escuta sensível, um reconhecimento das próprias limitações e a humildade de entender que, às vezes, o silêncio respeitoso vale mais do que qualquer resposta pronta. Aprendi que, para verdadeiramente compreender essas experiências, era preciso descer do lugar de "quem sabe" e assumir uma postura de quem está disposto a ser afetado—e transformado—por aquilo que ouve. Com essa convivência mais íntima, percebi que os limites e barreiras inicialmente presentes começaram a diminuir. Gadamer (2004) discute a importância do "fusão de horizontes" na hermenêutica, onde a compreensão se amplia através do encontro entre diferentes perspectivas e experiências de vida.

Ao adentrar mais à vida e intimidade dessas mulheres, não apenas compreendi melhor suas histórias e contextos, mas também as vi se sentirem mais livres, confortáveis e íntimas comigo. Essa proximidade permitiu que as experiências delas fossem expressas de maneira mais genuína e profunda, criando um espaço de troca e aprendizagem mútuas. Além disso, Bourdieu (1990) argumenta que a proximidade social e a convivência diária permitem uma compreensão mais completa e nuançada dos *habitus*, ou seja, os sistemas de disposições duradouras que orientam as ações e percepções dos indivíduos. Ao compartilhar momentos fora do ambiente acadêmico formal, consegui observar e participar das práticas cotidianas dessas mulheres, enriquecendo minha compreensão de suas experiências e das relações de gênero que permeiam suas vidas. Essa convivência próxima não apenas reduziu as barreiras entre nós, mas também revelou a complexidade e a riqueza de suas histórias e resistências, e foi por isso que optamos por abandonar entrevistas diretas, estruturadas através de questionários, que tendem a criar uma formalidade totalmente oposta aos nossos objetivos. A reprodução de relatos e experiências que traremos aqui foram obtidos em momentos menos formais, de conversas e de trocas, em que as pessoas participantes compartilharam suas experiências e maneiras de ver o mundo.

Portanto, a fenomenologia não só requer uma atenção às limitações pessoais e estruturais, mas também valoriza a construção de relações autênticas e empáticas. Ao estreitar os laços com as imigrantes e refugiadas, pude transcender parcialmente as limitações impostas pela minha própria constituição e contexto, permitindo uma aproximação mais profunda e significativa às suas realidades. Essa abordagem reforça a importância de uma pesquisa social

que vai além dos dados e números, incorporando a vivência, a intimidade e a subjetividade das pessoas envolvidas.

Destarte, proponho a organização da tese da seguinte forma:

1. Por que migrar?: Este capítulo examina as teorias migratórias a partir de uma perspectiva histórica e contemporânea, explorando o contexto social e político que motiva a migração. Para atingir o proposto, foi realizada uma ampla pesquisa bibliográfica e uma coleta de dados direta e indireta, com o objetivo de analisar questões históricas e atuais que possam ajudar a compreender a problemática migratória. São abordadas as diferenças entre migrantes, refugiadas e refugiados, bem como a influência do pós-colonialismo e da razão negra nos estudos migratórios. Além disso, o capítulo analisa o panorama global da crise humanitária e investiga como a segregação socioespacial no Brasil impacta essas populações, destacando as dificuldades enfrentadas em contextos de vulnerabilidade;
2. Diálogos com as Categorias e Aproximações Teóricas Empíricas com as Problemáticas de Pesquisa: este capítulo explora conceitos como "lugar", "espaço vivido" e "território" para entender as relações de poder e identidade nas experiências migratórias. A análise inclui o gênero como construção social, discutindo feminilização e feminismos, além do impacto do decolonialismo e do feminismo no entendimento das violências de gênero e nos motivos para a migração, estabelecendo a base teórica para a análise empírica. Complementando a teoria, o capítulo incorpora relatos informais e adota uma abordagem fenomenológica, que permite captar nuances subjetivas nas percepções das mulheres e nas impressões da pesquisadora sobre suas vivências e processos de adaptação;
3. Mulheres Imigrantes e Refugiadas – Processos de Superação e Criação de Vínculos Territoriais: neste capítulo, procederemos a um estudo descritivo-analítico sobre as inúmeras limitações, vulnerabilidades, dificuldades e barreiras enfrentadas por mulheres migrantes e refugiadas na construção de seus lugares de vida em Uberlândia. A criação de vínculos territoriais é tratada como essencial para a existência dessas mulheres em suas novas localidades, sendo analisados os fatores que dificultam esse processo, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade. Exploramos como essas mulheres manifestam resiliência e resistência, usando essas forças para se afirmar e permanecer no novo território. O estudo de caso da violência contra

Artemisa⁹ exemplifica as dificuldades específicas e as superações vividas por mulheres imigrantes e refugiadas e as minhas próprias limitações situacionais que me fizeram comover sobremaneira especificamente com a sua história;

4. Dos Processos de Violência à Construção dos Lugares e ao Reencantamento com o Mundo: este capítulo analisa como as (micro)violências no Brasil reforçam o mito do "brasileiro acolhedor" e do "Brasil que protege a mulher", dificultando o reconhecimento das desigualdades enfrentadas pelas imigrantes e refugiadas. Utilizando relatos diretos e dados midiáticos, exploramos como esses mitos moldam o imaginário coletivo, mascarando violências de gênero, etnia e classe social. A perspectiva fenomenológica adotada nos permitirá compreender, de forma mais profunda, as experiências subjetivas das participantes e identificar como essas mulheres, apesar das adversidades, buscam pertencimento e um reencantamento com o mundo. Esse método também fundamenta a defesa de que a academia deve se engajar diretamente na crise humanitária global, oferecendo assistência e criando espaços de acolhimento para essas mulheres em situação de vulnerabilidade.

É importante pontuar que a pandemia teve um grande impacto na consecução dos objetivos desta pesquisa, iniciada em 2020, principalmente ao limitar o contato da pesquisadora com as sujeitas pesquisadas. Durante os mais de dois anos de isolamento social, foi um grande desafio conciliar a pesquisa, a impossibilidade de ir a campo, as matérias obrigatórias que foram cursadas remotamente, o que nos obrigou por diversas vezes a redefinir procedimentos, prioridades e prazos.

Apesar de ter me voluntariado antes mesmo de ingressar no programa de doutorado em Geografia da UFU, contrariando o planejado para a pesquisa, durante cerca de dois anos e meio o contato com as sujeitas e sujeitos aqui estudados se deu de forma bastante limitada e circunscrita ao que a internet possibilitava, em um contexto em que imigrantes, refugiadas e refugiados mal tinham acesso a alguma renda, nem, portanto, a uma internet estável para comparecer às aulas online. Saliento, todavia, que o trabalho voluntário como professora e tradutora junto ao Taare, que iniciei em 2019, tem sido desde o início fundamental não só para a realização deste estudo, mas também para que

⁹ O nome "Artemisa" é fictício, escolhido em referência a Artemisia Gentileschi (1593–1656), pintora barroca italiana e uma das poucas mulheres reconhecidas na arte de seu tempo. Sua trajetória é marcada pela resistência: sobrevivente de violência sexual perpetrada por um amigo de seu pai que deveria ensiná-la a pintar, ela transformou a dor em potência artística, retratando mulheres heroínas e cenas bíblicas com uma perspectiva feminina inédita. Sua obra mais conhecida, *Judite Decapitando Holofernes* (1612–1613), é um símbolo de justiça e autonomia feminina (Garrard, 1989; Banti, 1995). A escolha desse nome fictício homenageia não apenas sua história de resiliência, mas também sua luta por espaço em um mundo dominado por homens — uma metáfora para as mulheres imigrantes e refugiadas discutidas nesta pesquisa.

sujeitas e sujeitos oriundos de diferentes países se sintam amparados e menos sozinhos em meio ao descaso das políticas brasileiras de acolhimento e assistência a imigrantes, refugiadas e refugiados.

CAPÍTULO 1

POR QUE MIGRAR?

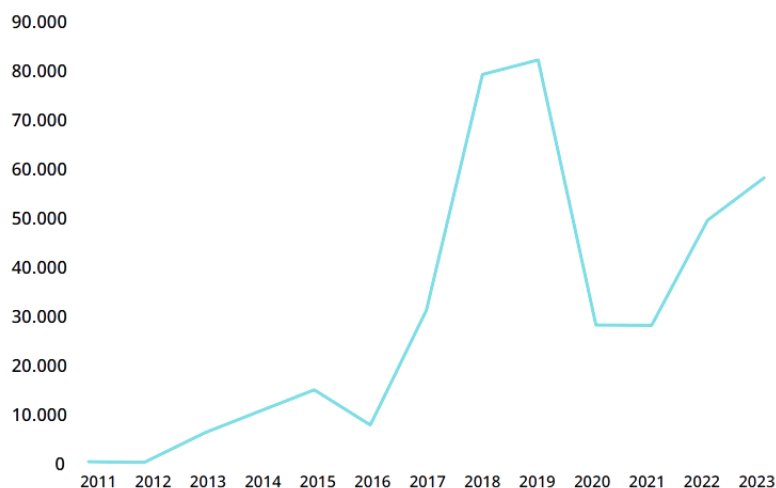
Além das inúmeras dificuldades que pessoas imigrantes e refugiadas enfrentam ao longo da sua migração para o Brasil, este processo tem sido, muitas vezes, retratado de forma deturpada e sensacionalista pelos veículos de mídia internacionais e nacionais, cujo impacto tem sido amiúde convencer a população brasileira de que eles seriam uma ameaça. Um agravante desta situação é o fato de que muitas e muitos não têm a Língua Portuguesa como nativa, além de que, guardadas as particularidades de situação de cada grupo, estamos falando de pessoas que vêm para o Brasil em situação de vulnerabilidade, pobreza, desespero e traumatizados não só por aquilo que viveram em suas terras natais, mas também ao longo de suas travessias para o Brasil. Por outro lado, se a situação dessas pessoas, enquanto grupo, já é repleta de tensões e dificuldades, as particularidades das vidas das mulheres se mostram muito mais delicadas e tensas, devido a um contexto social pautado no machismo, patriarcado e segregação socioespacial.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica é essencial para compreender a complexidade dos fenômenos migratórios e os contextos sociais que envolvem imigrantes e refugiadas. A partir dela, podemos construir uma base teórica robusta, identificando as diferentes abordagens e debates existentes na literatura sobre migração e refúgio. Esta base é fundamental para analisar criticamente o tema, oferecendo suporte para as interpretações e argumentações da pesquisa, além de evidenciar o que já foi estudado e os principais avanços e lacunas no campo.

Assim, o relatório Refúgio em Números – 2024, do Observatório das Migrações Internacionais - OBMigra, vinculado ao Governo Federal, aponta que, em 2023, o Brasil recebeu 58.628 solicitações de reconhecimento da condição de refúgio, totalizando 406.695 solicitações desde 2011 (figura 03). Esse número representa um aumento de 8.273 solicitações em comparação com 2022, refletindo um crescimento de 16,4% em relação ao ano anterior. A comparação com os anos mais críticos da pandemia de Covid-19 (2020 e 2021) mostra um aumento significativo, já que o número de solicitações em 2023 é superior ao registrado durante aqueles períodos. A esse respeito, a maioria dos solicitantes em 2023 era de nacionalidade venezuelana, com 29.467 pedidos, o que representa 50,3% do total. Também se destacou o aumento no número de solicitantes cubanos, que subiu 109,3% em relação a

2022, totalizando 11.479 solicitações (19,6% do total). Além disso, houve um aumento de cerca de 15,8% entre os solicitantes angolanos. O Brasil recebeu solicitações de refúgio de pessoas oriundas de 150 países, evidenciando a diversidade das origens dos solicitantes (Junger da Silva *et al.*, 2024).

Figura 3 – Solicitações de refúgio no Brasil, segundo ano de solicitação – 2011 – 2023.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir de dados da PF, Sistema de Tráfego de Pessoas – Módulo de Alertas e Restrições (STI-MAR), 2021, e da CG CONARE, Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado, 2023.

Os dados reunidos na figura 3 demonstram, portanto, uma oscilação no número de solicitações de refúgio no Brasil entre 2011 e 2023, com aumentos significativos em alguns períodos, seguidos de quedas acentuadas. Um dos fatores que podem influenciar essa variação é a intensificação de crises políticas, econômicas e humanitárias em países vizinhos, especialmente a Venezuela, que teve um aumento no fluxo migratório para o Brasil a partir de 2017. A abertura da fronteira de Roraima com a Venezuela em 2018 também contribuiu para o pico no número de solicitações, uma vez que muitos venezuelanos buscaram refúgio no Brasil devido à deterioração das condições de vida em seu país. Este fluxo, contudo, foi acompanhado por uma intensa campanha de desinformação e estigmatização durante o governo Bolsonaro, quando propagandas anti-imigração, especialmente contra venezuelanos, ganharam espaço no discurso público, associando refugiados a riscos de segurança e crise econômica. Outro fator que pode explicar a queda observada em 2020 e 2021 é a pandemia de Covid-19, que impactou drasticamente a mobilidade global. O fechamento de fronteiras e as restrições de viagem impediram a entrada de pessoas imigrantes e refugiadas no Brasil, resultando em uma queda significativa nas solicitações. Com o alívio das restrições a partir de 2022, considerando as informações reunidas na figura 4, observa-se uma retomada no número de solicitações, refletindo o retorno gradual dos fluxos migratórios pós-pandemia e o contínuo impacto das crises em países de origem das pessoas refugiadas."

Figura 4 - Solicitantes de refúgio, segundo país de nacionalidade ou residência habitual, Brasil – 2023.

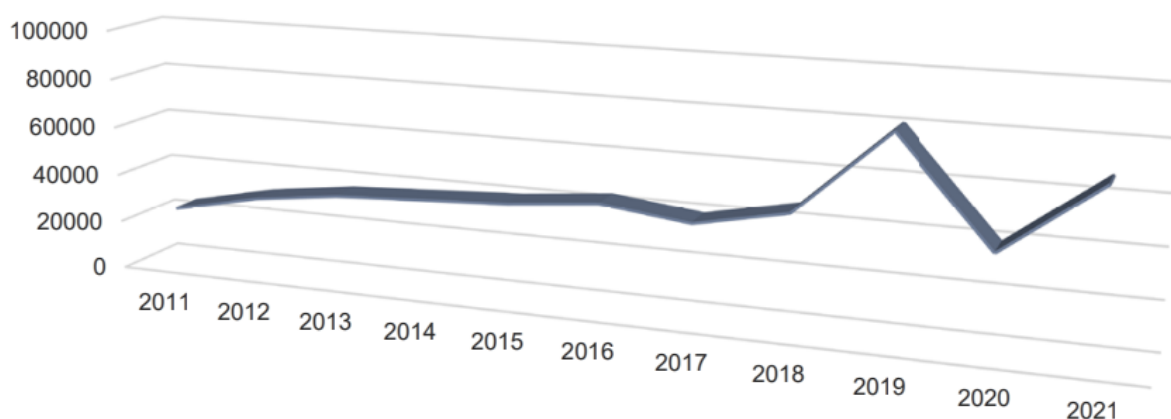


Autora: Albino, 2024.

Fonte: Junger da Silva *et al.*, 2024.

O relatório executivo anual da OBMigra de 2022 destaca duas tendências importantes nas migrações internacionais para o Brasil desde 2015: a feminização das migrações e o aumento no número de crianças e adolescentes imigrantes solicitantes de refúgio. Desde 2011, o registro de mulheres imigrantes no país tem aumentado, com um crescimento acentuado a partir de meados da década, exceto em 2020 devido à pandemia, quando houve uma redução temporária (figura 05). Em 2021, foram registrados 151.155 imigrantes, dos quais 67.772 eram mulheres, representando quase metade do total. Além disso, o número de crianças e adolescentes imigrantes subiu para 30% dos imigrantes registrados em 2021.

Figura 5 - Número total de mulheres imigrantes registradas no Brasil – 2011 a 2021.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da PF, Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra), 2011 – 2021.

Durante a primeira metade da década, os registros de imigrantes bolivianos foram predominantes, seguidos pela chegada de haitianos entre 2015 e 2018. A partir de 2018, observou-se um aumento significativo no número de imigrantes venezuelanos, especialmente no que diz respeito à feminização da migração e ao crescimento do número de crianças e adolescentes. Os haitianos apresentaram um aumento constante no registro de crianças durante a década de 2011-2020, mas os venezuelanos foram os que mais se destacaram em termos de registros migratórios de crianças e adolescentes. Além disso, houve um aumento significativo no número de crianças e adolescentes imigrantes matriculados na educação básica no Brasil, com um crescimento nas matrículas no Ensino Infantil a partir de 2018 e um aumento mais modesto no Ensino Médio.

Mas a migração não é fato recente, uma vez que sempre esteve presente na história da humanidade. Tenha ela sido espontânea ou forçada, desde o seu tempo como caçadores-coletores, os seres humanos buscaram na imensidão do planeta lugares que lhes oferecessem melhores condições de vida, reprodução e abrigo, até que, finalmente, mudaram o seu “estilo de vida” para produtores de comida, o que culminou nas formas produtivas sedentárias mais

complexas que conhecemos hoje (2024). Já em um contexto mais recente, sobretudo após o período das “grandes descobertas”, em que países europeus invadiram os continentes Americano, Africano e Asiático com fins imperialistas e de exploração, que os padrões migratórios globais mudaram, posto que grandes correntes migratórias surgiram com o intuito de conquistar e colonizar tais territórios. A partir de então, deu-se início a uma das maiores correntes migratórias internacionais da história da humanidade, tendo ela sido não voluntária, fruto do sequestro e estabelecida no trabalho escravo, oriunda do continente africano para as Américas: o tráfico negreiro. Após a abolição da escravidão - que se deu morosamente em cada país onde ocorreu -, as migrações com finalidade de trabalho continuaram ocorrendo, mas, desta vez, de forma voluntária, tal como ocorreu com a vinda de italianos e alemães para o Brasil nos séculos XIX e XX, ainda que num contexto de desigualdade fundiária, fome e falsas propagandas de incentivo.

A Revolução Industrial foi o grande marco da migração moderna, uma vez que as novas tecnologias expulsaram milhares de pessoas do campo e criaram uma imensa massa de desempregados, desabrigados e famintos. Deste modo, milhares migraram internamente na Europa para cidades e países que já experienciavam comércio e indústrias mais desenvolvidos, ou até mesmo para o “novo mundo”, notadamente os EUA, que também observavam um avanço da industrialização. O aumento do fluxo migratório (tanto de saída quanto de entrada) gerou preocupação nas autoridades de diversos países, a ponto de pensarem na sua regulamentação, e foi assim que os Estados Unidos, em 1882, se tornaram o primeiro país a estabelecer critérios para a entrada de imigrantes em seu território através do Estatuto Geral da Imigração.

Nesse contexto, podemos entender as guerras também como grandes mobilizadores populacionais de massa, sejam eles forçados ou voluntários durante o conflito, sejam eles igualmente forçados ou voluntários para reconstrução, reunificação familiar ou reinserção de trabalhadores na economia. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, foram constituídos organismos multilaterais como a Organização Internacional para Refugiados (OIR), para recolocação de trabalhadores, e o Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias (CIME), criado para facilitar a migração de famílias e sujeitos que fugiam de perseguições diversas (políticas, étnicas, culturais, ideológicas etc.) e a migração de camponeses e trabalhadores urbanos (Paiva, 2008). Durante o conflito houve o deslocamento em massa de combatentes, de pessoas fugindo do avanço nazista, além do deslocamento coagido de pessoas para fazendas e fábricas de trabalhos forçados e campos de concentração.

Embora os números de refugiadas e refugiados tanto na Europa quanto no Oriente durante o decorrer da Segunda Guerra Mundial seja controverso, estima-se que até 70 milhões de pessoas possam ter sido impelidas a essa situação (*ibid.*).

Desta feita, vários são os motivos que fizeram ao longo da história e fazem os seres humanos migrar, e vários foram e são os estudiosos que se debruçaram sobre essa temática para entender o que faz a migração acontecer. Sem a pretensão de realizar uma exaustiva revisão bibliográfica sobre as teorias migratórias, passemos agora a uma recapitulação sobre alguns pontos abordados por alguns dos renomados autores da temática.

1.1 TEORIAS MIGRATÓRIAS

Analisar as teorias migratórias como um aporte metodológico para este estudo é fundamental para compreendermos os múltiplos fatores que impulsionam a migração e como esses processos se articulam com as realidades de mulheres imigrantes e refugiadas no Brasil. As teorias migratórias oferecem uma base para entendermos as motivações e os padrões dos movimentos humanos ao longo da história, permitindo que identifiquemos fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que impulsionam as pessoas a deixarem seus países de origem. Além disso, essas teorias possibilitam uma visão comparativa que ajuda a situar o caso brasileiro em um contexto global. Ao examinar como esses fenômenos foram abordados por diferentes estudiosos ao longo do tempo, torna-se possível observar padrões e especificidades nos fluxos migratórios. Teorias que exploram a influência do pós-colonialismo, das relações de poder e das desigualdades estruturais, por exemplo, são especialmente úteis para entender o papel das fronteiras, o controle do movimento e os preconceitos que afetam migrantes e refugiadas, revelando como esses elementos estruturam e limitam suas possibilidades de mobilidade e integração.

Remontam a Ravenstein, no final do século XIX, as primeiras tentativas de se fazer generalizações capazes de originar uma teoria das migrações, utilizando principalmente dados oficiais sobre movimentos populacionais internos na Inglaterra (Nogueira, 1991). Em relação à distância, o autor observou que a maioria dos migrantes deslocavam percursos menores, ao passo que os que se deslocavam por percursos mais longos, geralmente, visavam os centros comerciais ou industriais, sendo a maior parte destes oriundos de cercanias rurais desses centros, deixando vazios que seriam então preenchidos por migrantes de regiões mais distantes. Assim se sucedia um ciclo contínuo até que a força de atração da cidade passasse a ser sentida em lugares mais remotos, de modo que cada corrente migratória principal

produzia, também, uma corrente inversa compensatória. Ravenstein já observava diferenças de gênero nas migrações e percebia que a melhoria dos meios de locomoção e o desenvolvimento do comércio e da indústria contribuíam para o aumento dos fluxos de pessoas. Para ele, dentre os motivos que levavam à migração, o maior era o econômico ou o resultante do desejo de se melhorar a situação material (Nogueira, 1991).

Também no século XIX, Marx, Engels, Durkheim e Weber analisaram a migração sob a ótica das relações trabalhistas e capitalistas, atreladas ao processo produtivo e à industrialização. Marx, por exemplo, analisou dados da emigração e do decréscimo populacional na Irlanda, relacionando-os com o aumento da população urbana da Inglaterra, enquanto Engels, por sua vez, realizou uma análise descritiva do comportamento dos trabalhadores irlandeses na Inglaterra e como a sua imigração contribuía para a piora das condições de vida dos trabalhadores ingleses (Oliveira, 2014). Durkheim enxergava a contribuição dos movimentos migratórios para o crescimento das cidades, para a dissipação das comunidades tradicionais e para a divisão do trabalho (*ibid.*), ao passo que Weber, ao analisar o espaço agrícola alemão e constatar a ausência de trabalhadores devido ao êxodo rural e migração transatlântica, viu que esses postos eram temporariamente ocupados pela mão de obra sazonal polaca, concluindo, assim, que tais processos se davam em função da dinâmica capitalista que se inseria inevitavelmente naqueles territórios (Weber, 1981).

A imigração crescente de europeus para as Américas no início do século XX levou muitos sociólogos a entenderem essa mobilidade populacional como problema. Park, nas primeiras duas décadas do novo século, analisou conceitos como “preconceito étnico” e “estrangeiro” em seu trabalho sobre a capacidade de integração de imigrantes nos EUA, entendendo que aqueles que possuíam culturas muito diferentes da cultura hospedeira, apresentavam também dificuldades no processo de assimilação (Valadares, 2010). Na mesma época, Thomas e Znaniecki tentaram entender a realidade de imigrantes poloneses viventes nos EUA a partir de relatos em forma de cartas, que falavam sobre preconceito racial, valores morais, assimilações, entre outros. Os estudos dos autores demonstraram como a migração rompe os laços de solidariedade tradicionais e influenciaram o surgimento da sociologia urbana (Oliveira, 2014).

Enquanto Lee, na década de 1960 entendia a migração como qualquer mudança de habitação, independentemente da distância percorrida, Sjaastad e Becker tratavam a temática sob uma perspectiva econômica: o primeiro tratava a migração como um investimento, que

tinha custos, mas que gerava retornos (capital humano), e o segundo defendia que a migração deveria ser analisada conforme seus custos e benefícios a longo prazo (Peixoto, 2004).

Já na década de 1990, Portes via os migrantes não apenas como indivíduos, mas como integrantes de uma estrutura social que impacta e influencia nas diversas possibilidades de sua mobilidade espacial e socioeconômica. Posteriormente, em conjunto com Böröcz, Portes defendeu que a concentração de capital em países desenvolvidos não é a única explicação para a diversidade de fluxos migratórios, posto que as limitações econômicas, políticas e geográficas têm grande impacto neste processo (Portes, 1997). Nesse sentido, Bailey (1993) entendia que os indivíduos migram quando os custos de deslocamento são menores que os benefícios almejados, de modo que custos e benefícios são medidos em função da situação de emprego, rendimentos, oportunidades de trabalho, entre outros.

Acerca das teorias das redes sociais, Massey, na década de 1990, correlacionou as migrações com os períodos coloniais, observando que muitos movimentos são alimentados por afinidades culturais e linguísticas que permitem a formação de mercados transnacionais e sistemas culturais específicos (Massey, 1997). Também nessa esteira teórica, Tilly (1990) entendia a migração como um deslocamento em grupo, com redes de ligação que têm papel fundamental na manutenção e direcionamento de tais fluxos. No início do século XXI, Santos (2007) entendia a migração como um conceito fundamental para compreendermos a globalização. Para o autor, os fluxos migratórios geram alterações econômicas e culturais em escala local, que, por sua vez, criam redes em que os imigrantes são a chave para a construção de um espaço transnacional globalizado (Santos, 2007).

Nos anos 2000, Peixoto (2004) tentou classificar os movimentos migratórios de acordo com diferentes características, como: duração, periodicidade, limites territoriais, grau de voluntariedade, motivações, condições de trabalho, nível de instrução, entre outros. Também representando essa teoria, Abdelmalek Sayad apontava ser consenso entre a comunidade científica afirmar que a imigração é um fato social completo, que pode ser estudado a partir do cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro entre várias disciplinas. Para o autor “o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos” (Sayad, 1998, p. 15); pode ser, portanto, social, econômico, político, cultural etc., e suas variações e especificações podem ser objeto de estudo de várias ciências.

Peixoto (2010) entendia que os migrantes carregam em si uma situação de dupla ausência e de dupla existência, posto que eles nutrem sentimento contínuo de provisoriidade. Tal afirmação me remete a certa vez, em uma festa com alunas e alunos da Venezuela e da Colômbia, havia uma refugiada venezuelana, que chamarei de Maria, para preservar sua identidade, e que havia chegado há cerca de três meses daquela data, com sua filha, que chamarei de Raquel, para viverem novamente com o marido e pai da menina, aqui chamado de Antônio, que já estava no Brasil há pouco menos de um ano. A refugiada passou todo o evento séria, mexendo no celular, o que me fez pensar e perguntar se havia algo errado, o que ela prontamente negou. Quando Maria e sua família foram embora, uma conterrânea venezuelana, Karine, que veio na condição de imigrante, criticou a amiga, dizendo que ela deveria desligar mais o celular e viver mais o presente, já que estava o tempo todo conversando com a mãe, tias e outros familiares que ficaram na Venezuela. Segundo Karine, Maria sofria de um grande mal que é querer estar em dois lugares ao mesmo tempo e, assim, não estar em nenhum.

Conforme enunciado previamente, não há aqui a pretensão de abarcar toda a teoria migratória existente e, nesse sentido, ao incluirmos a análise de algumas das correntes existentes, seguiremos para a teoria dos sistemas migratórios mais relevantes para este estudo.

1.1.1 O pós colonialismo e a razão negra nos estudos migratórios

No decorrer da evolução das teorias migratórias, estudiosos foram percebendo que vários são os componentes envolvidos e que impactam na forma como os indivíduos e grupos se deslocam pelo espaço à procura de melhores condições de vida, trabalho ou até mesmo para assegurar a sua existência. Optar por uma ou por outra teoria ou autores não significa, necessariamente, que estes estejam mais corretos que aqueles, mas sim que as abordagens escolhidas, naquele momento, lançam luz sobre uma situação que se queira evidenciar ou analisar com mais propriedade.

Nesse sentido, embora este trabalho aborde a situação de imigrantes e refugiadas de diferentes origens, alguns pontos elas têm em comum: a sua situação de vulnerabilidade e o fato de que a sua vinda para o Brasil se dá em um contexto de crise humanitária global que torna inviável a sua permanência em seus países de origem, ao mesmo tempo que escolher o seu destino tampouco é um processo livre de impedimentos. A cor da pele, a raça, a etnia, a religião, a origem e o gênero são alguns dos fatores que podem limitar sobremaneira as possibilidades na movimentação das pessoas pelos territórios, assim como pode afetar a

produção acadêmico-científica e, conseqüentemente, a maneira de se analisar um contexto social, uma situação. É fato que há um predomínio global acadêmico-científico branco, norte-americano/europeu e que a análise da maioria das temáticas, inclusive aquelas que não dizem respeito a esses brancos, têm como referência a produção de cientistas e acadêmicos destes países. Por outro lado, tem havido um movimento de descolonização da história e de rompimento com esse padrão, a fim de que pessoas do hemisfério sul, de países em desenvolvimento, sejam ouvidas, tenham suas produções valorizadas e sejam convidadas a analisar e contar suas próprias histórias.

Nesse sentido, o filósofo camaronês Joseph-Achille Mbembe (2014), ao criticar o eurocentrismo nas produções científicas e filosóficas, chama atenção para uma “razão negra”, que seria um conceito polêmico e ambíguo que serviria para designar “imagens do saber; um modelo de exploração e depredação; um paradigma da submissão e das modalidades da sua superação, e, por fim, um complexo psiconírico.” (Mbembe, 2014). Assim, o autor pontua que o conceito de negro, muitas vezes, é atrelado aos termos “raça” e “escravizado” e assinala:

“[...] uma série de experiências históricas desoladoras, a realidade de uma vida vazia; o assombramento, para milhões de pessoas apanhadas nas redes da dominação de raça, de verem funcionar os seus corpos e pensamentos a partir de fora, e de terem sido transformadas em espectadores de qualquer coisa que era e não era a sua própria vida” (Mbembe, 2014. p. 19).

Ao debruçar sobre esta temática, o autor defende que distingamos o que é a “consciência ocidental do Negro” e “a consciência negra do Negro”, se quisermos entender esses sujeitos a partir do seu ponto de vista e não do outro. Para Mbembe, a primeira é um julgamento de identidade, um discurso no qual o ocidente tenta atribuir uma raça ao negro, enquanto o segundo é uma declaração de identidade em que “[...] o Negro diz de si mesmo que é aquilo que não foi apreendido” (Mbembe, 2014. p. 59). Pensando no eurocentrismo, na forma como tantos territórios foram invadidos e saqueados, em quantos povos foram dizimados, violentados, explorados e escravizados, e a forma como as ciências, a filosofia e a cultura ainda são predominantemente dominadas pelos países desenvolvidos, as críticas e considerações traçadas por Mbembe se mostram extremamente relevantes se quisermos entender o funcionamento do mundo além da perspectiva dominante.

Cabe pensar no mundo também além dos moldes eurocêtricos no que tange aos movimentos migratórios, posto que a capacidade de decidir o que pode ou não se mover, quem pode e onde se pode e como se pode estabelecer ocupa, cada vez mais, o centro das lutas políticas por soberania, nacionalismo, cidadania, segurança e liberdade (Mbembe, 2019).

A expansão colonial do ocidente e do capitalismo ligam a existência de fronteiras a questionamentos sobre quem detém a terra, quem determina a sua divisão e quem pode reivindicá-la e até mesmo os seres que nela habitam. Assim, o poder da fronteira se apoia em sua capacidade de regular múltiplas distribuições populacionais (humanas ou não) sobre o corpo da terra, afetando, assim, as forças vitais de todos os tipos de seres (Mbembe, 2019).

Mbembe (2019) afirma que pensar em um mundo sem fronteiras é algo utópico, posto que sempre houve tensão entre as ideias de ausência de fronteiras, movimento e lugar na era moderna. Para o autor, tal tensão permanece nas discussões contemporâneas sobre processos sociais pautados em movimento, sobretudo a migração internacional, as fronteiras abertas, o transnacionalismo e o cosmopolitismo. O filósofo defende que existe hoje uma atrofia da imaginação utópica que faz com que o espírito do nosso tempo tenha sido colonizado por imaginários apocalípticos, cataclísmicos e cheios de imprevistos que geram uma política de separação ao invés de uma política de humanidade.

Assim, temos herdado uma história em que a norma é o sacrifício recorrente de algumas vidas para que outras sobrevivam, o que gera, inevitavelmente, o medo de um planeta dominado por outras pessoas de raças diferentes. Eis então a forma como a violência racial está codificada na linguagem da fronteira e segurança; as fronteiras contemporâneas têm se tornado cada vez mais lugares de reforço, reprodução e intensificação da vulnerabilidade para grupos estigmatizados e desrespeitados, marcados racialmente, dispensáveis e que, em virtude do desamparo neoliberal, são grandes vítimas no período em que mais se construíram prisões em toda a história humana (Mbembe, 2019). Para o autor camaronês, as paisagens carcerárias de nosso mundo são, ao mesmo tempo, a perfeita antítese da liberdade de se mover e a característica-chave da paisagem dos nossos tempos: elas refletem as políticas punitivas, as atitudes sociais, o sistema judicial e o projeto arquitetônico de uma sociedade. Estas paisagens, em que os fluxos, a rapidez e as redes são fundamentais, incluem também prisões e centros de detenção que crescem e ganham importância dia após dia, simbolizando a restrição das liberdades, destacando a necessidade de controlar e punir aqueles que infringem a lei.

Acerca das liberdades, no pensamento liberal clássico elas são três: a de ir e vir, a do capital e de bens e a de serviços. Junte-se a elas a liberdade daqueles que podem prestar os serviços e temos uma quarta liberdade, que é a de movimento das pessoas. De acordo com a ideia de um mundo sem fronteiras, haveria, portanto, liberdade de movimento para capitais, bens, serviços e pessoas de forma não restrita ao núcleo de países economicamente ricos, mas

a todos os indivíduos (Mbembe, 2019). Mas o mundo, certamente, não funciona assim: na América do Sul, se você é cidadão de alguns dos países integrantes do Mercosul, você pode se deslocar pelos demais países mostrando apenas seu documento de identidade; os cidadãos dos países que aderiram ao Tratado de Schengen¹⁰ também têm liberdade de circulação dentro de suas fronteiras; uma pessoa com um passaporte estadunidense pode ir para quase todos os países do mundo sem grandes restrições. Mas é fato que o mesmo não ocorre para todos os habitantes do planeta, posto que a quarta liberdade, a de circulação de pessoas, não se estende aos pobres, já que um mundo sem fronteiras pressuporia o direito à não discriminação e aos arranjos circulatórios e pendulares livres da migração que, de fato, não condizem com a realidade (*ibid.*).

Ao citar a autora israelense Hagar Kotef, Mbembe (2019) afirma que dentro do pensamento liberal clássico, o movimento é, ao mesmo tempo, manifestação das liberdades e ameaça à ordem. Assim, uma vez que o Estado liberal clássico é inimigo das pessoas que circulam incansavelmente, cabe a ele fabricar conceitos de ordem, estabilidade e segurança que possam ser conciliados com conceitos de liberdade e movimento. O Estado exerce sua soberania capturando povos, territórios, denominando fronteiras; é assim que ele exerce o seu monopólio, tanto nos termos do uso legítimo da força, quanto sobre a cobrança de impostos. Uma vez que só se pode cobrar impostos de quem tem endereço, pessoas que não o tem ou que circulam com total liberdade são vistas pelo Estado como inimigas da segurança e da ordem (Mbembe, 2019).

Para Kotef (*apud* Mbembe, 2019), esse mesmo Estado é amigo do movimento autorregulado, uma vez que a liberdade é percebida como uma questão de moderação, sem excessos para que não haja problemas de segurança. Assim, para a autora, no pensamento clássico liberal alguns movimentos passam a ser rotulados como liberdade ao passo que outros são considerados impróprios e entendidos como ameaças. Os Estados liberais tentam sanar tal contradição através da “mobilidade gerenciada”, em que algumas categorias da população são vistas o tempo todo como possíveis ameaças (para si mesmas e para os

¹⁰ Conforme o site da União Europeia (2023), a de Área de *Schengen* sem fronteiras garante a livre circulação para mais de 400 milhões de cidadãos da UE, além de nacionais de países não pertencentes à UE que vivem na UE ou visitam o território como turistas, estudantes ou para fins de negócios (qualquer pessoa legalmente presente na UE). A livre circulação de pessoas permite que esses cidadãos viajem, trabalhem e vivam em um país da UE sem formalidades especiais. Atualmente, a Área de *Schengen* abrange a maioria dos países da UE, exceto Chipre, Irlanda, Bulgária, e Romênia, sendo que os dois últimos estão atualmente no processo de adesão ao acordo. Em 1º de janeiro de 2023, a Croácia se tornou o mais novo Estado-Membro a aderir à Área de *Schengen*, além de que Estados não pertencentes à UE, como Islândia, Noruega, Suíça e Liechtenstein, aderiram ao acordo.

demaís), que podem ser reduzidas se os movimentos de tais pessoas forem limitados e elas forem domesticadas (*ibid.*). Portanto, no modelo clássico liberal os conceitos de segurança e liberdade coincidem com o direito de exclusão, em que a ordem é garantida através de uma organização desigual das relações de propriedade; a segurança das fronteiras acompanha a afirmação dos limites da raça; limites de raças definem limites do corpo; os corpos se tornam centrais nos cálculos de liberdade e de segurança (*ibid.*).

Mas qual seria a função da fronteira, se não a de ser cruzada? Fronteiras são concebidas dentro da lei da permeabilidade em que o veículo mais importante para essa transformação é a mobilidade, motor das grandes transformações sociais, econômicas e políticas. Para Mbembe (2019), o movimento sempre foi o princípio indutor por trás da delimitação e da organização do espaço e dos territórios, o princípio primordial da organização espacial. Em situações de crise, parar é correr riscos, é preciso estar em constante movimento para sobreviver. Se hoje vivemos uma crise social, econômica e humanitária global, causada pela crise nos processos de reprodução do capital, não seria fundamental se mover para que pessoas em situação de risco sobrevivam?

Voltando ao paradoxo de movimento e encarceramento, a história tem mostrado isso como algo recorrente. O ser humano sempre conviveu com deslocamentos e confinamentos, migrações coagidas e trabalhos forçados. Mbembe cita vários casos que representam essa realidade nos EUA, mas não é preciso ir longe para exemplificar tais contradições. O sequestro, tráfico e escravização de negros no Brasil começou por volta de 1530, movimentou cerca de 9,2 mil viagens das 11,4 mil feitas por navios portugueses a partir de 90 portos africanos e violentou cerca de 5 milhões de africanos ao longo de três séculos (Rossi, 2018). Não obstante a abolição formal do trabalho escravo no Brasil tenha ocorrido em 1888, as consequências e representações de tantos anos de exploração e genocídio negro são vistos até hoje em uma sociedade altamente excludente e racista, em que o mito da democracia racial¹¹ ainda impõe e mantém um processo de exclusão que pode ser observado a partir dos seguintes dados:

¹¹ Para Bernardino (2002), o mito da democracia racial apoia-se na generalização de casos de ascensão social do mestiço, cuja assimilação e reconhecimento social ocorre às custas da depreciação dos negros. Ele considera que por trás do mecanismo brasileiro de ascensão social está a concordância dos negros em negar a sua ancestralidade africana, visto que ela está socialmente vinculada como uma carga negativa. No entanto, os casos de ascensão social de “pessoas de cor” não enriqueceram o grupo social dos negros, visto que elas são encaradas, muitas vezes, como “negros de alma branca” (Fernandes, 1965, *apud* Bernardino, 2002).

- Ao passo que em 2017 a renda média dos brancos era de R\$ 2.814,00, a dos pardos era de R\$ 1.606,00 e a dos negros de R\$ 1.570,00 (Pesquisa Nacional por Amostra de Municípios - PNAD Contínua, 2017);
- Dados da PNAD de 2015 demonstraram que enquanto negros e pardos representavam 54% da população nacional, eles compunham em 75% o grupo dos 10% mais pobres no Brasil;
- Sobre a taxa de analfabetismo, enquanto ela atinge 4,2% da população branca, o índice entre pretos e pardos é de 9,9% (PNAD Contínua, 2016);
- A PNAD Contínua de 2017 revelou que porcentagem de brancos com 25 anos ou mais que tinham ensino superior era de 22,9% e a de negros era apenas 9,3%;
- Segundo o Atlas da Violência de 2018, entre 2006 e 2016, ao passo que a taxa de homicídios de brancos caiu 6,8%, a de negros cresceu 23,1% no mesmo período e, em 2016, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia maior que a de não negros, enquanto o homicídio de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras (Caleiro, 2018);
- De acordo com os dados do Programa Seguro-Desemprego do Governo Federal, de 2003 a 2020, no Brasil, 58% das pessoas submetidas ao trabalho análogo ao escravo no país eram negras e 68% eram analfabetas ou não haviam concluído nem o 5º ano do Ensino Fundamental (ENP, 2020);
- Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), em 2017 cerca de 63,7% da população carcerária brasileira era formada por negros (Andrade, 2020).

A análise desses dados é fundamental para entender a realidade de ser negro no Brasil e como isso se entrelaça com as experiências de imigrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade. O processo social da escravidão e as profundas desigualdades raciais ainda impactam diretamente a sociedade brasileira, onde pessoas negras enfrentam sistematicamente disparidades em renda, acesso à educação e taxas de violência. Esses indicadores mostram que o mito da “democracia racial” permanece como uma barreira simbólica que mascara a exclusão racial e dificulta a construção de políticas inclusivas e reparatórias. Para pessoas imigrantes e refugiadas negras, especialmente aquelas vindas de contextos de crise humanitária, a chegada ao Brasil frequentemente implica o enfrentamento

de uma dupla vulnerabilidade: além das dificuldades econômicas e sociais comuns a esse grupo, eles lidam com o racismo estrutural que limita suas oportunidades e aumenta suas chances de exposição a condições precárias e até mesmo de exploração.

Assim, ao longo da sua história pós-colonização, ser negro no Brasil, assim como Mbembe (2019) pontuou ser africano e negro nos EUA, também significa ser relegado a um entre os muitos espaços de confinamento que a modernidade criou. Segundo o autor, a corrida para a África no século XIX seguida pela demarcação colonial de suas fronteiras transformaram o continente em um enorme espaço carcerário que fez de cada um de seu povo um imigrante ilegal em potencial, impedido de circular senão sob condições cada vez mais punitivas. O aprisionamento se tornou condição para a exploração do trabalho do povo negro e, por isso, as lutas pela emancipação racial e pelas melhorias das condições de vida dos negros devem estar sempre entrelaçadas às lutas pelo direito de circular livremente (Mbembe, 2019).

Na atual fase do capitalismo global, é possível depreender que uma nova forma de escravidão está surgindo - ainda que sem estatuto jurídico para tal -, de modo que os miseráveis, os mais vulneráveis, os imigrantes forçados e os refugiados têm assumido uma posição servil, segregada na sociedade e no mercado de trabalho, viventes de uma realidade marginalizada em que o sentimento de não pertencimento é recorrente. Independentemente do seu grau de instrução e qualificação profissional, aqueles que são impelidos ou até mesmo obrigados a deixar os seus países de origem e que têm direitos limitados de circulação, ao chegarem a uma nova localidade, como o Brasil, têm dificuldades de se sentir conectados ao novo lugar, vivendo, assim, uma espécie de não-lugar¹², com o sonho de encontrar um bom trabalho e condições dignas de vida frustrado. Para Zizek (2015), no entanto, “este novo *apartheid* de facto, esta explosão sistemática do número de diferentes formas de escravidão de facto, não é um acidente lamentável, mas uma necessidade estrutural do capitalismo global de hoje” de forma que os imigrantes, refugiadas e refugiados forçados são o preço dessa economia global em que as mercadorias circulam livremente, mas as pessoas, em função do *apartheid*, não. Os imigrantes, refugiadas e refugiados empobrecidos surgem, assim, como o preço e a solução da economia global. Apontados muitas vezes como uma espécie de ônus social, eles são, em contrapartida, muito bem utilizados pelas grandes empresas como mão de

¹² Marc Augé (2005) define o lugar como um espaço identitário, relacional e histórico, enquanto o não lugar é o seu oposto: espaços não identitários, não relacionais e não históricos.

obra barata, e, frente à tendência de xenofobia que cresce em escala mundial, torna-se ainda mais fácil negar-lhes direitos e condições básicas de remuneração e vida.

1.2 IMIGRANTES, REFUGIADAS E REFUGIADOS

O nascimento dos indivíduos na sociedade é contingencial, sem grandes possibilidades de escolha, pois, conforme Ab'Saber (2007, p. 159) afirma:

Ninguém escolhe o lugar, o ventre, a cor da pele, a etnia, a condição socioeconômica e sociocultural para nascer. Nasce onde o acaso deixa acontecer. No mundo inteiro, nos países mais diversos, os nascituros emergem nas situações mais diversas do ponto de vista da conjuntura socioeconômica, familiar e sociocultural.

Depois do nascimento, à partir do momento em que lhe é possível tomar suas próprias decisões, cada pessoa inicia a sua trajetória, tentando encontrar o seu lugar no mundo, o seu pertencer, a sua identidade, seja no seu lugar de nascimento, seja em outro lugar. Querer pertencer, se identificar com um lugar, conseguir se estabelecer e viver com qualidade de vida é algo que a maioria das pessoas almejam, e, quando isso não acontece, surge então o desejo ou impulso de buscar isso além. Ir nem sempre é voluntário e fatores econômicos não são os únicos que impelem as pessoas a migrarem, posto que a história é pautada por migrações forçadas, sequestros, crises humanitárias, entre outros. Ademais, da mesma forma que um lugar pode oferecer condições de pertencimento a uma pessoa ou a um grupo, ele pode ser hostil e repelir outras. O fato é que a migração molda o espaço, cria territórios, muda a sociedade, constitui povos, cria e redefine culturas.

Heidrich (2006) afirma que a condição humana de existir no espaço pressupõe ter acesso a um lugar, relacionar-se, nele realizar transformações e ter consciência disso. Tais vínculos podem ser apreendidos por meio de três expressões: a apropriação, que diz respeito à criação de territórios; a valorização, constituída através da prática humana e social, da transformação do espaço, do trabalho etc.; e, também, a consciência, que diz respeito ao sentimento de pertencimento. A exclusão social, por sua vez, retira das pessoas a possibilidade de integração por meio da apropriação-valorização-consciência, ao passo que a inclusão produz, junto com a integração, novos vínculos com o território.

Assim, Heidrich (2006) defende que, enquanto a política local representa para as elites uma possibilidade de conexão da cidade com o global, às classes populares é mais relevante a consolidação de um espaço que lhes ofereça emprego e qualidade de vida. Para o autor, enquanto muitos têm fortes vínculos territoriais globais, no lado oposto existem outros em situação de exclusão e um território que expulsa sujeitos, o que acarreta a ruptura dos seus vínculos com o lugar. Como efeito disso, eis a pobreza, as péssimas condições de moradia, a

ausência de condições sanitárias, a inexistência de relações formais de reprodução social, as condições subumanas de vida - situações que muitos imigrantes, refugiadas e refugiados que hoje (2024) vivem no Brasil experienciaram em seus países e que os fizeram almejar uma vida melhor aqui, porém que, não raramente, encontram em território brasileiro também.

Inobstante já tenhamos discorrido acerca das teorias migratórias mais relevantes para este estudo, é importante que se entenda as diferenças entre ser imigrante e ser uma refugiada ou refugiado, posto que o enquadramento nesta ou naquela categoria não apenas traz consequências terminológicas, mas também jurídicas e sociais nas vidas das pessoas assim classificadas. De acordo com a ACNUR, refugiadas e refugiados são:

[...] pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados (ACNUR, 2018).

Por outro lado, a agência da Organização das Nações Unidas (ONU) entende por migrante todos aqueles que cruzaram uma fronteira internacional por razões que não se encaixam na definição legal de refugiado, ou seja, que não tenham deixado seu país de origem e/ou moradia para fugirem de conflitos armados e perseguições.

Conforme o artigo 33, nº 1, da Convenção da ONU relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, todo refugiado tem o direito de não ser devolvido ao país onde sua vida ou liberdade estejam ameaçadas (Soares, s.d.). No Brasil, a Lei nº 9.474 de 1997 regulamenta a implementação desse estatuto, estabelecendo direitos e deveres específicos para refugiados, distintos daqueles aplicáveis a outros estrangeiros. Essa lei abrange aspectos como a entrada e o pedido de refúgio, bem como proibições de rechaço, deportação, expulsão e normas sobre extradição.

Conquanto o Brasil tenha a reputação de ser acolhedor, dados da ACNUR indicam que ele recebe apenas 2% dos deslocados globalmente. Em 2023, o país abrigava aproximadamente 710 mil pessoas deslocadas à força, majoritariamente venezuelanos, seguidos por haitianos e cubanos, recebendo refugiados de 163 países no total. O aumento no número de refugiados está diretamente relacionado à abertura da fronteira de Roraima com a Venezuela em 2018 e à proximidade geográfica, que facilitou o deslocamento de pessoas em busca de refúgio (Carneiro, 2023). A Lei nº 9.474/1997, em seu artigo 5º, reforça o caráter acolhedor do Brasil, garantindo direitos fundamentais e proibindo discriminação entre nacionais e não nacionais. No entanto, é crucial distinguir entre refugiados e imigrantes: os primeiros geralmente não têm escolha sobre seu destino, buscando prioritariamente segurança

e integração. Além disso, muitos veem o Brasil como um país de trânsito, devido às barreiras mais rígidas em nações como Estados Unidos e Europa, ou por desconhecimento das legislações brasileiras que lhes asseguram direitos (*ibid.*).

Em 2019, o Conare ampliou o critério de refúgio para incluir graves violações de direitos humanos, além de perseguições e risco à integridade física, marcando uma mudança significativa na política de refúgio do Brasil (Carneiro, 2023). A legislação brasileira estabelece que o Estado deve receber qualquer refugiado que solicite proteção, e a Acolhida Humanitária é uma categoria adicional para pessoas que não se enquadram como refugiadas juridicamente. Assim, o Brasil é reconhecido internacionalmente por suas boas práticas e seu compromisso com a proteção internacional, destacando o avanço da Política Nacional de Migrações e Refúgio e a inclusão de refugiados na Política Nacional de Saúde. Contudo, é importante ressaltar que a implementação efetiva dessas políticas ainda é um desafio (*ibid.*).

Em 2017 foi aprovada a nova Lei da Migração do Brasil (Lei nº 13.445/2017), que substituiu o Estatuto do Estrangeiro, que esteve em vigor desde a ditadura militar até aquele ano, e que encarava pessoas imigrantes como cidadãs de segunda classe, perigosas, e lhes negava vários direitos como até mesmo o de se organizar politicamente e requerer direitos. A nova lei ampliou os direitos dessas pessoas, diminuiu e facilitou o processo para concessão de cidadania brasileira, estabeleceu o visto humanitário e, entre outros, reconheceu e estabeleceu direitos às/aos apátridas, entendidas como pessoas que não são consideradas como nacionais por nenhum Estado (Brasil, 2017).

1.3 PANORAMA GERAL DA CRISE HUMANITÁRIA GLOBAL

Segundo o Relatório Mundial sobre Migração de 2024, em 2020, havia em todo o mundo cerca de 281 milhões de migrantes internacionais, o que representa 3,6% da população global. Esse número é um aumento significativo em relação aos 84 milhões registrados em 1970 e aos 153 milhões em 1990. Tal crescimento reflete uma tendência de longo prazo, com um aumento de mais de 128 milhões de migrantes em três décadas, indicando a persistência e a ampliação dos padrões migratórios globais (tabela 01).

Tabela 1 - Migração internacional desde 1970.

Ano	Número de imigrantes internacionais	Migrantes com % da população mundial
1970	84.460.125	2,3
1975	90.368.010	2,2
1980	101.983.149	2,3
1985	113.206.691	2,3
1990	152.986.157	2,9
1995	161.289.976	2,8
2000	173.230.585	2,8
2005	191.446.828	2,9
2010	220.983.187	3,2
2015	247.958.644	3,4
2020	280.598.105	3,6

Fonte: UN DESA, 2008 e 2021a., *apud* OIM, 2024.

Nota: O número de entidades (como Estados, territórios e regiões administrativas) para as quais os dados foram disponibilizados no Relatório de Estoque de Migrantes Internacionais da UN DESA 2020 foi de 232. Em 1970, o número de entidades era 135¹³.

O relatório também revela um aumento substancial nas remessas internacionais, que atingiram 831 bilhões de dólares em 2022. Esse valor representa um crescimento de mais de 650% em comparação com 2000, superando o investimento estrangeiro direto em muitos países de baixa e média renda. Aproximadamente 647 bilhões de dólares dessas remessas foram enviados para esses países em desenvolvimento, destacando a importância econômica das remessas para essas economias. Os dados sobre corredores migratórios mostram a magnitude das conexões globais, sendo o maior o do México para os Estados Unidos, com quase 11 milhões de pessoas.

Outro corredor significativo é o da Síria para a Turquia, composto em grande parte por refugiados deslocados pela guerra civil síria. Além disso, a migração entre a Federação Russa e a Ucrânia figura entre os maiores corredores, refletindo as consequências dos conflitos e deslocamentos recentes (OIM, 2024). É notável a complexidade dos padrões migratórios, incluindo o deslocamento forçado devido a conflitos, perseguições e desastres. Apesar de uma

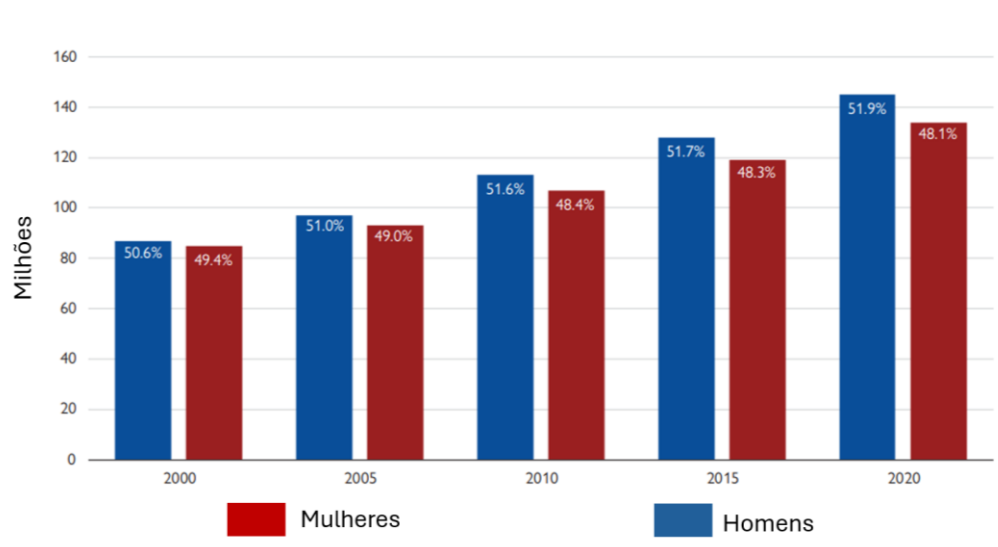
¹³ Nota original: “The number of entities (such as States, territories and administrative regions) for which data were made available in the UN DESA International Migrant Stock 2020 was 232. In 1970, the number of entities was 135.” (OIM, 2024, p.22), tradução nossa.

pequena proporção de migrantes ser deslocada forçadamente, como refugiados e deslocados internos, essa população frequentemente enfrenta vulnerabilidades extremas e necessita de assistência e suporte adequados (*ibid.*).

De acordo com a OIM, atualmente, em 2024, há mais migrantes internacionais do sexo masculino do que feminino, e a diferença de gênero aumentou nos últimos 20 anos. Em 2000, a proporção era de 50,6% de homens para 49,4% de mulheres (88 milhões de homens e 86 milhões de mulheres). Em 2020, a proporção passou para 51,9% de homens e 48,1% de mulheres, com 146 milhões de homens e 135 milhões de mulheres. Embora considerável, sobretudo em comparação com outras décadas, a participação global das mulheres entre os migrantes tem diminuído desde 2000, enquanto a dos homens aumentou em 1,3 pontos percentuais (figura 06). A principal razão da predominância masculina é a existência de diferenças nas oportunidades econômicas e nas expectativas de gênero entre os países de origem e destino.

Homens frequentemente migram em busca de melhores oportunidades de trabalho e renda, especialmente em contextos em que as indústrias dominadas por mão de obra masculina, como a construção e a mineração. Além disso, as normas culturais e as responsabilidades familiares muitas vezes limitam a mobilidade feminina, com as mulheres enfrentando barreiras adicionais devido às expectativas de cuidados com a família e às normas sociais que restringem sua autonomia. As desigualdades de gênero e os papéis tradicionais desempenham um papel importante na configuração dos padrões migratórios, resultando em uma maior proporção de migrantes masculinos em comparação às mulheres.

Figura 6 - Migração internacional por sexo - 2021.

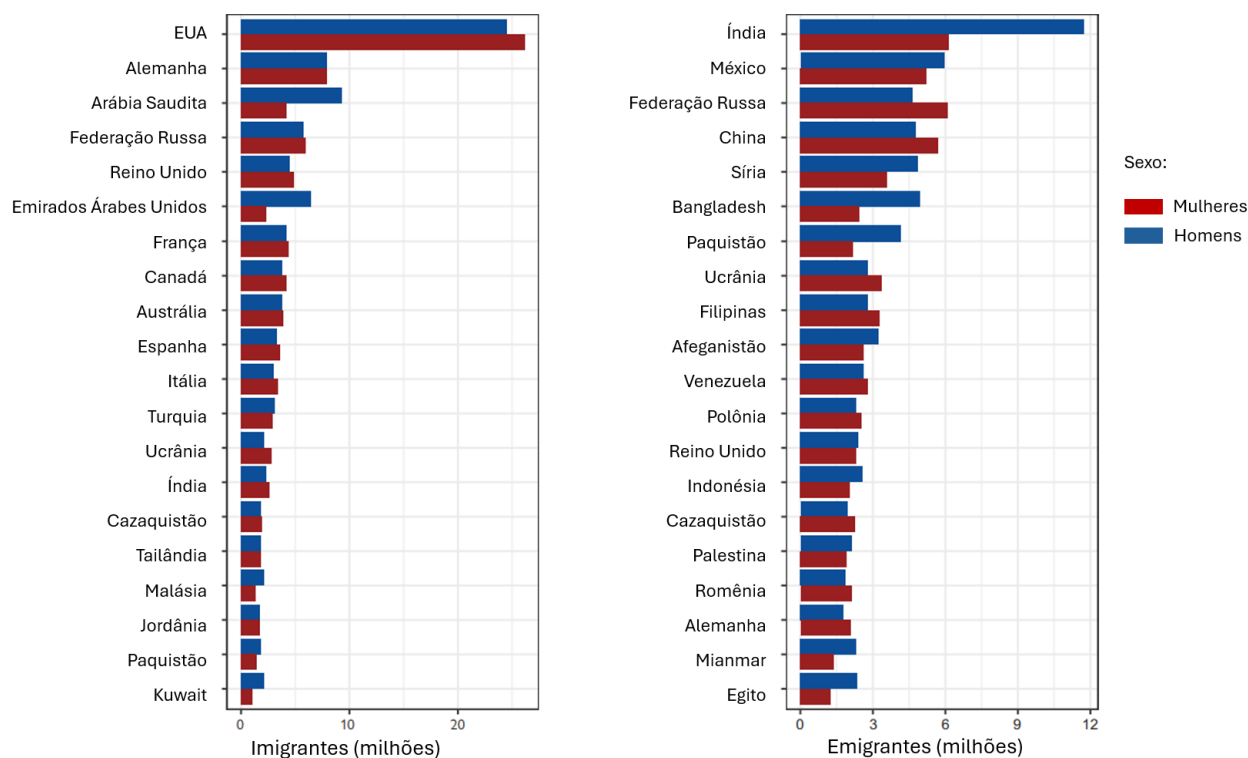


Fonte: UN DESA, 2021a. *apud*. OIM, 2024.

Analisando os migrantes internacionais por sexo nos 20 principais países de destino e origem, observa-se que há mais mulheres do que homens em destinos na Europa e na América do Norte, como EUA, Canadá, França, Espanha e Itália, além da Índia. Em contraste, na maioria dos países asiáticos entre os 20 principais destinos, especialmente nos países do Conselho de Cooperação do Golfo - CCG (Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Kuwait), o número de migrantes internacionais do sexo masculino é muito maior, devido à estrutura econômica e fatores de segurança social e humana (figura 07).

Proporcionalmente, a distribuição de migrantes internacionais por sexo é quase igual na maioria dos principais países de destino, exceto em alguns países do CCG e na Malásia, onde a participação masculina é muito maior, e na Ucrânia, onde há um número significativamente maior de imigrantes femininas. Esse padrão é semelhante nos principais países de origem, com poucas exceções, como Índia, Síria, Bangladesh, Paquistão, Mianmar e Egito, onde a participação de homens migrantes é significativamente maior do que a das mulheres (figura 08).

Figura 7 - Migrantes internacionais, por sexo, nos 20 principais países de destino (à esquerda) e países de origem (à direita) (milhões) - 2021¹⁴.

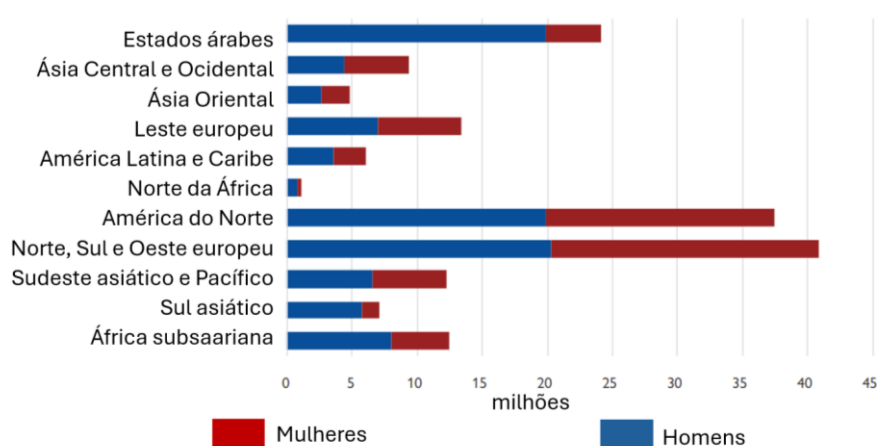


Fonte: UN DESA, 2021^a, *apud* OIM, 2024.

¹⁴ Inclui territórios.

Conquanto o conjunto de dados sobre trabalhadores migrantes internacionais gerido pela OIT não tenha sido atualizado recentemente, ele revela um desequilíbrio de gênero notável (figura 08). Entre os trabalhadores migrantes internacionais, 102,4 milhões, ou quase 61%, residem em três sub-regiões: América do Norte, Estados Árabes e Norte, Sul e Oeste europeu. Destaca-se o desequilíbrio de gênero em duas regiões: sul asiático (5,7 milhões de homens contra 1,4 milhões de mulheres) e Estados Árabes (19,9 milhões de homens contra 4,2 milhões de mulheres), sendo a última região um dos principais destinos para trabalhadores migrantes internacionais, onde eles e elas representam 41,4% de toda a população trabalhadora, muitas vezes dominando alguns setores.

Figura 8 - Distribuição geográfica de trabalhadores migrantes por sexo (milhões) – 2021.



Fonte: OIT, 2021 *apud* OIM, 2024.

O relatório da OIM (2024) aponta ainda que em algumas partes do mundo, a migração internacional se tornou um componente significativo da mudança populacional. Nos países com alta renda, entre 2000 e 2020, a contribuição da migração internacional para o crescimento populacional (com um influxo líquido de 80,5 milhões) superou o saldo de nascimentos sobre mortes (66,2 milhões). O relatório prevê que nas próximas décadas, a migração será o único motor do crescimento populacional nesses países. Por outro lado, de renda baixa e média-baixa, o aumento populacional continuará sendo impulsionado por um excesso de nascimentos em relação às mortes (OIM, 2024).

Entre 2010 e 2021, 40 países ou áreas experimentaram um influxo líquido de mais de 200.000 migrantes cada; em 17 desses países, o influxo líquido nesse período superou 1 milhão de pessoas. Para vários dos principais países receptores, incluindo Jordânia, Líbano e Turquia, os altos níveis de imigração nesse período foram principalmente impulsionados por

movimentos de refugiados, em particular oriundos da Síria. Para 10 países, a estimativa de fluxo líquido de migrantes excedeu 1 milhão no período de 2010 a 2021. Para 10 países, a estimativa de fluxo líquido de migrantes excedeu 1 milhão no período de 2010 a 2021. Em muitos desses países, os fluxos de saída se deveram a movimentos temporários de trabalho, como no caso do Paquistão (fluxo líquido de -16,5 milhões), Índia (-3,5 milhões), Bangladesh (-2,9 milhões), Nepal (-1,6 milhão) e Sri Lanka (-1,0 milhão). Em outros países, incluindo a República Árabe da Síria (-4,6 milhões), a República Bolivariana da Venezuela (-4,8 milhões) e Mianmar (-1,0 milhão), a insegurança e o conflito impulsionaram o fluxo de saída de migrantes nesse período (*ibid.*)

O relatório da OIM pontua uma questão que trouxemos anteriormente nessa pesquisa: dados sobre pessoas imigrantes e refugiadas em um território são amplamente disponíveis, mas os dados sobre movimentos globais de migração (fluxos) são muito mais limitados, de modo que as estimativas sobre quantidades de migrantes são extensas e globais, mas a base de dados de fluxos migratórios abrange apenas 45 países (OIM, 2024). Aponta-se que obter dados de fluxos migratórios é desafiador por várias razões:

- Foco maior no registro de entradas do que de saídas;
- Dados de fluxo migratório em alguns países são derivados de eventos administrativos relacionados ao *status* de imigração, usados como indicadores para fluxos migratórios;
- Movimentos migratórios são difíceis de separar de viagens não migratórias, como turismo ou negócios;
- Rastreamento de movimentos migratórios exige recursos, infraestrutura e sistemas de conhecimento em Tecnologia da Informação;
- Geografias físicas dos países, como fronteiras isoladas e tradições de migração informal para trabalho, complicam a coleta de dados.

Os dados mais recentes indicam que, em 2020, houve uma queda acentuada nos fluxos de migração permanente em comparação ao ano anterior, refletindo os fechamentos de fronteiras e restrições de movimento devido à pandemia de COVID-19. Houve mais de 8 milhões de entradas em 2019, caindo para cerca de 5 milhões em 2020, mas subindo para 5,9 milhões em 2021. Estimativas recentes da OCDE indicam que 2022 viu um aumento nos fluxos de entrada sobre 2021, principalmente devido ao deslocamento humanitário.

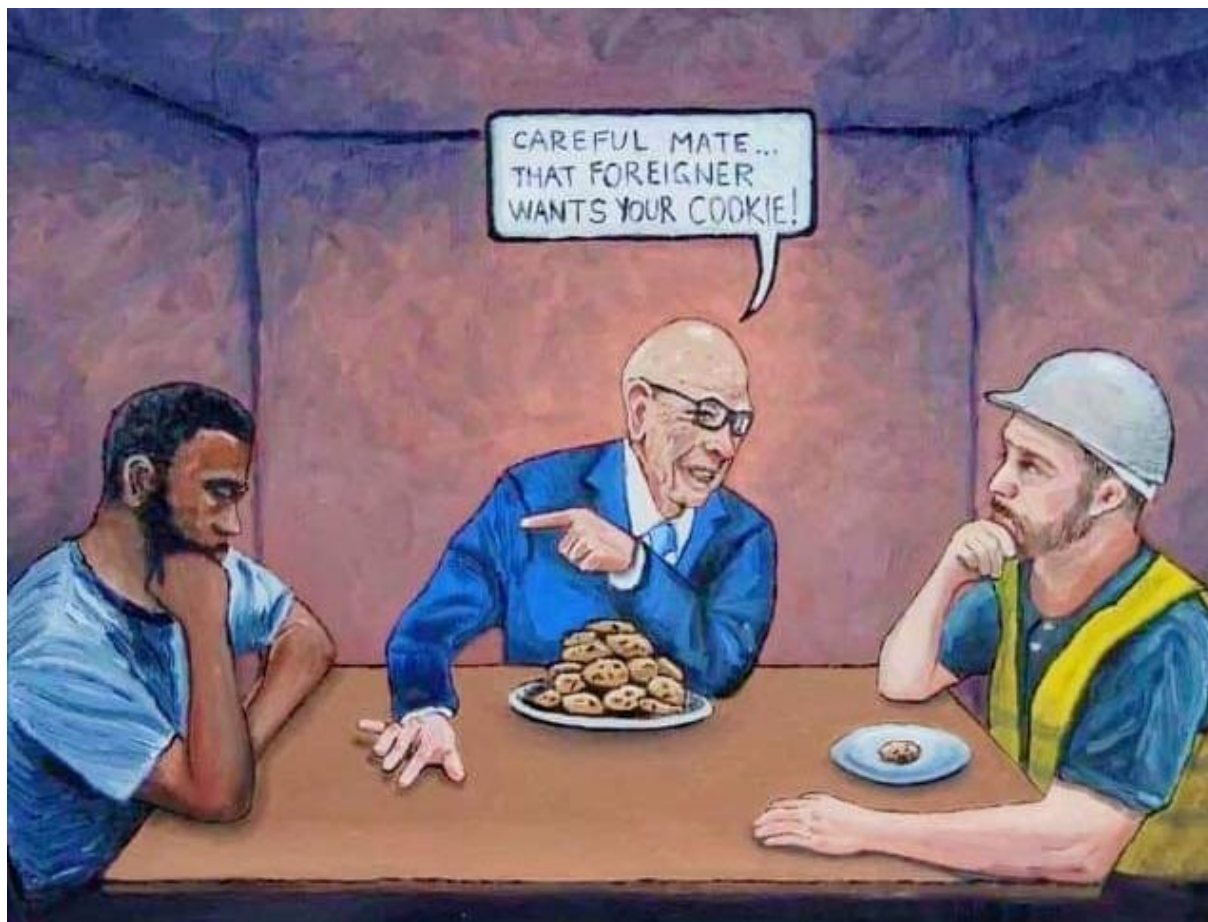
De 2021 a 2024, ocorreram eventos significativos relacionados à migração e deslocamento, causando grande sofrimento e perda de vidas. Além dos conflitos na Ucrânia e em Gaza, milhões de pessoas foram deslocadas devido a conflitos na Síria, Iêmen, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Sudão, Etiópia e Myanmar (OIM, 2024). Deslocamentos em larga escala também foram provocados por desastres climáticos e meteorológicos em 2022 e 2023, em países como Paquistão, Filipinas, China, Índia, Bangladesh, Brasil e Colômbia. Em fevereiro de 2023, terremotos no sudeste da Turquia e no norte da Síria resultaram em mais de 50.000 mortes e deslocaram cerca de 2,7 milhões de pessoas (*ibid.*).

O uso da migração como ferramenta política também se intensificou, especialmente na Europa, com questões de imigração e custo de vida influenciando resultados eleitorais. O sentimento anti-imigrante cresceu em várias regiões do mundo, incluindo Norte e Sul da África, Sudeste Asiático e Oriente Médio. Na Argentina e no Brasil, onde as políticas migratórias são moldadas não apenas por considerações humanitárias, mas também por objetivos estratégicos e ideológicos, o uso da imigração e do refúgio na política tem ganhado força de uma maneira muitas vezes negativa para os grupos afetados.

Na Argentina, por exemplo, o presidente Javier Milei, eleito em 2023, defendeu uma abordagem mais restritiva e nacionalista em relação à migração durante sua campanha, propondo políticas que visam reduzir o fluxo de imigrantes, argumentando que a migração descontrolada representa uma ameaça à segurança nacional e aos recursos públicos. De acordo com Milei, essas medidas são necessárias para proteger a soberania nacional e promover a segurança econômica e social do país (Melito, 2024), o que agradou grande parte da população que tende a culpar e discriminar imigrantes e refugiados ao invés de culpabilizar os políticos pelos problemas econômicos e sociais que assolam o país há anos, o que remete a uma charge de Denis Lushch, intitulada *The Bullshit Weaver*, ou, em português, evitando termos chulos, O Articulador de Inverdades, em que um homem representante da elite social, pois branco, usando terno, com a típica aparência que os mais ricos têm, tem à sua frente um prato cheio de *cookies*. Ao seu lado direito, outro homem branco, dessa vez vestido como trabalhador fabril, tem em seu prato apenas um *cookie*, ao passo que à esquerda um homem preto, trajando uma camiseta simples, tem o semblante triste e nenhum biscoito. O velho então se vira para o trabalhador e diz “cuidado amigo! Aquele estrangeiro quer o seu cookie”, que representa exatamente a disputa que as elites criam entre nativos e estrangeiros, como se pessoas imigrantes e refugiadas fossem a verdadeira causa das crises sociais, e não a

acumulação de capital, a concentração de renda e as relações capitalistas que beneficiam pequenos grupos da elite (figura 9).

Figura 9 - Charge “The Bullshit Weaver” – 2020.



Autor: Lushch, 2020¹⁵.

Assim, a imagem do homem rico, com um prato cheio de cookies, alertando o trabalhador fabril de que o estrangeiro ao lado quer tomar o único biscoito que ele possui, é uma metáfora para nutrir o discurso de medo e divisão promovido pelas elites econômicas. Em vez de direcionar assertivamente a responsabilidade pelos problemas sociais e econômicos para a concentração de renda e a acumulação de capital, esses grupos poderosos fomentam a xenofobia e a disputa entre nativos e estrangeiros. Isso cria uma falsa narrativa, fazendo com que os setores mais afetados pela desigualdade vejam imigrantes, refugiados e refugiados como inimigos, desviando o foco dos verdadeiros responsáveis pela crise: as relações capitalistas que beneficiam uma minoria privilegiada. Essa lógica é evidente na atualidade, em que medidas políticas autoritárias e discursos de exclusão ganham apoio popular, não só porque oferecem soluções rápidas e, aparentemente reais, mas porque

¹⁵ Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/CGtZG6aFPtQ/>>. Acesso em 04/05/2024.

fornece alvos fáceis para a frustração social. As elites econômicas e políticas se mantêm no poder ao articular inverdades que ocultam as causas estruturais da crise, como a precarização do trabalho, a especulação financeira e a injusta distribuição de recursos. Assim como na charge, os que têm muito continuam acumulando, enquanto trabalhadores disputam entre si migalhas, iludidos pela ideia de que o problema reside no “outro”, o imigrante, e não na estrutura que perpetua a concentração de riqueza e o aprofundamento das desigualdades. Desmistificar essas aparências, todavia, é essencial para que a crise social seja compreendida em sua totalidade, expondo que a verdadeira ameaça não são os vulneráveis, mas um sistema que naturaliza a desigualdade e a exploração.

No Brasil, a política migratória, tal qual suas relações internacionais, em geral, têm experimentado mudanças significativas entre o governo de Jair Bolsonaro e o governo atual de Luiz Inácio Lula da Silva. Durante a presidência de Bolsonaro (2019-2022), as políticas migratórias foram marcadas por uma abordagem restritiva, conservadora, com o fortalecimento de estereótipos e mitos de imigrantes e refugiados como ameaças ao país. Bolsonaro promoveu uma política de endurecimento no controle de fronteiras e adotou uma postura menos receptiva aos imigrantes e refugiados, com ênfase na segurança nacional e no combate à imigração irregular. Essa postura resultou, em alguns momentos, em um aumento na dificuldade de acesso aos processos de regularização e proteção para muitos imigrantes, especialmente para aqueles vindos de países em crise, como a Venezuela, conforme já enunciado.

Contrapõe-se a isso a inicial abordagem mais inclusiva e humanitária do governo Lula, em 2023. A administração de Lula foi iniciada com uma aparente busca por reverter as políticas restritivas anteriores, promovendo uma maior abertura para o reassentamento e a regularização de imigrantes e refugiados. É possível afirmar que houve certo empenho governamental reforçar a cooperação regional e internacional em questões migratórias, conduzindo o Brasil a práticas mais alinhadas com os padrões internacionais de direitos humanos e proteção de refugiados (Lima, 2023).

No entanto, contrariando essas tendências, em agosto de 2024, novas medidas governamentais entraram em vigor no Brasil, determinando que passageiros sem autorização válida não poderão embarcar e serão obrigados a retornar ao país de origem ou seguir para o destino indicado no bilhete. Tais mudanças foram implementadas em resposta a alertas sobre o uso do Brasil como rota por organizações criminosas envolvidas no tráfico de pessoas. Entretanto, a nova regulamentação expôs a precariedade estrutural para lidar com o crescente

número de pedidos de refúgio, especialmente no aeroporto de Guarulhos, onde centenas de imigrantes aguardam por dias ou semanas para que seus casos sejam processados pela Polícia Federal, gerando graves violações de direitos básicos, como acesso à alimentação, higiene e descanso (CNN Brasil, 2024). Além disso, as medidas despertaram preocupações sobre a possível violação do princípio da não-devolução (*non-refoulement*), previsto no direito internacional, que proíbe o retorno de pessoas a países onde suas vidas ou integridades estejam em risco. Diante disso, a Defensoria Pública da União tem defendido a necessidade de um sistema mais estruturado e ágil para processar os pedidos de refúgio, equilibrando os interesses de segurança nacional com a proteção humanitária e o respeito aos direitos dos refugiados (*ibid.*).

Não obstante, o ano de 2025 iniciou com a entrada em vigor de três portarias publicadas no final de 2024 pelos Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores, que atualizaram as regras para a emissão de vistos humanitários no Brasil. Essas normativas renovam a vigência do benefício para pessoas afegãs, haitianas e ucranianas, mas introduzem mudanças significativas: para afegãos e haitianos, a emissão do visto agora está condicionada à capacidade de acolhimento das entidades da sociedade civil, sendo que, para afegãos, a portaria concederá asilo apenas às pessoas que tenham deixado o Afeganistão a partir de 15 de agosto de 2021, sem residência fixa em outro país; para aquelas de origem ucraniana, as condições permanecem menos restritivas, permitindo que solicitem o visto humanitário diretamente às autoridades brasileiras, independentemente de sua condição migratória (Delfim, 2025). Essas alterações reforçam a tentativa do governo de alinhar a política migratória às capacidades de acolhimento disponíveis, mas também despertaram críticas sobre a transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil e possíveis atrasos no processamento dos pedidos.

O formato de vincular a emissão dos vistos humanitários ao patrocínio de OSCs é inédito no Brasil e vem gerando debates intensos (Delfim, 2025). Organizações que atuam na defesa dos direitos dos migrantes questionam a falta de regulamentação clara e a morosidade no processo de habilitação das entidades responsáveis pelo acolhimento, o que, na prática, paralisa a emissão de novos vistos. Além disso, a ausência de flexibilização para a reunificação familiar, especialmente no caso dos haitianos, foi amplamente criticada, pois impõe barreiras adicionais para um público já vulnerável. O Ministério da Justiça defende que as novas medidas buscam aprimorar a política migratória brasileira, promovendo um acolhimento mais estruturado e em consonância com práticas internacionais, mas reconhece a

necessidade de ajustes para atender às demandas existentes de maneira mais eficiente e humanitária (*ibid.*).

As novas medidas adotadas pelo governo brasileiro têm gerado espanto e preocupação entre organizações e especialistas da área migratória, especialmente considerando o contexto atual de uma gestão que tem se voltado para questões sociais e de direitos humanos. Em vez de buscar um afrouxamento nas normas, esperava-se um esforço maior do governo do Presidente Lula para aprimorar a estrutura de acolhimento e garantir uma integração efetiva e digna dos migrantes, principalmente em um cenário de crises humanitárias, como a vivida por afegãos, haitianos e ucranianos. Ao invés de intensificar o acolhimento e a proteção dessas populações vulneráveis, a política implementada parece deslocar a responsabilidade de acolher e cuidar dessas pessoas para entidades da sociedade civil, em um movimento que pode resultar em fragmentação e desamparo, deixando em segundo plano a proteção de direitos fundamentais. A escolha de condicionar o visto humanitário à capacidade de acolhimento de OSCs, além de atrasar o processo de regularização, contradiz o compromisso com a promoção dos direitos humanos e pode dificultar o acesso dos refugiados à segurança e dignidade que o Brasil historicamente buscava oferecer.

A crise humanitária global atingiu níveis alarmantes, evidenciados pelo aumento significativo dos fluxos migratórios e de refugiados e refugiadas. Milhões de pessoas são forçadas a abandonar suas casas devido a conflitos, perseguições, desastres naturais e crises econômicas. A realidade mostra que a falta de políticas eficazes de acolhimento e integração aumenta a vulnerabilidade dessas populações, exacerbando a crise e os desafios para a comunidade internacional. Apesar desses eventos recentes, dados de longo prazo mostram que a migração é moldada por fatores econômicos, geográficos e demográficos, resultando em padrões distintos, como os “corredores” migratórios, que geralmente se formam entre países em desenvolvimento e economias maiores, que criam uma ideia de terras com mais oportunidades no imaginário das pessoas.

O corredor de conflito prolongado, como o da Síria para a Turquia, é um exemplo significativo desses padrões. Nesse contexto, a criação de corredores humanitários seguros torna-se essencial, a fim de assegurar a proteção e dignidade dos deslocados em sua busca por refúgio. Por outro lado, a maioria dos corredores humanitários existentes, apesar de serem uma resposta vital à crise dos refugiados e migrantes, não está isenta de riscos significativos. Tais riscos incluem a exposição a ataques armados, sequestros, exploração e abuso sexual, tráfico de pessoas e barreiras burocráticas que dificultam a passagem segura e eficiente de

pessoas refugiadas. Segundo Whitaker (2002), os corredores humanitários em áreas de conflito muitas vezes se tornam alvos de grupos armados que procuram controlar o movimento de populações vulneráveis, a exemplo do que tem acontecido na Palestina.

Em julho de 2024 O Ministério da Saúde administrado pelo Hamas em Gaza informou que pelo menos 71 palestinos morreram e mais de 289 ficaram feridos em um ataque aéreo israelense em uma área humanitária designada (Abualouf e Mcarthur, 2024). O ataque atingiu a área de *al-Mawasi*, próxima a *Khan Younis*, onde os militares israelenses haviam designado como área humanitária para abrigar palestinos. Combatentes israelenses afirmaram que o alvo era Mohammed Deif, chefe do braço militar do Hamas, e outros líderes do grupo, mas o Hamas nega e diz que a alegação é falsa. A BBC *Verify* conseguiu confirmar que o ataque ocorreu dentro de uma área designada como área humanitária, de modo que, após o ataque, testemunhas descreveram a área como devastada, com destroços e vítimas sendo resgatadas dos escombros (*ibid.*). Médicos locais relataram que muitas vítimas eram civis, principalmente mulheres e crianças, e que os hospitais estavam sobrecarregados. Desde o sequestro de 150 pessoas em 2023 pelo Hamas que teria sido o estopim para a intensificação do massacre perpetrado por Israel na Palestina, estima-se que o uso desproporcional da força pelos judeus, aliado aos crimes de guerra e genocídio que, embora contrariem a ordem e acordos internacionais, tenham causado a morte de mais de 40 mil pessoas, a maioria palestina, além de centenas de milhares de refugiados (Picheta, 2024).

Hyndman e Giles (2011) destacam que a falta de coordenação entre organizações humanitárias e autoridades locais pode resultar em desorganização e aumento da vulnerabilidade dos refugiados. Além disso, a ausência de infraestrutura adequada nos países de trânsito e destino pode agravar a situação, expondo os migrantes a condições precárias de saúde, abrigo e segurança (Betts, 2013). Um exemplo disso é o campo de refugiados de Kakuma, localizado no noroeste do Quênia, que é um dos maiores e mais antigos campos de refugiados do mundo. Fundado em 1992, inicialmente para abrigar refugiados do Sudão do Sul, o campo agora hospeda pessoas de várias nações, incluindo Somália, Etiópia, Burundi e RDC (ACNUR, 2023). Segundo a ACNUR, o campo abrigava em 2023 aproximadamente 186.000 refugiados, incluindo muitos menores desacompanhados e separados de suas famílias. A infraestrutura de Kakuma enfrenta inúmeros desafios, posto que as condições de vida são precárias, com habitações superlotadas e construídas com materiais improvisados. O acesso a água potável e saneamento é limitado, aumentando o risco de doenças, e a educação é outro desafio crítico, com um número insuficiente de escolas e professores qualificados,

resultando em salas de aula superlotadas e uma baixa taxa de matrícula, especialmente entre as meninas (UNICEF, 2022). Ademais, os problemas de segurança são frequentes, com relatos de violência de gênero, abuso infantil e conflitos interétnicos. A situação econômica extremamente precária, com oportunidades limitadas de emprego formal, o que leva muitos refugiados a dependerem de ajuda humanitária para suas necessidades básicas (*ibid.*).

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) desempenha um papel fundamental no reassentamento global, oferecendo apoio essencial a Estados para a realocação de refugiados e outros entrantes humanitários. Em 2022, mais de 120.700 pessoas viajaram sob a égide da OIM através de programas de reassentamento, admissões humanitárias e realocação, com operações significativas saindo da Turquia, Líbano, Jordânia, Paquistão e Catar. Dentre os beneficiários, 49% eram mulheres e 51% homens. A parceria entre a OIM, ACNUR e o Governo Federal fica evidente no caso da família afegã de Youssef e Layla, cuja história contarei com detalhes mais à frente. Conforme o casal relatou, quando fugiram do Afeganistão e ainda estavam no Paquistão, eles buscaram a ACNUR e a rede Al-Jazeera para saber para onde poderiam solicitar refúgio, e foi assim que o Brasil apareceu em suas vidas.

A OIM auxiliou 30 Países em tais operações, incluindo a relocação de 710 pessoas de Grécia, Itália e Chipre para países da Área Econômica Europeia e 97 movimentos através de caminhos complementares de Eritreia, Afeganistão e Venezuela. Novos países de reassentamento, como Brasil, Argentina e Uruguai, também receberam apoio da OIM e do ACNUR através da Iniciativa de Reassentamento Sustentável e Caminhos Complementares (CRISP). Conforme já enunciado, em 2023, o Brasil se destacou mundialmente por acolher 710 mil deslocados de crises em países como Venezuela, Haiti, Afeganistão, Síria e Ucrânia, incluindo 560 mil venezuelanos, 87 mil haitianos e 9 mil afegãos. No mesmo ano, a média diária de chegada de venezuelanos ao Brasil era de 400 a 450 pessoas, pressionando a resposta humanitária no norte do país. Embora com vários problemas e limites, a legislação brasileira ainda conhecida por ser generosa, oferecendo serviços e oportunidades de trabalho para refugiados, com avanços na Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia e na Política Nacional de Saúde, ainda que a implementação seja um desafio (ONU, 2024).

Alguns roteiros migratórios enfrentam desafios significativos tanto para os migrantes quanto para as autoridades. As jornadas dos migrantes podem ser perigosas e fatais devido a fatores sociais, políticos, econômicos, ambientais e de políticas que influenciam a migração. Após o trágico naufrágio perto da ilha italiana de Lampedusa em 2013, que resultou na morte

de mais de 360 pessoas, a OIM iniciou o projeto *Missing Migrants* para registrar mortes e desaparecimentos de migrantes. Em 2023, foram registradas mais de 8.500 mortes, o maior número desde 2016, com aumento significativo na região do Mediterrâneo, África e Ásia. O projeto enfrenta desafios na coleta de dados, pois muitos falecimentos ocorrem em rotas clandestinas ou remotas, e os dados são frequentemente imprecisos ou incompletos (Missing Migrants Project, 2024).

1.4 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL x IMIGRANTES, REFUGIADAS E REFUGIADOS

Santos (1996) afirma que o mundo é composto por espaços da globalização, repletos de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares. Para o autor, o território

[...] termina por ser a grande mediação entre o Mundo e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização, o 'Mundo' necessita da mediação dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos. Num dado momento, o 'Mundo' escolhe alguns lugares e rejeita outros e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo. É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o Mundo depende das virtualidades do Lugar (Santos, 1996, p.271).

Seguindo um fluxo contínuo e dialético, ao passo que alguns lugares saturam suas possibilidades, outros surgem apresentando novas virtualidades e possibilidades para que os sujeitos possam viver e reproduzir seus modos de vida. Assim, ao afirmar que o mundo escolhe alguns lugares e rejeita outros, Santos (1996) indica que as dinâmicas sociais e econômicas fazem com que, ciclicamente, alguns lugares se mostrem mais prósperos e, conseqüentemente, se tornem destino de fluxos migratórios, enquanto outros, que possam ter vivido tempos de prosperidade em outros momentos, são acometidos por crises, sejam elas econômicas, políticas, sociais e naturais, que os tornam expulsos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 diz que os Estados devem garantir às/aos imigrantes alguns direitos básicos, como: o direito à liberdade, ao reagrupamento familiar, à educação, a condições dignas de trabalho, entre outros. É notório que a forma como isso será ofertado depende do posicionamento ideológico e político de cada país, visto que em muitos lugares esses direitos sequer são garantidos às/aos nacionais. Com tantas instabilidades políticas, sociais e econômicas vividas pelo Brasil, agravadas, sobretudo na última década, a garantia de acesso a esses direitos pelas pessoas imigrantes e refugiadas não foi uma prioridade dos governos e, assim, a frustração, o desamparo, o desemprego, a não oferta de direitos básicos e a falta de perspectiva se tornaram recorrentes na vida de muitas e muitos que para cá vieram. Após viverem situações de crise, passarem por longas e

extenuantes travessias e infindáveis processos de adaptação, que, não raramente, envolveram coíotes, endividamento, roubos, violência, fome, exploração, exaustão, entre outros, a chegada à “terra prometida” tem sido tão ou mais frustrante que o caminho percorrido. E, sem condições para ficar ou até mesmo sem ter para onde voltar, imigrantes, refugiadas e refugiados têm sido impelidos a se adaptar a uma nova realidade que os segrega ao invés de promover suas integrações; que as/os ameaça ao invés de dar-lhes condições dignas de existência, de vida; que as/os oprime ao invés de lhes permitir criar territórios e lugares de pertencimento; e, assim, o sonho de chegar, se adaptar e pertencer, acaba, muitas vezes, inviabilizado por uma jornada de trabalho extenuante, em um barraco esquecido na periferia, posto que, enquanto prática espacial, a segregação é a negação do urbano e da vida urbana para as/os “moradores indesejáveis” (Carlos, 2007, p. 15), algo historicamente recorrente no Brasil.

Cabe pontuar que, para se falar sobre segregação socioespacial no Brasil nos dias de hoje, ainda que isso afete imigrantes, refugiadas e refugiados recém-chegados, cujas origens, predominantemente, ainda não fazem parte da matriz cultural ancestral do país, é preciso fazer uma incursão histórica que remonta ao período escravocrata.

O Brasil foi o país do continente americano que mais trouxe e escravizou africanas e africanos, algo entre 4 e 5 milhões de pessoas entre os séculos XVI e XIX – mais de um terço de todo o comércio negreiro global (IBGE, 2000; ROSSI, 2018). Durante o primeiro século da colonização, as pessoas indígenas foram a principal mão de obra utilizada pelos colonizadores portugueses até que elas foram substituídas pelas escravizadas e escravizados de África. Alocados principalmente em plantações de cana de açúcar, essas pessoas eram obrigadas a realizar jornadas que, não raramente, atingiam 20 horas diárias em que o perigo, a discriminação, a humilhação e a violência eram constantes (Schwarcz, 2015). Embora tenham sido fundamentais para o enriquecimento da coroa portuguesa e para a construção do Brasil, às africanas e africanos que foram sequestrados e traficados para o país e às suas e seus descendentes sempre foi negado o devido reconhecimento e reparação pelos séculos de trabalho compulsório e genocídio e as consequências de tamanha ignorância têm profundas raízes na constituição sociocultural brasileira.

A abolição da escravatura em 13 de maio de 1888 significou não somente a libertação das e dos escravizados, mas também o início de uma nova fase de segregação social, espacial e cultural de negras e negros. Com a Proclamação da República, em 1889, ao menos teoricamente, todas cidadãs e cidadãos brasileiros, incluindo os recém-alforriados, passariam

a ter direito à cidadania e o acesso à saúde, à educação, ao emprego, à moradia, entre outros. No entanto, o artigo 70, título IV, da Constituição de 1891, previa que os analfabetos não tinham direitos políticos, ou seja, não podiam votar nem ser votados, o que incluía a maior parte absoluta da população negra que não teve a oportunidade de estudar enquanto sofria toda sorte de violência e genocídio durante seu sequestro e escravização (Domingues, 2005). Isso significa que a política continuou sendo feita por brancos para brancos, ignorando a maior parte das demandas e necessidades dos ex-escravizados e de seus descendentes.

Após a abolição, a situação social no Brasil deixava muito nítida a segregação social, territorial e econômica que se seguiria. Depois de alforriados, muitas negras e negros saíram das fazendas e se dirigiram aos núcleos urbanos à procura de trabalho e de condições de vida. As favelas emergiram, então, como áreas periféricas do espaço urbano capazes de acolher essa população recém liberta. A origem das favelas na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, remonta ao Brasil colonial, e atingiu grandes dimensões após a abolição. Com a vinda da família real portuguesa para a capital, cerca de 30% da população carioca foi expulsa de suas casas para dar moradia à coroa e seus acompanhantes. Para continuarem morando no centro da cidade, várias famílias começaram a morar em habitações coletivas, como os cortiços.

Na segunda metade do século XIX começaram fortes movimentos abolicionistas no Brasil, momento em que alguns escravizados conseguiram comprar sua liberdade enquanto outros fugiam para os quilombos. Em 1880, alguns quilombos já haviam se estabelecido na periferia do Rio de Janeiro, “[...] como a chácara do Sr. Le Bron, no atual Leblon, o Quilombo da Penha, atualmente Vila Cruzeiro no "Complexo do Alemão" e o Quilombo da Serra dos Pretos Forros, que divide Jacarepaguá do Grande Méier.” (Magalhães, 2010, n.p.).

A abolição da escravatura se deu sem a criação de políticas de inserção dos ex-escravizados no mercado de trabalho e sem a garantia de condições básicas de vida. Isso gerou para as cidades migrações em massa de pessoas que não tinham condições de comprar ou alugar moradias legais e que, por fim, se instalaram em cortiços, nos antigos quilombos ou em áreas desvalorizadas como morros e pântanos. Já no século XX, a cidade continuou crescendo de forma acelerada, de forma que o Estado não conseguiu construir habitações populares suficientes para a população que migrava para a área urbana. “Como parte dos salários não era suficiente para a compra ou aluguel de moradias formais, restou a solução de morar em terrenos ilegais, por serem mais baratos”(ibid.), até porque muitos eram próximos dos locais de trabalho e por permitirem a construção progressiva e sem regras.

Situação semelhante à do Rio de Janeiro aconteceu em outras cidades, demonstrando que aos recém alforriados nunca foi ofertada uma política compensatória que lhes permitisse integrar social, espacial e economicamente; assim, a eles, as periferias se tornaram uma das únicas opções. Segundo a urbanista Raquel Rolnik, o conceito de periferia foi forjado a partir de uma leitura de cidade que emergiu de um desenvolvimento urbano pós-anos 1980 (Continuum, 2010). Tal modelo privou as faixas de menor renda de condições básicas de urbanidade e da possibilidade de inserção efetiva à cidade, porém, mais que uma questão de segregação locacional, a periferização significa precariedade, falta de assistência e de recursos (*ibid.*). Segundo a urbanista, o principal problema das periferias seria a ambiguidade constitutiva entre a cidade e os seus assentamentos populares, que permitem questionar se esses assentamentos pertencem de fato à cidade, uma vez que, apesar de estarem no controle do aparato do Estado, nem sempre os serviços, como a coleta de lixo, servem aos seus moradores. Raquel considera que tal questão “[...] é transcendente porque joga luz sobre muitos outros problemas das periferias, como a crescente violência [...]. Um lugar em que reina a ambiguidade é uma “terra sem dono”, onde teoricamente qualquer pessoa ou grupo pode tomar para si o seu controle” (*ibid.*).

Conforme Moraes (2000), do ponto de vista espacial, a formação territorial é um processo cumulativo, o qual articula os frutos de formas de sociabilidade não necessariamente contínuas e sincrônicas juntamente com intervenções e construções “[...] anteriores aparecendo ante um novo ciclo de povoamento como parte da herança espacial local, perfilando-se como parte das características do meio natural como elemento de qualificação de diferentes espaços” (Moraes, 2000, p. 54). Nesse contexto, a apropriação dos espaços e sua colocação na órbita de uma determinada dominação política – que qualifica o espaço como seu patrimônio -, sempre obedece à lógica societária em vigor e permite identificar padrões historicamente moldados de objetivação desse processo. Em relação à segregação dos negros no ambiente urbano e na constituição do Estado Brasileiro, fica nítido que ela é fruto de uma política discriminatória institucional. Assim como as instituições estatais, religiosas, jurídicas e a sociedade corroboraram com séculos de escravidão, mesmo após libertos, essas mesmas instituições ou apoiaram ou se omitiram durante o processo sistematizado de exclusão dos negros que se estende atualmente a outras minorias, geralmente pessoas e grupos em situação de desvantagem e vulnerabilidade sociais.

Tal qual brasileiras, brasileiros e demais cidadãs e cidadãos de países em desenvolvimento, imigrantes, refugiadas e refugiados que vêm para o Brasil tendem a optar

por migrar para países mais desenvolvidos, onde, supostamente, teriam mais facilidade em encontrar empregos mais bem remunerados. No entanto, o que tem ocorrido é o fechamento formal e informal de fronteiras em meio à crise humanitária global, a fim de regradar a entrada daqueles oriundos de países periféricos em países “ricos”. Não obstante o sistema produtivo global seja um grande gerador de crises econômicas, sociais, políticas e humanitárias que originam o migrante e o refugiado, ele mesmo define onde, quando e para quem as oportunidades de deslocamento serão criadas, posto que tais crises não são mero acaso, mas sim parte integrante desse sistema:

[...] Capaz de aumentar as riquezas, de produzir e difundir em abundância bens de todo tipo, o capitalismo só consegue isso gerando crises econômicas e sociais profundas, exacerbando as desigualdades, provocando catástrofes ecológicas de grandes proporções, reduzindo a proteção social, aniquilando as capacidades intelectuais e morais, afetivas e estéticas dos indivíduos. Abraçando unicamente a rentabilidade e o reinado do dinheiro, o capitalismo aparece como um rolo compressor que não respeita nenhuma tradição, não venera nenhum princípio superior, seja ele ético, cultural ou ecológico. Sistema comandado por um imperativo de lucro que não tem outra finalidade senão ele próprio, a economia liberal apresenta um aspecto niilista cujas consequências não são apenas o desemprego e a precarização do trabalho, as desigualdades sociais e os dramas humanos, mas também o desaparecimento das formas harmoniosas de vida, o desvanecimento do encanto e da graça da vida em sociedade [...] (Lipovetsky e Serroy, 2015, p. 7).

Assim, com as restrições impostas pelos países mais desenvolvidos, resta às refugiadas, refugiados e imigrantes empobrecidos a opção de tentar uma vida melhor em localidades menos promissoras – e é nesse contexto que o Brasil emerge para tantos. No país, tem sido comum observar tais estrangeiras e estrangeiros ocupando postos de trabalho insalubres de baixa remuneração, independentemente da sua qualificação, ainda que muitos tenham cursos técnicos, ensino superior, experiência profissional e, não raramente, falem três ou mais idiomas.

De acordo com o relatório “Inserção Laboral de Migrantes Internacionais: transitando entre a economia formal e informal no município de São Paulo” elaborado por pesquisadores da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2017, o principal motivo da vinda dos imigrantes entrevistados para o Brasil foi a procura por emprego. No entanto, a maioria está concentrada no setor informal, atuando como ambulantes, na construção civil e na costura, sendo que 1 a cada 7 imigrantes trabalhava sem carteira assinada. Isso me remete à situação de Antônio, um venezuelano que buscou refúgio no Brasil em 2022. Ele atravessou a fronteira e, posteriormente, tomou um avião para Uberlândia, onde seu irmão residia há seis meses. Antônio, que trabalhava como mecânico e motorista de caminhão na empresa Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), vivia no interior da Venezuela com sua esposa, Maria, e a filha,

Raquel. Durante os intervalos das aulas de português, ele frequentemente compartilhava sua história e falava sobre sua família. Relatou que sempre atuou no setor de transporte de cargas pesadas e, por muitos anos, conseguiu manter um padrão de vida confortável graças ao emprego na PDVSA. No entanto, a partir de 2015, as condições começaram a deteriorar, com a escalada dos preços e ameaças dirigidas a opositores do governo, incluindo ele mesmo. A situação agravou-se quando sua mãe, proprietária do terreno onde ele construíra sua casa, faleceu, e a família o expulsou para repartir a herança.

Diante desse contexto, com seu irmão já estabelecido no Brasil, Antônio decidiu juntar suas economias, enviar sua esposa e filha para viverem com a sogra em outra cidade venezuelana, e se mudar para o Uberlândia. Ao chegar, ele conseguiu um emprego na construção civil. Contudo, o trabalho exigia grande esforço físico, levando-o a procurar outra ocupação devido às dores no corpo. Posteriormente, foi contratado por uma grande empresa de abate animal, onde obteve registro formal e passou a receber um salário um pouco melhor. Apesar disso, ele frequentemente se queixava do horário de início do turno, às 4:30 da manhã, e do trabalho em câmaras frigoríficas, que lhe causou diversas gripes, resfriados e lesões por esforço repetitivo.

Quase um ano após sua chegada, em 2023, Antônio conseguiu se adaptar ao trabalho e juntar recursos suficientes para trazer Maria e Raquel para Uberlândia. Recordo que foi desafiador encontrar uma residência adequada ao orçamento da família, que havia estipulado um valor máximo de R\$ 700 para o aluguel. Após uma busca prolongada, encontramos uma casa simples, sem laje, mas que atendia às suas necessidades. A etapa seguinte foi mobiliar o lar, para o qual conseguimos camas, colchões, uma mesa através de doações, e um fogão e uma geladeira em lojas de móveis usados. Quando Maria finalmente chegou ao Brasil, eram nítidos o seu medo e desconforto. Frequentando as aulas de português, ela confessou que estava ansiosa para matricular Raquel na escola o quanto antes e conseguir um emprego. Além disso, as duas chegaram poucas semanas antes do aniversário de Raquel, o que gerou preocupação sobre como celebrar a data, já que, na Venezuela, a criança sempre tivera festas com seus familiares e amigos, ganhava presentes, dinâmica que eles não conseguiriam organizar neste primeiro ano. Em um esforço conjunto, minha família, com a ajuda dos outros colegas de classe do casal, organizou uma festa e presenteou Raquel com uma boneca.

Poucos dias após o aniversário, Maria conseguiu um emprego em um açougue, onde produzia espetos em larga escala para serem vendidos para bares e restaurantes. Apesar de ter uma longa carreira como assistente social, Maria estava otimista, mas a verdade é que ela

enfrentou dificuldades para se adaptar ao ritmo de produção industrial que lhe era exigido. O ambiente de trabalho era precário, com jornadas de trabalho extenuantes, com horas extras diárias que iam de três a cinco horas, em desacordo à legislação trabalhista. Maria relatou que a maioria dos funcionários eram imigrantes, e que o proprietário retardava seus registros formais para explorar ao máximo sua mão de obra até decidir se eles estavam aptos a continuar. Em uma ocasião, Maria acidentalmente perfurou a mão com um espeto, que atravessou completamente a sua palma, devido ao frio e à falta de proteção adequada no ambiente de trabalho, que a faziam sentir seu corpo rígido e trêmulo. Ela relatou que o proprietário da fábrica não lhe ofereceu qualquer assistência, que sequer havia ali um kit de primeiros socorros, mas que ele apenas a liberou para ir ao posto de saúde, onde o machucado foi suturado e ela teve que tomar vacinas para prevenir eventuais doenças e contaminações.

Maria ficou dois dias mais o final de semana afastada, porém, duas semanas depois, Raquel sofreu uma grave infecção de ouvido, necessitando de cuidados dos pais e afastamento escolar por duas semanas. Na primeira semana, Antônio conseguiu licença no trabalho para cuidar da filha. Na segunda semana, entretanto, quando Maria apresentou o atestado médico ao empregador, ele acusou-a de inventar desculpas para faltar e a ameaçou de demissão. Durante os três meses em que trabalhou no açougue, Maria não teve seu contrato registrado, recebendo menos que o salário-mínimo e sem direito ao auxílio transporte. Como o que estava em xeque era a saúde da filha, ela foi embora sem receber qualquer acerto ou indenização.

Um dia eu perguntei a Antônio e a Maria se a vida deles era mais confortável na Venezuela, o que eles prontamente responderam que sim. Eu lhes perguntei se antes de vir para o Brasil eles estavam cientes de que conseguir um trabalho não seria tarefa simples e que os salários não são bons. Ambos relataram que o irmão de Antônio já os havia alertado sobre os riscos de permanecer na Venezuela, mas decidiram migrar apenas quando a situação se tornou insustentável. Antônio, que trabalhava na PDVSA, foi vítima de perseguição política e acabou deixando o emprego. Além disso, a qualidade de vida da família deteriorava-se progressivamente. Enfim, eles decidiram migrar para o Brasil, onde eles sabiam que a vida não seria fácil, que dificilmente encontrariam um emprego com boa remuneração – o que se confirmou -, mas que era onde o irmão de Antônio já se encontrava. Essa situação permite inferir que nem sempre os fatores econômicos são os únicos responsáveis pela escolha do local de destino, já que, embora um lugar não ofereça os melhores salários ou excelentes oportunidades de emprego, a rede de solidariedade funciona como um ponto mais atrativo a favor da permanência do imigrante. As redes sociais – resultantes de relações fortes entre

familiares e amigos, os quais transmitem informações sobre o custo de viagem, os documentos exigidos, as estratégias de viagem etc. –, têm um papel muito mais ativo e valorizado que as propagandas de empresas e governo, já que, não raramente, são as famílias e amigos que ajudam no financiamento da migração (Jesus e Goetttert, 2017).

Dessa forma, ao longo desta pesquisa, tenho me deparado com muitas imigrantes, refugiadas e refugiados que já tinham experiência profissional e até mesmo carreiras consolidadas em seus países de origem e que, no entanto, decidiram migrar para o Brasil em busca de melhores oportunidades de trabalho, mas que acabaram ocupando cargos pouco qualificados e mal remunerados - no caso das mulheres, poucas são as que conseguem sequer um emprego, qualquer que seja. Muitas e muitos alegam sentir vergonha de contar aos seus amigos que ficaram em seu país os trabalhos que conseguiram no Brasil, já que assumir a sua real situação para os seus conterrâneos soaria como uma humilhação. Omitir tais fatos, no entanto, suscita, nos que ficaram, a vontade de vir para o Brasil, já que, em teoria, o país estaria oferecendo boas oportunidades para todos que vêm para cá.

As minhas ex-alunas venezuelanas Karine e Andreia trabalharam por mais de duas e três décadas, respectivamente, na área de ensino em seu país. Karine era diretora de uma escola enquanto Andreia era coordenadora das equipes de ensino fundamental da cidade em que moravam. Andreia me contou que faltavam apenas dois anos para ela se aposentar e garantir uma renda fixa na Venezuela quando decidiu emigrar para o Brasil, em 2023. Ela já tinha dois filhos que moravam em Uberlândia e em Florianópolis, que tiveram a perspicácia de alugar uma casa e enchê-la de beliches, compradas em lojas de móveis usados, e montar um albergue. Já na primeira semana eles visitaram algumas empresas grandes, deixaram seus cartões e, desde então, eles conseguiram assegurar uma renda suficiente para viver com dignidade no Brasil. Após um período, o mais jovem quis viajar pelo país e logo que chegou a Florianópolis, se encantou e resolveu ficar por lá.

Eu questionei Andreia se, com os filhos estabilizados aqui, não valeria a pena ela continuar na Venezuela por mais dois anos até se aposentar, já que, além disso, sua mãe e suas irmãs moram lá e recebem aposentadoria. Em um primeiro momento, ela me disse que o valor da aposentadoria não é o bastante para sequer alugar uma casa, mas disse também que sua chefe ficara muito triste com a sua decisão de migrar e disse que não a desligaria, mas lhe daria uma licença de um ano ou dois para ela pensar e ver se valia a pena. Andreia trabalhou por pouco mais de um ano no mesmo açougue que Maria e também se queixava do frio, da falta de estrutura e de dores nas costas e nas pernas por passar de onze a treze horas por dia de

pé. Ela relatou que, quando soube do sucesso que os filhos estavam tendo, acreditou que seria fácil vir para o Brasil e conseguir um bom emprego, com um bom salário.

Andreia é muito religiosa e parece sentir certa culpa em reclamar, então sempre que ela demonstrava algum descontentamento ela dizia algo como “mas graças a Deus eu tenho um emprego e vai dar tudo certo”. A verdade é que, depois de pouco mais de um ano, Andreia resolveu voltar para a Venezuela para cumprir o período que falta para sua aposentadoria. Ela mantém contato com os colegas e, em nossa última conversa, ela pediu para que eu não a esquecesse e que quando ela voltar para o Brasil quer retomar o nosso convívio e amizade. Karine, sua conterrânea, que também trabalha no açougue, disse que Andreia confessou-lhe ter arrependido de voltar para a Venezuela, que mesmo aqui a vida sendo muito difícil, ela era mais feliz e tinha mais recursos do que lá. Essa situação levanta uma reflexão importante: será que a vida aqui no Brasil era realmente melhor para Andreia? Durante sua estadia, houve um momento em que ela optou por voltar para a Venezuela, o que sugere uma complexidade em sua decisão.

Seguramente existe uma dualidade em que ambos os lugares apresentem desafios significativos, dificultando a identificação de qual situação é pior. Além disso, é possível que os filhos de Andreia, ao compartilharem histórias de sucesso e conquistas, tenham criado uma percepção distorcida da realidade que a mãe vivenciou. Eles podem ter involuntariamente contribuído para uma pressão ou expectativa irrealista sobre o que é possível alcançar em um contexto de migração e adaptação, especialmente em situações de extrema vulnerabilidade. Nesse contexto, é importante destacar que os filhos de Andreia são jovens e homens, o que torna suas condições de sucesso relativas e não facilmente replicáveis. As barreiras enfrentadas por mulheres imigrantes e refugiadas, especialmente em termos de oportunidades econômicas e integração social, tendem a ser mais desafiadoras do que as enfrentadas por homens. Isso ocorre devido a fatores estruturais como desigualdade de gênero, maior vulnerabilidade a exploração e violência, e a responsabilidade frequentemente atribuída às mulheres com relação ao cuidado dos filhos e da família. Assim, o êxito alcançado por homens jovens em um contexto migratório dificilmente reflete as possibilidades reais para mulheres na mesma condição, evidenciando uma assimetria que precisa ser considerada ao analisar essas experiências.

Tais reflexões nos levam a questionar a realidade enfrentada por muitas pessoas imigrantes e refugiadas: será que a busca por uma vida melhor sempre resulta em uma situação mais favorável? Ou, em alguns casos, a decisão de partir pode ser vista como uma

fuga de um cenário ruim para outro, igualmente desafiador? A história de Andreia, assim como a de muitos outros, nos faz pensar sobre as complexas decisões que esses indivíduos precisam tomar e sobre como os desafios e expectativas em torno de suas novas vidas podem impactar seu bem-estar emocional e psicológico. Tudo isso remete ao relato de um imigrante argelino na França ao sociólogo Abdelmalek Sayad, que afirmou:

[...] É culpa nossa, dos imigrantes, como somos chamados: quando voltamos da França, tudo o que dizemos é mentira; é engano nosso. [...] Nós gastamos dinheiro muito fácil, parece que ele pula de nossos bolsos. [...] Todo mundo pode imaginar que o ganhamos sem dificuldade. É agora que a história que a gente contava se realiza: parece que lá, basta a gente se abaixar para catar as “folhas” de dez mil. Na verdade, se eles [*argelinos que vivem na Argélia e que sonham em emigrar para a França*] vissem como tiramos esse dinheiro, em que miséria vivemos para poder economizá-lo, a gente tem motivo pra odiar esse dinheiro, ele é muito amargo [...] (Sayad, 1998, p. 35-36).

Quando não conseguem ingressar formalmente no mercado de trabalho, para subsistirem, as atividades informais surgem muitas vezes como a única alternativa para geração de renda. Conforme Freitas (2019, p. 1):

Sabe-se que existem dados que embasam a relevância da economia informal no mundo e, mais especificamente, nos países da América Latina. De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicados em 2014, ocorreu uma redução de 52% para 47%, do trabalho informal que não é voltado para a atividade agrícola, período compreendido entre os anos de 2005 e 2013. No entanto, considerando os países que compõem a América Latina e Caribe que foram abarcados por este estudo, pode-se observar que 47% da população está na informalidade, o que representou aproximadamente 130 milhões de trabalhadores no ano de 2013, ocasião do levantamento dos dados pela OIT. Em complemento, cabe evidenciar que essa informalidade não se traduz em ilegalidade. A informalidade apresentada nos dados acima, refere-se às atividades que se fazem sem contrato ou carteira de trabalho assinada, enquanto a ilegalidade como ato que infringe as disposições legais, não é a regra para o trabalho ambulante, tendo em vista que a atividade é permitida e, portanto, regulada em algumas cidades do Brasil e do mundo. O trabalho informal ambulante está inserido nesse percentual de 47% e quando não regulado é, por sua vez, apontado por instituições públicas e privadas como um problema social que necessita ser superado. Este apontamento se sustenta em questões tributárias, de seguridade social e como no caso em análise, do uso e apropriação do espaço público, do direito à cidade.

No Brasil, o trabalho autônomo é um fenômeno antigo que adquiriu forma com as mulheres negras que comercializavam os seus produtos pelas ruas de Salvador, Rio de Janeiro e Recife, e os mascates que eram “[...] geralmente descendente de povos árabes que, visitando cidades do interior, batendo de porta em porta, ofereciam as mais variadas mercadorias, representa outra figura que ilustra esta atividade.” (Cleps, 2009, p. 336). As relações de trabalho e de produção atuais, fruto da mundialização, bem como o desenvolvimento das novas tecnologias e técnicas de produção mais a informatização reduziram consideravelmente os postos de trabalho em todo o mundo, culminando na expansão da economia informal. Conforme a autora:

[...] as diferentes situações criadas pela economia informal, por um lado respondem a demandas legítimas e encaminham possíveis soluções no âmbito da nova ordem econômica e social, por outro constituem focos de tensões e de desigualdades sociais, pois o vácuo de regras legais ou consensuais, num ambiente intensivo em competitividade, causa maior grau de incerteza.

O crescimento do chamado setor informal, alimentado, sobretudo, pelo aumento do número de trabalhadores que não se enquadram na atual lógica capitalista, não pode mais ser entendido como resultante de um período de crise a ser superado pela retomada do crescimento econômico. Por sua dimensão e caráter estrutural, o crescimento dessas atividades já não pode ser explicado como fenômenos meramente conjunturais, cujos movimentos compensariam as variações do chamado setor formal (Cleps, 2000, p. 328-329).

É importante pontuar que diferentemente das atividades econômicas convencionais, cujo objetivo primordial é a acumulação de capital, a atividade informal tem como objetivo a manutenção da renda familiar e acolhe principalmente indivíduos com baixa qualificação para o mercado de trabalho. É nesse contexto que surgem os empreendimentos destinados ao comércio popular, chamados “shoppings populares” ou “camelódromos”, criados muitas vezes com o apoio do poder público, e que emergem como uma tentativa de ocupação do espaço urbano e de regulação da economia informal (*ibid.*).

De acordo com Cleps (2009, p. 333 – 334):

Fazendo parte do urbano, a figura do ambulante é a própria imagem do centro das cidades, visto que o comércio informal ultrapassa as barreiras do planejamento urbano [...] Essa nova modalidade de comércio faz parte do cotidiano das áreas centrais das cidades. Muitas vezes estão, inclusive, localizados em frente aos estabelecimentos de comércio formais. O resultado desse comércio é um conjunto de atividades econômicas heterogêneas, onde não existe o predomínio de relações assalariadas, mas sim de profissionais autônomos. Funciona, portanto, como uma atividade de baixa capitalização e produtividade, pois, geralmente, tem uma baixa ou nenhuma capacidade de geração de excedentes. Caracteriza-se, assim, como uma atividade que busca enfrentar o desemprego e os baixos salários cada vez mais presentes em diferentes países que compõem o sistema capitalista atual. O uso e a forma de apropriação dos espaços pela sociedade através do dinamismo humano revelam anseios, temores e rejeições. Neste sentido, os espaços são selecionados, organizados, reorganizados e transformados. Assim sendo, o ambiente urbano não é apenas a imagem da cidade, ele é a expressão das relações sócio-culturais aí presentes.

Segundo Sayad, o trabalho providencia o nascimento e a existência do imigrante, de forma que quando não há trabalho, é negada a sua existência e isso “[...] o empurra para não ser” (Sayad, 1998, p. 55). Na sociologia, o trabalho é um conceito essencial que tem sido amplamente estudado por autores influentes. Bourdieu (1984), por exemplo, examina como o trabalho afeta a estrutura das classes sociais e como as ocupações afetam as distinções sociais. Em contraste, Sennett (1998) explora os efeitos do trabalho moderno na identidade pessoal e na coesão social, ao passo que Bauman (2003) discute as mudanças nas relações de trabalho e seu impacto na forma como as pessoas constroem relacionamentos e identidades em um mundo em constante mudança. Estes, entre tantos outros teóricos que se debruçaram sobre

esta temática, nos permitem compreender o trabalho como um fenômeno complexo e diverso que extrapola a simples atividade econômica, influenciando as estruturas sociais, as identidades individuais, a motivação e a motivação cultural.

O trabalho do imigrante, por sua vez, é aquele que o mercado de trabalho lhe atribui nos lugares que são convenientes, sendo, portanto, importante que observemos que a concentração da moradia desses imigrantes em periferias está longe de ser uma coincidência ou uma escolha: é uma condição de sobrevivência do sistema vigente, o qual explora esse imigrante como mão de obra, ao passo que acentua as diferenças sociais e a segregação urbana. Ao imigrante é dada a oportunidade de criar relações socioespaciais onde é oportuno ao capital, ao qual o poder público serve mais do que ao povo. Relegados, muitas vezes, a condições “sub” (submoradia, subemprego, subvida), o que lhes resta é a periferia das cidades onde eles podem ser invisibilizados, obscurizados e segregados, para que não sejam inoportunos. Independentemente do seu grau de instrução, eles acabam em uma posição segregada tanto no mercado de trabalho quanto na cidade, o que pode ser observado na figura 10 que aponta a concentração da moradia dos imigrantes/refugiadas/refugiados do Haiti e da Venezuela - os dois maiores grupos residentes no município atendidos pelo Taare - em Uberlândia em 2022, o que se dá, basicamente, em setores periféricos da cidade.

Figura 10 - Concentração de moradia de imigrantes/refugiados haitianos e venezuelanos em Uberlândia - 2023¹⁶.



Autor: Albino (2022).

Fonte: TAARE (2022).

¹⁶ Os bairros circulados em vermelho, da esquerda para a direita são: Tocantins, Custódio Pereira, Santa Luzia e arredores; circulado em rosa, ao Norte: Santa Rosa, Pacaembu, Marta Helena e arredores; circulado em amarelo: região central e adjacências, como Osvaldo Rezende, Martins, Bom Jesus etc.; E circulado em roxo, na região Sudoeste: Jardim Canaã e arredores.

Nas relações sociais cotidianas, a situação dos imigrantes, refugiadas e refugiados também é desigual. Nas interações com brasileiros, por exemplo, quando há algum conflito, a relação de forças sempre pende em favor da sociedade do país de destino, gerando descontentamentos que levam os recém-chegados a considerar e a tentar deixar o Brasil – ainda que não consigam estabelecer um prazo para isso, em virtude das suas limitações econômicas. Isso se dá porque aos imigrantes, refugiadas e refugiados, que vêm em uma situação de vulnerabilidade, é relegada uma posição de devedores, enquanto os brasileiros se veem como credores dessa relação, assumindo um caráter dominante que visa a moralização daqueles que chegam.

Ilustrando essa situação, ocorreu em 2018 um evento sobre imigrantes em uma escola técnica em Belo Horizonte, em que as participantes, principalmente da Venezuela e do Haiti, compartilharam suas histórias, motivos para migrar e os desafios diários enfrentados. No encerramento, um fotógrafo de um jornal de renome abordou duas palestrantes, mãe e filha, venezuelanas, de maneira abrupta, solicitando que se posicionassem em frente a um banner e apresentassem seus passaportes para serem fotografadas. Essa solicitação deixou as mulheres constrangidas e temerosas. Intervi, explicando que elas não precisavam mostrar qualquer documento, mas o fotógrafo insistiu, afirmando que era necessário para a matéria. As mulheres, compreensivelmente desconfortáveis, se sentiram ameaçadas, dado o contexto de refúgio e medo de perseguição política. Felizmente, outras pessoas presentes se juntaram a nós e conseguiram afastar o repórter, que, inexplicavelmente, se achava no direito de exigir a exibição dos documentos dessas mulheres.

Ainda sobre relações desiguais, uma situação especialmente delicada envolveu uma família afegã de alunos em relação ao proselitismo religioso, a quem atribuirei nomes fictícios. Youssef, que foi servidor do alto escalão do Ministério do Comércio do Afeganistão, e sua esposa Layla, servidora do Ministério dos Assuntos das Mulheres, perderam seus empregos quando o Talibã assumiu o poder após a retirada das tropas americanas em 2021. Nessa época, sua filha Khadija tinha apenas quatro anos. A perda de emprego já era uma situação difícil, mas foi agravada pela perseguição que o grupo extremista empreendeu contra funcionários do governo anterior, especialmente aqueles envolvidos com temas que consideravam inaceitáveis, como os direitos das mulheres. Layla relatou que, ao se confirmar a tomada de poder pelo Talibã, eles tentaram vender seus bens, incluindo dois carros e uma casa de alto padrão, conseguindo um valor muito abaixo do esperado, insuficiente até para cobrir o custo de um dos carros em condições normais. Sem alternativa e temendo por suas

vidas, ao testemunhar amigos sendo perseguidos e executados, aceitaram o pouco dinheiro que conseguiram e, com grande dificuldade e medo, fugiram para o Paquistão. No Paquistão, Youssef contou que a família permaneceu por cerca de seis meses, sem falar o idioma local, sem assistência e sem perspectivas. Eles tinham receio de sair do apartamento que alugaram, pois havia rumores de que paquistaneses entregavam afegãos ao Talibã por recompensas. Com os recursos se esgotando e mudando de cidade em cidade para evitar captura, o casal pesquisou na internet países que ofereciam refúgio e encontrou o Brasil como uma possibilidade. Layla relatou que chegar a São Paulo foi tão ou mais assustador quanto suas experiências anteriores. Desembarcaram no aeroporto sem saber o que fazer ou para onde ir, enfrentando a barreira linguística — apenas Youssef falava inglês, enquanto Layla e Khadija só falavam persa. Seguindo informações que conseguiram, foram para o centro da cidade e se depararam, no início da noite, com uma área dominada por marginalidade e uso de drogas. Youssef me confidenciou, com um semblante assustado que o centro de São Paulo, à noite, fez ele sentir mais medo do que jamais sentira no Afeganistão. Por fim, conseguiram encontrar uma hospedagem modesta e permaneceram lá trancados por três dias, até terem coragem de sair novamente.

Em seu desespero, o casal enviou e-mails para a ACNUR e a Al-jazeera, buscando orientação e ajuda no Brasil. Foram orientados a ir para Uberlândia, onde a Cátedra Sérgio Vieira de Melo (CSVM), vinculada à Universidade Federal, poderia assisti-los. Com o pouco dinheiro que restava, compraram passagens para Uberlândia, já com uma reserva em um albergue em um bairro menos central. Chegando lá, tentaram usar um carro de aplicativo para ir à universidade, a cerca de 7 km de distância, mas sem CPF, não puderam fazer o registro necessário. Assim, caminharam sob o sol do meio-dia, enfrentando ladeiras e becos suspeitos da cidade desconhecida, com Khadija chorando de medo, cansaço e calor. Ao chegarem na CSVM, foram recepcionados e encaminhados ao Taare, que providenciou um abrigo provisório em uma igreja evangélica.

No primeiro mês em que ficaram alojados na igreja, puderam finalmente descansar e processar os acontecimentos recentes. Khadija estava profundamente assustada, arredia, chorosa e com medo de interações sociais, o que desesperava sua mãe. A comunidade religiosa se revezava para levar três refeições diárias à família além de oferecer uma geladeira com petiscos e bebidas. Foi nesse período que conheci a família, quando foram convidados a contar sua história na TV, de forma anônima. Fui solicitada como intérprete para mediar o

diálogo com a repórter, que realizava a matéria para chamar a atenção sobre a importância de apoiar pessoas imigrantes e refugiadas (figura 11).

Figura 11 - captura de tela da matéria gravada com o casal afegão para o jornal MGTV 1ª edição – Uberlândia, 2022.



Fonte: Globoplay, 2022.¹⁷

Após a gravação, o casal compartilhou uma situação delicada: sendo muçulmanos e felizes em sua fé, eles não tinham intenção de se converter ao cristianismo. Contudo, desde que foram acolhidos na igreja, eram diariamente convocados para os cultos e, ocasionalmente, chamados ao palco durante discursos dos pastores, cuja língua não compreendiam e sequer sabiam o que era falado, enquanto observavam sacolas serem enchidas com doações dos fiéis. Eles deixaram claro que eram muito gratos pela hospitalidade e gentileza, mas estavam exaustos, traumatizados, desesperados, temerosos pela família que ficou para trás, e tudo o que desejavam um espaço para descansar, longe de aglomerações e exposição constante de sua história. Mesmo assim, sentindo-se em dívida pela ajuda recebida, acabaram participando dos cultos, apesar do desconforto e efeitos psicológicos.

Sayad (1998, p. 53) afirma que, a esses imigrantes, as exigências que lhes são percebidas como provações humilhantes sempre revelam a desconfiança com que são encarados, afinal, “[...] marcá-lo como um suspeito [...] é a função objetiva das verificações de documentos múltiplas (que não são sempre verificações policiais)”, situações essas que ocorrem,

¹⁷ Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/10476551/>>. Matéria 16 de abril de 2022.

[...] muitas vezes de forma intempestiva e, nas circunstâncias atuais, não desprovidas de certo excesso de zelo e de manifestações de mau-humor, de mostrar constantemente seus documentos, de apresentar, para cada um de seus mínimos gestos, em qualquer circunstância e na frente de todos (não só para a polícia), a prova de sua identidade (documento de identidade), da regularidade de sua presença (título de estadia), de seu domicílio (recibo de aluguel), de seu trabalho (*hollerith*), de sua renda (comprovações que podem ser até a exibição de recibos pessoais). Um imigrante: “É incrível como essa sociedade tem confiança. As folhas de pagamento, só isso; em todo lugar em que você se apresenta, só lhe pedem isso! O que você é aqui? Você é só uma folha de pagamento por mês. Como se tivessem medo de que você comesse o pão deles [...] Com a gente, os imigrantes, isso chega muito longe: é logo a suspeita, não é o regulamento [...]; com a gente, é preciso provar que a gente ganha o nosso dinheiro, sem isso você está roubando, você está mendigando, é a mesma coisa, você vira suspeito. [...] Um imigrante é feito para trabalhar, você tem que provar que está trabalhando; se você não trabalha, então pra que você serve? [...] No correio, para mandar seu dinheiro [...], no seguro social [...], você precisa provar que ganhou seu dinheiro, que você trabalha, que não roubou [...]. Até para morrer, quando você não morreu no trabalho, você precisa provar que trabalha; de outro jeito, você não pode morrer” (Sayad, 1998, p. 53).

Exemplificando essa citação, em agosto de 2020, no auge da crise causada pela pandemia do Coronavírus, a Polícia Militar, em parceria com a prefeitura de Uberlândia, deflagrou uma operação de fiscalização no centro da cidade de Uberlândia, confiscando mercadorias e prendendo imigrantes que vivem do comércio ambulante no centro da cidade. Durante a operação, a polícia não poupou o uso da violência e de balas de borrachas, e muitos comerciantes estrangeiros, que tiram seu sustento única e exclusivamente do comércio ambulante, tiveram todas as suas mercadorias confiscadas e, conseqüentemente, o seu sustento comprometido. Tal operação foi articulada com o pretexto de coibir aglomerações durante o período da pandemia, o que é curioso, posto que a postura do município em relação ao vírus foi negligente e negacionista, recomendando amplamente o uso de medicações comprovadamente ineficazes para o tratamento da Covid-19, não seguindo as medidas estaduais impositivas de *lockdown*¹⁸ e registrando um dos maiores índices de mortalidade do país¹⁹.

Destarte, se assumirmos o posicionamento de Sayad (1998) de que o trabalho é o que providencia o surgimento do imigrante, podemos concluir que a sua inexistência ou a sua oferta inadequada o impede de ser propriamente integrado à sociedade e de criar condições de existência social, política, cultural e humanitária. Nesse contexto, o comércio informal aparece muitas vezes como única alternativa a imigrantes, refugiadas e refugiados que tentam uma nova vida em um país em crise, como o Brasil, ainda que tal alternativa não seja estável, suficiente e tampouco livre de conflitos. O neoliberalismo engendra crises financeiras e

¹⁸ Vide: <<https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2021/03/com-prefeito-defensor-de-cloroquina-uberlandia-enfrenta-alta-de-casos-e-ocupacao-de-100-dos-leitos.shtml>>. Acesso em 17/07/2022.

¹⁹ Vide: <<https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/30932/uberlandia-tem-mais-mortes-por-covid-a-cada-100-mil-habitantes-do-que-22-capitais-brasileiras>>. Acesso em 17/07/2022

econômicas repetidas, ao mesmo tempo em que cria insegurança permanente, estresse, ansiedade e depressão num grande número de assalariados devido ao risco iminente de desemprego (Lipovetsky e Serroy, 2015), em um contexto em que a economia informal aumenta todos os dias em função dos níveis de desemprego nas cidades (Carlos, 2007).

Assim, imigrantes, refugiadas e refugiados em situação de vulnerabilidade que vêm para o Brasil têm se deparado com inúmeros obstáculos à realização dos seus objetivos e sonhos, sendo alguns deles o acesso precarizado ao emprego, à moradia e à cidade. O trabalho dessas pessoas é aquele que o mercado de trabalho lhes atribui nos lugares que são convenientes, como no setor informal. É através das atividades informais que muitos têm conseguido, ainda que de forma insuficiente, uma renda que lhes permita existir e permanecer no país. Contudo, é necessário pensar naquilo que o próprio imigrante e refugiado projeta naquela condição, pois, provavelmente, eles e os seus criam e também recriam projetos de vida.

Embora a maior parte das sujeitas e sujeitos dessa pesquisa habite nas periferias, é durante o exercício das atividades laborais que eles têm acesso às áreas centrais da cidade, em conformidade com o sistema capitalista que segrega e inclui conforme é interessante para a sua manutenção. Aos habitantes “indesejados” das cidades são ofertadas áreas onde

[...] o preço do metro quadrado é menor, as moradias são menores, umas ao lado das outras em terrenos pequenos, com pouco ou nenhum verde, em alguns lugares, apresentam-se amontoadas num misto de auto-construção e favelas, construídas em terrenos pouco valorizados onde se aglomera uma massa de trabalhadores e desempregados, em locais cada vez mais distantes daquele de trabalho (o que os obriga a gastos excessivos de horas de transporte, inúmeras baldeações, diminuindo mais ainda o tempo de lazer, além dos custos que consome o já “minguado” salário do trabalhador). A tônica é a quase ou total inexistência de infraestrutura (rede de água, luz, esgoto, limpeza pública, asfalto, escolas, pronto-socorros, hospitais, etc.) caracterizando-se como áreas de condições sub-humanas de moradia (Carlos, 2007, p. 98).

Tida como problema e, ao mesmo tempo, como “válvula de escape”, a informalidade do imigrante deve ser entendida como aspecto inerente às relações produtivas atuais em que uma nova forma de escravidão – sem qualquer estatuto jurídico – emerge e coloca os mais vulneráveis em posição servil. Da mesma forma como acontece com os imigrantes pobres e refugiadas e refugiados que chegam à Europa, dentre os quais muitos são brasileiros, a realidade que pessoas imigrantes e refugiadas buscam quando vêm para o Brasil não existe (Zizek, 2018), nem mesmo para os brasileiros, que lidam há anos com altos índices de desemprego, violência e falta de infraestrutura. No desenvolver do processo migratório, sonhos têm sido frustrados devido à reduzida oferta de emprego – a maioria mal remunerado

– e às condições periféricas de vida que são oferecidas a essas pessoas, pobres, em situação de vulnerabilidade que vêm para este país. Mas o sonho, ainda que encontre um limite, uma parede, uma frustração, resiste; mesmo que, para existir, precise mudar de forma. Porque quando o medo da exclusão acomete imigrantes, refugiadas e refugiados e tornam o lugar impossível de se permanecer, o sonho vem como potência que torna aceitável abandonar tudo aquilo que se conhecia.

Desse modo, devemos analisar como essas pessoas, agora no Brasil, mesmo em condições de frustrações e miséria, podem estar vivendo para além da condição de sobrevivência, porque muitos seguem migrando para outros estados e países, enquanto outros seguem buscando diariamente melhores condições de vida. Para quem permanece resistindo, mesmo que sem qualquer garantia de êxito, desistir não é uma possibilidade, e o sonho, em seu ciclo de mudança e adaptação, os impele para frente. Cabe pontuar que isso não quer dizer que eles estejam fora da miserabilidade, mas que são resilientes²⁰, fazendo, portanto, necessário que analisemos como essa condição se revela.

Lily, uma imigrante haitiana, exemplifica de forma clara os desafios e as complexidades vividas por pessoas imigrantes em situação de vulnerabilidade. Quando a conheci, em 2021, ela tinha 27 anos e era mãe de duas crianças pequenas, que permaneceram no Haiti sob os cuidados de primas. A barreira linguística foi evidente desde o início, pois ela só conseguia se comunicar em crioulo haitiano, o que restringia integração social no país. Sua trajetória migratória começou antes de sua chegada ao Brasil: inicialmente, deixou o Haiti em busca de oportunidades na República Dominicana, onde viveu de maneira precária por dois anos, trabalhando em bicos que lhes permitiram juntar dinheiro para tentar a sorte no Chile. Contudo, a estadia no Chile foi breve — menos de um ano —, devido a vários desafios: as condições climáticas adversas, a dificuldade em encontrar trabalho e a falta de acolhimento. Para Lily, o frio foi o maior obstáculo. Posteriormente, Lily chegou ao Brasil de ônibus, tendo Belo Horizonte como sua primeira parada. Lá, encontrou certo conforto vivendo próxima a outros haitianos, o que facilitava sua adaptação. No entanto, engravidou novamente e passou por conflitos familiares com seu irmão, com quem morava, que não aceitou a nova gravidez. Por conta disso, mudou-se para Uberlândia, onde foi acolhida por uma amiga e deu à luz à sua

²⁰ Conforme exploraremos melhor no capítulo 3, a resiliência pode ser compreendida como um processo dinâmico de superação de adversidades, mediado por fatores internos e externos ao indivíduo. De acordo com Rutter (1999), trata-se da capacidade de enfrentar estressores de maneira adaptativa, sem ser uma característica fixa do sujeito. Luthar *et al.* (2000) reforçam que a resiliência depende da interação entre fatores de risco e adaptação positiva, não sendo uma qualidade pessoal estática. Essa capacidade pode variar conforme o contexto, apresentando formas distintas em diferentes indivíduos e situações.

filha. Perdemos o contato por um tempo, mas, em 2024, ao encontrar por acaso sua prima em um supermercado, ela me disse que Lily havia se mudado para São Paulo, levando consigo a bebê. Segundo a prima, a escolha por São Paulo se deu pelas oportunidades e pela presença de uma grande comunidade haitiana, que incluía alguns amigos.

A trajetória de Lily reflete, como tantas outras histórias de pessoas imigrantes e refugiadas, não apenas seu esforço contínuo para garantir melhores condições para si e para sua família, mas, sobretudo, sua busca incessante por pertencimento. Sua mobilidade constante e seus recomeços reiteram o desejo profundo de encontrar um lugar para chamar de lar. Durante nossas conversas, Lily mencionava que enviava sempre que podia pequenas quantias de dinheiro para suas filhas no Haiti e que seu maior sonho era trazê-las para morar com ela. Ela se emocionava ao falar das crianças, reconhecendo que a quantia necessária para realizar esse sonho estava fora de seu alcance no momento, mas sem que isso a fizesse desistir.

A trajetória de Lily evidencia sua luta por dignidade e pertencimento, revelando que, mais do que sobreviver, seu anseio, como o de muitas em situações semelhantes, é construir um espaço onde possa finalmente estabelecer raízes e viver com conforto e segurança cercada pela sua família. Nesse contexto, a categoria lugar pode ser esclarecedora, pois ela indica espaço de pausa, de projeto de vida, de consenso, de dissenso, de arranjos e de estratégias que se estruturam na perspectiva do trabalho, das relações sociais, dos vínculos sociais e territoriais possíveis e contextuais de cada pessoa em condições de precarização, assim como de família e grupo social.

CAPÍTULO 2

DIÁLOGOS COM AS CATEGORIAS E APROXIMAÇÕES TEÓRICAS EMPÍRICAS COM AS PROBLEMÁTICAS DE PESQUISA

O meu interesse sobre a temática migratória nasceu sem quaisquer pretensões de recorte de gênero posto que, em um primeiro momento, a seletiva crise humanitária global e a forma como ela se tornava visível no Brasil e, mais especificamente, no contexto da Região Metropolitana de Belo Horizonte, por si só, já me chamavam atenção o suficiente para me debruçar academicamente sobre a temática desde 2017. De forma geral, as maiores dificuldades enfrentadas por pessoas imigrantes e refugiadas podem variar dependendo do contexto e das circunstâncias de cada pessoa. No entanto, no decorrer desta pesquisa as mais recorrentes que podemos elencar têm sido:

1) Barreiras linguísticas e culturais: conseguir se comunicar, criar laços, acessar seus direitos, o mercado de trabalho, formalizar acordos e contratos, entre outros, são questões centrais na vida de uma pessoa imigrante e refugiada que chega em um novo país. Quando a língua e a cultura se apresentam como barreiras, o processo de adaptação, de absorção e de lugarização dessas pessoas na nova localidade se dá de forma extremamente precária, lenta e dolorosa, causando efeitos que repercutem em seu bem-estar material e emocional. Corroborando esse ponto de vista, Wang & Schimmele (2018, p. 6) afirmam que: "[...] A comunicação é fundamental em quase todos os aspectos da vida, e a falta de proficiência em língua estrangeira impede o acesso aos recursos básicos, como emprego, moradia, saúde e educação";

2) Xenofobia e demais formas de discriminação: ainda que exista no Brasil o mito da democracia racial e a falsa impressão de que somos um povo amistoso e receptivo, a verdade é que frequentemente os imigrantes e refugiados são vítimas de discriminações em razão de suas religiões, culturas, hábitos, origens, entre outros. Conforme Bloch (2016, p. 3): "[...] A cor da pele, o nome, o sotaque e a religião podem ser fontes de estigmatização e preconceito, o que torna mais difícil para os refugiados se integrarem à sociedade anfitriã";

3) Dificuldades econômicas: conforme McKay et al. (2018, p. 4) "A maioria dos imigrantes e refugiados enfrenta desafios econômicos, como dificuldade em encontrar empregos estáveis e remunerados adequadamente". Ainda que eles tenham habilidades, experiência profissional, instrução, que tivessem uma carreira de anos de experiência em seus

países de origem, geralmente eles não têm oportunidades nas mesmas áreas no país de destino, que dificulta ou sequer lhes dá a oportunidade de reconhecimento de tais habilidades “[...] o que torna difícil encontrar empregos em suas áreas de especialização. Além disso, muitas vezes enfrentam barreiras linguísticas e culturais que dificultam a busca por emprego” (*ibid.*).

4) Problemas de saúde mental: salvo aquelas aventureiras que têm gosto por viajar e desbravar o mundo, as pessoas desejam pertencer. Quando se cria laços com um lugar, com as pessoas deste lugar, quando você se reconhece pertencente à cultura de um país, onde todos ou a maioria compartilham hábitos e formas de se expressar semelhantes às suas, você tende a querer constituir a sua vida ali, no lugar que te proporciona conforto emocional. No decorrer dessa pesquisa, tem sido possível verificar que o maior sonho de imigrantes e refugiados era poder dar continuidade em suas vidas em seus países de origem, contanto com condições de vida, de trabalho e de segurança que lhes permitissem estar cercados pelos seus. Assim, deixar tudo para trás para buscar recomeçar a vida em um país que tem uma língua e uma cultura completamente diferente das deles tem um impacto emocional muito profundo em suas vidas, principalmente quando as condições encontradas no país de destino estão longe de ser as ideais, como é o caso do Brasil. Acerca disso, Steel *et al.* (2017, p. 2) defendem que “[...] a migração pode causar estresse e trauma, que podem levar a problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático”, sendo os refugiados ainda mais propensos a “[...] desenvolver esses problemas, pois muitas vezes são forçados a deixar suas casas e famílias e enfrentam incertezas sobre seu futuro” (*ibid.*).

Por uma série de acontecimentos que narro com detalhes em minha dissertação (Albino, 2019), eu pude vivenciar situações que me permitiram perceber que as mulheres que imigram e buscam refúgio no Brasil se encontram em uma situação de vulnerabilidade ainda maior que a dos homens, e que é, portanto, fundamental fazer um recorte de pesquisa que enfoque as relações de gênero entre esses grupos para entendermos tais vulnerabilidades, ao mesmo passo em que a sua resistência e resiliência, em meio às adversidades do cotidiano, são fundamentais para a construção dos seus lugares de pertencimento no território e na sociedade brasileira.

Nesse contexto, a resistência pode ser, em suma, compreendida como a capacidade de uma pessoa ou grupo em manter-se firme e contrapor-se a fatores externos que ameaçam seu estado atual, preservando valores, crenças e práticas, ainda que sob pressão. Por outro lado, a resiliência vai além da mera resistência, posto que esta implica a habilidade de adaptar-se e transformar-se em meio a crises e mudanças, conservando, ou até mesmo aprimorando, a

integridade e a funcionalidade. Enquanto a resistência diz respeito a uma postura de fixação e luta, a resiliência envolve flexibilidade e adaptabilidade, permitindo a reconstrução e a evolução em meio às adversidades.

A fenomenologia reforça essa análise ao permitir que eu, enquanto pesquisadora, envolva minhas próprias percepções e experiências ao longo do processo de pesquisa. Entendo meu corpo como um instrumento de pesquisa, conforme a visão de Merleau-Ponty, que afirma que “o corpo é nosso meio geral de ter um mundo” (Merleau-Ponty, 1999, p. 203). Essa abordagem possibilita que eu capture não apenas as percepções das mulheres imigrantes e refugiadas, mas também minhas próprias reações e interpretações diante de suas histórias de resistência e resiliência. A pesquisa fenomenológica valoriza, assim, a subjetividade e a experiência direta, permitindo que a compreensão do tema se desenhe no espaço compartilhado entre pesquisadora e participantes.

Essa perspectiva é fundamental para analisar de forma profunda como as mulheres imigrantes e refugiadas constroem seus lugares de pertencimento, pois, como aponta Bicudo (2011, p. 54), “a subjetividade não é um obstáculo, mas o próprio campo onde a compreensão do mundo se desenha”. Assim, ao incluir minhas percepções e sensações no processo, a fenomenologia transforma a pesquisa em um exercício de vivência compartilhada, onde a resistência e a resiliência dessas mulheres se tornam experiências tangíveis que também afetam o meu olhar e a minha compreensão. Esse envolvimento não só ilumina as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, mas também reflete a profundidade de sua força em transformar desafios em possibilidades de pertencimento ao lugar e de processos de viver nesse novo lugar.

São várias as disciplinas que abordam a relação entre gênero e feminismo, tais como a sociologia, a psicologia, a antropologia e a história. Essas disciplinas investigam como o gênero é construído socialmente, como as normas e estereótipos de gênero são reproduzidos e mantidos em diferentes contextos culturais e como o feminismo tem desafiado esses padrões. Nesse contexto, muitas autoras e autores argumentam que o gênero é uma construção social e não uma característica biológica fixa: Butler (1990), por exemplo, afirma que o gênero é um ato performativo que é repetido e reforçado pela sociedade, ou seja, criado e mantido através de práticas culturais e sociais, como formas de se vestir, linguagem e comportamento, em vez de ser uma propriedade natural do corpo. A autora afirma que, enquanto construção social, o gênero pode ser reconstruído e desfeito de formas que não se encaixam nas normas heteronormativas e binárias.

A ideia de que o gênero é uma construção social é fundamental para o feminismo, posto que o movimento busca desafiar e mudar as normas sociais que colocam as mulheres em uma posição de inferioridade. Beauvoir (2016), defende que as mulheres são construídas socialmente como "outros" em relação aos homens e que sua subordinação é resultante da posição social e cultural que lhes é atribuída. Assim, o feminismo busca alterar os padrões de gênero que perpetuam a desigualdade entre homens e mulheres e reclama a igualdade de direitos, de oportunidades e de liberdades para todas as pessoas, independentemente de seu gênero.

Por outro lado, embora muitas vezes se fale do feminismo em voz singular, a realidade é que hoje ele é diverso e possui várias correntes. Isso ocorre porque as experiências das mulheres globalmente não são homogêneas, e as feministas nem sempre concordam em todas as reivindicações por viverem realidades diferentes. No entanto, independentemente do recorte, um princípio central norteia as diferentes correntes do movimento: a demanda pela plena humanidade das mulheres. Nesse sentido, Christine de Pisan, uma escritora medieval, argumentava já em 1405 que as mulheres pertenciam ao povo de Deus e à raça humana tanto quanto os homens e afirmava que elas não gostavam de ser estupradas, embora os homens pudessem acreditar que sim (Anderson e Zinsser, 2007). Em seu livro "A Cidade das Mulheres", Pisan criou uma cidade utópica onde três mulheres (Razão, Retidão e Justiça) protegiam-nas da hostilidade, violência e injustiça masculina. No século XVII, Mary Astell, conhecida como "a primeira feminista inglesa", defendeu a igualdade de oportunidades educacionais para as mulheres de sua época e perguntava: "Se todos os homens nascem livres, como é que todas as mulheres nascem escravas?" (*ibid*).

É importante pontuar que o que coloca as mulheres em uma posição de inferioridade e submissão aos homens não é natural ou biológico, mas sim o resultado de crenças, valores humanos, relações culturais e sociais que podem e devem ser mudadas. O patriarcado, ou a hegemonia dos homens sobre as mulheres (seus corpos, famílias, sexualidade), opera por meio do sexismo para colocá-las em uma posição de inferioridade. O que é considerado feminino *versus* masculino, quais atividades são esperadas que as mulheres realizem em comparação com os homens, e o que é considerado apropriado para meninas *versus* meninos, tudo isso faz parte desse sistema. Nesse sentido, as escrituras sagradas têm sido historicamente usadas como uma fonte de orientação e justificação para as relações patriarcais, que sustentam a ideia de superioridade masculina e subordinação feminina em diversas culturas e sociedades. Isso ocorre porque muitos textos religiosos apresentam uma visão de mundo que privilegia os homens como líderes e responsáveis pela tomada de

decisões em diferentes contextos, reforçando a desigualdade de gênero. Como exemplo, podemos olhar para a Bíblia para analisar a forma como as mulheres são vistas na escritura sagrada e refletir sobre como isso impacta na construção dos papéis de gênero nas sociedades com grande influência cristã, como o Brasil. No livro de Gênesis, quando Deus tira uma costela de Adão e cria Eva a partir dela, Ele diz: "Esta, sim, é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, porque do homem foi tirada." (Bíblia, 2000, Gênesis 2:18, 21-23). Ou seja, de acordo com essa perspectiva, desde o início, as mulheres foram criadas para existir para os homens, para atender às suas necessidades e preencher um vazio.

Ademais, ainda de acordo com o livro cristão, é a mulher que sucumbe ao pecado, à serpente, à falta de discernimento quando aceita a maçã e leva o homem ao erro. Como punição, Deus lhe impõe a dor do parto: "À mulher Ele [Deus] disse: Multiplicarei grandemente a dor da tua concepção; em dor darás à luz filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará." (*ibid.*, Gênesis 3:16). Assim, a passagem bíblica atribui à mulher a experiência dolorosa do parto como uma consequência do pecado original, além de fazer referência à hierarquia conjugal em que a vontade da mulher estará subordinada à dominação do homem.

Nesse contexto, são muitas as autoras e autores que argumentam que a Bíblia contém elementos que reforçam o patriarcado e o machismo. Ackerman (2013), por exemplo, afirma que a tradição judaico-cristã é profundamente androcêntrica e aponta que a linguagem bíblica é frequentemente masculina, que a liderança e a autoridade são geralmente associadas aos homens e que as mulheres, geralmente, são retratadas como subordinadas e passivas. Ruether (1974) argumenta que o livro sagrado foi usado para justificar a subordinação das mulheres ao longo da história: ela pontua que muitos textos bíblicos foram interpretados para justificar discriminação contra as mulheres além de conter muitas histórias de violência sexual e física contra estas.

Rompendo com esse padrão religioso, a figura da Pomba Gira nas religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé, é um arquétipo que desafia as concepções tradicionais de feminilidade, frequentemente encontradas nas religiões cristãs ocidentais. Pomba Gira é um espírito que personifica a força, a independência e a sensualidade feminina, rompendo com as normas patriarcais e machistas. Ligiéro (2013, p. 45) destaca que "a Pomba Gira simboliza a liberdade e a quebra de tabus, especialmente relacionados à sexualidade e ao papel da mulher na sociedade". Assim, ao contrário da visão tradicional de submissão feminina, a Pomba Gira celebra a autonomia e o poder feminino, proporcionando um modelo

de feminilidade que é ativo e assertivo – e, por isso, as religiões tradicionais tendem a chamar tal figura, juntamente com as religiões que a evocam, como representantes de Satanás.

Além de seu papel como símbolo de liberdade sexual, a Pomba Gira é também uma figura representativa do feminismo dentro dessas tradições religiosas. Cumino (2024, p. 31) afirma que "Pombagira por si só é uma ameaça ao mundo conservador, tradicional, heteronormativo, colonial, patriarcal, machista, hipócrita". Ao permitir que as mulheres explorem e expressem sua sexualidade de maneira positiva e sem estigmas, a Pomba Gira contribui para o fortalecimento das mulheres, ajudando-as a rejeitar a submissão imposta por normas sociais e religiosas tradicionais. Essa afirmação de autonomia é particularmente significativa em contextos em que as mulheres enfrentam opressão e desigualdade de gênero. Além disso, a Pomba Gira serve como um canal de resistência e empoderamento²¹, oferecendo às mulheres uma figura com quem se identificar e através da qual podem explorar questões de identidade e poder pessoal. Prandi (2001, p. 76) observa que "[...] a Pomba Gira não apenas aceita, mas celebra a sexualidade feminina como uma força poderosa e positiva". Ao se conectar com a Pomba Gira, as mulheres se reapropriam de sua força e se libertam das restrições impostas pelas estruturas patriarcais, encontrando um espaço para autoafirmação e resistência. Portanto, ela é uma figura crucial para o fortalecimento das mulheres nas religiões afro-brasileiras, servindo tanto como inspiração para a resistência contra o patriarcado quanto como um modelo de feminilidade empoderada. Através de sua celebração da liberdade, autonomia e poder feminino, ela ajuda a desafiar e transformar as narrativas tradicionais de gênero, oferecendo um espaço para que as mulheres possam explorar e afirmar suas identidades de forma plena e sem restrições.

Por outro lado, as religiões que cultuam a Pomba Gira no Brasil tenham suas origens nas crenças trazidas pelos escravizados da África, a colonização de corpos, mentes e crenças através da violência e opressão levou à conversão forçada de muitos ao cristianismo. Esse sincretismo foi muitas vezes insuficiente para preservar as práticas espirituais africanas em

²¹ O conceito de empoderamento é amplamente discutido por autoras feministas e está associado ao processo de ganho de autonomia, tanto individual quanto coletiva, por parte de grupos marginalizados. A autora *bell hooks* (2013) enfatiza que o empoderamento feminino está relacionado ao reconhecimento das próprias capacidades e à luta por equidade em um sistema patriarcal que perpetua desigualdades. Para *hooks*, o empoderamento ocorre quando as mulheres desenvolvem uma consciência crítica acerca das opressões que enfrentam e atuam coletivamente para transformá-las. De forma complementar, Paulo Freire (2005) define o empoderamento como um processo essencialmente coletivo, no qual os oprimidos tomam consciência de suas condições e, por meio da ação conjunta, transformam a realidade. Em sua obra, Freire destaca a importância da "conscientização" como uma prática de libertação, onde o diálogo e a *práxis* (ação e reflexão) são fundamentais para que grupos marginalizados não apenas reconheçam sua opressão, mas também atuem organizadamente para mudá-la. Esse enfoque no empoderamento como um processo coletivo ressignifica o poder como algo construído na participação e na transformação social.

sua forma original, resultando na adaptação ou abandono dessas tradições. Aqueles que não conseguiram manter suas crenças foram forçados ou convencidos a adotar um cristianismo que visava pacificá-los e controlá-los, evitando revoltas contra os opressores e promovendo a submissão às estruturas coloniais. Um exemplo disso é o fato de que em 2020 uma pesquisa Datafolha apontou que a maioria dos evangélicos e católicos no Brasil são mulheres e negros (Romano, 2020). O público feminino representa 58% dos frequentadores de igrejas evangélicas e 51% das católicas, enquanto pretos e pardos correspondem a 59% e 55% dos fiéis, respectivamente. A maioria desses grupos possui renda mensal de até dois salários-mínimos (48% dos evangélicos e 46% dos católicos) e escolaridade até o ensino médio (49% e 42%) (*ibid.*).

2.1 O LUGAR E O ESPAÇO VIVIDO

Na Geografia, o lugar desempenha um papel fundamental nos movimentos populacionais, pois é nele que imigrantes e refugiados se inserem e estabelecem suas relações com o ambiente e a sociedade local. O lugar é entendido como uma construção social, que resulta da interação entre as características físicas e culturais do ambiente e as práticas sociais dos indivíduos que o ocupam (Relph, 1976). A relação entre as pessoas imigrantes e refugiadas e o lugar é mediada por uma série de fatores, que vão desde as condições materiais de vida e trabalho até as dimensões simbólicas e culturais da identidade e do pertencimento. Nesse sentido, os estudos geográficos sobre imigração têm como objetivo compreender as dinâmicas territoriais que envolvem a inserção e a convivência dessas pessoas nos lugares de destino, analisando tanto as relações de poder e exclusão quanto às possibilidades de inserção social e pertencimento.

Conforme destaca Tuan (2013), o lugar é um elemento fundamental na construção da identidade dos indivíduos, pois é nele que se desenvolvem as práticas cotidianas, as experiências afetivas e as relações interpessoais que constituem o sentido de pertencimento. A relação entre os recém chegados e o lugar pode ser marcada por tensões e conflitos, quando as diferenças culturais e étnicas são percebidas como ameaças à identidade e à coesão social dos lugares de destino. Por outro lado, essa relação também pode ser marcada pela construção de assimilações, sincretismos, pontes de diálogo e de intercâmbio cultural, que possibilitam o reconhecimento e a valorização da diversidade como um aspecto fundamental da sociedade contemporânea. Na Geografia, a relação entre imigração e lugar é estudada a partir de diferentes abordagens teóricas que buscam compreender como a imigração influencia a organização do espaço e as dinâmicas sociais de uma determinada região. A partir dessas

perspectivas, é possível analisar como a imigração pode gerar transformações na paisagem, na economia, na cultura e na política dos lugares em que ocorre.

O feminismo, enquanto movimento social e político, tem se dedicado a analisar as relações de poder entre os gêneros e as questões relacionadas às mulheres em diversas esferas da vida, incluindo o espaço geográfico. A perspectiva feminista propõe uma reflexão crítica sobre o papel das mulheres no espaço e como suas experiências são moldadas por questões de gênero, raça, classe e outras formas de opressão. Destarte, o feminismo e a categoria geográfica lugar estão interligados, posto que as mulheres experimentam o espaço de forma diferenciada dos homens, e a construção do lugar é permeada por relações de poder, afeto, desafeto e pertencimento que precisam ser compreendidas criticamente. O lugar pode ser entendido como um produto social, um espaço carregado de significados, em que as relações de gênero são fundamentais para a construção e apropriação desses significados, bem como para a definição de quais lugares são considerados públicos ou privados, seguros ou perigosos, acessíveis ou inacessíveis para as mulheres. Assim, a análise feminista do lugar permite compreender e transformar as desigualdades espaciais e sociais que afetam as mulheres. Essa relação entre as lutas sociais e o lugar tem sido objeto de estudo e reflexão de diversas áreas do conhecimento, como a Geografia, a Sociologia, a Antropologia e a História, que têm demonstrado que o lugar é um elemento fundamental na compreensão das desigualdades sociais e das lutas por justiça e igualdade.

O lugar pode ser entendido como um espaço socialmente construído, que é marcado pelas relações repulsa e atração, conforto e desconforto, afeto e desafeto, poder e dominação que ocorrem nele. Tais relações podem afetar de maneira desigual diferentes grupos sociais, criando condições de desigualdade e exclusão, de modo que as lutas sociais emergem como movimentos que buscam transformar essas condições, buscando garantir um lugar digno e justo para todos. A partir dessa perspectiva, o lugar se torna um elemento central nas lutas sociais. Por exemplo, as lutas por moradia, transporte público acessível e de qualidade, acesso aos serviços públicos, entre outras, estão diretamente relacionadas à questão do lugar. Assim, essas lutas buscam questionar e transformar as condições de vida dos grupos marginalizados, que muitas vezes são excluídos tanto dos espaços públicos quanto dos privados, vivendo em condições precárias e desfavoráveis, tornando a relação entre as lutas sociais e o lugar complexa e múltipla. Como destaca David Harvey, "[...] o lugar é um elemento central na compreensão das lutas sociais, pois é nele que as pessoas vivem, trabalham e lutam por seus direitos" (Harvey, 1996, p. 129). Assim, as lutas sociais também são influenciadas pelo lugar,

já que as condições de vida e as relações de poder que ocorrem nele podem afetar a organização e a mobilização dos sujeitos que reivindicam seus direitos.

O lugar não é uma entidade física isolada, mas sim uma construção social complexa que é resultado das interações humanas e das relações sociais que se desenvolvem no tempo e no espaço e a sua construção é um processo social e histórico que envolve múltiplos fatores, como a história, a cultura, a economia e a política. Existem diferentes conceitos de lugar nas ciências humanas, que são construídos a partir de perspectivas teóricas e metodológicas distintas, dentre os quais elencamos:

- Lugar como espaço vivido: esse conceito é central na Geografia Humanista e Cultural, e se refere à compreensão do lugar como experiência subjetiva, resultante da interação entre o sujeito e o ambiente em que vive. Para o geógrafo Yi-Fu Tuan, "[...] o lugar é um espaço com significado, que é percebido e vivido de maneira subjetiva pelo indivíduo" (Tuan, 2013, p. 6).

- Lugar como construção social: este conceito se baseia na perspectiva sociológica e antropológica e enfatiza a ideia de que o lugar é construído socialmente por meio das relações sociais e dos significados atribuídos pelos diferentes grupos que o habitam. Para o antropólogo Marc Augé, "[...] o lugar é um espaço socialmente construído, que é permeado por relações sociais e por significados culturais" (Augé, 2005, p. 69).

- Lugar como território: conceito na Geografia Política, se refere à sua compreensão como um espaço territorial delimitado, que é objeto de disputas políticas e econômicas. Para o geógrafo Milton Santos, "[...] o lugar é um território que é objeto de disputas políticas e econômicas, e que é construído a partir das relações sociais que nele se estabelecem" (Santos, 2002, p. 64).

- Lugar como cenário: aqui temos uma perspectiva da Antropologia Visual que enfatiza a ideia de que o lugar pode ser compreendido como um cenário que é construído a partir das representações visuais e dos discursos que o relacionam a outros lugares. Para o antropólogo Tim Ingold, "[...] o lugar pode ser compreendido como um cenário, que é construído pelas representações visuais e pelos discursos que o relacionam a outros lugares" (Ingold, 2000, p. 18).

- Lugar como experiência de pertencimento: conceito central na Sociologia, refere à compreensão do lugar como uma experiência de pertencimento e de identidade, construída a partir das relações sociais e culturais que se estabelecem no espaço. Para o sociólogo Anthony Giddens, "[...] o lugar é uma experiência de pertencimento e de identidade, que é construída a partir das relações sociais e culturais que se estabelecem no espaço" (Giddens, 1991, p. 83).

O conceito de lugar na pesquisa migratória e nos estudos de relações sociais está profundamente ligado às ideias de pertencimento, identidade e significação. O lugar não deve ser entendido como apenas um espaço físico, mas um espaço vivido, dotado de experiências subjetivas e afetivas que o tornam significativo para aqueles que o habitam. Para mulheres imigrantes e refugiadas, construir um lugar de pertencimento em um novo território é um processo marcado pela resistência e resiliência diante de desafios como discriminação, segregação e vulnerabilidade.

Assim, é possível compreender que todos esses conceitos se interconectam e são essenciais para perceber como as pessoas desenvolvem suas relações com o espaço e buscam construir e reafirmar suas identidades e relações de pertencimento. Entender que o corpo como um meio fundamental para experienciar o mundo nos permite interpretar as vivências dessas mulheres não apenas como respostas a um ambiente, mas como construções ativas de um sentido de lar e comunidade. Nesse sentido, a construção do lugar é um processo dinâmico e contínuo, que envolve tanto a produção material do espaço quanto a criação de sentidos e significados. Como aponta Harvey, "o lugar não é apenas um espaço físico, mas é também um espaço de representação simbólica, que é construído e transformado pela atividade humana" (Harvey, 1996, p. 128). Esse enfoque fenomenológico revela como o "lugar" é ressignificado pelas experiências de adaptação, superação e integração, onde as relações de pertencimento emergem como processos dinâmicos e pessoais que conectam o indivíduo à sua nova realidade social e cultural.

As relações de pertencimento dizem respeito às formas como as culturas humanas são construídas e transmitidas de geração em geração. A perspectiva antropológica entende os imigrantes e refugiados como agentes ativos na construção de novas formas de pertencimento, que, não raramente, envolvem uma combinação de elementos culturais de seus países de origem não só com os do país no qual eles residem, como também das comunidades que os cercam, o que pode incluir sujeitos de diferentes nacionalidades. Assim, a cultura é algo dinâmico, que se adapta e se transforma no contexto da migração e da construção de novas identidades, muitas vezes híbridas, com novas formas de expressão.

A identidade pode ser entendida como o conjunto de características que definem um indivíduo ou grupo, incluindo as características culturais, sociais, políticas e históricas e a sua construção é fundamental para a relação de pertencimento das pessoas imigrantes e refugiadas que enfrentam desafios significativos para se adaptar a um novo ambiente e estabelecer novas conexões sociais e culturais, o que pode levar a uma sensação de deslocamento e falta de

pertencimento. Por isso, a construção da identidade é fundamental para a adaptação e para o estabelecimento de novas formas de pertencimento.

Harvey (1996) destaca a relevância do espaço e do território na construção de identidades coletivas e relações sociais. A fenomenologia complementa essa visão ao entender essas identidades não apenas como produtos de dinâmicas socioespaciais, mas como vivências carregadas de significado para as pessoas migrantes, que se relacionam com o espaço de forma única. Esse sentido de comunidade e pertencimento, observado nas áreas urbanas com presença significativa de imigrantes, pode ser visto como um processo de ressignificação de suas próprias identidades, em que o lugar se torna uma extensão das experiências vividas.

Para Soja (1996), as experiências migratórias produzem novas relações sociais e transformações no espaço, conduzindo à formação de novas identidades e à redefinição do pertencimento. Essas transformações não são apenas fenômenos observáveis, mas experiências profundas, onde o espaço e o território se tornam parte do ser das pessoas, moldando e sendo moldadas pelas suas percepções e sentimentos de integração e pertencimento.

Sayad (1998) demonstra que o espaço dos deslocamentos transcende a dimensão física, abarcando também aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que podem ser analisados por diversas áreas do conhecimento. Em seus estudos, o autor examina como os imigrantes negociam suas relações com os lugares de origem e destino, e como esse processo influencia a construção de suas identidades. Essa análise ganha profundidade ao considerarmos as experiências subjetivas dos migrantes durante essas transições espaciais e culturais, reconhecendo que suas percepções e sentimentos são constitutivos de suas identidades em movimento.

Através de seus corpos e vivências concretas, essas pessoas experimentam as transformações impostas pelos deslocamentos, fazendo com que o espaço deixe de ser um mero cenário externo para se tornar parte integrante de seu ser. Sayad (1998) critica ainda o fato de que esses grupos frequentemente são relegados a posições marginais no mercado de trabalho de seus países de destino, servindo como mão de obra barata em postos convenientes para o sistema, mas que oferecem apenas o mínimo - ou menos - em termos de direitos e dignidade.

Essas experiências de exclusão podem ser compreendidas através de seu impacto direto no sentido de pertencimento e na autoestima dessas pessoas, que enfrentam não apenas deslocamentos geográficos, mas também reposicionamentos sociais que os marginalizam. A

abordagem de Sayad nos permite entender como a migração não é simplesmente uma mudança de localização, mas um complexo processo de reconstrução identitária que ocorre em meio a estruturas de poder e hierarquias sociais preexistentes.

Nesse sentido,

[...] Assim, como trabalhador, é preciso que seja alojado, mas então o pior dos alojamentos (que ele consegue sozinho) é amplamente suficiente; como doente, é preciso que seja tratado (isso por ele mesmo, e talvez muito mais para a segurança dos “outros”), mas que seja da forma mais rápida e econômica, sem tomar sempre o tempo e o cuidado de que uma situação particular requer, principalmente no caso de doenças mentais (que, em sua maioria, são de origem sociológica ou ao menos comportam uma importante dimensão sociológica); o mais das vezes casado e pai de família, não seria possível proibi-lo de trazer para junto de si, dentro de certos limites e sob certas condições, sua mulher e seus filhos - não se poderia nem mesmo impedi-lo indefinidamente de fazê-lo, principalmente quando manifesta tal desejo [...]. (Sayad, 1998, p. 58).

O teórico cultural jamaicano-britânico Stuart Hall (2003) chama atenção para o fato de que a identidade é uma construção histórica e que as nossas sociedades são compostas por muitos povos de origens diferentes, porque o homem se move, uma vez que “[...] todos que estão aqui pertenciam originalmente a outro lugar.” (Hall, 2003, p. 30). O que remete à canção do uruguaio Jorge Drexler, atualmente residente na Espanha, filho de árabes-judeus que fugiram da perseguição nazista para viver em uma comunidade católica em Bolívia:

Apenas nos pusimos en dos pies. Comenzamos a migrar por la sabana. Siguiendo la manada de bisontes. Más allá del horizonte, a nuevas tierras lejanas.

Los niños a la espalda y expectantes. Los ojos en alerta, todo oídos. Olfateando aquel desconcertante. Paisaje nuevo, desconocido.

Somos una especie en viaje. No tenemos pertenencias, sino equipaje. Vamos con el polen en el viento. Estamos vivos porque estamos en movimiento.

Nunca estamos quietos. Somos trashumantes, somos padres, hijos, nietos y bisnietos de inmigrantes. Es más mío lo que sueño que lo que toco. Yo no soy de aquí, pero tú tampoco. Yo no soy de aquí, pero tú tampoco. De ningún lado del todo y, de todos lados un poco.

Atravesamos desierto, glaciares, continentes. El mundo entero de extremo a extremo. Empecinados, supervivientes. El ojo en el viento y en las corrientes. La mano firme en el remo. Cargamos con nuestras guerras. Nuestras canciones de cuna. Nuestro rumbo hecho de versos. De migraciones, de hambrunas. Y así ha sido desde siempre, desde el infinito. Fuimos la gota de agua, viajando en el meteorito. Cruzamos galaxias, vacío, milênios. Buscábamos oxígeno, encontramos sueños.

Apenas nos pusimos en dos pies. Y nos vimos en la sombra de la hoguera. Escuchamos la voz del desafío. Siempre miramos al río, pensando en la otra rivera.

Somos una especie en viaje. No tenemos pertenencias, sino equipaje. Nunca estamos quietos, somos trashumantes. Somos padres, hijos, nietos y bisnietos de inmigrantes. Es más mío lo que sueño, que lo que toco. Yo no soy de aquí, pero tú tampoco. Yo no soy de aquí, pero tú tampoco. De ningún lado del todo y, de todos. Lados un poco.

*Los mismo con las canciones. Los pájaros, los alfabetos. Si quieres que algo se muera, déjalo quieto.*²²
(Drexler, 2017).

A imigração é um fenômeno fundamental para a manutenção da vida das pessoas, uma prática enraizada na história desde os tempos mais remotos. Desde as eras glaciares, os seres humanos migraram em busca de melhores condições de vida, água, alimentos e segurança, configurando um movimento essencial para a adaptação e continuidade da espécie. No entanto, a migração transcende a mera sobrevivência biológica. Ela também carrega consigo a busca por sonhos, pertencimento e novas oportunidades. Ao se deslocarem, os migrantes não apenas garantem sua subsistência, mas também constroem novas identidades, estabelecem laços comunitários e contribuem para o enriquecimento cultural dos locais onde se estabelecem. Esse processo contínuo e complexo de mobilidade humana ressalta a importância da imigração não apenas como uma resposta a crises imediatas, mas como um elemento inerente à evolução e ao desenvolvimento das sociedades humanas ao longo dos milênios.

As estruturas da sociedade em cada período histórico impactam profundamente a vida dos imigrantes, moldando suas experiências e oportunidades de integração. Em contextos em que políticas migratórias são inclusivas e há um robusto sistema de apoio social, os imigrantes têm maiores chances de prosperar, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento econômico e cultural da sociedade que os acolhe. Entretanto, em ambientes onde prevalecem a xenofobia, a discriminação e a falta de suporte institucional, os imigrantes frequentemente enfrentam barreiras significativas, que limitam suas possibilidades de inserção social e profissional. Estas estruturas sociais, econômicas e políticas influenciam diretamente a capacidade dessas pessoas de acessar direitos fundamentais, como educação,

²² Música composta pelo musicista e compositor Jorge Drexler, lançada em 2017. Em português: “Logo que nos colocamos em dois pés e começamos a migrar pela Savana. Seguindo o rebanho de bisontes, mais além do horizonte, para novas terras distantes. As crianças nas costas e expectantes. Olhos em alerta, todos ouvidos. Cheirando aquela desconcertante paisagem nova, desconhecida. Somos uma espécie em viagem. Não temos pertences, apenas a bagagem. Vamos com o pólen ao vento, estamos vivos porque estamos em movimento. Nunca estamos quietos, somos transumantes, somos pais, filhos, netos e bisnetos de imigrantes. É mais meu o que sonho do que o que toco. Eu não sou daqui, e você tampouco. Eu não sou daqui, mas você tampouco. De nenhum lado do todo, de todos os lados um pouco. Cruzamos deserto, geleiras, continentes. O mundo inteiro de ponta a ponta, teimosos, sobreviventes. O olho no vento e nas correntes, a mão firme no remo. Nós carregamos com nossas guerras nossas canções de ninar. Nosso caminho feito de versos de migrações, de fomes. E assim tem sido desde sempre, desde o infinito. Nós fomos a gota de água, viajando no meteorito. Cruzamos galáxias, vácuo, milênios. Buscávamos oxigênio, encontramos sonhos. Apenas ficamos em dois pés e nos vimos na sombra da fogueira. Nós ouvimos a voz do desafio, sempre olhamos para o rio, pensando na outra ribeira. Somos uma espécie em viagem. Não temos pertences, apenas a bagagem. Vamos com o pólen ao vento. Estamos vivos porque estamos em movimento. Nunca estamos quietos, somos transumantes. Somos pais, filhos, netos e bisnetos de imigrantes. É mais meu o que sonho do que o que toco. Eu não sou daqui, e você tampouco. Eu não sou daqui, mas você tampouco. De nenhum lado do todo, de todos os lados um pouco. O mesmo com as músicas, os pássaros, os alfabetos. Se você quer que algo morra, deixe-o quieto.” [tradução nossa].

saúde e emprego, afetando, por conseguinte, sua qualidade de vida e a percepção de pertencimento. Analisando como as experiências dos imigrantes se relacionam com as estruturas políticas, econômicas e culturais dos lugares envolvidos, Hall reforça que:

Nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas. Aqueles aos quais originalmente a terra pertencia, em geral, pereceram há muito tempo – dizimados pelo trabalho pesado e a doença. A terra não pode ser “sagrada”, pois foi “violada” – não vazia, mas esvaziada. Todos que estão aqui pertenciam originalmente a outro lugar. Longe de constituir uma continuidade com os nossos passados, nossa relação com a história está marcada pelas rupturas mais aterradoras, violentas e abruptas. [...] O que denominamos Caribe nasceu de dentro da violência e através dela. A via para a nossa modernidade está marcada pela conquista, expropriação, genocídio, escravidão, pelo sistema de engenho e pela longa tutela da dependência colonial (Hall, 2003, p. 30).

O já mencionado Mbembe (2019), importante teórico político no campo dos estudos pós-coloniais e na filosofia política contemporânea, ficou conhecido por seu trabalho crítico sobre o colonialismo, o racismo e a globalização. Em um artigo de 2019, ele aponta que a capacidade de decidir quem pode se mover, e estabelecer onde e sob quais condições, é algo cada vez mais central nas lutas políticas por soberania, cidadania, nacionalismo, segurança e liberdade. A partir da expansão colonial do ocidente e o desenrolar do capitalismo, as fronteiras se relacionam cada vez mais com questões como “[...] a quem pertence a terra? Quem tem o direito de reivindicar partes dela e os vários seres que nela habitam? Quem determina sua distribuição ou divisão?” (Mbembe, 2019). Assim, o autor pontua que o poder da fronteira está em sua capacidade de controlar as múltiplas distribuições das populações, sejam elas humanas ou não humanas, o que afeta diretamente as forças vitais de todos os seres.

Em seu livro *Políticas da Inimizade* (2016), Mbembe se aprofunda nessa temática ao analisar como a inimizade é construída e utilizada como uma ferramenta política para justificar a dominação e a exclusão dos grupos considerados como "outros". Examinando a política da inimizade em diferentes contextos, como a escravidão, o colonialismo, a guerra e a globalização, o autor entende que a inimizade é um elemento central na produção de identidades políticas e sociais, ao passo que a violência é frequentemente utilizada como uma ferramenta para justificar a exclusão e a dominação dos "outros", daqueles que são marcados como diferentes. Correlacionando essa análise com a crise humanitária global, uma forma de controlar a entrada de imigrantes e refugiados em seus territórios adotadas por muitos países é através da disseminação de notícias que geram pânico em sua população, geralmente relacionadas ao aumento da violência, à competição por postos de trabalhos, à saturação e queda da qualidade dos serviços públicos, ao aumento da população de rua e mendicância nas cidades, entre outras, muitas vezes propagadas sem qualquer respaldo e comprovação. Assim,

a inimizade pode ser entendida como um sentimento que “[...] emerge quando se percebe o outro como uma ameaça a ser destruída, quando se vê o outro como uma presença que perturba, contamina e intoxica a ordem natural das coisas” (Mbembe, 2016, p. 10).

Analisando a relação entre inimizade e a violência, o autor entende que esta é frequentemente utilizada para reforçar a posição de poder dos grupos dominantes: “A violência é o meio pelo qual o Estado faz cumprir a inimizade, transformando-a em um princípio de ordem” (*ibid.*, p. 89), justificando, assim, a violência estatal contra certos grupos sociais, como os povos colonizados, os imigrantes e os refugiados.

De acordo com Arendt (1951), no pensamento liberal clássico, duas configurações de movimento frequentemente entram em conflito: o movimento como manifestação de liberdades e o movimento como uma ameaça à ordem. Para a autora, o Estado liberal enfrenta o paradoxo de promover a liberdade e o movimento enquanto mantém a ordem, a estabilidade e a segurança. Ela também destaca que o Estado liberal se opõe à livre circulação de pessoas, pois estas não podem ser facilmente assimiladas.

Arendt (1951) usa o exemplo dos estados coloniais na África, que no século XIX travaram batalhas para fixar e capturar pessoas nos territórios colonizados. Capturar os “incapturáveis” significava soberania, controle territorial e a capacidade de exercer monopólio sobre o território e as pessoas, não apenas através da força, mas também pela cobrança de impostos. Portanto, assim como nos estados coloniais, os estados contemporâneos frequentemente veem os migrantes e refugiados como ameaças à liberdade, à segurança e à ordem.

Arendt (2007) discute como o conceito de liberdade está intrinsecamente ligado ao movimento das pessoas e às estruturas de poder que regulam esse movimento. A autora elabora que os sistemas políticos modernos criam um paradoxo ao promover a ideia de liberdade enquanto a restringem por meio de regulamentações. Assim, ela destaca que a liberdade de movimento é frequentemente vista como uma ameaça à ordem estabelecida, resultando em uma tensão entre os ideais do liberalismo e as realidades da governança. Arendt (2007) acrescenta que, embora algumas regiões, como o Espaço Económico Europeu (EEE)²³, tenham tratados que facilitam a circulação interna, essas liberdades não são aplicadas universalmente: o acordo do EEE permite a livre circulação de pessoas, serviços e capital entre seus estados membros, refletindo um compromisso regional com valores liberais. No

²³ O Espaço Económico Europeu (EEE) agrega os 27 Estados-Membros da União Europeia (UE) mais três países membros da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) - Islândia, Listenstaine e Noruega -, num mercado único, sujeitos às mesmas regras.

entanto, essas liberdades são muitas vezes inacessíveis para indivíduos de regiões menos afluentes ou politicamente estáveis, como países da África Subsaariana, Oriente Médio e partes da América Central e do Sul, que enfrentam barreiras significativas à mobilidade devido a questões econômicas, conflitos e instabilidade política. Essa dicotomia ressalta as limitações das promessas liberais de liberdade e destaca como as dinâmicas de poder econômico e político moldam as realidades da migração e do movimento. Assim, o panorama global da migração é marcado por uma aplicação seletiva da liberdade, profundamente influenciada por hierarquias socioeconômicas e agendas políticas (Arendt, 2007). Tais percepções estão alinhadas com argumentos apresentados por outros estudiosos, que observam que o movimento de pessoas muitas vezes perturba as noções de ordem e estabilidade impostas pelos estados, necessitando uma análise crítica de como as políticas podem reconciliar os ideais de liberdade com as demandas de segurança e soberania (Honig, 1995).

Embora haja uma tendência de marcar o outro como inimigo e impor limites às liberdades, especialmente dos mais pobres, é inegável que a função essencial de uma fronteira é ser atravessada. Essa ideia está enraizada na própria natureza das fronteiras, que existem para serem transpostas (Mbembe, 2019). Sassen (2014) destaca que a mobilidade sempre foi um elemento vital para qualquer transformação social e para a organização espacial e territorial do mundo. A autora argumenta que a mobilidade é uma condição determinante para a sobrevivência, especialmente em tempos de crise. Ela enfatiza que a estagnação pode aumentar significativamente os riscos enfrentados pelas pessoas, assim como Drexler defende no final de sua canção: em tempos de adversidade, o movimento se torna não apenas uma escolha, mas uma necessidade urgente. As crises humanitárias globais empurram as pessoas a se deslocarem, muitas vezes abandonando tudo o que possuem, em busca de sobrevivência, de uma vida melhor, de trabalho, moradia, liberdade e felicidade.

Reforçando essa ideia, certa vez, uma migrante colombiana - que chamarei de Suelen - compartilhou uma reflexão profundamente simbólica sobre sua experiência: que migrar é como assinar sua própria declaração de óbito, já que a pessoa precisa escolher morrer para tentar voltar a viver em outro lugar. Seu relato descrevia o imperativo de abandonar quase tudo o que havia vivido anteriormente - não apenas bens materiais, mas sua identidade, história e laços afetivos. Ela pontuou que é preciso dizer adeus a si mesma, já que, sem essa renúncia, torna-se impossível criar uma nova vida. Esta poderosa metáfora revela a complexidade existencial da migração: um processo que exige não apenas a travessia física de fronteiras, mas uma verdadeira morte e renascimento simbólicos. A “declaração de óbito”

mencionada por Suelen expõe a contradição fundamental da experiência migratória - para construir um novo começo, é preciso primeiro sepultar o eu anterior, com todas suas referências culturais e afetivas.

No caso das mulheres migrantes como Suelen, essa violência ontológica assume dimensões ainda mais profundas. Enquanto reconstroem suas identidades em terras estrangeiras, elas frequentemente carregam sozinhas o peso de sustentar famílias inteiras, enfrentando duplas ou triplas jornadas em empregos precarizados, além da constante ameaça de assédio e exploração. Sua metáfora da morte simbólica ganha assim contornos concretos - o “eu”, que precisa morrer, inclui não apenas sua história pessoal, mas, muitas vezes, suas aspirações profissionais, sua autonomia corporal e até seu direito ao luto pelas perdas sofridas

Mesmo em um mundo globalizado que facilita a circulação de mercadorias e capitais, a mobilidade de pessoas ainda encontra muitas restrições e barreiras, sejam elas físicas ou simbólicas, e é a necessidade de existir e resistir motiva muitos a se arriscarem na busca de construir seus lugares de pertencimento. Sassen (2014) observa que, apesar das dificuldades impostas pelas fronteiras e pelas políticas restritivas, a ânsia por um futuro melhor impulsiona os indivíduos a desafiar essas barreiras e a procurarem novas oportunidades e segurança em outras regiões. Este movimento constante reflete não apenas a luta pela sobrevivência, mas também o desejo humano inerente de buscar uma vida digna, onde possam encontrar não apenas segurança física, mas também um sentido de comunidade e pertencimento. A migração, portanto, é mais do que uma simples movimentação de pessoas; é um fenômeno complexo em busca de um lugar que envolve sonhos, aspirações e a busca por uma vida melhor, algo que ressoa profundamente em todas as eras da história humana.

A esse respeito, anteciparei parte do relato de uma ex-aluna de Burkina Faso, que chamarei de Fátima, cuja história esmiuçarei com mais detalhes à frente, mas que ilustra bem a busca pelos sonhos no processo migratório e de refúgio. Durante a pandemia de Covid-19, pouco antes do final do semestre online, Fátima entrara mais cedo que os colegas na sala de aula e, com o filho mais velho ao seu lado, intermediando nossa conversa, conseguimos ter uma parca comunicação. Ela confidenciou que pensava que tinha uma vida precária que antes de vir para o Brasil; que dar à luz aos dois filhos na aldeia teriam sido difíceis; que deixar a casa da mãe quando jovem tinha sido doloroso..., mas, que nada disso teria sido tão difícil quanto fugir do seu país para vir para o Brasil. O adolescente traduziu, como pode, que antes, os sonhos da mãe eram simples, mas estavam alinhados com a realidade que ela conhecia e com a qual se habituara ao longo de toda vida . Naquele momento, em meio ao desconhecido, ela não sabia com o que sonhar, o que esperar. O marido já havia falado que o Brasil não era

bom, dando a entender que talvez eles migrassem novamente, para algum lugar como o México, com destino para os EUA. Assim, embora fosse difícil sonhar com um futuro em um país tão diferente como o Brasil, onde ela não conheceria as fronteiras e as possibilidades do sonho, isso certamente se tornou ainda mais difícil quando ela passou a não saber o que viria depois, se esta seria a sua realidade ou se outra viria. De fato, pouco mais de seis meses após nossos encontros no curso online de português, eles seguiriam rumo à América Central, em direção aos EUA, já que uma entrada direta em solo estadunidense era impossível. Atualmente, não sei qual destino eles tomaram, mas tal relato foi muito poderoso porque toda imigrante, além de um ser que desloca pelo espaço, é uma pessoa com sonhos, paixões e ambições, que são moldadas de acordo com sua realidade.

Tuan (2013) desenvolve uma abordagem fenomenológica para entender o lugar como uma experiência subjetiva e emocional. Para ele, o lugar é "[...] um centro de experiência humana" (Tuan, 2013, p. 6), onde as pessoas encontram significado e propósito em suas vidas, cuja percepção é moldada pelas experiências pessoais e culturais, bem como pelas características físicas do ambiente. Para o autor, o lugar "[...] é uma experiência subjetiva moldada por fatores objetivos, tais como a topografia, o clima, a vegetação e as construções, bem como por fatores subjetivos, tais como as expectativas, as memórias, os desejos e as emoções." (ibid.). Assim, ele pode ser caracterizado por sua singularidade e identidade distintiva, que são moldadas por fatores culturais, históricos e sociais, sendo produto da interação entre as pessoas e o ambiente físico. Ademais, Tuan argumenta que:

O lugar é um ponto de referência para a identidade pessoal e coletiva, uma fonte de estabilidade e segurança, e uma fonte de significado e propósito na vida. É através do lugar que as pessoas se conectam com suas comunidades e com o mundo natural, e é através do lugar que elas encontram significado em suas vidas (Tuan, 2013, p. 6).

Tuan (2013) salienta que o lugar não é um conceito estático, mas sim dinâmico, que muda ao longo do tempo, moldado pela história e pelas mudanças sociais e culturais. Nesse contexto, o processo de lugarização pode ser entendido como uma construção social, que envolve a atribuição de significados e valores a um espaço físico em que as vidas dos sujeitos e sujeitas desta pesquisa são reorganizadas a partir de suas relações com os lugares nos quais elas são possíveis de serem vividas. Viver no lugar implica expor o processo de reconstrução da vida em suas várias dimensões - política, econômica, comunitária cultural, religiosa, entre outras -, uma vez que os conflitos, tensões, silenciamentos, disputas e resiliências relativas e relacionais são contínuos e dinâmicos, e a vida se torna a mistura do que as pessoas são com o lugar. A respeito da resiliência que permeia a vida dessas pessoas, Norris *et al.* (2008, p. 136) afirmam que

Community resilience encompasses not just the ability to recover from adversity but also the development of social support networks and the preservation of cultural identity, which act as pillars of strength and social cohesion, essential for overcoming crises and reinforcing community bonds.²⁴

Assim, a lugarização comparece na vida dessas pessoas como arranjos e estratégias de vida a partir do momento em que elas “mergulham” no lugar a partir daquilo que são, das suas habilidades como trabalhadores e das virtuosidades que lá encontram. De tal modo, este processo de lugarização pode ser entendido a partir de três dimensões principais: a espacial, a social e a simbólica.

Clifford (1997) afirma que a dimensão espacial do processo de lugarização é fundamental para a construção da identidade de um lugar. Para o autor, “[...] a geografia física é um ingrediente crítico na construção de lugares, uma vez que ela fornece os elementos básicos de localização, topografia, clima e ecologia, que são a base para a construção da cultura e da história” (Clifford, 1997, p. 4). Já a dimensão social refere-se aos aspectos relacionais do lugar, ou seja, às formas como as pessoas interagem entre si e com o espaço físico, e inclui as relações de poder e dominação que se estabelecem no lugar, bem como as formas de organização social que emergem a partir dessas relações. Para Massey (1994), a dimensão social é fundamental para a compreensão do processo de lugarização, uma vez que ela é responsável por definir as formas como as pessoas se relacionam com o espaço e entre si. Segundo a autora, “[...] o lugar não é apenas um espaço físico, mas uma configuração de relações sociais e políticas que se desdobram ao longo do tempo” (Massey, 2005, p. 5).

Assim sendo, a dimensão simbólica refere-se aos significados atribuídos ao lugar pelas pessoas que o habitam ou o frequentam. Tal dimensão inclui os valores, crenças, mitos e narrativas que são construídos em torno do lugar e que o tornam significativo para as pessoas. Nesse contexto, para Tuan (2013), a dimensão simbólica é fundamental para a construção da identidade de um lugar. Segundo o autor, “[...] o lugar é uma construção social, que envolve a atribuição de significados e valores a um espaço físico. Esses significados e valores são construídos a partir das experiências das pessoas que habitam ou frequentam o lugar” (*ibid.*, 41).

Portanto, o processo de lugarização envolve a interação entre essas três dimensões, que se combinam e se reforçam mutuamente para construir a identidade de um lugar que, no caso em estudo, decorre de um vivido tenso, mas que revela também momentos de pausa,

²⁴ Em português: “A resiliência comunitária envolve não apenas a capacidade de se recuperar de adversidades, mas também a construção de redes de apoio e a preservação da identidade cultural, funcionando como pilares que fortalecem a coesão social essencial para a superação de crises e o fortalecimento das relações coletivas” [tradução nossa].

retomada e projeções da continuidade da vida. Esse processo é influenciado por fatores históricos, culturais, políticos e econômicos, que moldam as formas como as pessoas se relacionam com o espaço e entre si, e envolve a construção social de um espaço físico através da atribuição de significados e valores humanos por parte das pessoas que o habitam ou frequentam. Esse processo pode estar relacionado tanto a sentimentos positivos, como a topofilia, que inclui o sentimento de afeto em relação ao lugar, quanto a sentimentos negativos, como a topofobia, que diz respeito ao medo e à repulsa. Isso se torna nítido quando percebemos que, ao mesmo tempo em que muitos imigrantes vêm para Uberlândia, conseguem emprego, arrumam moradia, criam laços, se vinculam a alguma religião e conseguem, mesmo em meio à precariedade, remeter dinheiro aos seus familiares em seus países de origem, muitos outros, passados alguns meses menos frutíferos e/ou aquém das suas expectativas, decidem se mudar para outra cidade ou até mesmo para outro país, prometendo a si mesmos que jamais voltarão para uma cidade que lhes foi tão hostil.

Assim, a importante relação entre topofobia e migração tem sido discutida por diversos estudiosos das ciências sociais e humanas. Para Massey (1994), a topofobia é um dos principais fatores que motivam a migração, uma vez que muitas pessoas deixam seus lugares de origem em busca de novos lugares onde se sintam mais seguras e confortáveis. A autora destaca, no entanto, que a topofobia não se refere apenas ao medo ou aversão a um lugar específico, mas também pode estar relacionada a fatores como a falta de identificação com o lugar, a sensação de isolamento ou de exclusão social. Sob esse ponto de vista, é possível compreender como a experiência subjetiva da topofobia — vivida corporalmente e emocionalmente — impacta a relação de imigrantes, refugiadas e refugiados com o espaço e com o desejo de deslocamento, pois evidencia o quanto o lugar é sentido, muitas vezes, como um espaço que oprime ou exclui.

Molina (2016), defende que a topofobia é um fator fundamental para entender a migração de pessoas que fogem de conflitos armados ou de perseguições políticas ou religiosas, uma vez que ela se configura uma resposta emocional natural à violência e à insegurança, que leva as pessoas a buscarem novos lugares onde possam se sentir mais seguras.

Não obstante, a topofobia também pode estar relacionada a fatores culturais e identitários. Segundo Appadurai (1996), o quadro antagônico à topofilia pode ser entendido como uma resposta emocional à perda de laços culturais e identitários com o lugar de origem. Para o autor, a migração pode ser vista como uma forma de reconstruir esses laços, através da busca por novos lugares onde as pessoas possam recriar suas identidades culturais. Cresswell

(2010), por sua vez, coaduna com essa ideia ao dizer que as pessoas buscam constantemente novos lugares onde possam se sentir mais confortáveis e seguras. Para o autor, a mobilidade humana é um processo contínuo de busca por novos lugares, que é motivado tanto pela aversão a lugares específicos quanto pela busca por novas oportunidades e experiências. Assim, a fenomenologia permite analisar o processo migratório como uma resposta direta ao modo como o corpo e a mente experienciam o espaço, sugerindo que a migração é tanto um processo de afastamento de um lugar que gera desconforto quanto de aproximação de um lugar que oferece possibilidade de pertencimento e renovação de laços culturais e identitários.

Neste trabalho reconhecemos que grande parte das mulheres imigrantes e refugiadas vivem em uma condição de subordinação aos homens, porque são, muitas vezes, silenciadas pela cultura, pela família, pelas relações patriarcais, pela fé, entre outros, o que restringe a sua capacidade de expressar e perseguir seus próprios desejos e aspirações, resultando em um alinhamento muitas vezes involuntário com as trajetórias dos homens migrantes. O Relatório Anual do OBMIGRA de 2022 (Cavalcanti *et al.*, 2022) traz importantes considerações a respeito das questões de gênero na imigração para o Brasil: a despeito do que acontecera na primeira década dos anos 2000, a partir de 2015 vem ocorrendo um processo de feminização das migrações e um aumento contínuo na chegada de crianças e adolescentes imigrantes, solicitantes da condição de refugiados e refugiadas no país. Desse modo, no ano de 2021, foi contabilizado, um total de 151.155 imigrantes, dos quais 67.772 eram mulheres, ou seja, quase a metade dos imigrantes registrados. Essa tendência que, na verdade, começou a despontar já em 2011, muito se deve ao fato de que imigrantes e refugiadas passaram a vir em segundas e terceiras ondas migratórias - antecedidas por ondas majoritariamente masculinas -, para reencontrar seus pares e familiares, em grande parte através de processos de autorização de residência com base em reunião familiar. Foi somente nos últimos dois anos enquanto voluntária no Taare que tenho percebido o movimento de algumas mulheres imigrando sozinhas para o Brasil, sendo a maioria oriunda da Venezuela e do Haiti.

A filósofa estadunidense Nancy Fraser (2007) tem se debruçado sobre as interconexões entre migração e gênero, articulando uma análise crítica que considera a migração como um fenômeno que reflete dinâmicas de desigualdade de gênero: "[...] os processos migratórios muitas vezes exacerbam as desigualdades de gênero preexistentes, expondo as mulheres a exploração econômica, violência e restrições no acesso a recursos e direitos" (Fraser, 2007, p. 125). A autora pondera que as estruturas de poder patriarcais são perpetuadas na diáspora, de modo que a justiça de gênero deve ser um componente essencial da luta pelos direitos dos migrantes. Sua análise crítica e interseccional vai de encontro às

abordagens simplistas que negligenciam a dimensão de gênero na discussão sobre migração e chama a atenção para a importância de um enfoque inclusivo e equitativo em políticas e práticas que permeiam esta temática (*ibid.*).

Em 2019, conheci Mariane, uma haitiana que se mudou para o Brasil para reencontrar o marido, que já morava aqui há um ano. Nosso encontro ocorreu na maternidade, quando eu estava prestes a dar à luz minha filha e uma enfermeira perguntou se alguém ali falava francês. Prontifiquei-me a ajudar, intermediei o contato, e nos falamos desde então. A fenomenologia passou a se inserir aqui como um elemento central na captura e no relato de suas experiências, pois meu envolvimento direto permitiu uma compreensão mais profunda da vivência de Mariane, posto que nosso contato pessoal revelou não só a situação objetiva, mas também as emoções e tensões que permeiam sua realidade.

A situação daquela família sempre foi complicada: o marido de Mariane era o provedor, mas enfrentava muitas dificuldades para conseguir empregos, especialmente registrados. Geralmente, ele começava a trabalhar em um lugar, onde prometiam assinar a carteira após alguns meses, mas era dispensado antes disso. Ele fala português relativamente bem, ao contrário da esposa, que entende bem, mas fala pouco. Assim, por vezes, ela pediu minha ajuda e, através de “vaquinhas”, conseguimos comprar cestas básicas, quitar contas de energia e até adquirir um ventilador, já que eles moram em um casebre sem laje, extremamente quente. Cabe pontuar que a instabilidade financeira sempre foi uma constante na vida deles no Brasil.

Quando Mariane finalmente conseguiu uma vaga em uma escola integral para o filho, Otávio, ela pensou que sua situação estava resolvida. No entanto, o horário de funcionamento da escola pública, das 7h30 às 16h, era incompatível com as oportunidades de trabalho que surgiam. Geralmente, ela conseguia algumas faxinas como diarista, mas apenas em locais que aceitassem que levasse o filho ou que fossem compatíveis com o horário da escola. Certa vez, ela contou que uma loja de móveis a chamou para trabalhar com limpeza, gostaram do seu trabalho e lhe ofereceram uma vaga fixa das 7h às 14h. Mariane implorou para que adaptassem o horário das 8h às 15h, por conta de Otávio, mas disseram que era inviável e, assim, mais uma vez, ela ficou desempregada. Esta foi a primeira e única oportunidade de trabalho com registro que ela teve de 2019 a 2024. Cabe pontuar que, ao mesmo tempo, o marido também estava desempregado, em casa, mas, conforme informado por Mariane, a prioridade era ele conseguir um emprego para prover a família, de modo que seu companheiro não poderia se comprometer a levar e buscar o filho na escola, impossibilitando-a, por fim, de assumir um trabalho com carteira assinada.

A indiana Gayatri Chakravorty Spivak também se debruça sobre essa temática em suas obras, chamando atenção para a interseção entre migração, gênero e colonialismo. Spivak (1988) argumenta que a voz e a agência das mulheres migrantes, sobretudo as oriundas de contextos pós-coloniais, são frequentemente silenciadas, de modo que: "[...] a sujeita subalterna não pode falar" (*ibid.*, p. 104). Tal supressão da voz resulta em uma compreensão limitada das experiências das mulheres migrantes e de suas múltiplas opressões, que abrangem questões de gênero, identidade cultural e raça. Ademais, os sentimentos de topofobia e topofilia afloram em sua obra quando a autora analisa como a relação com o lugar de origem e o lugar de destino influencia profundamente a experiência das migrações: ela defende que a topofobia pode ser um aspecto da experiência diaspórica à medida que as pessoas enfrentam a alienação de seu lugar de origem, ao passo que a topofilia tende a refletir a conexão emocional com o lugar de destino (*id.*, 1999). Tais sentimentos podem moldar a identidade das mulheres migrantes, bem como sua autopercepção em relação a questões de gênero, identidade e pertencimento.

A partir desta análise teórico-empírica, podemos inferir que a migração não é apenas motivada por sentimentos de topofobia, mas também reflete uma complexa interação entre aspirações individuais, barreiras socioculturais e as dinâmicas de gênero, que requerem uma análise mais profunda para compreender plenamente as motivações e experiências das pessoas que migram. É fato que as pessoas migram por uma variedade de razões que geralmente estão interligadas. Os motivos para a migração podem ser classificados em *push factors* (fatores de repulsão) e *pull factors* (fatores de atração) (Ravenstein, 1885), que podem ser econômicos, políticos, sociais, culturais ou ambientais. Os fatores de atração incluem a busca por melhores oportunidades de trabalho, estudos, segurança, saúde, bem-estar, liberdade religiosa, entre outros, enquanto os fatores de repulsão incluem a falta de oportunidades, a violência, a perseguição política, étnica ou religiosa, a pobreza, a desigualdade social, a degradação ambiental, entre outros.

2.2 O TERRITÓRIO: RELAÇÕES SOCIAIS, IDENTIDADE E ESPAÇO DE PODER

Ao longo da história, as mulheres têm enfrentado desafios para ter acesso e controle sobre o espaço físico e social que ocupam. O território aparece como conceito amplo que inclui não apenas a dimensão geográfica, mas também as relações sociais, políticas e culturais que se desenvolvem em seu interior. Conforme Santos (1996, p. 83): "O território não é apenas um espaço físico, mas uma construção social que se manifesta por meio das relações que os grupos sociais estabelecem com o ambiente e entre si". Uma vez que os movimentos

feministas buscam igualdade de direitos e oportunidades para homens e mulheres em diversos aspectos, incluindo a gestão e acesso ao território, eles têm um papel fundamental na desconstrução das hierarquias e desigualdades de poder que afetam as mulheres em suas relações com o espaço geográfico. Destarte, através da análise das relações entre gênero, território e lugar, é possível compreender as diferentes formas como a opressão e a resiliência feminina se manifestam nos espaços que ocupam.

A relação entre território e lugar pode ser vista como uma dialética entre o controle externo e a experiência interna do espaço. Haesbaert (2010) propõe que essa relação é categórica para entender os processos de desterritorialização e reterritorialização que ocorrem em contextos de globalização e migração. A desterritorialização ocorre quando indivíduos ou grupos são deslocados de seus territórios, perdendo o controle e a familiaridade com o lugar, enquanto a reterritorialização é o processo de ressignificação e reapropriação de novos espaços como lugares. De acordo Souza (1995, p. 78), o território é “[...] fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, e mesmo em uma sociedade não heterônoma, sempre existirá alguma forma de governo (ou poder explícito), concomitante a influências que serão exercidas em contextos informais por uns indivíduos sobre outros (infrapoder).

As relações de territorialidade não são unilaterais, mas sim influenciadas pelas condições do lugar em que as pessoas (mulheres, migrantes, refugiadas e refugiados e demais grupos) se estabelecem. Assim, é importante compreender as características físicas, sociais e culturais do lugar para entender como os imigrantes se relacionam com ele, uma vez que, segundo Harvey (1973), a configuração física do espaço tem influência direta sobre a maneira como as pessoas vivem e trabalham em seu interior. Nesse sentido, segundo Sack (1986, p. 29), a territorialidade pode ser entendida como a “[...] tentativa de uma pessoa ou grupo de afetar, influenciar ou controlar as atividades, relações ou transações em um espaço socialmente definido”. Portanto, a territorialidade se torna uma ferramenta para compreender como as pessoas imigrantes e refugiadas se apropriam dos lugares, criando novas formas de identidade e pertencimento. É importante ressaltar que a relação entre essas pessoas e territórios não se dá apenas em termos materiais, mas também simbólicos, o que nos remete, mais uma vez, ao lugar, já que, segundo Massey (1994, p. 156):

O lugar não é apenas uma coleção de coisas tangíveis - edifícios, ruas, monumentos -, mas também um conjunto de relações sociais e simbólicas que se estendem por uma área definida. É uma mistura heterogênea de atividades e relações, que são mais ou menos concretizadas, que se cruzam e que se sobrepõem. O lugar, portanto, é o produto de uma infinidade de interações, algumas locais, outras mais distantes, que se juntam - ou não - para formar uma constelação momentânea. E, por sua vez, essas constelações são moldadas pelas forças mais amplas que estão operando em um determinado momento.

Outra perspectiva importante para entender a relação entre imigrantes, refugiadas e refugiados e territórios é o conceito de espaço vivido, entendido por Lefebvre (1974, p. 36) como "[...] o espaço da vida cotidiana. Ele é, antes de tudo, espaço subjetivo, um espaço percebido", o espaço das experiências e das percepções subjetivas das pessoas que habitam e vivem em determinado lugar. Para o autor, o espaço vivido não é simplesmente um espaço físico ou objetivo, mas sim construído socialmente por meio das práticas e interações sociais das pessoas que o habitam. Para Santos (1996), esse conceito se refere aos espaços que as pessoas ocupam, percebem e vivenciam em seu cotidiano, construindo, assim, suas representações e experiências no mundo. Este espaço é carregado de significados e marcado pelas experiências coletivas e pessoais, sendo um espaço subjetivo, posto que "[...] cada indivíduo o percebe e o interpreta de maneira diferente, de acordo com sua posição social, cultural e política." (Santos, 1996, p. 82). De forma semelhante, Soja (1993, p. 98) defende que "[...] o espaço vivido é o espaço cotidiano, que é experimentado, vivido e percebido pelas pessoas", nos permitindo inferir que imigrantes, refugiadas e refugiados constroem sua identidade a partir das experiências cotidianas em determinado lugar.

A relação entre pessoas imigrantes e refugiadas e territórios também pode ser analisada a partir de diferentes escalas geográficas. Por exemplo, é possível estudar como elas se relacionam com o seu entorno, com o seu bairro, a sua cidade, com o país (seja o de origem, seja o de destino) ou até mesmo uma região. Cada escala geográfica possui suas próprias características e dinâmicas, influenciando assim a relação entre essas pessoas e territórios, uma vez que "[...] a escala geográfica é um elemento fundamental na construção das relações sociais e espaciais, pois influencia a forma como as pessoas percebem e experienciam o espaço" (Mckay *et al.*, 2008, p. 17). Nesse sentido, é importante analisar como essas relações se dão em diferentes escalas, desde o local até o global, e como isso influencia sua relação com o território. Um exemplo dessa influência pode ser observado no contexto da migração internacional:

The global scale of international migration has a significant influence on immigrants' adaptation experiences as well as their identities and trajectories. [...] The large and rapidly growing global flow of migrants also interacts in complex ways with socioeconomic and political changes within receiving and sending countries, shaping the opportunities available to immigrants for social and economic advancement in their new settings and for maintaining ties with their countries of origin. (Portes e Rumbaut, 2014, p. 7).

Nesse sentido, cabe analisar as políticas públicas em relação à imigração e como elas influenciam a relação entre imigrantes, refugiadas e refugiados e territórios. Segundo Kobayashi e Peake (2007), as políticas públicas podem ser usadas tanto para promover a inclusão como para reforçar a exclusão dessas pessoas, de modo que “[...] *Policy makers need to be aware of the diversity of experiences within immigrant groups, and develop policies that respond to the particular needs of different groups of immigrants in different locations* ” (Kobayashi e Peake, 2007, p. 28).

Fora isso, é importante compreender as diferentes formas de imigração e como elas influenciam essas relações, uma vez que, por exemplo, a imigração de refugiadas apresenta desafios específicos em relação à sua inserção no território, como destaca a geógrafa Gill Valentine (2017, p. 191) “[...] *migrant women's lives are complex and multifaceted, shaped not only by gender but also by other axes of social difference, including race, class, and sexuality*”. Adicionalmente, as pessoas que se enquadram em minorias raciais ou étnicas frequentemente lidam com discriminação e preconceito, além de que as mulheres tendem a estar sujeitas à discriminação de gênero:

Prejudice and discrimination are factors that can limit immigrants' inclusion opportunities in the territory, as well as reinforce their social and economic exclusion. For example, discrimination by employers, landlords, or banks can limit immigrants' access to employment, housing, and credit, respectively. Such discrimination can then create a self-reinforcing cycle where immigrants are excluded from various aspects of mainstream society, leading them to rely more on coethnic networks for various types of assistance, and to become more socially and economically segregated. Moreover, discriminatory treatment can also lead to resentment and distrust among immigrants and between immigrants and other groups in society, as well as reduce immigrants' political participation, which can ultimately limit their incorporation [to the society]. (Bloemraad, 2006, p. 28).

A precariedade das moradias de imigrantes, refugiadas e refugiados é uma questão crítica e frequentemente negligenciada no contexto das políticas de migração e refúgio. Essas pessoas, ao chegarem a novos países, muitas vezes enfrentam barreiras significativas para acessar habitações de qualidade. Essas barreiras incluem discriminação, falta de recursos financeiros e ausência de uma rede de suporte. Como aponta Harvey (2003), o acesso à moradia é um dos direitos fundamentais mais desigualmente distribuídos, sendo os grupos mais vulneráveis os mais prejudicados. Essa desigualdade é particularmente evidente entre

imigrantes e refugiados, que frequentemente acabam em condições de habitação sub, sem acesso adequado a serviços básicos.

Tal situação é ilustrada pelo caso de Antônio, refugiado venezuelano que teve dificuldades para encontrar moradia adequada para sua família. Conforme relatado, ele enfrentou obstáculos para alugar uma casa que se ajustasse ao seu orçamento e, uma vez encontrado um local, também precisou mobilizar recursos e doações para mobiliá-lo minimamente. Em uma visita recente à sua casa, foi possível observar melhorias significativas: sua filha Raquel, entusiasmada, mostrou que o pai havia comprado uma televisão, enquanto Maria, sua esposa, agora empregada em um novo trabalho, exibiu orgulhosamente um liquidificador e uma *air fryer* recém-adquiridos. Essas pequenas aquisições são indicadores de progresso, mas também refletem a lenta e difícil ascensão econômica enfrentada por pessoas migrantes e refugiadas.

Essa realidade espelha e amplifica os desafios sociais brasileiros: em cidades como Uberlândia - aparentemente promissoras pelo dinamismo econômico -, as desigualdades estruturais criam um cenário paradoxal onde migrantes qualificados são sistematicamente relegados à subocupação. Antônio, caminhoneiro e mecânico com experiência na PDVSA, e Maria, assistente social com décadas de experiência, integram o contingente de refugiados que veem seus saberes e formações serem invalidados pelo mercado de trabalho local. Se a precarização já atinge amplos setores da população brasileira, para migrantes ela se manifesta de forma ainda mais aguda: o acesso a empregos compatíveis com suas qualificações torna-se exceção, não regra, perpetuando ciclos de vulnerabilidade que contrastam com o potencial que trazem. As conquistas materiais da família - a TV, os eletrodomésticos – simbolizam, assim, não apenas avanços individuais, mas a resistência cotidiana contra um sistema que insiste em lhes negar plena integração.

Compreendendo que o acesso a moradias decentes é um passo fundamental para a integração social e econômica dos migrantes, Massey (1999) argumenta que a segregação residencial pode exacerbar a exclusão social, dificultando o acesso a empregos, serviços de saúde e educação. No caso das pessoas refugiadas, a falta de moradias adequadas pode também ter implicações psicológicas, agravando o estresse pós-traumático e outras questões de saúde mental (Portes e Rumbaut, 2006), o que remete à situação da família afegã que morou em uma igreja e à experiência de Antônio e sua família, os quais, embora tenham conseguido algumas melhorias, ainda enfrentam uma luta contínua para garantir um ambiente seguro e confortável para viver. Tal experiência também expõe a importância de políticas públicas que garantam o acesso à moradia digna. Como apontam Lefebvre (1968) e outros

teóricos urbanos, o direito à cidade inclui o direito de todos os cidadãos a um espaço habitável e acessível, independentemente de sua origem ou *status* legal. Para muitos imigrantes, refugiadas e refugiados, a realidade é uma busca constante por um lugar que possam chamar de lar, onde possam reconstruir suas vidas com dignidade e segurança. Assim, as histórias da família afegã e da de Antônio não são únicas, mas sim reflexos de um desafio global que exige atenção e ação urgente.

É importante destacar que a relação entre os sujeitos e territórios é dinâmica e está em constante transformação. No que tange a imigrantes, refugiadas e refugiados, eles estão constantemente negociando sua relação com o espaço, criando formas de identidade e pertencimento, e, assim, transformando o território em que habitam (Aleen, 2003). Tais negociações envolvem não apenas sua presença física, mas também cultural, social e suas práticas econômicas, uma vez que, ao interagirem com os novos espaços que os cercam, esses sujeitos se adaptam às normas e costumes locais, ao passo em que trazem consigo suas tradições e valores (*ibid.*). Dessa forma “[...] *they contribute to the richness and diversity of the host society, while also shaping the space to meet their own needs and desires* ” (*ibid.*, p. 303).

Uma situação semelhante pode ser observada na experiência de um casal de alunos venezuelanos, Maria e José, que, inicialmente, começou a vender comidas típicas do seu país para outros conterrâneos, que iam buscá-las. Incentivada pelo apoio de amigos e vizinhos, a família expandiu o negócio e inaugurou uma pequena lanchonete na garagem de sua casa. Com o tempo, o local passou a atrair também clientes brasileiros, interessados na gastronomia oferecida e no ambiente, diferente dos demais naquele bairro periférico. Esse fenômeno de atração por elementos culturais imigrantes pode ser compreendido à luz da teoria da transculturação proposta por Canclini (2001), que sugere que a troca cultural entre imigrantes e a sociedade anfitriã resulta em novas formas culturais e práticas.

A demanda crescente levou a pedidos para a inclusão de cerveja no cardápio, uma adaptação que reflete o processo de negociação cultural descrito por Hall (1990). Através desse processo, os imigrantes ajustam suas práticas para atender às expectativas locais, enquanto suas tradições originárias continuam a influenciar o ambiente cultural. No entanto, pouco mais de seis meses após a abertura, a lanchonete começou a se concentrar quase exclusivamente na venda de bebidas alcoólicas, abandonando gradualmente as comidas venezuelanas. Esse redirecionamento pode ser visto como uma adaptação ao mercado local, um fenômeno apoiado pela perspectiva de integração cultural discutida por Portes e Rumbaut (2001). Esse novo foco, por sua vez, gerou insatisfação entre os vizinhos e resultou na

intervenção da polícia, já que a lanchonete operava sem o alvará de funcionamento adequado e produzia muita poluição auditiva. A necessidade de regularização e a resposta das autoridades são exemplos das tensões que podem surgir quando práticas culturais imigrantes são adaptadas e modificadas dentro do contexto local. Por fim, impedidos de operar, eles fecharam as portas e voltaram a comercializar comidas de seu país para entrega.

Assim, fica claro que imigração também pode gerar conflitos e tensões territoriais, principalmente quando há a presença de preconceitos étnicos e culturais. Segundo Pinheiro e Menezes (2018), a segregação espacial é um problema que acomete pessoas imigrantes e refugiadas em diversos países, que se encontram em áreas periféricas e marginalizadas das cidades. Tal segregação pode gerar a formação de guetos étnicos, nas quais esses sujeitos se agrupam em busca de segurança e proteção, mas que também podem ser alvos de discriminação e violência por parte da população local. Nesse sentido, Hall argumenta que (1990, p. 234)

Migration involves the transfer of cultural forms, meanings, practices, values, and ways of life. And yet the history of migration is the history of segregation - of separating immigrants from native-born inhabitants, of separating immigrants from one another, and of separating different groups of immigrants from each other. It is the history of exclusion, subordination and oppression. Diaspora is the experience of being in one place, but not of that place. It is the experience of feeling displaced, rootless, not belonging. It is the experience of having to adapt to new conditions of life, to new cultures, and to new systems of meaning. It is the experience of having to constantly reinvent oneself, of having to negotiate difference, of having to deal with discrimination and prejudice. It is the experience of having to struggle for recognition, for equality, and for justice. It is the experience of having to construct complex and hybrid identities, which are both different and similar to the identities of others.

Nas aulas de português, durante a pandemia, outra situação interessante envolveu a já mencionada aluna de Burkina Faso, Fátima. Muçulmana, ela chegou ao Brasil como refugiada com o marido e dois filhos pequenos. Nas aulas, Fátima sempre usava o *hijab*, e seu filho mais novo, que já frequentava a escola no Brasil e se comunicava bem, ajudava na tradução e na mediação entre nós. Fátima não havia sido alfabetizada em seu país de origem, o que levou à necessidade de enviar uma professora voluntária à sua casa para ensiná-la a realizar tarefas básicas como segurar um lápis e escrever letras. Mesmo com essas dificuldades, Fátima era assídua nas aulas, embora não interagisse muito e provavelmente entendesse pouco do que era falado.

A presença do filho como mediador não apenas facilita a comunicação, mas evidencia o modo como ela experiencia esse novo espaço linguístico e cultural, trazendo suas próprias interpretações e percepções ao aprendizado. Esse envolvimento direto me permitiu, como pesquisadora, captar as nuances das suas reações, oferecendo uma compreensão mais sensível

e menos verbalizada de sua experiência migratória. No entanto, houve um dia em que, ao ministrar uma aula sobre festas e cultura brasileira, eu mostrei fotos da Folia de Reis, uma manifestação católica e festiva, classificada no Brasil como folclórica, em que há o uso de máscaras e vestes coloridas. Fátima, então, ficou inquieta e, ao mesmo tempo, entusiasmada, de modo que seu filho traduziu que ela disse que em Burkina Faso existe uma festa semelhante, chamada *Dedougou*, que também envolve máscaras, e as fotos a lembraram dessa celebração. Essa conexão entre as festas, aparentemente culturais e distantes, revela-se como uma experiência simbólica e afetiva para Fátima, que se vê lembrada de elementos de sua cultura natal.

Esse momento destaca a importância da memória e do pertencimento cultural no processo de adaptação, mostrando que a interação com o novo é sempre também uma reconexão com o que é familiar. Pesquisando mais, constatei que há, de fato, elementos estéticos semelhantes, ainda que muçulmanos não participem dessa festa por considerá-la *širk*, termo equivalente a pagão no cristianismo.

O aspecto mais curioso foi que, após essa identificação cultural, Fátima começou a se vestir de maneira diferente, usando blusas que não cobriam totalmente os braços e, eventualmente, apareceu na chamada sem o lenço, exibindo suas longas tranças, o que denota a complexidade da questão do uso de véus e vestimentas tradicionais. De acordo com Leila Ahmed (1992), o uso de véus, lenços, *hijabs* e *burkas* não é, necessariamente, um sinal de opressão, pois muitas vezes esses símbolos podem representar escolhas pessoais e culturais importantes. Por outro lado, a proibição desses itens pode, em alguns contextos, ser mais opressiva do que sua imposição, já que retira das mulheres uma escolha profundamente ligada com sua relação com o sagrado. A situação também evidencia, conforme argumentado por Sen (1999), que a interculturalidade e a conexão cultural podem promover mudanças pessoais e significativas, embora o isolamento social e barreiras linguísticas tenham impedido uma discussão mais profunda sobre a mudança na vestimenta de Fátima.

É importante que os estudos geográficos sobre imigração e refúgio considerem as dinâmicas territoriais que envolvem a inserção e a convivência dessas pessoas nos territórios de destino. Isso implica levar em conta não apenas as dimensões econômicas e políticas, mas também as dimensões sociais e culturais, como a identidade e o pertencimento em relação aos lugares ocupados, pois, conforme Lemos (2017, p. 131), “[...] a imigração, como fenômeno social, implica em mudanças na organização do espaço geográfico, com implicações nos aspectos econômicos, culturais, políticos e sociais”.

Desse modo, é possível afirmar que a imigração é um fenômeno complexo que pode ser analisado por diversas perspectivas, que exige uma abordagem interdisciplinar para ser compreendido em sua totalidade. Na perspectiva geográfica, é fundamental considerar as relações entre as pessoas imigrantes e refugiadas e os territórios de destino, analisando os processos de inserção e de exclusão espacial, as dinâmicas de formação de guetos étnicos, as possibilidades de integração social e a construção da identidade e do pertencimento dessas pessoas em relação aos lugares. Nesse sentido, os estudos sobre imigração e territórios podem contribuir para uma compreensão mais ampla e crítica dos desafios e oportunidades que os deslocamentos humanos representam para as sociedades contemporâneas.

2.3 FEMINILIZAÇÃO E FEMINISMOS

A feminilização refere-se ao processo pelo qual certas qualidades, comportamentos e papéis são associados ao feminino e promovidos ou impostos em contextos específicos. Connell (1987) argumenta que a feminilização pode ser entendida como uma estratégia de manutenção das hierarquias de gênero, onde atributos considerados femininos são valorizados ou desvalorizados conforme as necessidades sociais e econômicas. No mercado de trabalho, a feminilização se manifesta na concentração de mulheres em profissões tradicionalmente vistas como extensões dos papéis domésticos, como enfermagem, ensino e assistência social, que são frequentemente mal remuneradas e desvalorizadas (England, 1992). Ela pode ainda ser usada como uma ferramenta de controle social, especialmente em contextos coloniais e pós-coloniais, onde culturas indígenas e africanas foram frequentemente feminilizadas para justificar a dominação. Mohanty (2003) destaca que essa estratégia serviu para desumanizar e controlar as populações colonizadas. Na esfera cultural, a feminilização se manifesta na forma como os meios de comunicação e a publicidade retratam as mulheres, promovendo uma imagem idealizada da feminilidade que ecoa normas de gênero restritivas (Kilbourne, 1999).

Pensar em feminilização é crucial ao abordar a situação de mulheres vulneráveis, como imigrantes e refugiadas, pois o conceito ilumina como normas e estereótipos de gênero influenciam e exacerbam suas experiências de marginalização e opressão. A feminilização de certas características e papéis impacta diretamente a vida dessas mulheres, moldando a forma como são percebidas e tratadas tanto nas sociedades de acolhimento quanto nas políticas que lhes dizem respeito, reforçando estereótipos que limitam oportunidades. Imigrantes e refugiadas são frequentemente vistas como vulneráveis e necessitadas de proteção, reduzindo suas chances de acesso a empregos qualificados e bem remunerados. Estudos como os de Ehrenreich e Hochschild (2003) mostram que essas mulheres frequentemente acabam em

trabalhos precários e mal pagos devido a essas percepções estereotipadas. Além disso, a feminilização da pobreza e da vulnerabilidade pode resultar em políticas públicas inadequadas ou ineficazes. Fraser (2009) argumenta que a falta de políticas interseccionais, que reconheçam as diferentes camadas de opressão enfrentadas por mulheres migrantes e refugiadas, limita a eficácia dessas políticas em promover uma integração equitativa.

A feminilização das migrações revela uma problemática profunda que transcende a mera descrição estatística – trata-se de um sistema de opressão institucionalizado que exige respostas políticas imediatas. Quando normas de gênero transformam o sacrifício e a passividade em imperativos da feminilidade, estamos diante de um mecanismo que não apenas desencoraja a busca por cuidados médicos (OMS, 2016), mas que, ativamente, produz sofrimento como condição naturalizada da existência feminina. As barreiras no acesso à saúde, já graves para a população migrante, assumem contornos ainda mais cruéis quando falamos de mulheres que, socializadas para priorizar o bem-estar alheio, acabam negligenciando sua própria saúde física e mental – adiando tratamentos para depressão, dores crônicas ou sequelas de violência sexual (Freedman, 2016). Esta não é uma questão individual, mas um fracasso coletivo de políticas públicas. A combinação perversa entre a feminilização do cuidado e a precarização das condições migratórias cria um ciclo vicioso onde a exploração se torna norma: empregos domésticos sem registro, jornadas exaustivas e risco permanente de abuso são tolerados como "parte do processo". Enquanto isso, a ausência de políticas de reunificação familiar eficazes transforma conquistas jurídicas em armadilhas – mulheres que conseguem trazer seus familiares muitas vezes se veem abandonadas pelo Estado, sem acesso a moradia digna, creches ou rede de apoio, condenadas a uma sobrevivência solitária e extenuante (Kofman et al., 2013).

O caso de Uberlândia, cidade que simboliza o desenvolvimento econômico desigual brasileiro, expõe com clareza essa contradição: em um mercado que segrega imigrantes qualificados em subempregos, as mulheres enfrentam uma dupla penalização – pela condição migratória e pelo gênero. Quando autoridades insistem em tratar essa realidade como "dado cultural", em vez de reconhecê-la como violência estrutural, estão sendo cúmplices de um sistema que transforma corpos femininos em territórios de exploração. A ausência de abrigos com equipes multilíngues, a falta de capacitação de profissionais de saúde para lidar com traumas migratórios e a omissão na fiscalização de empregadores não são falhas pontuais – são expressões de um projeto político que naturaliza a dor das mulheres como preço inevitável da mobilidade humana. Assim, o silêncio das estatísticas oficiais sobre a saúde

física e mental dessas mulheres, a invisibilidade de suas jornadas triplas e a romantização de sua "resiliência" não são acidentes – são sintomas de uma sociedade que ainda não decidiu se quer de fato acolher, ou apenas explorar.

Entretanto, a feminilização também pode ser uma estratégia de resistência e empoderamento. *hooks* (2000) sugere que mulheres podem subverter a feminilização ao reivindicar atributos tradicionalmente femininos como fontes de força e identidade. Por outro lado, a feminilização pode estigmatizar homens que adotam comportamentos ou papéis associados ao feminino, limitando a expressão de gênero (Kimmel, 2004). Assim, a feminilização é um fenômeno complexo que pode ser uma ferramenta de controle e opressão, mas também pode ser subvertida para promover empoderamento e resistência.

O feminismo, diferentemente da feminilização, é um movimento político e social que luta pela igualdade de gênero e pelos direitos das mulheres, desafiando e dismantelando as estruturas patriarcais que reproduzem a opressão de gênero. Enquanto a feminilização pode perpetuar estereótipos e limitar as possibilidades de autodefinição, o feminismo promove a luta pela autodeterminação e pela liberdade de escolha, desafiando as normas de gênero restritivas e promovendo uma sociedade onde todos possam expressar suas identidades sem coerção ou julgamento. A compreensão das dinâmicas da feminilização é essencial para desafiar as normas de gênero e promover a igualdade, alinhando-se com os objetivos do feminismo de criar uma sociedade mais justa e equitativa.

O movimento feminista ganhou força nos anos 1960 e 1970, questionando as normas e valores patriarcais em diferentes esferas da vida. Segundo Scott (1996), as feministas começaram a questionar a Igreja Católica e a sua posição em relação às questões de gênero, argumentando que a Igreja não promovia a igualdade, o fortalecimento e a emancipação das mulheres. As feministas criticavam a posição da Igreja em relação a questões como contracepção, aborto e direitos reprodutivos, gerando ainda mais conflitos entre as partes. A resposta da Igreja Católica a esse movimento foi, inicialmente, negativa e irredutível. Segundo Schneiders (1994), muitos líderes religiosos acusaram as feministas de promover a destruição da família e da moralidade, argumentando que as suas demandas eram contrárias aos ensinamentos da Igreja. Nos últimos anos, tal relação tem se mostrado ainda mais complexa, com algumas tímidas concessões por parte da Igreja e algumas tentativas de conciliação por parte de católicas que se denominam feministas. Algumas organizações religiosas têm buscado promover a igualdade de gênero e o fortalecimento das mulheres, reconhecendo a necessidade de transformar as normas e valores patriarcais que permeiam a

sociedade. Nesse sentido, as feministas têm colaborado com essas organizações para promover mudanças significativas nas práticas e ensinamentos da Igreja (Santos, 2017), ainda que isso pareça, muitas vezes, inconciliável.

O machismo, no entanto, não tem uma base apenas religiosa, mas sempre esteve bastante presente e visível também nos campos filosófico e científico. Em sua obra "Política", Aristóteles afirma que a natureza da mulher é inferior à do homem e que as mulheres devem ter um papel submisso na sociedade. Conforme Fraser (1995, p. 80), "Aristóteles é o primeiro filósofo ocidental que argumenta claramente que as mulheres são naturalmente inferiores aos homens e que, portanto, devem ser subordinadas a eles", por acreditar que o valor de um homem estava em sua capacidade de liderar, enquanto o valor de uma mulher estava em sua obediência. Da mesma forma, na ciência, tanto ao longo da história quanto nos dias atuais, são recorrentes falas misóginas e racistas de homens notáveis, como as do biólogo James D. Watson, vencedor do Prêmio Nobel de medicina em 1962, que teve vários de seus prêmios devidamente revogados após afirmar em um documentário transmitido na televisão estadunidense que existiria uma diferença entre o coeficiente intelectual de brancos e negros, além de ter menosprezado o trabalho da cientista Rosalind Franklin, que teve papel fundamental no estudo do DNA, pelo simples fato de ela não usar batom. Adicionalmente, ele nunca mediu palavras para criticar o desempenho das mulheres nas ciências exatas e biológicas, afirmando que seu desempenho jamais se equipará ao dos homens, além de afirmar, em suas memórias, que não empregava pessoas gordas em seu laboratório (Revista Galileu, 2019).

Ao longo da história, as mulheres têm travado uma luta incansável contra a opressão, demandando igualdade de direitos e oportunidades, luta esta que tem ganhado cada vez mais força, rompendo com estereótipos e padrões de comportamento impostos pela cultura patriarcal e conquistando espaços de poder e representação, mesmo que ainda haja muito a ser feito para alcançar a verdadeira igualdade de gênero. O surgimento do feminismo como movimento social organizado tem suas raízes no final do século XVIII e início do século XIX, quando mulheres começaram a lutar por direitos civis e políticos. Mary Wollstonecraft, uma das suas pioneiras, em sua obra *Vindication of the Rights of Woman* (1792), defendia que as mulheres eram capazes de raciocinar e que deveriam ter os mesmos direitos e oportunidades que os homens, deixando claro que não desejava "[...] que as mulheres tenham poder sobre os homens, mas sobre si mesmas" (Wollstonecraft, 1792, p. 71). No século XIX, o movimento sufragista ganhou força, com mulheres lutando pelo direito de votar. Susan B. Anthony

(1872), uma de suas líderes nos Estados Unidos, afirmou: "Não nos rendemos. Não seremos escravas". Já no final do século XIX e início do século XX, o feminismo começou a se tornar mais radical, com mulheres lutando não apenas por direitos civis e políticos, mas também por direitos sociais e econômicos. Em 1898, a filósofa alemã Hedwig Dohm escreveu: "Os homens sempre foram os senhores, em todos os lugares. Mas as mulheres estão cansadas disso. Elas querem ser seres humanos também" (Dohm, 1898, p. 2). Assim, se falarmos em marcos temporais, essas primeiras autoras e defensoras dos direitos das mulheres marcaram o que foi chamado posteriormente de primeira onda feminista, que tinha como foco principal a luta pelo direito ao voto e à participação política das mulheres.

A segunda onda feminista, por sua vez, teve lugar nas décadas de 1960 e 1970, e foi marcada pela luta por igualdade de direitos civis, políticos, sociais e sexuais, além da demanda por mudanças nas estruturas culturais e sociais que ressoam a opressão contra as mulheres. Nessa época, surgiram diversos movimentos feministas, como o feminismo radical e o feminismo de libertação, que influenciaram profundamente a cultura e a política. Simone de Beauvoir, representante da segunda onda, é uma das principais filósofas feministas do século XX e sua obra "O Segundo Sexo", publicada em 1949, é considerada um marco no movimento, ao explorar vários temas relacionados à condição das mulheres na sociedade, incluindo a questão de gênero. Ela afirma que "[...] não se nasce mulher, torna-se mulher" (Beauvoir, 2016, p. 13), ou seja, a identidade feminina não é determinada pela biologia, mas sim pela cultura. Para Beauvoir, a ideia de que homens e mulheres têm características inerentes diferentes é uma construção cultural e não uma verdade biológica. Assim, ela escreve: "O que é uma mulher? Essa pergunta só pode ser respondida por cada época em particular. Através dos tempos, nunca houve duas respostas idênticas" (*ibid.*, p. 14). A filósofa defende ainda que essa construção social é prejudicial para as mulheres, uma vez que as coloca em uma posição de subordinação em relação aos homens. Ademais, Beauvoir afirmava que a expectativa de que as mulheres cumpram certos papéis sociais - tais como serem mães e cuidadoras - poderia limitar suas escolhas e oportunidades. Ela defende que "[...] não se pode negar que a maternidade é um destino para a mulher; mas não é seu único destino" (*ibid.*, p. 35). Para a autora, a única forma de superar essa desigualdade é por meio da luta por direitos iguais entre homens e mulheres, posto que "[...] não basta que as mulheres sejam educadas; elas devem ser educadas em determinadas condições" (*ibid.*, p. 31), isto é, elas devem ter as mesmas oportunidades e direitos na sociedade que os homens.

Ainda sobre a segunda onda feminista, Betty Friedan, em 1963, pontuou que as mulheres eram reprimidas em suas escolhas e oportunidades pela "mística feminina", que ela

definia como um conjunto de expectativas culturais que lhes são impostas. Conforme a autora: "Acreditamos que as mulheres podem alcançar um nível igual de competência com os homens, mas não estamos nos rebelando contra 'a natureza feminina'. Não é nossa biologia que nos impede, é a cultura" (Friedan, 1963, p. 158). Para a autora, as mulheres foram levadas a acreditar que sua realização deve se limitar ao casamento e à maternidade, e que essa crença limita a liberdade e o potencial das mulheres. Ela defende que:

A maioria das mulheres não precisa de conselhos sobre como ter sucesso, elas precisam apenas de coragem para falhar com dignidade. Quando as mulheres se rebelam - e elas o fazem em números crescentes - elas estão tentando recuperar sua própria nova e verdadeira identidade como seres humanos, que foram negadas a elas por um sistema que as tornou máquinas para produzir filhos e servir aos homens. (Friedan, 1963, p. 333).

Friedan argumenta que as mulheres foram ensinadas a buscar a realização apenas por meio do casamento e da maternidade, mas que essa busca pode ser limitante e impedi-las de explorar todo o seu potencial como seres humanos. Assim, ela defende que é preciso coragem para romper com esse sistema que as oprime e buscar sua própria identidade, posto que "[...] o problema que temos hoje é que muitas mulheres, especialmente as jovens, não sabem o que querem. E é difícil lutar por algo que você não quer, que não é claro, que você não pode nomear." (Friedan, 1963, p. 338). Dessa forma, muitas mulheres não sabem o que querem para si mesmas porque foram ensinadas a não pensar em termos de suas próprias aspirações e desejos, mas sim em termos de seus papéis como esposas e mães. Ela defende, então, que as mulheres precisam se libertar dessas expectativas sociais e começar a pensar em seus próprios objetivos e sonhos: "Nós precisamos parar de pensar sobre as mulheres como um grupo especial, que precisam de privilégios especiais, e começar a pensar sobre elas como seres humanos plenos e iguais, com o direito de escolher seu próprio caminho." (*ibid.*, p. 355).

A quebra do feminismo *mainstream*²⁵, que se deu a partir da década de 1990, foi um processo caracterizado pela emergência de diversas vozes críticas em relação ao feminismo predominante. Essas críticas questionam a universalidade das reivindicações do feminismo e a sua falha em reconhecer e lidar com as desigualdades de raça, classe, sexualidade e outras formas de opressão que afetam mulheres de diferentes grupos sociais. Segundo Collins (1990), a primeira onda do movimento se concentrava nas preocupações das mulheres brancas de classe média do ocidente, ignorando as demandas específicas das mulheres negras e de

²⁵ O feminismo *mainstream*, também conhecido como feminismo de primeira onda, é uma corrente histórica do movimento feminista que emergiu nos séculos XVIII e XIX com o objetivo de reivindicar direitos civis e políticos para as mulheres, como o direito ao voto e à propriedade. Tal corrente se concentrava nas preocupações das mulheres brancas de classe média ocidentais e foi caracterizada por uma abordagem universalizante, que considerava a mulher como uma categoria homogênea e não levava em conta as diferenças de raça, classe, sexualidade e outras formas de opressão que afetam as mulheres.

outras minorias. Tal perspectiva monocultural foi amplamente criticada por feministas negras como Angela Davis (1981) e *bell hooks* (1981), que defendiam que o feminismo deveria apresentar uma abordagem mais inclusiva, abarcando múltiplas formas de opressão que afetam as mulheres.

Diante de tais críticas, o movimento feminista se expandiu para abranger diferentes correntes e abordagens, tais como o feminismo negro, o feminismo interseccional, o feminismo *queer*, o feminismo marxista, entre outros. Essas múltiplas correntes enfatizam a importância de uma abordagem mais inclusiva que considere as múltiplas formas de opressão e identidade que afetam as mulheres. A esse respeito, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie defende que:

[...] o feminismo branco é um feminismo que ignora as experiências das mulheres de cor e das mulheres de classe trabalhadora. É um feminismo que não aborda o racismo e a opressão de classe que muitas mulheres enfrentam. É um feminismo que não é inclusivo ou interseccional (Adichie, 2014, p. 10).

O termo interseccionalidade foi cunhado pela feminista negra Kimberlé Crenshaw (1989), em um ensaio em que ela argumenta que o sistema jurídico nos Estados Unidos não reconhece as interconexões entre raça e gênero, deixando mulheres negras e outras mulheres marginalizadas sem proteção legal adequada contra a discriminação. Assim, o feminismo interseccional surge como uma abordagem crítica ao feminismo *mainstream* e, conforme *bell hooks* (1984, p. 300), ele é fundamental porque "[...] reconhece a importância de múltiplas identidades e a luta simultânea contra as opressões que muitas mulheres enfrentam". Nesse sentido, a interseccionalidade no feminismo reconhece que a linha tradicional falha em abordar as complexidades da opressão, e que é necessário trazer à tona as intersecções entre diferentes formas de opressão para criar soluções mais eficazes que deem voz e visibilidade às experiências das mulheres negras, indígenas, trans, imigrantes, pobres e outras minorias. O que se busca, portanto, é construir uma visão mais inclusiva e representativa do feminismo, que reconheça a diversidade e as particularidades das experiências de opressão enfrentadas por mulheres em diferentes contextos socioeconômicos, raciais e culturais.

Nesse contexto, o feminismo negro é um movimento feminista que surgiu nos Estados Unidos na década de 1970, com o objetivo de destacar as experiências e lutas das mulheres negras. O movimento critica o feminismo tradicional por negligenciar as questões específicas das mulheres negras, e o movimento pelos direitos civis por negligenciar as questões específicas das mulheres. Segundo o manifesto do *Combahee River Collective* (1977), coletivo de feministas negras, "O feminismo negro não é um feminismo branco pintado de preto. É uma filosofia política e prática que nasceu da luta das mulheres negras contra o

racismo, o sexismo e a opressão de classe." Outrossim, Audre Lorde (1984) destaca que, na interseccionalidade das opressões que as mulheres negras enfrentam, o racismo e o sexismo estão interligados, sendo, portanto, impossível entender a experiência das mulheres negras sem levar em conta essas múltiplas opressões.

Angela Davis é uma das principais teóricas do feminismo negro e da luta antirracista e, segundo ela, "[...] o racismo está na base da opressão de todas as minorias" (Davis, 2016, p. 15), e a luta contra o racismo é, portanto, uma luta contra todas as formas de opressão. Para Davis, a interseccionalidade é uma forma de análise que leva em conta as diferentes formas de opressão que as mulheres negras sofrem, e que não podem ser reduzidas apenas à categoria de gênero, posto que "[...] as mulheres negras são vítimas de uma opressão que é mais que a soma das opressões de classe e sexo" (*ibid.*, p. 26). Outra das principais bandeiras da autora é a crítica à ideia de que as mulheres negras são naturalmente submissas. Para ela, essa é uma ideia racista e sexista que tem sido usada para justificar a opressão dessas mulheres. Davis argumenta que "[...] a história das mulheres negras é uma história de resistência e de luta contra a opressão" (*ibid.*, p. 40). Nesse contexto, ela também destaca a importância da solidariedade entre as mulheres como algo essencial para a luta feminista e antirracista. Como ela afirma, "[...] precisamos construir uma política da solidariedade que reconheça as nossas diferenças, mas que também reconheça que as nossas lutas estão interligadas" (*ibid.*, p. 109).

É nesse processo de ruptura com o movimento *mainstream* que a terceira onda feminista emerge na década de 1990, como uma resposta às críticas à segunda onda, pautadas por feministas negras e outras mulheres que sentiram que o movimento ainda não abordava adequadamente as questões de raça, sexualidade e diversidade cultural. Além disso, a terceira onda também se concentrou em questões que surgiram no final do século XX, como a globalização, a tecnologia e a política de identidade, e foi influenciada pelo movimento *punk* e *grunge*, que promoviam a expressão individual e a subversão das normas de gênero. Ela é caracterizada pela diversidade e pela multiplicidade de vozes e perspectivas e defende que o feminismo deve ser inclusivo e abraçar as diferenças, ao mesmo tempo em que trabalha em prol da igualdade de gênero. Ao incorporar a fenomenologia na análise do feminismo da terceira onda, é possível entender como as experiências sensíveis e corporais das mulheres de diferentes contextos se tornam elementos centrais para a construção de identidades feministas diversas e inclusivas, valorizando as diferenças que moldam a compreensão e a expressão do ser mulher em suas várias intersecções. Segundo Rebecca Walker (1992, n. p.), "[...] a terceira onda é uma resposta ao fracasso da segunda onda em abordar as questões das mulheres de todas as raças, classes, orientações sexuais e origens culturais".

Judith Butler (2013) é uma importante teórica feminista da atualidade, conhecida principalmente por sua teoria da performatividade de gênero. Em sua obra, ela também defende que o gênero não é uma característica inata ou biológica, mas sim uma construção social que é repetida e reforçada por meio de práticas culturais e linguísticas: "O gênero é a repetição compulsiva de atos corporais que são, de alguma forma, interpretados como se eles pertencessem a um gênero. [...] é um ato que se repete, semelhante e, ao mesmo tempo, diferente da norma." (Butler, 2013, p. 181), sendo também "[...] a norma cultural que regula a maneira como o sexo é vivido." (*idem*, 1990, p. 35). Para a autora, a ideia de que existem apenas dois sexos (masculino e feminino) é uma construção social que se baseia em práticas culturais e linguísticas que são moldadas e mantidas pela sociedade como um todo.

Ao longo de nossos estudos sobre o feminismo e as questões de gênero, inicialmente utilizamos o termo "empoderamento" para descrever o processo de fortalecimento das mulheres. No entanto, após discussões e orientações durante o exame de qualificação, compreendemos que essa palavra pode não ser a mais adequada para descrever a realidade de mulheres em situações de vulnerabilidade, como imigrantes e refugiadas. "Empoderamento" é frequentemente associado ao feminismo branco, *mainstream*, que foca em questões como alcançar cargos de liderança, ter liberdade para viajar sem medo, decidir não ter filhos e a independência nas tarefas diárias – todas pautas relevantes, mas que não refletem as realidades vividas por todas as mulheres.

A construção do conceito de lugar é fundamental para entender a luta das mulheres em suas especificidades, uma vez que o termo "empoderamento" tende a generalizar experiências que são, na verdade, diversas e enraizadas em contextos únicos. Ao focar na resiliência e resistência, conseguimos captar a complexidade das relações que essas mulheres estabelecem com seu ambiente. Essa abordagem permite que se reconheçam as particularidades de suas lutas, que não são apenas reflexos de uma narrativa feminista dominante, mas expressões autênticas de suas vivências e desafios cotidianos. Assim, é importante romper com as generalizações e considerar como as experiências de resistência emergem das interações dessas mulheres com seu lugar, revelando a riqueza cultural que molda suas identidades. Além disso, ao falar sobre lugar, é essencial compreender que ele vai além de uma simples localização geográfica; trata-se de um espaço carregado de significados e experiências que influenciam diretamente as vivências das mulheres. A necessidade de raízes e segurança, conforme destacado por Relph, reflete a busca por pertencimento e reconhecimento nas lutas cotidianas. Portanto, ao analisar a resistência das mulheres, é imprescindível considerar suas relações com o lugar e a cultura que o permeia, pois isso enriquece a compreensão das

dinâmicas sociais e fortalece a valorização das experiências individuais. Dessa forma, o “[...] lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança.” (Relph, 1979, *apud* Leite, 1998, p. 10).

O uso do termo "empoderamento" pode, assim, ofuscar as particularidades das experiências dessas mulheres, que não apenas buscam autonomia, mas lutam por saciar necessidades básicas de segurança e dignidade. Além disso, o feminismo branco muitas vezes negligencia as intersecções de raça, classe e *status* migratório, que são cruciais para entender a opressão enfrentada por mulheres de diferentes origens. As experiências são sempre relativas e relacionadas ao lugar, de modo que as vividas por uma mulher branca de classe média que busca igualdade salarial ou o direito de não ser mãe por escolha são substancialmente diferentes das de uma mulher imigrante ou refugiada, pobre, com dificuldades para se comunicar, que, muitas vezes, luta para escapar da violência e encontrar um trabalho que permita sustentar sua família. As mulheres em situações de vulnerabilidade estão frequentemente em busca de direitos básicos e da simples possibilidade de viver sem medo – algo que é, muitas vezes, tomado como garantido em outros contextos. Desse modo, compreendemos e reafirmamos que “[...] lugar é um centro de significados construído pela experiência.” (Tuan, 1975, *apud* Leite, 1998, p. 10).

É de suma importância que o discurso feminista se expanda para incluir e representar as vozes e experiências de todas as mulheres, especialmente aquelas que enfrentam múltiplas camadas de opressão. É necessário reconhecer que o conceito de "empoderamento" pode não ressoar com todas as realidades femininas e que, em muitos casos, a luta é por direitos fundamentais e por uma vida livre de violência e discriminação. Essa reflexão é essencial para construir um feminismo verdadeiramente inclusivo e interseccional, que compreenda e aborde a complexidade das vidas das mulheres em todo o mundo.

Nesse sentido, fazer uma revisão histórica sobre o gênero e a questão feminista foi extremamente relevante neste trabalho para entendermos de que forma as mulheres que consideramos foco dessa pesquisa - imigrantes e refugiadas em situação de vulnerabilidade - têm tido as suas identidades e dignidades violadas ao longo de gerações e seguem sendo negligenciadas pelos sistemas político e econômico, pela academia e pela sociedade, não só de seus países de origem como também de seu país de destino. Elas têm sido vítimas de violências sistemáticas contra sua dignidade humana em todo o mundo à medida que são marginalizadas, silenciadas e invisibilizadas pelo sistema global, o que dificulta ainda mais a obtenção de justiça e mudanças sociais. Tais violações incluem a violência física, sexual,

psicológica e patrimonial, a discriminação de gênero, a exploração no local de trabalho e a falta de acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, entre tantas outras. No entanto, esses problemas muitas vezes permanecem invisíveis na mídia e nas políticas públicas, pois não se alinham aos interesses das instituições dominantes e das elites, que tendem a priorizar agendas que reforçam suas posições de poder.

É mandatório, neste contexto, reconhecer que essa invisibilidade não é apenas resultado de decisões macroestruturais, mas também emerge de dinâmicas cotidianas nas estruturas sociais e no microcosmo da sociedade. A família, a religião e a cultura, assim como a escola, o bairro, a rua, o prédio e a própria casa, operam como espaços que tanto reproduzem quanto renovam as desigualdades de gênero. Esses ambientes reforçam normas e padrões sociais que silenciam as mulheres e naturalizam as desigualdades, legitimando assim formas de opressão que, por serem enraizadas em contextos familiares e comunitários, tornam-se mais difíceis de questionar e transformar. Dessa forma, a perpetuação dessas violências não é apenas sistêmica, mas também cotidiana, infiltrando-se em práticas e valores que moldam subjetividades e limitam as possibilidades de reconhecimento e resistência.

Nesse contexto, a forma com que lemos a situação das sujeitas desta pesquisa se enquadra nos estudos feministas decoloniais e interseccionais, que buscam compreender como as opressões sociais estão interconectadas e como as estruturas de poder globais reproduzem a opressão e a marginalização. As mulheres imigrantes e refugiadas enfrentam múltiplas formas de opressão que estão interligadas, como a opressão de gênero, raça, etnia e classe, reforçadas por estruturas globais de poder. O colonialismo e o imperialismo criaram as condições para a migração em massa de pessoas dos países do Sul Global para os países do Norte Global, gerando desigualdade econômica e social em benefício das nações mais ricas e poderosas. Assim, essas mulheres enfrentam desafios como a falta de acesso a serviços de saúde, educação e trabalho digno, além de diversas violências e discriminações de gênero, muitas vezes perpetradas por empregadores ou autoridades locais, que as colocam em uma posição de extrema vulnerabilidade com poucos recursos para buscar justiça e proteção.

Como demonstrado ao longo desta tese, essa precariedade não é acidental, mas sim resultado de um sistema que naturaliza a exploração através do domínio do poder econômico – seja quando empresas contratam imigrantes qualificados para subempregos sem direitos trabalhistas, seja quando o Estado ignora suas necessidades específicas em políticas públicas. As estruturas globais de poder que compactuam com essas opressões são profundamente enraizadas, demandando não apenas ações coletivas, mas uma profunda transformação nas relações de produção e uma conscientização global para promover mudanças substanciais. A

resistência cotidiana dessas mulheres, aqui documentada, revela justamente a face humana que desafia essa lógica social desumanizante.

2.3.1 Decolonialismo e feminismo

O feminismo decolonial é uma abordagem crítica que busca integrar a diversidade cultural e histórica das mulheres e reconhecer as múltiplas opressões que atravessam seus corpos e subjetividades. A fenomenologia é central para essa perspectiva, pois permite que a experiência vivida, especialmente dos corpos marginalizados, seja colocada em primeiro plano, reconhecendo que essas experiências são inseparáveis da identidade e das formas de resistência das mulheres em contextos pós-coloniais. Como ressalta a filósofa afro-caribenha Yuderkys Espinosa Miñoso “*El feminismo decolonial no es solo una forma de entender y explicar el mundo, sino también una forma de hacer política, una forma de vida*” (Miñoso, 2015, p. 17). Assim, essa corrente vai além do campo teórico, articulando uma prática política comprometida em subverter estruturas de poder e promover uma vida mais justa e igualitária para sujeitas historicamente silenciadas.

Essa abordagem avança sobre as limitações de outros feminismos, como o liberal ou o da diferença, ao dialogar com a crítica ao colonialismo e ao racismo. A antropóloga Carmen Gregorio Gil (2019) observa que o feminismo decolonial reflete sobre a colonialidade do poder — uma noção que expõe como as relações coloniais permanecem operando após a independência formal das nações — e evidencia as sobreposições de opressões enfrentadas por mulheres racializadas. Essa abordagem permite compreender como o poder colonial se materializa e é sentido diretamente nos corpos e mentes dessas mulheres, possibilitando uma análise mais profunda sobre como essas opressões são vividas, e não apenas descritas, revelando a dimensão subjetiva de cada vivência. Desse modo, essa perspectiva não apenas denuncia o colonialismo, mas também reivindica a centralidade das experiências das mulheres marginalizadas, especialmente em contextos pós-coloniais (Lugones, 2010).

Lugones (2010) contribui significativamente ao destacar que o feminismo decolonial deve emergir “*desde y para*” mulheres de nações e comunidades colonizadas, respeitando suas especificidades culturais e históricas. A colonialidade do gênero, como conceito central de Lugones, revela como o patriarcado ocidental foi imposto em territórios colonizados, apagando arranjos sociais mais fluidos e impondo uma organização binária e hierárquica das relações de gênero. A fenomenologia permite entender esse processo de imposição patriarcal como uma experiência que molda subjetividades e que impacta profundamente a vivência das mulheres, em que o corpo não é apenas alvo de normatividades, mas um espaço de resistência

e ressignificação constante. Essa crítica resgata formas alternativas de existência e agência, frequentemente suprimidas pela narrativa colonial.

A decolonização dos corpos, portanto, é essencial nesse processo. Ao questionar normatividades impostas pela colonialidade, essa vertente feminista denuncia o controle sobre os corpos racializados e femininos — seja por meio da violência, da medicalização ou da hipersexualização — e propõe uma libertação que reconheça outras formas de estar no mundo (Kilomba, 2020). Tal processo implica romper com os sistemas coloniais e patriarcais que historicamente impuseram normatividades e controlaram corpos não brancos, femininos e dissidentes, posto que a colonização não apenas expropriou territórios, mas também disciplinou corpos e mentes, moldando subjetividades e impondo ideais de gênero, sexualidade e estética eurocêntricos (Lugones, 2010). O processo de libertação, nesse contexto, demanda a recusa das normatividades coloniais que classificam certos corpos como inferiores ou desviantes, propondo, em contrapartida, uma valorização das experiências corporais subalternizadas. Para autoras como Kilomba (2020), essa libertação envolve tanto uma ressignificação cultural quanto a superação dos traumas históricos impostos por séculos de violência colonial e patriarcal.

Ademais, a libertação dos corpos também está ligada à autonomia sobre decisões íntimas e sociais, desafiando o controle sobre a reprodução e a sexualidade que foi imposto às mulheres racializadas em sociedades coloniais. Como observa Miñoso (2015), o corpo é tanto um território de opressão quanto de resistência, e sua decolonização envolve a construção de subjetividades que escapem às classificações fixas impostas pela modernidade europeia. A luta pelo reconhecimento de formas plurais de existência, por meio de práticas culturais, estéticas e políticas, é central nesse processo, afirmando que cada sujeito tem o direito de viver de acordo com suas próprias experiências corporais e narrativas (Lugones, 2010; Gil, 2019). Desse modo, a decolonização dos corpos não se restringe à resistência individual, mas se configura como um ato coletivo que transforma as estruturas sociais e epistemológicas que reforçam colonialidade e o patriarcado.

Concomitante a isso, feminismo interseccional converge com o feminismo decolonial ao reconhecer a multiplicidade de opressões que se entrelaçam em diferentes contextos sociais. A interseccionalidade permite compreender como raça, classe, gênero e outras categorias interagem para produzir desigualdades específicas, enquanto o feminismo decolonial acrescenta a dimensão histórica e geopolítica, evidenciando como essas opressões se inscrevem em um legado colonial ainda vigente (Crenshaw, 1989). A partir dessa intersecção, ambos os feminismos desafiam os discursos universais e as soluções

homogêneas, propondo lutas contextualizadas e plurais. Para mulheres em situação de vulnerabilidade extrema — como imigrantes, refugiadas ou aquelas vivendo em condições de pobreza —, o feminismo precisa ser uma ferramenta de empoderamento que dialogue diretamente com suas necessidades cotidianas. Isso implica deslocar o foco de debates abstratos para questões como violência doméstica, acesso à saúde e educação, e luta por condições dignas de trabalho. Nesse contexto, o feminismo se apresenta não apenas como um movimento teórico, mas como uma prática transformadora capaz de promover o bem-estar e fortalecer redes de apoio comunitário. Conectar os princípios feministas às realidades diárias dessas mulheres é fundamental para que o movimento seja percebido como uma via concreta de emancipação e resistência às estruturas que coadunam com a sua opressão.

2.4. VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

Segundo o 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Lima e Bueno, 2016), no ano de 2015 foi registrado um estupro a cada onze segundos no país, sendo que 70% das vítimas eram crianças e adolescentes, violentadas, na maioria dos casos por homens próximos: maridos, namorados, parceiros, familiares e vizinhos. Segundo o Ministério da Saúde, em 2016 o país registrava quase dez estupros coletivos por dia, tendo sido registrados 1.570 casos em 2011 e 3.526 em 2016 - um aumento de quase 125% no período (Collucci, 2017). Por outro lado, cabe ressaltar que, de acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), apenas 10% do total de estupros é notificado, o que significa que se há o registro de 50 mil estupros no país por ano, teriam acontecido, na verdade, 450 mil casos não registradas (Albino, 2019). Em 2017, o Instituto Maria da Penha criou a iniciativa Relógios da Violência para difundir dados sobre a violência doméstica e familiar no Brasil e os números eram alarmantes: naquele ano, a cada 1,4 segundos uma mulher era vítima de assédio; a cada dois segundos uma mulher era vítima de violência doméstica; e a cada dois minutos uma mulher era vítima de arma de fogo (*ibid.*). Por outro lado, enquanto a violência contra as mulheres brancas no Brasil diminuiu em 10% de 2005 a 2015, no mesmo período a violência contra mulheres negras aumentou 54% (Waiselfisz, 2015).

No contexto migratório, a situação das mulheres estrangeiras, em situação de vulnerabilidade, muitas das quais negras e de baixa renda tende a ser ainda pior devido à sua dificuldade de acesso de direitos e bens coletivos, embora não haja dados específicos a esse respeito. No decorrer dessa pesquisa e na minha atuação junto às organizações de apoio a imigrantes e refugiadas, várias foram as situações em que tivemos que apoiar e encaminhar mulheres que foram vítimas de situações de violência doméstica. Em uma delas, por exemplo,

no início de 2022, fomos procurados por uma refugiada venezuelana que sofreu violência e foi expulsa de casa juntamente com seus quatro filhos pelo “companheiro”, com quem morava há mais de um ano. Na situação, voluntários e representantes do corpo jurídico da OSC Taare acolheram a família e acompanharam-na até a delegacia. Por outro lado, apesar de ser um município com mais de 700 mil habitantes, Uberlândia não possui uma infraestrutura de abrigos que deem conta da demanda da cidade e região e, naquele momento, não havia a possibilidade de acolhê-los todos juntos, dando então à mãe a opção de fazer a acolhida de seus filhos em abrigos diferentes, o que ela logicamente recusou. A venezuelana foi então para a casa de uma amiga, onde estabeleceu-se temporária e precariamente, mas, por fim, voltou à casa do homem que a agrediu e retirou a queixa contra ele.

Uma outra situação que ocorreu também no ano de 2022 foi a de uma haitiana, grávida, que sofreu violência por parte de seu namorado e que entrou em contato com a OSC. Naquele momento, o Taare recebeu o caso e entrou em contato com o SOS Mulher e a orientou a registrar um boletim de ocorrência contra o agressor. Em sequência, ela foi encaminhada a um abrigo, onde deu à luz, e segue lá com o seu bebê, por dizer ser o único lugar onde se sente segura.

Em dezembro de 2024, quando já considerávamos esta tese finalizada, fui contatada por um membro do CVSM para atuar como intérprete de francês-português em uma audiência no Fórum de Uberlândia. Após aceitar a solicitação, fui informada pela agente tutelar responsável de que as informações específicas do caso não poderiam ser antecipadas devido ao sigilo judicial²⁶. No dia combinado, fui conduzida ao Fórum em um carro oficial e instruída sobre minhas responsabilidades, incluindo a necessidade de omitir quaisquer informações que pudessem revelar a identidade dos envolvidos quando falasse sobre o tema. Minha função ali seria intermediar duas audiências. A primeira envolvia uma menor haitiana, chamada aqui de Filomena, que havia sido retirada do convívio familiar após denunciar abusos reiterados por parte de seu pai. A segunda audiência seria com os genitores da jovem, que apresentariam sua versão dos fatos. Ao ser informada da complexidade e da gravidade do caso, confesso que me senti nervosa, questionando se minha proficiência no francês seria suficiente, especialmente porque a mãe da jovem falava apenas crioulo haitiano. Ainda assim,

²⁶ O sigilo em processos envolvendo menores é garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Código de Processo Civil (CPC). O artigo 143 do ECA proíbe a identificação de menores em notícias, enquanto o artigo 189 do CPC assegura segredo de justiça em casos que envolvam a preservação da intimidade ou interesse social relevante. Além disso, outros dispositivos do ECA (artigos 17, 19-A, §5º e §9º, 100, V, 143, 166, §3º, e 247) reforçam a obrigatoriedade de sigilo em feitos judiciais ou extrajudiciais relacionados a crianças e adolescentes. Assim, neste relato, os nomes foram alterados, e informações que possam identificar as pessoas envolvidas foram devidamente omitidas, em conformidade com a legislação vigente.

motivada pela importância de contribuir com o processo, conduzi meu trabalho com seriedade e determinação.

Na audiência com os genitores, o juiz iniciou questionando se eles entendiam o motivo de sua presença ali. O pai afirmou que sim, mas atribuiu as denúncias a uma conspiração criada por uma conhecida da família, que chamaremos de Vanessa. Ele alegou ser um bom pai e insistiu que a filha estava mentindo, influenciada por Vanessa. A mãe, visivelmente exasperada, descreveu a situação como uma “bobagem” e culpou Vanessa por expor o caso ao bairro, resultando na expulsão da família de sua residência e ameaças de vizinhos. Quando indagados sobre práticas disciplinares, os genitores inicialmente negaram qualquer violência, mas o pai admitiu posteriormente usar um cinto para disciplinar os filhos, sendo advertido de que tal conduta é crime no Brasil. Questionados se desejavam o retorno de Filomena ao lar, responderam afirmativamente, mas sem demonstração de afeto.

Antes dessa audiência, Vanessa havia sido ouvida. Fluente em crioulo haitiano, ela relatou que um amigo de Filomena compartilhou sua preocupação após ouvir os relatos de abuso sexual sofridos pela menina. Ao confirmar o ocorrido em uma conversa, Vanessa gravou o depoimento com o consentimento de Filomena e confrontou a mãe, que negou as acusações, mas concordou em levar a filha ao hospital para provar que a menina mentia. Contudo, os exames médicos realizados confirmaram não só os estupros como também a presença de ISTs. Com isso, as autoridades foram acionadas, e Filomena foi acolhida em um abrigo para crianças, onde passou a receber tratamento médico e psicológico.

Na audiência com Filomena, o ambiente foi cuidadosamente estruturado para garantir seu conforto. A jovem estava acompanhada por uma funcionária do abrigo que segurava sua mão durante toda a sessão. O juiz destacou desde o início que o objetivo de todos ali era protegê-la e não a culpar. Filomena confirmou os abusos sofridos, descrevendo maus-tratos físicos por parte do pai e da mãe, além de relatar que episódios de abuso ocorriam mesmo com a mãe em casa. Ela afirmou estar feliz no abrigo e expressou o desejo de reencontrar o irmão mais novo, pedindo que ele fosse retirado da casa e levado ao abrigo também. Em um gesto sensível, o juiz presenteou Filomena com uma cesta contendo um urso de pelúcia e guloseimas, elogiando sua coragem em denunciar.

Ao término das oitivas, o juiz solicitou que deixássemos o prédio rapidamente para evitar encontros com os genitores, que poderiam ser liberados em breve. No trajeto de volta, a agente tutelar compartilhou informações preocupantes fornecidas por vizinhos, que relataram maus-tratos frequentes às crianças, incluindo episódios de abandono do irmão mais novo, que habitualmente ficava trancado em casa, sozinho, enquanto os pais trabalhavam. Após a

denúncia de Filomena, receosos, os pais passaram a deixá-lo com conhecidos, expondo-o a riscos adicionais de abusos e violência nas casas onde ficava. A agente garantiu que o conselho tutelar estaria atento para intervir em benefício do menino e possibilitar sua reunião com Filomena no abrigo.

Esse caso evidencia a delicadeza e a vulnerabilidade das crianças em situações de violência doméstica, agravadas por barreiras culturais e linguísticas. Não fosse pela intervenção de Vanessa, brasileira fluente em crioulo e ciente dos direitos e leis locais, é provável que Filomena continuasse exposta a abusos em um lar disfuncional. O papel desempenhado por Vanessa foi essencial, demonstrando como a empatia, a competência linguística e o compromisso com os direitos humanos podem transformar vidas. A história de Filomena ressalta a necessidade de uma rede de apoio estruturada e acessível, capaz de oferecer proteção imediata e suporte contínuo para crianças em situações de risco, garantindo-lhes dignidade e um futuro mais seguro.

Fora isso, as mulheres imigrantes e refugiadas enfrentam dificuldades em relação ao atendimento médico. Segundo Eagly e Carli (2007), elas enfrentam diversas barreiras no acesso aos cuidados, incluindo a falta de informações sobre o sistema de saúde e a falta de acesso a serviços de tradução. No grupo de voluntários do Taare, por exemplo, é comum a troca de mensagens demandando a disponibilidade de voluntárias e voluntários que possam acompanhar pessoas imigrantes e refugiadas em consultas médicas para auxiliar com a tradução. Certa feita, durante o auge da pandemia de COVID-19, em 2020, eu tive que fazer uma chamada de vídeo para intermediar a comunicação entre uma jovem haitiana que dera entrada no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia sentindo fortes dores abdominais, num possível caso de apendicite, que precisava passar por alguns exames, mas que tinha a suspeita de estar grávida e ter contraído o Coronavírus. A jovem, que estava muito fraca e assustada, havia chegado recentemente no Brasil, fora levada ao hospital pelo seu irmão, com o qual não tinha contato por não ter um aparelho celular, e estava completamente isolada devido à crise de saúde que estava instaurada. O médico que a atendia me pedia para traduzir perguntas acerca do que ela sentia, dos procedimentos que eles iriam adotar, mas a haitiana estava tão fragilizada que as tentativas de diálogo foram realmente difíceis. Por fim, foi possível escalar uma agente de saúde voluntária haitiana para ir ao hospital e intermediar a relação médico-paciente, que pode ser submetida à cirurgia e retornar à sua casa. Hoje, devido ao grande número de imigrantes haitianos no município, algumas unidades básicas de saúde contrataram agentes de saúde dessa nacionalidade para trabalhar em regiões onde eles concentram suas moradias.

Assim, a falta de acesso a serviços de saúde adequados é uma preocupação para muitas mulheres imigrantes e refugiadas, posto que elas podem ter dificuldades em encontrar profissionais de saúde que falem sua língua ou que compreendam suas crenças e práticas culturais. Segundo Gavilanes-Ruiz e Aguilar-Gaxiola (2011, p. 200), “[...] a falta de acesso a serviços de saúde pode resultar em barreiras para a detecção e tratamento de doenças crônicas, além de atrasar a busca de cuidados preventivos e serviços de saúde reprodutiva”.

A falta de acesso à educação é um problema que acomete muitas dessas mulheres, uma vez que elas, muitas vezes, têm menos acesso ou menos tempo de acesso à educação em relação aos homens, o que pode levar ao fomento da pobreza e da exclusão social. No Haiti, por exemplo, de acordo com dados do PNUD de 2016, as mulheres do país têm cerca de 2,7 anos a menos de estudo que os homens, sendo que o número de mulheres que concluem o ensino secundário é cerca de 13% menor que o de homens (Sartori, 2017). Gabriela Sartori ressalta a pobreza menstrual como um fator crucial para o impedimento da permanência de meninas nas escolas, devido à sua dificuldade de manter a higiene pessoal durante o período menstrual, visto que é comum a falta de infraestrutura, de água e de material de higiene pessoal em escolas haitianas:

[...] Por isso, em entrevistas para Amanda Klasing em 2014, pesquisadora sobre direito das mulheres e que atua no Haiti, meninas contaram que devem retornar a suas casas para fazer a troca de absorventes por falta de água e material de higiene, e no caso de meninas que moram longe, chegam a faltar na escola durante todo o período menstrual. Diante da situação, a pesquisadora alertou que garotas devem ter acesso a água potável já que isso é significativo para garantir a presença na escola. Nesse sentido, a ajuda internacional tem falhado com o país, já que as doações de água e a facilitação do acesso não tem demonstrado o resultado esperado, deixando muitas crianças doentes por cólera e afastando meninas da escola (Sartori, 2017, p. 7-8).

Ademais, em países com forte presença religiosa, quando meninas engravidam fora do casamento, elas são impedidas de frequentar a escola, como ocorre no Haiti, em que muitas escolas católicas expulsam as alunas que engravidam precocemente, reforçando a questão da maior evasão escolar por parte de meninas que, por sua vez, ao migrarem para o Brasil, tem mais dificuldades de estudar e aprender a Língua Portuguesa, se comparadas aos homens (Albino, 2019). Em outros países, como o Afeganistão, devido a instabilidades políticas e mudanças de governo, os direitos de meninas frequentarem escolas não é mais assegurado com o Talebã revogando o seu acesso a universidades, escolas, lazer, entre outros. Assim, “a falta de educação formal pode limitar as oportunidades de trabalho, reduzir a possibilidade de mobilidade social e contribuir para a exclusão social” (Furtado, 2016, p. 27).

Segundo Kofman e Raghuram (2005), as mulheres imigrantes e refugiadas enfrentam dificuldades em relação à sua mobilidade, especialmente em relação à língua, que se apresenta

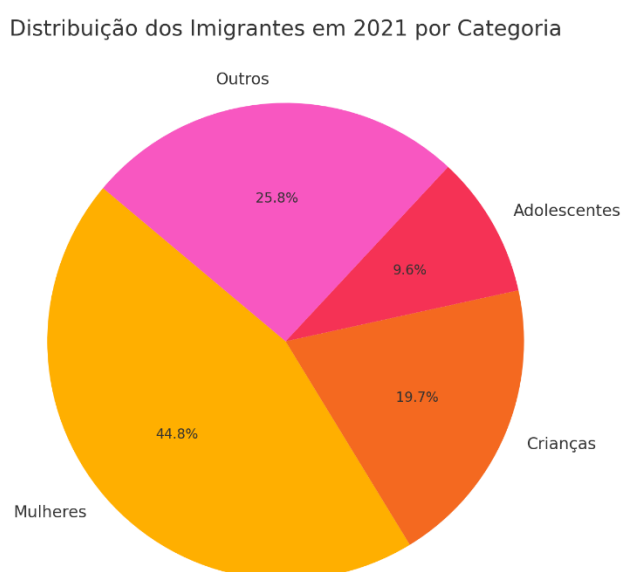
como uma barreira para elas que não dominam o idioma local. De acordo com o relatório da ONU Mulheres (2018, p. 5) "[...] as mulheres migrantes, em particular, enfrentam desafios adicionais relacionados à sua posição de minorias linguísticas e culturais em países estrangeiros", o que dificulta a sua integração social e profissional, além de limitar o acesso a serviços públicos, como saúde e educação. Em minha dissertação de mestrado (Albino, 2019), narrei uma situação vivida por uma haitiana que chamei de Lucy e que ilustra bem esse problema: ela foi convidada para participar de uma feira organizada por um Coletivo de Mulheres em Belo Horizonte, para oferecer os seus serviços de tranças (*nagô*, *jumbo*, *box braids*, etc.). Apesar das nossas limitações de comunicação, ela me contou que trançara quatro cabelos no evento, e que tinha conseguido faturar R\$ 200,00, o que a deixara bem contente. No entanto, por não saber se deslocar nem pedir informações para andar de ônibus em Belo Horizonte, ela gastou cerca de R\$ 55,00 para se deslocar usando carro de aplicativos da sua casa, em Contagem, para o local em que acontecia o evento, que ficava na região central de Belo Horizonte. No contexto uberlandense, é comum ver mulheres imigrantes e refugiadas pedindo oportunidades de empregos nos grupos criados pelas OSCs, principalmente para trabalharem como diaristas, cozinheiras e babás. E, muitas delas contabilizam no valor da sua prestação de serviços o valor do deslocamento através de carros de aplicativos, pelo fato de terem uma dificuldade muito grande de se deslocarem de ônibus pelo município.

As mulheres adultas, em geral, enfrentam severos obstáculos em conciliar a vida profissional e familiar, e entre imigrantes e refugiadas não é diferente. Muitas vezes, elas precisam cuidar dos filhos e da casa ao mesmo tempo em que buscam trabalho, tentam aprender o idioma do país receptor e tentam se integrar à sociedade, o que tende a ser especialmente desafiador em países com poucas políticas públicas de apoio à maternidade e à família: "[...] a maior carga horária das mulheres em relação aos homens na realização das atividades domésticas é um fenômeno socialmente construído e presente em diversos países, tanto do Sul como do Norte" (Paixão, 2014, p. 193). Como aponta a pesquisadora Cecília Tacoli (2018, p. 11), "[...] as mulheres imigrantes enfrentam dificuldades específicas na conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, devido a pressões culturais e sociais, além de barreiras estruturais como a falta de serviços de cuidado infantil". Isso somado à falta de redes de apoio engendra dificuldades significativas e extremamente limitantes para o desenvolvimento pessoal e profissional de mulheres imigrantes e refugiadas. Ao chegar a um novo país, muitas vezes elas precisam construir suas relações sociais do zero, o que tende a

ser difícil, desafiador e solitário, afetando sua autoestima e a sua capacidade de enfrentar as adversidades.

De acordo com dados do SisMigra, que informa os registros de residência temporária e permanente concedidos aos imigrantes internacionais, tem sido possível perceber as transformações na participação de mulheres, crianças e adolescentes na imigração internacional para o Brasil na última década (figura 12): em 2011, foram registrados no sistema um total de 74.339 imigrantes, dos quais 32,6% eram mulheres (24.262 mulheres), 5,9% eram crianças (4.363) crianças e 6,7% eram adolescentes (4.959). Já no ano de 2021, conforme a figura 14, num total de 151.155 imigrantes, 67.772 (44,8%) eram mulheres, 29.795 crianças (19,7%) e 14.555 adolescentes (9,6%), o que significa que naquele ano quase 30% dos imigrantes registrados no país eram menores de 18 anos (CAVALCANTI, 2021).

Figura 12 - distribuição dos imigrantes em 2021 por categoria.²⁷



Fonte: Cavalcanti, 2021.
Elaboração: Albino, 2024.

Acerca do perfil por sexo e idade dos refugiados reconhecidos, é possível compreender a distribuição etária e por sexo dos solicitantes de refúgio, ratificando, assim, o aumento da participação absoluta e relativa de mulheres e menores de 18 anos com esse *status* no país. Ao passo que em 2011, apenas 18 mulheres e quatro crianças tiveram refúgio reconhecido em um total de 84, dez anos depois, em 2021, a parcela feminina respondia a 44,8% dos deferimentos e os menores de 12 anos por 46,1%, de modo que entre os 3.086 reconhecimentos, 1.384 eram mulheres e 1.423 crianças (Cavalcanti, 2021). Fica claro, assim,

²⁷ No grupo “outros” temos os homens adultos e outras pessoas adultas que não declararam o seu gênero.

um processo de feminização e de aumento do número de crianças e adolescentes na imigração internacional para o Brasil, o que exige que isso seja levado em conta na elaboração de políticas públicas, uma vez que esses grupos, de forma geral, tendem a ser mais expostos a situações de vulnerabilidade e a ter menos acesso à cidade e à integração social.

De acordo com o Relatório Anual da OBMigra de 2021, os eixos de desigualdades sociais mundiais acompanham a presença de imigrantes e refugiados no mercado de trabalho formal no Brasil, de forma que imigrantes provenientes do Norte Global registram aqui os mais altos rendimentos se comparados àqueles provenientes do Sul Global; não obstante, as mulheres recebem cerca de 30% menos que o valor dos rendimentos dos homens, além de que aquelas advindas do Sul Global recebem, em média, menos que a metade dos rendimentos das oriundas no Norte Global (tabela 2); fora isso, imigrantes brancos, geralmente europeus, têm rendimentos muito superiores aos dos negros, que raramente ultrapassam a média de um ou dois salários mínimos; e, por fim as pessoas refugiadas e solicitantes desse reconhecimento tendem a ter mais dificuldade para conseguirem emprego e, quando conseguem, têm rendimentos inferiores aos dos demais imigrantes.

Tabela 2 - Rendimento médio das mulheres trabalhadoras imigrantes admitidas no mercado formal de trabalho, segundo principais países, em reais (2011 – 2020).

Principais países	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
TOTAL	3.066	3.206	2.667	2.313	2.255	2.279	2.400	2.261	2.103	18.874
Haiti	1.111	1.219	1.295	1.346	1.321	1.311	1.355	1.365	1.363	1.1387
Paraguai	1.328	1.478	1.397	1.431	1.401	1.432	1.462	1.477	1.498	1.1562
Argentina	3.361	3.397	3.005	2.560	2.595	2.555	2.515	2.679	2.855	3.068
Venezuela	4.913	5.399	5.453	4.141	3.829	2.214	2.924	1.586	1.430	1.435
Bolívia	2.088	2.086	1.814	1.791	2.114	2.351	2.588	2.555	2.432	2.812
Uruguai	2.135	2.193	1.815	2.087	1.868	1.884	1.804	1.993	1.855	1.838
Portugal	3.888	3.999	3.601	3.308	3.483	3.221	3.482	3.355	3.084	4.466
Chile	3.108	3.786	3.022	2.898	2.603	2.555	3.200	3.098	3.131	3.531
Peru	2.704	2.717	2.629	2.591	2.727	2.722	2.776	2.954	2.828	3.145
Japão	2.606	2.334	2.006	2.179	1.985	1.979	1.955	1.930	2.014	1.836
Outros	4.089	4.800	4.331	3.868	3.655	3.466	3.967	3.833	3.630	3.734

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, base harmonizada RAIS-CTPSCAGED, 2011-2020. Nota: Rendimentos deflacionados, pelo INPC, para dezembro/2020.

De 2011 a 2020 houve um aumento significativo na imigração de mulheres para o Brasil, assim como aumentou a quantidade daquelas com residência permanente. No mesmo período ocorreu também um incremento no número de mulheres solicitantes da condição de refugiadas, sobretudo as venezuelanas, que lideram a lista de solicitantes, colocando o Brasil no rol dos países que têm passado por um processo de feminização das migrações. Por outro lado, essa feminização não significa que elas estão atingindo maior igualdade e independência perante os homens, que têm sofrido menos violências e discriminações de gênero e tampouco que têm sido menos exploradas no mercado de trabalho.

Ainda que o relatório da OBMigra de 2021 revele que o saldo de contratações de mulheres tenha sido positivo ao longo da década - com exceção de 2016 -, as atividades econômicas onde essas mulheres, principalmente as venezuelanas e haitianas, estão conseguindo inserção laboral são em espaços com alta exploração da mão de obra, com pouca qualificação e baixa remuneração. Na região Sul do país, essas mulheres têm conseguido se inserir formalmente no mercado de trabalho basicamente em frigoríficos, onde pouco tem sido feito para atender às suas necessidades particulares, como: “[...] ter igual número de banheiros, treinamento de segurança e saúde sobre os produtos e maquinários a serem limpos e menos ainda direitos e realocação para outras posições quando grávidas, licença-maternidade e auxílio creche” (Cavalcanti, 2021, p. 182).

Diante de tais desafios, é de suma importância que as políticas públicas sejam revistas e implementadas para apoiar e proteger as mulheres imigrantes e refugiadas. Isso inclui o acesso a serviços de saúde, educação e emprego, bem como o combate à discriminação e à violência de gênero. Para tanto, é fundamental que essas mulheres sejam incluídas nos processos de tomada de decisão e sejam e que assumam protagonismo no processo de (re)territorialização, a fim de garantir que suas necessidades e perspectivas sejam consideradas. A esse respeito, em setembro de 2023, foi protocolado em Uberlândia o Projeto de Lei 1858/2023, que visa instituir a Política Municipal para a População Migrante, incluindo refugiados, apátridas e retornados. Dada a significativa população migrante em Uberlândia, a segunda maior cidade de Minas Gerais, o projeto é fundamental para assegurar a integração e o suporte a essa comunidade. A CVSM e OSCs locais participaram ativamente na elaboração do projeto, destacando a necessidade de políticas públicas locais para garantir os direitos dos migrantes. A proposta também inclui medidas para combater a xenofobia e o racismo, como a criação de um canal de denúncias e a formação de agentes públicos, e estabelece a criação de um Comitê de Elaboração e Acompanhamento do Plano Municipal, garantindo a participação da sociedade civil e dos migrantes na gestão das políticas públicas.

2.5 OS MOTIVOS DA MIGRAÇÃO

Os processos migratórios não são únicos, tampouco uniformes, mas sim extremamente complexo, posto que imigrantes, refugiadas e refugiados oriundos de um mesmo país podem vir por motivos diversos: (i) no caso dos que vieram da Venezuela, por exemplo, ao passo que alguns emigraram/pediram refúgio devido a temores à sua integridade física - por não coadunarem com o sistema político vigente-, temos aqueles e aquelas que decidiram vir para o Brasil porque as condições de vida e trabalho em seu país de origem eram bastante limitadas, além daqueles que vieram e continuam vindo para se juntar aos seus familiares que aqui estão; (ii) no caso das afegãs e afegãos, há aqueles que solicitaram refúgio ao Brasil por terem trabalhado em órgãos do governo anterior à tomada de poder pelo Talebã, o que os faz correr verdadeiros riscos de serem perseguidos e executados; temos também famílias inteiras que deixaram o país devido à indignação contra o cerceamento de direitos das mulheres, como o de estudar e trabalhar no novo regime, e que para cá vieram para que as filhas e esposas possam ter acesso a estes direitos; e temos ainda aqueles que viram os seus sonhos e perspectiva ruírem e que, buscando uma vida melhor, souberam que o Brasil é um dos países que mais fácil e rapidamente oferece refúgio e, por isso, vieram para cá, mesmo sem ter a menor noção de onde fica e de como é este país; (iii) há que se falar ainda de haitianas e haitianos que tinham uma vida satisfatória em seu país, mas que, devido às limitações que encontravam lá, vieram para o Brasil para dar continuidade aos seus estudos, ao passo que temos aquelas e aqueles que lá viviam em situações precárias, que se endividaram para vir para o Brasil porque acreditavam que poderiam ter uma boa vida, mas que têm se frustrado e tido dificuldades para quitar as dívidas que fizeram para vir pra cá.

Segundo o Relatório da ONU sobre Migrações de 2020, os motivos econômicos são a principal razão para a migração internacional. A busca por trabalho e melhores condições de vida é um fator determinante em muitos casos de migração, especialmente nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. No entanto, as migrações também podem ser resultado de conflitos armados, guerras civis, perseguição política, étnica ou religiosa, entre outros fatores. De acordo com o mesmo relatório, em 2020, havia 79,5 milhões de deslocados forçados em todo o mundo, dos quais 26 milhões eram refugiados (ONU, 2020).

As migrações também podem ser influenciadas por questões culturais e sociais. Geertz (1973) defende que a migração pode ser uma forma de buscar novas identidades culturais e religiosas, além de ser uma forma de resistência cultural e de se afastar de estruturas sociais opressoras. Bauman (1998) destaca também a influência do ambiente social e político na

decisão de migrar, posto que as migrações são influenciadas pela falta de segurança e estabilidade em nível político e social. Ele afirma que "[...] a migração é um indicador do fracasso das políticas públicas em garantir a segurança e estabilidade social para os cidadãos" (Bauman, 1998, p. 48), o que fica nítido se pensarmos nas nacionalidades que pontuamos aqui, e que têm imigrado ou se refugiado no Brasil ou por perseguições políticas, religiosas e de gênero que ameaçam as suas vidas, ou por sérias limitações econômicas e estruturais de seus países, que esgotam as virtualidades daqueles locais. Por fim, as migrações também podem ser influenciadas por questões ambientais, como a degradação ambiental, mudanças climáticas e desastres naturais. Ainda de acordo com o supracitado relatório da ONU, estima-se que entre 25 milhões e 1 bilhão de pessoas serão deslocadas em decorrência das mudanças climáticas até 2050.

Segundo dados da OIM, o número de migrantes internacionais em todo o mundo atingiu 272 milhões em 2019, o que representa um aumento de 51 milhões em relação a 2010. Além disso, a OIM estima que existam cerca de 70,8 milhões de pessoas deslocadas forçadamente em todo o mundo, incluindo refugiadas e refugiados, requerentes de asilo e pessoas deslocadas internamente. A crise social migratória global tem sido impulsionada por diversos fatores, como conflitos armados, perseguição política, instabilidade econômica, mudanças climáticas, desastres naturais e outras crises humanitárias. De acordo com o Relatório sobre Desenvolvimento Humano de 2020, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a pobreza é um fator importante que impulsiona a migração em muitas partes do mundo: "[...] os migrantes tendem a ser mais pobres do que a população em geral em seus países de origem e os custos de migração podem ser muito altos para as pessoas mais pobres" (PNUD, 2020) - no caso das haitianas e haitianos, por exemplo, em 2017 eles relataram que o custo para imigrar para o Brasil era de aproximadamente 5 mil dólares americanos, dinheiro que a maioria estava longe de possuir, mas que fazia empréstimos com de agiotas locais, dando as casas de seus familiares como garantia, porque acreditavam que fariam essa mesma quantia por mês de trabalho no novo país (Albino, 2019).

Conforme anteriormente enunciado, a crise social migratória global tem sido agravada por políticas restritivas de imigração adotadas por muitos países. Segundo a OIM, mais de 50% dos migrantes internacionais estão concentrados em apenas dez países, o que sugere que a maioria dos países está se tornando cada vez mais hostil à migração. O recrudescimento dessas políticas também tem levado muitos migrantes a adotar rotas mais perigosas e arriscadas, aumentando o número de mortes e violações de direitos humanos (OIM, 2021).

Ademais, a pandemia da COVID-19 teve um impacto significativo na crise social migratória global, com muitos países fechando suas fronteiras e adotando políticas de imigração mais restritivas em resposta à crise sanitária. De acordo com a OIM, cerca de 3,5 milhões de migrantes em todo o mundo foram afetados pela pandemia, incluindo aqueles que ficaram presos em países de trânsito ou ficaram sem trabalho e sem acesso a serviços básicos. Dados recentes também evidenciam que tal crise tem um impacto desproporcional sobre mulheres e crianças migrantes: segundo a OIM (2021), mulheres e crianças muitas vezes têm menos acesso a serviços básicos de saúde e educação, enfrentam altos riscos de exploração, tráfico humano, violações de seus direitos humanos além de que enfrentam discriminação e violência de gênero durante e após os seus deslocamentos.

A pandemia, “iniciada” no Brasil em março de 2020, provocou significativas mudanças na mobilidade global, evidenciando uma acentuada seletividade nas migrações. Conforme destacado por Peixoto (2020), essa crise sanitária intensificou a securitização das políticas migratórias internacionais, fortalecendo a segurança sanitária nos países desenvolvidos e, conseqüentemente, aumentando os fluxos migratórios entre países do Sul Global. Segundo Baeninger *et al.* (2021), “No caso brasileiro, a pandemia traz à tona a securitização das migrações internacionais, com a delimitação imposta pelo Estado de imobilidade, em especial nas fronteiras, e com as disputas por direitos para imigrantes e refugiados”. Isso se refletiu na emissão de 21 portarias pelo governo federal, que impuseram restrições rigorosas à entrada de pessoas no país, elencadas por Baeninger *et al.* (2021) da seguinte forma:

- Portaria nº 120 de 17 de março de 2020: Proibiu a entrada de pessoas vindas da Venezuela por vias terrestres;
- Portaria nº 125 de 19 de março de 2020: Estabeleceu a interdição da entrada de pessoas vindas de Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana Francesa, Guiana, Paraguai, Peru e Suriname por vias terrestres.
- Portaria nº 126 de 19 de março de 2020: Impediu a entrada de viajantes provenientes de China, União Europeia, Islândia, Noruega, Suíça, Reino Unido, Austrália, Japão, Malásia e Coreia do Sul por vias aéreas.
- Portaria nº 132 de 22 de março de 2020: Restringiu a entrada de pessoas vindas do Uruguai por vias terrestres.
- Portaria nº 133 de 23 de março de 2020: Bloqueou a entrada de pessoas vindas do Irã por vias aéreas.

- Portaria nº 47 de 26 de março de 2020: Proibiu a entrada de pessoas por transporte aquaviário.
- Portaria nº 152 de 27 de março de 2020: Suspendeu a entrada de todas as nacionalidades por vias aéreas.
- Portaria nº 158 de 31 de março de 2020: Reiterou a proibição de entrada de pessoas vindas da Venezuela por vias terrestres.
- Portaria nº 8 de 2 de abril de 2020: Continuou a restrição para entrada de pessoas provenientes de Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana Francesa, Guiana, Paraguai, Peru e Suriname por vias terrestres.
- Portaria nº 195 de 20 de abril de 2020: Prorrogou a interdição para entrada de pessoas vindas do Uruguai por vias terrestres por mais 30 dias.
- Portaria nº 201 de 24 de abril de 2020: Manteve a proibição de entrada por transporte aquaviário por 30 dias.
- Portaria nº 203 de 28 de abril de 2020: Reafirmou a interdição de entrada de todas as nacionalidades por vias aéreas por 30 dias.
- Portaria nº 204 de 29 de abril de 2020: Impôs restrições à entrada de todas as nacionalidades por vias terrestres, incluindo a limitação para venezuelanos, mesmo aqueles com Registro Nacional Migratório (RNE), por 30 dias.
- Portaria nº 255 de 22 de maio de 2020: Proibiu a entrada por vias aéreas, terrestres e aquaviárias, com restrições específicas para pessoas vindas da Venezuela, mesmo com RNE, por 30 dias.
- Portaria nº 319 de 20 de junho de 2020: Prorrogou as restrições de entrada por vias aéreas, terrestres e aquaviárias, com especificidades para venezuelanos com RNE, por mais 30 dias.
- Portaria nº 340 de 30 de junho de 2020: Permitiu a entrada de pessoas por via aérea para estadias de curta duração e para aqueles com visto temporário para pesquisa, estudo, trabalho, investimento, reunião familiar e atividades artísticas, mediante apresentação de declaração médica de não infecção por Covid-19, por mais 30 dias.
- Portaria nº 1 de 29 de julho de 2020: Manteve as restrições de entrada por vias aéreas, terrestres e aquaviárias, com ênfase nas restrições para venezuelanos com RNE, permitindo a entrada de pessoas que cumprissem requisitos migratórios e visitantes de curta duração com seguro de saúde.

- Portaria nº 419 de 26 de agosto de 2020: Continuou a restrição para entrada por vias terrestres e aquaviárias, com restrições adicionais para venezuelanos com RNE, permitindo a entrada por via aérea de pessoas com requisitos específicos, por mais 30 dias.
- Portaria nº 456 de 24 de setembro de 2020: Restringiu a entrada de estrangeiros de qualquer nacionalidade por rodovias, outras vias terrestres e transporte aquaviário, exceto em casos específicos, como brasileiros, imigrantes com residência permanente, profissionais em missão de organismos internacionais, entre outros.
- Portaria nº 470 de 2 de outubro de 2020: Prorrogou as restrições impostas pela Portaria 456 por mais 30 dias.
- Portaria nº 518 de 12 de novembro de 2020: Estendeu as restrições da Portaria 470 por mais 30 dias, mantendo ênfase nas restrições para venezuelanos e outras nacionalidades, especialmente aqueles sem RNE.

As portarias, de maneira geral, concentram-se em restringir a entrada e saída de imigrantes provenientes da Venezuela e de outros países periféricos. Desde a Portaria nº 120, de março de 2020, já havia uma proibição específica para a entrada de venezuelanos, incluindo restrições de circulação na região fronteira entre os dois países; essas restrições não foram aplicadas a outras fronteiras do Brasil. Essa limitação ainda está em vigor na Portaria nº 518, de 12 de novembro de 2020, que penaliza a entrada principalmente de estrangeiros sem Registro Nacional Migratório (RNE), como solicitantes de refúgio, vindos por fronteiras terrestres. A justificativa para essas medidas foi a segurança nacional, agravada pela crise sanitária global, com o objetivo de controlar a disseminação do vírus no país. As portarias deixam claro que o descumprimento dessas proibições pode resultar em sanções civis, administrativas e penais, além de repatriação ou deportação imediata e inabilitação de pedidos de refúgio (Baeninger *et al.*, 2021).

Essas portarias que impediram o ingresso de pessoas estrangeiras de países pobres foram publicadas com a suposta intenção conter a entrada do COVID-19 no país. No entanto, tal justificativa é, no mínimo, falaciosa, considerando a postura negacionista adotada pelo presidente Jair Bolsonaro durante a crise sanitária. O então presidente defendeu a "contaminação de rebanho"²⁸ e se posicionou firmemente contra *lockdowns* e outras medidas de contenção. Além disso, o governo federal relutou em iniciar a vacinação em massa,

²⁸ Contaminação de rebanho é a ideia equivocada de permitir que a maioria da população fosse exposta a um vírus, esperando que a imunidade coletiva desenvolvida naturalmente controle a propagação da doença.

atrasando a compra e a distribuição de vacinas, o que agravou ainda mais a crise sanitária. Tal postura contribuiu para que o Brasil se tornasse um dos países com o maior número de mortos pela COVID-19, com mais de 700 mil óbitos registrados, segundo dados da Universidade Johns Hopkins (2023), ocupado o segundo lugar no ranking mundial de mortes, atrás apenas dos EUA. As medidas de restrição de entrada de estrangeiros pobres e em crise, portanto, se mostraram menos uma tentativa de proteger a população brasileira e mais uma forma de segregar aquelas pessoas que necessitavam de refúgio durante uma crise humanitária e sanitária sem precedentes. Esses fatores são alguns dos que demonstram que a crise migratória global tem impactos desproporcionais sobre os países em desenvolvimento. Conforme argumentado por Koser e Martin (2019), a maioria dos migrantes vem de países de baixa e média renda, enquanto a maioria dos países receptores são países de alta renda – ou, ao menos, estes são os destinos pretendidos na maioria das vezes. Outrossim, muitos dos migrantes que deixam os países em desenvolvimento são altamente qualificados, o que significa que esses países perdem valiosos recursos humanos.

Segundo dados OIM (2020), a África é a região que mais perde profissionais de saúde devido à migração. A esse respeito, Abdul, um jovem queniano de 26 anos de origem Massai, foi apresentado a mim em Belo Horizonte em eventos promovidos pela comunidade africana, onde nos tornamos amigos. Ele compartilhou sua história, que resumirei a seguir: seu pai era um líder e guerreiro tribal que vivia na Reserva Nacional Massai Mara. Em um conflito com uma tribo vizinha, o patriarca saiu vitorioso e trouxe consigo uma mulher da outra tribo, com quem se casou e que se tornou a mãe de Abdul. Quando ele ainda era uma criança, sua tribo foi atacada pela tribo vizinha em retaliação, resultando na morte de todos os homens envolvidos no conflito anterior, incluindo seu pai. Abdul sobreviveu porque, apesar de ter idade para dormir na moradia dos homens, ocasionalmente dormia com sua avó na área das mulheres.

Após esses eventos trágicos, a família de Abdul vendeu algumas cabeças de gado e mudou-se para a capital, onde ele e suas irmãs concluíram os estudos e ingressaram no ensino superior. Abdul começou a cursar Medicina, mas encontrou uma faculdade com recursos limitados e pouca infraestrutura. Buscando melhores oportunidades, ele decidiu participar de um programa de intercâmbio que o trouxe ao Brasil. Abdul passou seis meses estudando português intensivamente para então fazer a prova do Celpe-Bras²⁹, na qual foi aprovado,

²⁹ Celpe-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros) é o exame oficial de proficiência em português brasileiro para falantes não nativos. Reconhecido internacionalmente e aplicado pelo Ministério da Educação do Brasil, o Celpe-Bras avalia a capacidade dos candidatos de usar o idioma em

permitindo-lhe continuar seus estudos em uma universidade federal. Às vésperas de se formar, Abdul expressa preocupação com sua mãe, que, permanecendo no Quênia, desenvolveu uma doença que requer cuidados médicos específicos e transfusões de sangue periódicas, feitas na África do Sul, tornando o procedimento muito caro. Com isso, o plantel de gado da família vem diminuindo paulatinamente, de modo que Abdul teve que trabalhar informalmente em lanchonetes e outros comércios para se manter no Brasil. Não obstante, ele é o único aluno negro de sua sala e um dos poucos que precisaram trabalhar para financiar sua educação e manutenção.

Outra maneira pela qual a crise humanitária global afeta mais os países em desenvolvimento é através do impacto nos mercados de trabalho. À medida que os migrantes saem desses países, muitas vezes deixam uma lacuna na força de trabalho que é difícil de preencher. Por outro lado, muitos países de destino recorrem à migração para preencher lacunas em seus próprios mercados de trabalho, especialmente em setores como agricultura, construção, cuidados pessoais e hospitalidade (OIT, 2018), ainda que esses trabalhos, muitas vezes, paguem menos e tenham menos benefícios do que empregos similares em outros setores, o que perpetua a desigualdade econômica entre países. Fora isso, quando as pessoas migram, elas muitas vezes abandonam suas famílias, o que tende a ter efeitos negativos sobre a saúde mental e o bem-estar dessas pessoas, exigindo que elas abandonem suas comunidades e redes sociais, impactando de forma negativa o tecido social dos locais de origem (OIM, 2020). Há que se falar também sobre o custo financeiro dessa crise, posto que os migrantes que deixam países de baixa renda muitas vezes precisam pagar altas taxas para se deslocar, o que pode representar uma porcentagem significativa de suas economias. Além disso, muitos deles enfrentam custos adicionais ao chegar em seus destinos, como acomodação, transporte e despesas jurídicas, que podem levar a problemas financeiros e de endividamento (*ibid.*).

Outro fator que contribui para a desproporcionalidade dos efeitos da crise migratória global nos países em desenvolvimento é a discriminação e a xenofobia enfrentadas por migrantes e refugiados em todo o mundo. Muitas vezes, essas populações são marginalizadas e excluídas das políticas e programas sociais, o que pode aumentar sua vulnerabilidade e dificultar sua integração em novas sociedades. Nesse sentido, é importante destacar que as políticas migratórias de muitos países desenvolvidos têm sido cada vez mais restritivas, limitando o acesso de imigrantes, refugiadas e refugiados a serviços básicos e a oportunidades de integração social e econômica, causando um impacto significativo na capacidade dessas

situações cotidianas e acadêmicas. A certificação é exigida para fins educacionais, profissionais e de imigração, como a obtenção de nacionalidade brasileira.

populações de se integrar e contribuir para a sociedade de acolhimento. A análise ganha profundidade ao considerar não apenas os efeitos objetivos dessas políticas, mas também como essas pessoas experienciam essa exclusão de serviços essenciais, que reforça sentimentos de desamparo e marginalização. Isso permite que se entenda o impacto dessas restrições não apenas em termos de acesso, mas como vivências que afetam profundamente as identidades, percepções de si e a busca por um sentido de pertencimento nas sociedades de acolhimento.

Estatísticas recentes indicam que o número de pessoas deslocadas forçadamente no mundo é de cerca de 82,4 milhões, sendo que mais da metade delas são crianças e mulheres (ACNUR, 2021). Os conflitos armados são uma das principais causas da crise humanitária global, afetando principalmente a população civil: de acordo com o relatório do *Internal Displacement Monitoring Centre* (IDMC) e do Conselho Norueguês para Refugiados (NRC), em 2020, houve mais de 40 milhões de pessoas deslocadas devido a conflitos armados em todo o mundo (IDMC/NRC, 2021). Além disso, a violência e a perseguição étnica, religiosa e de gênero são outros fatores que contribuem para o deslocamento forçado de pessoas, ao passo que a pobreza extrema também é uma das principais causas dessa crise, sobretudo nos países em desenvolvimento. Segundo o Banco Mundial, em 2020, cerca de 9,2% da população mundial vivia abaixo da linha de pobreza extrema (Banco Mundial, 2021). Outrossim, a mudança climática, com eventos extremos como secas, inundações e furacões, tem forçado cada vez mais pessoas a deixarem suas casas em busca de segurança e meios de subsistência.

Outros grupos vulneráveis que são afetados pela crise incluem refugiados, solicitantes de asilo, migrantes irregulares, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência, idosos, além das já mencionadas mulheres e crianças. Estes grupos enfrentam uma série de desafios, incluindo a falta de acesso a serviços básicos, como água potável, alimentos, moradia, educação e saúde, além de discriminação e violências. Diante deste cenário, é urgente a necessidade de ações coordenadas e efetivas para mitigar os impactos da crise humanitária global. É preciso abordar as causas estruturais da crise, como os conflitos armados, a pobreza extrema e a mudança climática, além de garantir a proteção e assistência adequadas para os grupos mais vulneráveis. Nesse contexto, a ONU Mulheres (2018) destaca que "[...] as mulheres e meninas migrantes, especialmente aquelas em situação irregular, correm um risco maior de violação dos seus direitos humanos, incluindo violência sexual e de gênero, e tráfico humano". Nesse sentido, tanto no Taare, quanto nas demais OSCs que eu visitei em Uberlândia e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, pude perceber que todas têm

desenvolvido algum tipo de ação - cartilhas, palestras, panfletos etc. - para conscientizar as mulheres imigrantes e refugiadas dos seus direitos e para fazê-las cientes de que as leis brasileiras não permitem que elas sofram quaisquer tipos de violência. Ainda que seja muito trabalhoso e delicado o processo de conseguir tocar em assuntos tão íntimos com essas mulheres recém-chegadas no Brasil, em algumas ações nos deparamos com diversas mulheres que não sabiam que o estupro marital é uma forma de violência e que normalizam tanto a violência física quanto a verbal em seus lares.

A criminalização do estupro no Haiti foi formalmente estabelecida pela Lei de 2005, conhecida como a Lei sobre Violência de Gênero e Família. Esta legislação representou um avanço significativo na proteção dos direitos das mulheres e na definição legal do estupro e outras formas de violência sexual no país. A lei foi um marco importante na luta contra a violência de gênero e estabeleceu medidas para garantir a justiça para as vítimas e a responsabilização dos agressores. Anteriormente, a Constituição de 1987 do Haiti não abordava explicitamente o estupro, e as reformas legais subsequentes foram fundamentais para a implementação de uma estrutura legal que aborda essas questões de maneira mais eficaz (Jabès, 2009; UN Women, 2013). Ao longo do contato com as alunas das quais muitas, posteriormente, se tornaram amigas, pude perceber que a questão da violência sexual é mais presente na vida de haitianas, provavelmente devido à tipificação recente desse crime. Cabe pontuar que a lei foi criada em resposta aos altos índices de estupros de mulheres e crianças por soldados da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), ironicamente conhecida como "Força de Paz" da ONU ou "capacetes azuis", que sob o aval das forças nacionais abusavam dessas pessoas em extrema vulnerabilidade e depois lhes davam bolachas ou outros itens destinados a doações, como se fosse um pagamento. Sobretudo antes da lei, crianças que apareciam com pacotes de bolachas em suas vizinhanças eram hostilizadas por outras crianças, que as xingavam e humilhavam, culpabilizando-as por saberem que aquele alimento havia sido dado através de uma troca forçada, degradante e violenta.

Assim, entre 2004 e 2006, houve o registro de 32 mil mulheres estupradas naquele país, o que demonstra que esse tipo de violência se fez muito presente na história recente do Haiti (BBC, 2006). Ao longo de nossas conversas, pude perceber também que as venezuelanas aparentam ser mais cientes de seus direitos e dos tipos de violência que não devem suportar sob nenhuma hipótese, e acreditamos que isso provavelmente seja devido do maior acesso e permanência na educação de mulheres do país, ao menos nas áreas urbanas.

Em relação às afegãs e outras mulheres muçulmanas, não houve nenhuma situação que permitisse um diálogo mais íntimo nesse sentido.

A violência em relação às crianças é uma situação ainda pior porque, geralmente, seus familiares - e para isso não importa a origem -, recorrem frequentemente às palmadas e violência física numa suposta tentativa de educá-las. Ou seja, para crianças imigrantes e refugiadas, sofrer algum tipo de violência é praticamente uma garantia: segundo a UNICEF, existem atualmente mais de 30 milhões de crianças refugiadas em todo o mundo, muitas das quais foram separadas de suas famílias. Os riscos que acometem as crianças incluem falta de acesso à educação e saúde adequada, além de violência e exploração, e a falta de cuidados adequados durante a infância pode ter efeitos duradouros no seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

A crise impacta também a vida de crianças deslocadas dentro de seus próprios países, muitas vezes como resultado de conflitos armados e violência. Segundo a UNICEF, existem atualmente mais de 17 milhões de crianças deslocadas internamente em todo o mundo, as quais são frequentemente forçadas a abandonar suas casas, famílias e comunidades, o que tem efeitos prejudiciais em seu bem-estar mental e emocional. Com uma abordagem fenomenológica, podemos compreender como esses deslocamentos e perdas são sentidos no corpo e na mente dessas crianças, que não apenas vivenciam uma nova geografia, mas percebem-se como estrangeiras em seus próprios contextos. A fenomenologia revela como a percepção das emoções de medo, perda e desconforto físico e emocional influenciam a formação de suas identidades e a percepção de si mesmas e do mundo ao redor. É o caso de Khadija, filha de Youssef e Layla, que a despeito da tentativa de seus pais preservarem-na acerca dos medos que os afligiam, pode perceber através das diversas vezes que tiveram que se esconder, da mudança repentina de vida e da constante fisionomia assustada dos genitores, que ela estava em perigo, de modo que tudo isso a traumatizou a ponto de ela ter passados os primeiros meses no Brasil sem falar com ninguém que não fosse os pais.

A experiência de Khadija deve ser entendida não como um dado isolado, mas como uma vivência marcada por sensações corporais e emocionais que modelaram sua maneira de interagir com o mundo. Ao compreendermos que o corpo é um mediador do sentir, entendemos também como o silêncio e o medo de Khadija são expressões tangíveis de um trauma vivido intensamente. Todavia, foi muito satisfatório vê-la, seis meses após nosso primeiro encontro, conversando e brincando, ainda que ela ainda não falasse português. Apesar de tímida e com um olhar sempre desconfiado e observador, Khadija interagiu com a minha filha e algumas outras poucas crianças que estavam em uma festa junina organizada

pelo Taare, e sua mãe tinha um olhar um pouco mais reconfortado quando olhava para a menina. Essa transformação sutil, revelada pela interação corporal e social da menina, evidencia como o processo de cura é também uma experiência fenomenológica, em que cada gesto, olhar e ação contribuem para a construção de um novo sentido de pertencimento e segurança para a criança.

Assim, é nítido que mulheres imigrantes e refugiadas enfrentam várias dificuldades em relação ao gênero, à cultura e à migração resultantes da relação entre a condição feminina e as estruturas sociais nas quais elas se inserem. Segundo Santos (2014), elas enfrentam uma série de desafios, que incluem a precarização do trabalho, a discriminação e a violência de gênero e a falta de suporte social, porque a discriminação de gênero é reforçada por normas culturais que são reproduzidas no país de destino.

Em relação às dificuldades relacionadas à cultura, Morokvasic (1984) afirma que as mulheres imigrantes enfrentam desafios relacionados à adaptação aos valores culturais da sociedade de acolhimento, que podem levar à perda da identidade cultural e à dificuldade em se sentir pertencentes ao novo lugar. Kofman e Raghuram (2005) afirmam que essas mulheres enfrentam ainda dificuldades em relação à rede de suporte social, uma vez que enfrentam muitos obstáculos para encontrar suporte emocional e financeiro, o que pode gerar uma maior vulnerabilidade em relação à violência e à exploração. Em Uberlândia, por exemplo, uma vez que para as mulheres imigrantes e refugiadas têm sido mais difícil conseguir empregos regulamentados do que para os homens, quando elas têm bebês de colo é ainda mais improvável que elas gerem qualquer tipo de renda, a não ser que elas consigam vagas nas concorridas creches do município - que, conforme mencionado, nem sempre atendem às demandas do mercado de trabalho -, ou tenham alguém com quem deixá-los. Outrossim, fato de muitas dessas mulheres virem para o Brasil em situação de dependência em relação a homens e morarem nas periferias das cidades faz com que elas vivam em uma situação de segregação social e econômica que limita o seu fortalecimento e acesso a direitos e à cidade.

Em relação a Uberlândia, geralmente são as mulheres haitianas e venezuelanas que conseguem se inserir no mercado de trabalho, se concentrando principalmente em atividades braçais, de baixa complexidade intelectual, como limpeza, serviços gerais, empacotamento em unidades fabris, entre outras. As haitianas, por sua vez, em virtude da grande diferença linguística, têm mais dificuldade de conseguir e de se manter em postos de trabalho, tendendo a levar um filho, uma amiga ou até mesmo os seus maridos para lhes ajudarem na comunicação durante o expediente, o que nem sempre é muito bem aceito pelos empregadores.

É alto o grau de desemprego entre as mulheres imigrantes e refugiadas assistidas pela OSC Taare, e é possível afirmar que isso se dá porque muitas delas não tiveram muito tempo escolar em seus países de origem e, por isso, têm dificuldade de aprender a Língua Portuguesa quando aqui chegam. Ademais, as segunda e terceira jornadas de trabalho domésticas se mostram como limitantes para elas frequentarem os cursos gratuitos de português, como os oferecidos semestralmente pela organização. Quando arranjam emprego, quase sempre essas mulheres conseguem posições temporárias, com baixa remuneração e sem carteira assinada. Nesse contexto, o uso das redes sociais se faz fundamental, posto que são em comunidades no *Facebook* e grupos de *Whatsapp* que muitas delas procuram recomendações, oportunidades e trocam dicas com outras conterrâneas.

Apesar das dificuldades e de muitas vezes solicitarem intérpretes à OSC, independentemente da nacionalidade, as mulheres imigrantes e refugiadas sempre fazem questão de colocarem seus filhos nas escolas. Outro aspecto relevante a se pontuar é que elas, geralmente, se locomovem pela cidade usando carros de aplicativos, devido à dificuldade de pedirem informações, e que o fazem também quase sempre acompanhadas de pelo menos mais uma pessoa - em relação às mulheres oriundas de países muçulmanos, essa companhia sempre é um homem, seja ele um filho, o marido, dentre outros familiares. Apenas no caso das venezuelanas tem sido possível observar mais autonomia no deslocar pela cidade: mesmo tendo menos tempo de moradia no Brasil e, mais especificamente em Uberlândia, algumas já se aventuraram a pegar o ônibus, solicitam os carros de aplicativos sozinhas, o que entendemos ser por conta da proximidade idiomática, que facilita a comunicação.

Em relação às mulheres afegãs, a imigração delas para o Brasil iniciou-se mais recentemente, sendo que os registros das primeiras chegadas ocorreram em abril de 2022. É nítido que por tudo o que elas viveram, o impacto da fuga de seus países deixou grandes marcas emocionais em suas famílias e geralmente elas assumem uma postura bastante retraída e assustadiça. Embora todas as quatro afegãs que venho prestando assistência através do Taare tivessem empregos em seu país de origem, procurar uma ocupação no Brasil ainda não é uma prioridade, principalmente porque elas querem aprender o idioma, acalmar os ânimos e esperar a vida estabilizar um pouco – fora isso, muitas famílias vivem de favor em igrejas e em moradias improvisadas.

Assim, no percurso dessa pesquisa, tem sido possível observar que, de maneira geral, a imigração é um processo menos favorável às haitianas, venezuelanas e afegãs, se compararmos com o que acontece com os homens. No entanto, ainda entre essas mulheres, é possível perceber que as venezuelanas têm conseguido um pouco mais de autonomia e acesso

à cidade, principalmente em função da proximidade idiomática entre espanhol e português, o que acontece de forma diferente com haitianas e afegãs, que criam seus lugares e manifestam suas resistências e resiliências, mas de uma forma mais restrita à proximidade de seus lares. Nesse sentido, Safi (2003) reforça que as mulheres imigrantes enfrentam dificuldades em encontrar trabalho, ainda mais se o pretendem em sua área de especialização, uma vez que o que geralmente encontram, se encontram, são posições em empregos precários, com baixa remuneração e poucos benefícios. Assim, para essas imigrantes e refugiadas em situação de vulnerabilidade, as múltiplas violências de gênero que as acometem tanto por parte de seus conterrâneos quanto por parte de pessoas e instituições brasileiras, têm se apresentado como severos empecilhos à criação de relações de pertencimento com os novos lugares.

CAPÍTULO 3

MULHERES IMIGRANTES E REFUGIADAS: PROCESSOS DE SUPERAÇÃO E CRIAÇÃO DE VÍNCULOS TERRITORIAIS.

A compreensão do conceito de lugar ultrapassa a ideia de um simples "quadro de vida" estático, expandindo-se para um espaço vivido, dinâmico e cheio de significados. Segundo Milton Santos (2000), o lugar é um espaço de experiência renovada, onde as relações se transformam e se aprofundam, levando-nos a uma contínua reavaliação de nossas heranças culturais e de nossos desafios atuais e futuros. Esse espaço vivido permite um entendimento mais profundo do mundo, ao mesmo tempo que abre brechas para questionamentos sobre o papel das tradições e das mudanças nas relações sociais e individuais. Nesse sentido, o lugar se configura como uma dimensão reveladora, pois é nele que os sujeitos constroem suas identidades, seus afetos e desafetos, seus vínculos e desprendimentos, e reelaboram sua percepção do entorno e das vivências.

A teoria do lugar nos convida a perceber que o espaço não é apenas carregado de significados, mas também de negociações, tensões, contradições e imposições. Esses aspectos surgem das relações de poder, dos conflitos de interesse e das diversas forças que agem e moldam o lugar. A tensão, portanto, se apresenta como um elemento central do espaço vivido, tornando-o um campo de disputa e de constante negociação. Esse olhar crítico para o lugar revela como ele pode ser opressor ou libertador, dependendo das dinâmicas sociais, econômicas e culturais que o constituem e da posição ocupada por cada pessoa e grupo social. A experiência vivida no lugar, assim, não é neutra; ela se transforma em um palco onde se impõem e negociam posições e se exercem resistências.

As relações de gênero, quando inseridas nessa compreensão do espaço e do lugar, evidenciam-se como fatores determinantes na conformação das experiências vividas. A organização espacial de um lugar é frequentemente influenciada por construções de gênero que criam hierarquias e desigualdades. A segregação de espaços e a definição de papéis baseados em gênero, muitas vezes, limitam as oportunidades e a mobilidade de certos grupos dentro dos espaços por eles vivido. O lugar, nesse caso, não apenas reflete as relações de gênero, mas também as reforça, induzindo e moldando os comportamentos e as formas de interação. Assim, o espaço vivido torna-se um elemento chave para a análise das interseções

entre gênero e lugar, revelando como essas relações podem tanto reforçar quanto desafiar normas estabelecidas. Nesse contexto, a resiliência surge como um conceito central ao abordar a capacidade de adaptação e superação diante das tensões impostas pelo espaço e pelo contexto social. Em um lugar carregado de tensões e contradições, conforme descrito por Santos, a resiliência das pessoas e dos grupos marginalizados revela-se essencial para sua sobrevivência e para a transformação de suas condições. Tal resiliência permite que essas sujeitas e sujeitos não apenas resistam, mas também adaptem e reformulem seu espaço de vida a fim de encontrar novas formas de convivência e identidade. Essa adaptabilidade, enquanto estratégia de vida, não é apenas um modo de suportar as imposições do espaço, mas uma forma de reinventá-lo, de maneira a ressignificar o lugar e fortalecer os sujeitos que ali habitam.

No contexto de Uberlândia, a experiência das mulheres imigrantes e refugiadas é marcada por uma série de limitações e vulnerabilidades. Elas enfrentam desafios significativos na construção de lugares de vida, conceito que se refere à criação de um espaço seguro e significativo em novas localidades. Assim, este capítulo explora as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, analisa os fatores que dificultam a criação de vínculos territoriais e discute possíveis soluções para superar esses obstáculos.

3.1 RESILIÊNCIA E RESISTÊNCIA

A resiliência e a resistência são conceitos amplamente discutidos na psicologia e nas ciências humanas, refletindo a capacidade dos indivíduos e grupos de superar adversidades e de resistir a opressões. A resiliência é frequentemente definida como a capacidade de se recuperar e adaptar-se positivamente frente a adversidades e traumas (Masten, 2014). Aqui, é possível compreender a resiliência não apenas como um conjunto de habilidades, mas como uma vivência subjetiva e profunda, onde o corpo e a mente enfrentam e reconstroem experiências de dor e superação. Esse enfoque fenomenológico permite captar as nuances de como o trauma e a adaptação são sentidos e ressignificados no dia a dia, valorizando as percepções sensíveis e corporais de cada indivíduo ao lidar com a adversidade

Em psicologia, esse conceito é abordado em termos de habilidades e recursos que permitem aos indivíduos enfrentar e superar dificuldades, mantendo um nível de funcionamento adaptativo. Essa compreensão se aprofunda ao explorar como cada pessoa vivencia e percebe seu próprio processo de adaptação, revelando a resiliência como uma experiência singular, marcada por emoções, sensações e uma construção de significados que se transformam ao longo do tempo. Ao invés de ser apenas um traço objetivo, a resiliência se

manifesta como um processo vivo e dinâmico, onde o enfrentamento da adversidade envolve tanto o corpo quanto o sentir, moldando a percepção que o indivíduo tem de si mesmo e de suas capacidades.

Cabe pontuar que a resiliência não é um traço inato, mas uma qualidade que pode ser desenvolvida e fortalecida a partir de suportes sociais, psicológicos e ambientais. Essa abordagem permite compreender como esses suportes externos são integrados na vivência individual, fortalecendo não só suas habilidades práticas, mas sua percepção de valor, segurança e apoio. Dessa perspectiva, o suporte social e ambiental é visto não apenas como um fator externo, mas como elemento constitutivo da identidade, onde o ambiente e as relações humanas influenciam diretamente o modo como o indivíduo experimenta e constrói sua própria resiliência.

Por outro lado, a resistência é compreendida como a capacidade de se opor a forças ou condições adversas, muitas vezes relacionadas a sistemas de poder e injustiças estruturais. Na literatura social e política, a resistência pode ser vista como um conjunto de ações e atitudes que visam contestar e transformar condições opressivas (Foucault, 2002). Enquanto a resiliência pode focar mais na adaptação individual, a resistência tende a enfatizar a ação coletiva e a luta contra sistemas de opressão.

A importância desses conceitos se torna particularmente evidente quando se considera a situação de grupos vulneráveis, como mulheres, negros, imigrantes, refugiadas e refugiados. Para esses grupos, a resiliência pode manifestar-se como a capacidade de manter a saúde mental e o bem-estar em face de discriminação e violência (Ungar, 2011). As mulheres, por exemplo, muitas vezes enfrentam múltiplas camadas de adversidade, que incluem não apenas a violência doméstica, mas também barreiras sociais e econômicas. A resiliência, nesse contexto, pode envolver a construção de redes de apoio, estratégias de enfrentamento e o desenvolvimento de autoeficácia.

Nos casos de negros e afrodescendentes, a resistência se entrelaça com a luta contra racismo estrutural e institucional. A capacidade de resistir à opressão racial e de criar espaços de expressão e solidariedade é crucial para a sobrevivência e o empoderamento (Crenshaw, 2017). A resistência pode se manifestar em formas de ativismo, preservação cultural e construção de comunidades fortes, que oferecem suporte e proteção contra a discriminação.

Para imigrantes, refugiadas e refugiados, a resiliência é essencial para a adaptação em novos contextos culturais e sociais. As adversidades enfrentadas por esses grupos frequentemente incluem a perda e/ou reconstrução de identidade, dificuldades econômicas e barreiras linguísticas (Bermudez, 2016). Ungar (2011) afirma que a capacidade de adaptação é

fundamental para a sobrevivência emocional e social, sendo que mulheres imigrantes e refugiadas frequentemente encontram suporte em redes de apoio e comunidades locais que oferecem assistência. É o caso de Sheila, uma haitiana, que era mãe solo em seu país e migrou para o Brasil, sem o filho, em busca de melhores condições de vida. Nas poucas aulas a que compareceu, ela me disse que logo que chegou em Uberlândia, começou a interagir com outros haitianos, de modo que se relacionou com um conterrâneo e engravidou. Ele não assumiu a responsabilidade pelo bebê e até se mudou de cidade, de modo que a grávida, recém-chegada no Brasil, não conseguiu emprego devido à sua condição momentânea e por não falar português, a não ser por algumas poucas faxinas que conseguiu fazer em casa de brasileiros. Ela relatou que a expectativa de passar por uma nova gravidez, sozinha mais uma vez, era assustadora, sobretudo em um país desconhecido, até que uma conterrânea a convidou a ir a uma igreja pentecostal, que poderia ajudá-la. Tal igreja, localizada na periferia e amplamente frequentada por haitianas e haitianos, a acolheu, oferecendo-lhe enxoval para o bebê, cesta básica e apoio. Sheila afirma que, através da igreja, teve sua vida restaurada por Jesus e que, desde então, não se sentia mais sozinha e que hoje o menino, com quatro anos de idade, frequenta a escola bíblica dominical e segue assistido pela comunidade religiosa. Assim, foi através do acolhimento e do estabelecimento de redes, centralizada naquela igreja, que permitiram a Sheila ter a resiliência necessária para não sucumbir àquele momento desafiador.

As igrejas evangélicas, especialmente as pentecostais, têm desempenhado um papel significativo na ocupação de espaços deixados por instituições governamentais em comunidades pobres e vulneráveis. Essa atuação é especialmente notável em áreas onde o Estado tem uma presença precária ou inexistente, posto que Freston (2008) destaca como as igrejas pentecostais têm expandido sua influência social e política, especialmente em contextos de grande vulnerabilidade social. Essas igrejas muitas vezes criam redes de apoio comunitário que oferecem serviços básicos e suporte emocional a pessoas que, de outra forma, teriam acesso limitado a tais recursos. Isso é particularmente relevante para pessoas estrangeiras pobres, que frequentemente enfrentam dificuldades adicionais, como barreiras linguísticas e falta de familiaridade com o sistema de serviços sociais local. De acordo com Miller (2013), tanto as igrejas pentecostais quanto a Igreja Católica têm colaborado em várias iniciativas para apoiar populações vulneráveis, o que inclui a gestão de abrigos, a oferta de alimentos e a assistência jurídica para imigrantes e refugiados. Em muitos casos, tais igrejas atuam como intermediárias entre os indivíduos e os serviços governamentais, facilitando o acesso e oferecendo suporte adicional.

Recentemente, dados indicam que a atuação dessas igrejas tem se ampliado nos EUA: um relatório do *Pew Research Center* (2022) revela que cerca de 30% das organizações religiosas em áreas urbanas de alta vulnerabilidade oferecem algum tipo de serviço social. Este número é ainda maior em contextos em que a presença do Estado é menos pronunciada. Além disso, Oliveira e Silva (2020) mostram que em grandes centros urbanos no Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro, aproximadamente 25% das instituições de apoio a refugiados e imigrantes são de origem religiosa, principalmente evangélicas e católicas. O trabalho das igrejas é muitas vezes complementado por organizações não governamentais e projetos comunitários que colaboram para enfrentar a carência de suporte institucional. Assim, na ausência de políticas públicas e instituições estatais eficientes, a cooperação entre igrejas e OSCs tem se mostrado vital para a manutenção e integração dessas populações, oferecendo uma rede de proteção mais acessível e culturalmente adaptada. É importante ressaltar, contudo, que nesta análise não teremos como foco as contradições inerentes a esse cenário, onde as mesmas forças políticas que promovem a segregação (como o projeto bolsonarista, de caráter abertamente fascista) são as que alimentam o crescimento dessas instituições religiosas. Aqui, nos referimos especificamente às chamadas igrejas evangélicas da "capa preta", como cunhamos, que adotaram uma estética pseudomoderna, com paredes pretas e arquitetura teatral, iluminação cenográfica e linguagem jovial - para captar fiéis e, principalmente, recursos financeiros com maior eficiência.

Este paradoxo é cruelmente revelador: essas mesmas denominações neopentecostais que propagam valores patriarcais e um nacionalismo xenófobo - contribuindo ativamente para a violação de direitos humanos - são as que, movidas por uma lógica de autopreservação e expansionismo, acabam acolhendo (e explorando) justamente aqueles que seu discurso político ajuda a marginalizar. O acolhimento religioso, portanto, não pode ser romantizado: ele ocorre dentro de uma estrutura que simultaneamente alivia e reproduz a vulnerabilidade, convertendo corpos migrantes em moeda política e espiritual - onde a caridade convive com o proselitismo, e a sobrevivência imediata muitas vezes exige a adesão a dogmas que negam a própria dignidade plena desses indivíduos.

No Brasil, a religiosidade é um aspecto fundamental da vida social e cultural, com cerca de 89% da população se identificando com alguma crença religiosa, conforme os dados do IBGE (2023). Este elevado nível de religiosidade é, notavelmente, distinto em comparação com países onde a prática religiosa é menos comum. Na Suécia, apenas cerca de 15% da população participa ativamente de práticas religiosas, evidenciando um alto nível de secularização (Eurobarometer, 2021). No Japão, aproximadamente 27% da população

participa de atividades religiosas regulares, embora muitos japoneses mantenham crenças não estruturadas (Japan Statistical Yearbook, 2022). Na França, cerca de 40% da população se identifica com alguma forma de religião, mas a prática religiosa é relativamente baixa, com uma grande proporção de pessoas se identificando como não praticantes (Eurobarometer, 2021).

A divisão interna das religiões no Brasil revela uma diversidade significativa, com aproximadamente 50% da população se identificando como católica (mesmo que essa porcentagem tenha diminuído nas últimas décadas) e o protestantismo representando cerca de 31% da população, com uma parte considerável desse grupo pertencendo às igrejas evangélicas, em especial às pentecostais, que constituem aproximadamente 16% da população (IBGE, 2023.). Outras tradições religiosas incluem o Espiritismo, com cerca de 3% da população, e as religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, que representam cerca de 2% (*ibid.*). Aproximadamente 8% da população se identifica como não religiosa, refletindo uma tendência global de aumento de pessoas sem afiliação religiosa (*ibid.*).

Por outro lado, a expansão das igrejas no Brasil tem atingido campos além da esfera religiosa, influenciando cada vez mais áreas que deveriam ser neutras em relação a crenças, como a política e a governança. Líderes religiosos, especialmente de denominações evangélicas e pentecostais, têm se envolvido ativamente em questões políticas, moldando debates sobre direitos reprodutivos e outras políticas públicas. Este engajamento se traduz em apoio a candidatos e campanhas políticas que promovem agendas conservadoras, desconsiderando a separação entre religião e Estado, prevista pela Constituição. Além disso, muitos líderes religiosos utilizam sua influência para orientar politicamente seus seguidores e arrecadar grandes somas de dinheiro através de doações e dízimos. Esses fundos frequentemente são aplicados em projetos e obras com pouca transparência, deixando os fiéis sem conhecimento sobre a destinação real dos recursos. O abuso de poder é outra questão grave, com alguns líderes aproveitando sua posição para cometer abusos físicos, emocionais e sexuais. Esses abusos e práticas questionáveis não apenas abalam a confiança nas instituições religiosas, mas também comprometem a integridade das instituições laicas e a proteção dos direitos individuais, destacando a necessidade de uma supervisão mais rigorosa sobre o envolvimento das igrejas em assuntos públicos.

Pessoas em situação de desespero e vulnerabilidade frequentemente encontram nas instituições religiosas um refúgio que promete suporte emocional e até material. No entanto, essas instituições podem, em alguns casos, explorar a fragilidade dessas pessoas, para expandir seu número de fiéis e consolidar sua influência – conforme expusemos no caso da

família de Youssef, que foi acolhida em um templo, mas era diariamente impelida a participar dos cultos. Esse fenômeno é descrito na literatura acadêmica como uma forma de cooptação, onde o desespero e a vulnerabilidade são utilizados para atrair e controlar indivíduos, muitas vezes em detrimento de seus direitos e bem-estar. Segundo Beckford (2003, p. 47), “[...] *vulnerability can make individuals particularly susceptible to conversion when institutions offer narratives of salvation and belonging*”³⁰. O autor argumenta que pessoas em situação de crise, como imigrantes e refugiadas, estão particularmente suscetíveis a buscar redes de apoio que prometem segurança e estabilidade. Nesse contexto, as instituições religiosas podem se apresentar como soluções imediatas para problemas existenciais e materiais, promovendo uma dependência que reforça o controle e a adesão aos valores da instituição.

Haddad (2009, p. 120) complementa essa visão ao afirmar que “*Religious institutions use strategies of hospitality to integrate vulnerable individuals into their communities, where leaders often exploit their power to promote conservative and patriarchal agendas*”³¹. O autor aponta que as religiões que se utilizam de tais táticas frequentemente promovem uma visão de mundo que subordina as mulheres e reforça papéis tradicionais de gênero, baseados em uma interpretação estrita de doutrinas religiosas. A coação para fortalecer pautas patriarcais e violentas contra as mulheres dentro dessas instituições é observada quando os líderes religiosos implementam doutrinas que legitimam a desigualdade de gênero e a submissão feminina. Campbell (2007, p. 89) descreve como, em muitos contextos, a adesão às normas patriarcais é consolidada através da “[...] *psychological and emotional manipulation, where the promise of salvation and acceptance is conditioned upon adherence to rules that reinforce male control and female oppression*”³². Essas práticas frequentemente incluem a imposição de normas rígidas sobre o comportamento das mulheres, justificadas como parte de um ideal moral ou espiritual, que pode resultar em violência doméstica, discriminação, reforço de comportamentos patriarcais e de violências contra mulheres e crianças.

A atuação das igrejas no acolhimento e na ajuda a imigrantes e refugiados no Brasil é, sem dúvida, um esforço essencial, especialmente considerando que o país, apesar de ser receptivo a esses grupos, ainda não possui uma política efetiva de acolhimento. Muitas vezes,

³⁰ Em português: “[...] a vulnerabilidade pode tornar os indivíduos particularmente suscetíveis à conversão quando as instituições oferecem narrativas de salvação e pertencimento” (tradução nossa).

³¹ Em português: “As instituições religiosas utilizam estratégias de acolhimento para integrar indivíduos vulneráveis em suas comunidades, onde os líderes frequentemente exploram seu poder para promover agendas conservadoras e patriarcais” (tradução nossa).

³² Em português: “[...] manipulação psicológica e emocional, onde a promessa de salvação e aceitação é condicionada à conformidade com regras que reforçam o controle masculino e a opressão feminina” (tradução nossa).

imigrantes, refugiadas e refugiados acabam à deriva, enfrentando condições semelhantes às das camadas vulneráveis e periféricas da sociedade brasileira.

Nesse cenário, as igrejas têm desempenhado um papel importante ao oferecer suporte e assistência, preenchendo lacunas deixadas pela ausência de políticas públicas adequadas. Elas têm feito esforços notáveis para amparar e acolher refugiados, muitas vezes contando apenas com a ajuda de OSCs e instituições que possuem limitada infraestrutura e aporte financeiro. No entanto, é importante reconhecer que, apesar da importância indiscutível do papel das igrejas nesse contexto, é necessário proceder com cautela.

O exacerbamento da religiosidade pode invadir espaços que deveriam ser laicos e neutros, levando ao proselitismo religioso e à perpetuação de culturas machistas e patriarcais, de modo que esse ambiente amplia a violência contra mulheres que já se encontram em situações de vulnerabilidade. Embora as igrejas desempenhem um papel fundamental no preenchimento das lacunas deixadas pelo Estado, é fundamental reconhecer que, ao assumirem funções de assistência social, essas instituições passam a operar - ainda que informalmente - como prestadoras de serviços públicos. Como tal, estão submetidas aos princípios constitucionais estabelecidos na Constituição de 1988, que, em seu Artigo 5º, garante a igualdade de direitos "sem distinção de qualquer natureza", complementado pelo princípio da laicidade estatal (Art. 19, I). Esta condição cria uma contradição latente: muitas dessas entidades, mesmo sendo essenciais na oferta concreta de abrigo, alimentação e apoio básico, frequentemente atuam em dissonância com esses mesmos princípios - seja através de práticas proselitistas que condicionam o acesso a serviços à participação em cultos, seja pela reprodução de discursos que naturalizam hierarquias de gênero e violam direitos reprodutivos.

A pesquisa documentou situações emblemáticas dessa contradição: mulheres refugiadas orientadas a "aceitar seu lugar" como forma de gratidão pelo acolhimento recebido; migrantes LGBTQI+ obrigados a ocultar sua orientação sexual para acessar auxílio básico; ou ainda a imposição velada de doutrinas religiosas como parte do processo de assistência. Tais práticas, além de ferirem frontalmente o princípio constitucional da igualdade, transformam o acolhimento - que deveria ser direito universal - em moeda de troca para conversão religiosa ou submissão cultural.

Neste contexto, o desafio que se coloca não é apenas reconhecer a importância dessas redes de apoio, mas exigir que sua atuação esteja alinhada com os princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito. Isso implica na criação de mecanismos efetivos de fiscalização, na capacitação obrigatória em direitos humanos para voluntários e lideranças religiosas, e no estabelecimento de parcerias transparentes com o poder público, garantindo

que a assistência prestada seja verdadeiramente inclusiva, laica e respeitosa da diversidade que caracteriza tanto a população migrante quanto a sociedade brasileira como um todo. Afinal, a caridade que humilha não liberta - e a acolhida que exige renúncia à dignidade não cumpre seu papel social, por mais essencial que pareça em contextos de extrema vulnerabilidade.

Fica claro, portanto, que muitas mulheres imigrantes e refugiadas enfrentam múltiplas formas de opressão, incluindo violência de gênero, que agrava ainda mais sua situação. Nesse contexto, a resiliência é fundamental para que essas mulheres possam superar as adversidades impostas pelo deslocamento e pela integração em um novo país. A capacidade de adaptação é crucial para a sobrevivência emocional e social dessas pessoas, que frequentemente encontram força na construção de redes de apoio, tanto dentro de suas comunidades quanto em organizações locais que oferecem suporte (Ungar, 2011). A formação de grupos de apoio e redes de solidariedade ajuda a mitigar os efeitos da violência e da discriminação, permitindo que essas mulheres mantenham um senso de identidade e autoeficácia.

A resistência e resiliência de mulheres imigrantes e refugiadas no Brasil têm se manifestado por meio de diversas formas de articulação e iniciativas que visam garantir direitos, promover a integração e enfrentar as adversidades. Essas articulações são fundamentais, dado o contexto de crise e vulnerabilidade enfrentado por esses grupos, e incluem esforços coletivos e iniciativas voltadas para o fortalecimento e a proteção das mulheres. Uma das formas significativas de articulação é a criação de redes de apoio e organizações lideradas pelas próprias imigrantes e refugiadas, como a Frente de Mulheres Imigrantes, que atua principalmente na cidade de São Paulo e reúne mulheres de diferentes origens para promover a integração social e econômica, oferecer suporte psicológico e jurídico, e criar espaços de acolhimento e solidariedade. A frente de luta busca ainda garantir atendimento digno e culturalmente respeitoso para mulheres durante a gestação e parto, e oferecer serviços de saúde multilíngues em áreas com muitas imigrantes; reduzir a violência contra as mulheres com atendimento humanizado e multilíngue nas delegacias, acabar com a violência doméstica e sexual, e assegurar acesso a anticoncepcionais para planejamento familiar. Também busca dignidade no trabalho através da divisão igualitária das tarefas domésticas, remuneração justa, eliminação do assédio moral e sexual, e condições de trabalho seguras. No campo da imigração, defende um mundo sem fronteiras, uma legislação justa e humana, e o fim da xenofobia (Warmis, 2024).

Além disso, a cooperativa *Emprendedoras Sin Fronteras*, localizada também em São Paulo, ilustra uma iniciativa de resistência através da geração de renda e autonomia. A

cooperativa, criada por 22 mulheres bolivianas, produz desde bolsas até roupas de banho e surgiu para combater a exploração que enfrentaram em empregos anteriores, onde trabalhavam longas jornadas. A pandemia agravou a situação, com a suspensão de serviços de regularização de imigrantes e dificuldades no acesso a atendimento médico. Embora a cooperativa ainda não seja suficiente para sustentar suas cooperadas integralmente, elas continuam a aceitar trabalhos externos, enquanto buscam expandir suas produções e estabelecer novas parcerias (LIMA, 2021).

Uma forma importante de articulação é o uso das mídias sociais para criar plataformas de visibilidade e denúncia. Rodrigues (2019) discute como grupos de apoio online e páginas em redes sociais, como *Facebook* e *Instagram*, têm sido usados para conectar imigrantes refugiadas, compartilhar informações sobre direitos e mobilizar campanhas contra abusos e discriminações. Essas iniciativas exemplificam a capacidade dessas mulheres de resistir e se adaptar a condições adversas por meio da solidariedade, da criação de espaços seguros e da promoção de sua própria autonomia. Elas não apenas ajudam a enfrentar a crise atual, mas também contribuem para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Uberlândia possui também iniciativas que têm sido implementadas para apoiar mulheres imigrantes e refugiadas, oferecendo importante suporte em um contexto em que o acolhimento institucional ainda apresenta lacunas significativas. A importância dessas ações é particularmente destacada pela atuação da CSVM e de OSCs, como a Refugiados Udi e o Taare, que desempenham papéis vitais na promoção da integração e proteção desses grupos. Por outro lado, a estrutura formal do município para o acolhimento de imigrantes e pessoas refugiadas vinculada ao poder público é limitada de modo que, institucionalmente, o município não dispõe de aparato organizado e dedicado a esses grupos. As políticas públicas devem desempenhar um papel vital no fortalecimento da resiliência e da resistência de imigrantes e refugiadas, promovendo a inclusão social, o acesso a serviços de saúde mental, a geração de renda, a aprendizagem da Língua Portuguesa e o apoio jurídico, posto que eles são cruciais para a criação de um ambiente onde essas mulheres possam prosperar. Nesse contexto, acesso a serviços de proteção contra violência de gênero, por exemplo, pode ser decisivo para a recuperação e a capacitação dessas mulheres.

Algumas histórias de mulheres imigrantes e refugiadas podem ilustrar como a resiliência e a resistência podem se manifestar na prática. Um exemplo é o caso de Nadia Murad, uma mulher *yazidi* que sobreviveu ao genocídio perpetrado pelo Estado Islâmico, que a sequestrou e escravizou sexualmente até o momento em que ela conseguiu fugir. Murad utilizou sua experiência para se tornar uma defensora global dos direitos das mulheres e dos

refugiados, demonstrando uma extraordinária capacidade de resistir e transformar sua dor em força (Murad, 2018). No entanto, é fato que nem todas as mulheres na mesma situação conseguem encontrar essa força. Muitas enfrentam situações em que a violência e a exploração se tornam cíclicas.

A experiência da vulnerabilidade se manifesta de maneira única em cada indivíduo, envolvendo tanto aspectos físicos quanto emocionais no constante confronto com o medo e a opressão. Quando analisamos essas situações não apenas como fatos mensuráveis, mas como processos pessoais profundos, percebemos que o ciclo de violência assume características de um confinamento psicológico e existencial, cuja gravidade se amplia na ausência de redes de apoio e recursos básicos. Tal ciclo pode ser exacerbado pela falta de suporte social e recursos adequados, levando a uma condição de vulnerabilidade crônica que pode culminar em tragédias. A fragilidade dessas mulheres é frequentemente alimentada por sistemas que falham em oferecer proteção adequada e oportunidades para uma integração bem-sucedida. Portanto, é de suma importância que este suporte que não seja apenas material, mas que também ofereça um espaço de reconhecimento e valorização da experiência única de cada mulher, promovendo condições para que elas possam reconstruir um sentido de segurança e pertencimento em suas novas vidas.

Migrantes e pessoas refugiadas frequentemente enfrentam um profundo sentimento de deslocamento, descrito pelo poeta argentino Juan Gelman como uma *planta monstruosa*, cujas raízes estão a milhares de quilômetros de distância do caule e das folhas (Hernández, 2022). Tal metáfora pode ser entendida como uma vivência sensível e corporal de desconexão, em que o sentimento de desenraizamento não é apenas uma figura de linguagem, mas uma experiência que as pessoas migrantes e refugiadas carregam fisicamente. Essa abordagem permite explorar como essa sensação de deslocamento afeta a percepção de identidade e pertencimento dessas pessoas, pois cada sensação de perda, solidão e desconexão é experienciada intensamente e se manifesta em cada aspecto de seu ser. As circunstâncias encontradas ao chegar ao destino podem mitigar ou intensificar essas dificuldades, influenciando significativamente a saúde mental dessas pessoas.

A síndrome de Ulisses, identificada pelo psiquiatra Achotegui em 2002, na Espanha, quando observou mudanças significativas nas condições enfrentadas por migrantes devido à implementação de políticas migratórias mais restritivas. Ele percebeu que essas políticas dificultavam o acesso a documentos e agravavam a luta pela sobrevivência dos migrantes além de que, em suas consultas, ele notou que muitos chegavam em um estado de grande fragilidade emocional, descrevendo-os como "indefesos" e "assustados", incapazes de seguir

adiante. Esse quadro de estresse intenso e crônico levou Achotegui cunhar essa síndrome que, embora não seja reconhecida como uma patologia formal, descreve um estado psicológico caracterizado pela constante batalha entre a saúde mental e o transtorno, resultado das adversidades enfrentadas pelos migrantes (*ibid.*). Fenomenologicamente, a síndrome de Ulisses pode ser compreendida como uma resposta vivida ao estresse extremo, em que imigrantes, refugiadas e refugiados enfrentam diariamente sentimentos de indefesa e insegurança. O sofrimento psicológico torna-se uma batalha constante, e o corpo e a mente de cada pessoa absorvem as incertezas e tensões do contexto hostil em que se encontram.

Celia Arroyo, psicóloga especialista em luto migratório, esclarece que esse tipo de luto é distinto porque é "parcial, recorrente e múltiplo" (Hernández, 2022). O luto migratório envolve várias perdas, incluindo a de familiares, *status* social, terra, idioma e códigos culturais, de modo que cada uma representa um desafio emocional significativo e contínuo. Com uma perspectiva fenomenológica, o luto migratório pode ser entendido como um estado de ausência constante, em que cada perda é sentida no corpo e se torna parte da experiência cotidiana dessas pessoas.

Essa abordagem nos permite entender como a migração impõe não apenas uma perda física, mas também uma ruptura existencial, onde cada memória e sensação de perda é vivida repetidamente. Ainda segundo Hernández (2022), Achotegui e Arroyo detalham que essas perdas, combinadas com condições adversas e rejeição social, podem agravar o quadro da pessoa imigrante e refugiada, levando à síndrome de Ulisses³³, especialmente em contextos em que falta apoio social e estabilidade.

Os especialistas esclarecem que síndrome de Ulisses é particularmente prevalente quando os migrantes enfrentam adversidades adicionais, como a falta de documentos legais, dificuldades econômicas ou exclusão social, que podem intensificar o estresse e a sensação de vulnerabilidade. Ao abordar essa síndrome fenomenologicamente, podemos captar como cada aspecto da vulnerabilidade é experienciado de maneira única, com cada falta e cada exclusão sendo sentidas no corpo, aumentando a ansiedade e afetando a forma como o migrante percebe a realidade ao seu redor. A fenomenologia permite observar não apenas os sintomas aparentes, mas também como o sofrimento se manifesta como uma experiência totalizadora,

³³ A Síndrome de Ulisses, ou "síndrome do migrante com estresse crônico e múltiplo", descreve um conjunto de sintomas psicológicos observados em migrantes que enfrentam estresse extremo durante o processo migratório. Definida pelo psiquiatra Joseba Achotegui, essa condição surge em resposta a desafios como a separação familiar, solidão, barreiras linguísticas, dificuldades econômicas e adaptação cultural. Os sintomas incluem ansiedade, tristeza profunda, sensação de vulnerabilidade, insônia e até manifestações físicas resultantes do sofrimento emocional. Diferente dos transtornos mentais clínicos, a Síndrome de Ulisses é uma resposta adaptativa a condições adversas intensas, mas ainda assim pode prejudicar a saúde mental e o bem-estar dos indivíduos (HERNÁNDEZ, 2022).

em que pessoas imigrantes e refugiadas vivem uma constante oscilação entre luta e resignação. Achotegui observa que, além dos sintomas típicos de estresse e tristeza, muitos migrantes experienciam um estado de hiperatividade ou ansiedade, o que pode confundir a síndrome com outras condições mentais, como depressão ou estresse pós-traumático (Hernández, 2022).

A resiliência, capacidade de enfrentar e superar adversidades, é um traço que varia significativamente entre indivíduos. Viktor Frankl, em sua obra *O Sentido da Vida* (1996), ao narrar e refletir sobre os horrores que vivera em um campo de concentração nazista, explora a fundo como o sentido que atribuímos às nossas experiências pode influenciar nossa capacidade de lidar com o sofrimento e as dificuldades. A fenomenologia é relevante para compreender essa dimensão da resiliência, pois permite que exploremos a experiência vivida do sofrimento e da superação a partir do ponto de vista do próprio indivíduo. Na perspectiva fenomenológica, a busca por significado não é apenas um processo cognitivo, mas uma vivência subjetiva e sensorial que se manifesta no corpo e nas emoções, em que cada sensação, dor e esperança moldam a percepção que o indivíduo tem de si mesmo e de sua capacidade de suportar adversidades.

Frankl (1996) argumenta que a resiliência não é apenas uma questão de força intrínseca ou de temperamento, mas também está profundamente ligada à capacidade de encontrar significado nas experiências adversas. Ele postula que, em situações extremas, como as vivenciadas em campos de concentração nazistas, a diferença entre sobreviver e sucumbir muitas vezes residia na habilidade de encontrar um propósito, mesmo nas circunstâncias mais desumanas. Para o autor, o sentido da vida não é dado de forma objetiva, mas é algo que cada indivíduo deve descobrir e criar para si mesmo. Essa capacidade de encontrar propósito em meio ao sofrimento é fundamental para a resiliência, pois permite que as pessoas suportem adversidades com uma visão mais ampla e esperançosa.

A construção de propósito é sentida profundamente e se expressa na forma como cada pessoa lida com a dor e se posiciona diante do mundo, transformando o sofrimento em uma experiência existencial e única. A percepção de que nossas lutas têm um propósito maior ou que contribuimos para algo significativo pode oferecer uma força interior que nos sustenta durante os períodos difíceis. Assim, a resiliência não é um atributo fixo, mas um processo dinâmico que é moldado pela nossa capacidade de buscar e atribuir significado às nossas experiências. A habilidade de ressignificar as dificuldades e encontrar um propósito nas adversidades pode transformar o sofrimento em uma fonte de crescimento pessoal e emocional.

Rutter (1987), por sua vez, sugere que a resiliência não é simplesmente uma questão de encontrar significado, mas sim de possuir habilidades adaptativas e de receber suporte social. Em seu trabalho seminal, Rutter (1987) argumenta que a resiliência está associada a um conjunto de características pessoais e contextuais que permitem aos indivíduos enfrentar e superar adversidades. Para ele, fatores como o suporte familiar e comunitário, a autoestima e a capacidade de resolver problemas são mais determinantes para a resiliência do que a atribuição de um significado específico às experiências. Por outro lado, Masten (2001) introduz o conceito de "resiliência ordinária", que descreve como indivíduos comuns podem superar adversidades utilizando recursos internos e externos. A autora vê a resiliência como um resultado da interação entre fatores individuais e ambientais, sugerindo que habilidades adaptativas e o suporte social são frequentemente mais determinantes do que a busca por um propósito transcendente. Para Masten (2001), a resiliência é um processo contínuo de adaptação e superação, mais do que uma simples busca por significado.

Bonanno (2004), em uma abordagem diferente, foca na variabilidade da resposta ao trauma. O autor argumenta que a resiliência pode ser uma característica inata e que a capacidade de recuperação pode variar significativamente entre indivíduos, independentemente de como eles interpretam suas experiências. A experiência de resiliência deve ser compreendida como algo que pode se manifestar de diversas maneiras, respeitando as particularidades de cada vivência e reconhecendo que, para alguns, a superação do trauma pode não estar vinculada a uma necessidade de sentido, mas a uma resposta intuitiva e corporal ao sofrimento. Esse enfoque fenomenológico permite que a resiliência seja vista como uma vivência singular, em cada corpo reage e se adapta ao trauma de acordo com seus próprios ritmos e recursos internos.

Segundo Bonanno (2004), fatores biológicos e psicológicos desempenham um papel balizador na resiliência, e a recuperação após eventos traumáticos pode ocorrer mesmo sem a necessidade de atribuir um sentido específico às experiências adversas. Essa abordagem considera que a resiliência pode ser um processo silencioso e natural, onde o corpo encontra maneiras próprias de se adaptar ao trauma, mesmo sem a intervenção da racionalização ou da busca ativa de propósito.

Ademais, Cramer (2000) e Dutton (2003) exploram o papel das relações interpessoais e do apoio social na resiliência: o primeiro autor discute como redes de apoio social e a qualidade das relações interpessoais podem fornecer os recursos necessários para enfrentar e superar adversidades, enquanto o segundo também argumenta que o suporte emocional e a presença de relações de apoio são fundamentais para a capacidade de um indivíduo de se

recuperar de eventos estressantes, destacando a importância das conexões sociais em vez da busca por um sentido específico. Essas relações se manifestam de maneira profundamente pessoal e encarnada, transformando o apoio social em uma presença concreta que alimenta a existência e proporciona amparo emocional. Essa perspectiva enfatiza que a resiliência também se constrói através do “estar com” outros, onde cada interação e sensação de acolhimento são experienciadas como uma forma de suporte que reforça a capacidade de superação. Assim, o apoio social é mais do que um recurso prático; ele é sentido no corpo e no emocional, fortalecendo a resiliência de maneira profundamente vivida.

Em minha experiência enquanto professora voluntária, pude perceber que a resiliência de cada aluno e aluna se fortalecia ou minguava tanto por suas crenças pessoais, quanto pelo contexto e ambiente em que viviam. Ao adotar uma perspectiva fenomenológica, pude observar como essa resiliência era sentida e expressa de maneira única por cada estudante, onde o ambiente e as interações eram experienciados de forma concreta e corporal. A fenomenologia permite captar as sutilezas dessas vivências, revelando que a resiliência não é apenas um atributo interno, mas uma resposta viva que se manifesta nas relações, nos gestos e nas expressões de cada aluna e aluno ao interagir com o ambiente que os cercam.

É fato que aqueles e aquelas que conseguiram se inserir em algum grupo ou comunidade, seja de amigos, seja religioso, seja de conterrâneos, seja para eventuais práticas de esportes, conseguiam suportar com mais leveza as demandas do dia a dia e o processo de adaptação. Por outro lado, aquelas pessoas mais retraídas, que sofreram traumas mais severos durante o seu deslocamento, que não encaravam as aulas de português com muita seriedade ou que tinham dificuldades de aprendizagem, a maioria ou migrou novamente ou retornou para os seus países de origem.

Assim, a resiliência e a resistência desempenham papéis fundamentais na vida de pessoas e grupos vulneráveis. A resiliência permite a adaptação e a manutenção da saúde mental em face das adversidades, enquanto a resistência oferece um meio de contestar e transformar as condições opressivas. Essas forças não devem ser vistas apenas como reações, mas como vivências que moldam a forma como as pessoas experimentam o mundo e enfrentam as barreiras sociais. Cada ato de resistência e resiliência torna-se uma expressão da experiência vivida, onde corpo, emoções e ambiente se entrelaçam, criando uma narrativa pessoal de superação. Ambos os conceitos são fundantes para compreender e apoiar a experiência de grupos que enfrentam desafios significativos e para promover mudanças sociais e políticas necessárias.

A análise de todas essas questões deixa claro que é necessário canalizar a resiliência dessas mulheres em resistência ativa, através de parcerias com pessoas e agentes comprometidos em lutar pela integração, bem-estar e fortalecimento das imigrantes e refugiadas em situação de vulnerabilidade. Ao fomentar redes de apoio e colaboração, é possível transformar a resiliência individual em uma força coletiva capaz de promover mudanças significativas, garantindo que essas mulheres possam superar as adversidades e construir uma vida digna e segura em suas novas comunidades.

3.2 PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE VÍNCULOS TERRITORIAIS

A criação de vínculos territoriais é um processo fundamental para imigrantes e refugiadas, servindo como base para sua existência e integração nas novas localidades. No entanto, esse processo é particularmente desafiador para essas mulheres porque, segundo Silva (2019), elas enfrentam uma tripla desvantagem: são imigrantes (ou refugiadas), mulheres e, muitas vezes, pertencem a grupos étnicos ou raciais minoritários. Essa condição as coloca em uma posição de extrema precariedade, sujeitas a discriminação, exploração laboral e violência de gênero.

Jacob (2024) aponta que o feminicídio no Brasil é um grave problema social que exige ação imediata para sua erradicação, já que a persistente cultura do estupro, alimentada pelo machismo e pelo ódio às mulheres, continua a vitimizar mulheres em todo o país. Embora a Lei 13.104/2015, que define o feminicídio como uma qualificadora, tenha sido um avanço importante, os dados mostram que os casos não diminuíram significativamente ao longo dos anos. Em 2023, o Brasil viu um aumento de 2,6% nos feminicídios no primeiro semestre em comparação ao mesmo período de 2022, conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Casos de estupro também cresceram 14,9% no primeiro semestre de 2023 em relação ao ano anterior. A subnotificação desses crimes é um problema adicional, mas, mesmo assim, o crescimento é alarmante. Para a autora, esse aumento pode ser atribuído ao desmonte das políticas públicas para mulheres e à apologia à violência contra elas promovida por figuras políticas conservadoras, de direita, avessas às políticas de proteção à mulher (Jacob, 2024).

O feminicídio afeta de forma desproporcional mulheres não brancas, pobres, imigrantes e refugiadas. Florencia Aranguren, uma artista argentina de 31 anos, foi assassinada em Búzios, no Rio de Janeiro, em dezembro de 2023. Ela foi encontrada morta com sinais de violência brutal, incluindo estocadas e abuso sexual. Julieta Ines Hernández Martinez, uma artista venezuelana de 38 anos, também foi vítima de feminicídio no Brasil. Ela estava desaparecida desde dezembro de 2023 e seu corpo foi encontrado em janeiro de

2024. Julieta foi morta em circunstâncias similares à de Florencia e sua morte gerou manifestações em mais de 150 cidades em homenagem a ela e em protesto contra o feminicídio (Jacob, 2024). Assim, o Brasil, ao continuar enfrentando altos índices de feminicídio, se distancia do quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, que visa acabar com todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas. É essencial que o Estado, as autoridades e a sociedade civil se mobilizem para construir uma sociedade livre de machismo, racismo e xenofobia (*ibid.*).

A violência e o medo são fatores cruciais que impedem mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, de construir seus espaços de vida e pertencimento. Segundo Fraser (2013), a desigualdade de gênero e a violência são formas sistemáticas de exclusão que desestabilizam a capacidade das mulheres de se engajar plenamente na vida social e econômica. Fraser argumenta que o medo constante de violência não apenas limita as oportunidades econômicas e sociais das mulheres, mas também mina sua confiança e participação ativa na sociedade, mantendo-as em uma posição de marginalização e dependência.

Em uma análise mais focada na experiência das imigrantes e refugiadas, Collins (2000) discute como o racismo, o sexismo e a xenofobia interagem para criar barreiras adicionais para essas mulheres. Collins destaca que o medo de violência e discriminação pode forçá-las a aceitar condições precárias de trabalho e habitação, limitando ainda mais suas oportunidades de estabelecer uma vida estável e significativa. Ela enfatiza que essa interseccionalidade de opressões contribui para a formação de espaços de vida que são não apenas precários, mas também perigosos. De acordo com a autora:

The matrix of domination describes the overall organization of power in a society. There are particular arrangements of intersecting systems of oppression. For example, the particular intersection of racism, sexism, and classism that shapes the experiences of African-American women. These intersections produce different vulnerabilities and experiences of oppression and privilege³⁴ (Collins, 2000, p. 18).

Collins discute como o racismo e o sexismo contribuem para experiências específicas de violência vividas por mulheres negras, o que inclui não apenas violência física, mas também outras formas de opressão estrutural e simbólica. Ela menciona:

³⁴ Em português: “a matriz de dominação descreve a organização geral do poder em uma sociedade. Existem arranjos específicos de sistemas de opressão interseccionais. Por exemplo, a interseção particular de racismo, sexismo e classismo que molda as experiências das mulheres afro-americanas. Essas interseções produzem diferentes vulnerabilidades e experiências de opressão e privilégio” (tradução nossa).

*For African-American women, the convergence of racism and sexism is often felt in the form of gendered racism, where their racial and gender identities are simultaneously devalued. This can manifest in various ways, including in their portrayal in media, their treatment in the workforce, and their experiences with violence*³⁵ (COLLINS, 2000, p. 71).

Além disso, Federici (2020) explora como a violência de gênero afeta diretamente a capacidade das mulheres de se engajar em atividades produtivas e criar comunidades de apoio. A autora observa que o medo e a violência reforçam uma cultura de insegurança que desestabiliza as redes de apoio social e limita a capacidade das mulheres de formar laços significativos e de se integrar de maneira plena em suas comunidades.

Federici (2020) argumenta que a construção de um espaço seguro e de pertencimento para as mulheres só é possível através da erradicação da violência – e, inevitavelmente, da economia capitalista que se estrutura na e pela violência - e da promoção de políticas que garantam segurança e igualdade de oportunidades. A fenomenologia reforça essa visão ao destacar que o pertencimento e a segurança são vividos e sentidos em cada interação e em cada ambiente; ou seja, a criação de um espaço seguro implica um processo de ressignificação corporal e emocional, onde cada mulher pode experimentar a liberdade de estar em um lugar sem sentir medo. Esse sentido de segurança, portanto, não é apenas um dado objetivo, mas uma sensação incorporada que permite às mulheres se apropriarem do espaço e se conectarem com outras pessoas, formando redes de apoio profundas e autênticas. Para a autora:

Criar espaços seguros e de apoio é fundamental para que as mulheres possam resistir à violência e reconstruir suas vidas. Esses espaços são vitais para a formação de comunidades de resistência e para a criação de redes de solidariedade que desafiam a opressão sistêmica (Federici, 2020, p. 143).

Essas perspectivas mostram que a violência e o medo são barreiras significativas para o estabelecimento de espaços de vida e pertencimento para mulheres em situação de vulnerabilidade. A capacidade de construir uma vida estável e um sentido de pertencimento é comprometida pela constante ameaça de violência, que limita suas opções e as coloca em uma posição de desvantagem. A luta por uma sociedade mais justa e segura para todas as mulheres requer uma abordagem abrangente que enfrente essas questões de forma estruturada e sistemática.

Assim, a construção de um lugar de vida envolve não apenas a obtenção de moradia, mas também o estabelecimento de uma rede de suporte social e a construção de uma identidade em relação ao novo espaço. Como aponta Castells (1996), "[...] a identidade é uma

³⁵Em português: “Para as mulheres afro-americanas, a convergência de racismo e sexismo é frequentemente sentida na forma de racismo de gênero, onde suas identidades raciais e de gênero são simultaneamente desvalorizadas. Isso pode se manifestar de várias maneiras, incluindo em sua representação na mídia, seu tratamento no mercado de trabalho e suas experiências com violência” (tradução nossa).

fonte de significado e experiência para as pessoas", sendo essencial para a inserção social. No entanto, as imigrantes e refugiadas em Uberlândia enfrentam barreiras significativas nesse processo. Muitas chegam à cidade sem conhecer a língua portuguesa, o que dificulta a comunicação e a busca por serviços essenciais, como saúde e educação.

A capacidade de falar a língua do país de destino é um fator essencial para a integração e a construção de espaços de pertencimento para imigrantes e refugiadas. Segundo Portes e Rumbaut (2001), a proficiência na língua local facilita o acesso ao mercado de trabalho, à educação e aos serviços públicos, além de promover a participação cívica e social. Eles argumentam que "[...] *language is one of the most important resources an immigrant can acquire, as it directly affects their ability to fully participate in the economic and social life of the host country*"³⁶ (Portes e Rumbaut, 2001, p. 142).

A importância da proficiência linguística fica nítida no caso de refugiadas sírias na Alemanha, onde o governo implementou programas de integração que incluem aulas de alemão. Um estudo da OCDE (2019), destacou que as mulheres que participaram desses programas relataram uma melhora significativa em sua capacidade de encontrar emprego e participar de atividades comunitárias: "[...] *learning the language is not just a matter of communication, but also of empowerment and access to rights*"³⁷ (OCDE, 2019, p. 37). Assim, aprender português é, portanto, também fundamental para imigrantes e refugiadas no Brasil, especialmente porque a proficiência no idioma é essencial para a integração social, econômica e cultural. Um dos requisitos formais para demonstrar essa proficiência é a aprovação no Celpe-Bras. Este exame, reconhecido internacionalmente, avalia a capacidade de comunicação em português em situações cotidianas e acadêmicas e é uma exigência para aqueles que desejam ingressar em instituições de ensino superior, trabalhar em determinadas profissões e, sendo um passo necessário para o processo de naturalização.

A proficiência em português vai além de um mero requisito burocrático – constitui-se como ferramenta fundamental para o exercício da cidadania, compreensão de direitos e efetiva integração social. Contudo, como evidenciado nesta pesquisa, promover esse aprendizado esbarra em desafios logísticos e sociais complexos: a dificuldade em estabelecer espaços de aula próximos às residências de imigrantes, refugiadas e refugiados, a evasão causada pelo cansaço acumulado após longas jornadas de trabalho e a incompatibilidade de

³⁶ Em português: “[...] a língua é um dos recursos mais importantes que um imigrante pode adquirir, pois afeta diretamente sua capacidade de participar plenamente da vida econômica e social do país de acolhimento” (tradução nossa).

³⁷ Em português: “[...] aprender a língua não é apenas uma questão de comunicação, mas também de empoderamento e acesso a direitos” (tradução nossa).

horários com empregos informais. Para as mulheres, esses obstáculos se multiplicam – as duplas e triplas jornadas (entre trabalho remunerado, cuidados domésticos e responsabilidades familiares) transformam a frequência às aulas em algo ainda mais improvável. Essa realidade paradoxal revela como o acesso ao ensino da língua, apesar de reconhecido como vital, acaba se tornando mais uma barreira na já árdua trajetória migratória, especialmente para aquelas e aqueles em situação de maior vulnerabilidade social.

A língua desempenha um papel fundamental na formação de redes sociais e no estabelecimento de um sentimento de pertencimento. Como apontado por Berry (1997), a proficiência linguística é uma condição necessária para o que ele chama de "aculturação", o processo pelo qual indivíduos se ajustam e se tornam parte de uma nova cultura. Berry afirma que "[...] *language is one of the main vehicles through which people become members of a cultural community*"³⁸ (Berry, 1997, p. 13). Um exemplo desse fenômeno pode ser observado nas comunidades latinas nos Estados Unidos, onde o domínio do inglês é frequentemente associado à mobilidade social e à aceitação cultural, enquanto a falta de proficiência pode levar ao isolamento social. Sobre isso, um amigo, a quem chamarei de Leonardo, formado em Ciências Contábeis e pai de um menino, até então residente em Uberlândia, foi aprovado em um concurso público para trabalhar em um banco. Ele me relatou, na época, que sua colocação não era boa e que demoraria a ser chamado, o que de fato ocorreu. Assim, convidado por amigos que trabalhavam na construção civil em Nova York, ele entrou nos Estados Unidos como turista e lá permaneceu por alguns meses, trabalhando em construções. Leonardo disse que nunca havia tido um trabalho tão pesado e cansativo, que lhe causou severas dores nas costas, mas que, ao converter o que ganhava em dólares para reais, sentia que valia a pena. Prestes a chegar à data limite para ficar de forma regular naquele país, ele foi finalmente convocado para assumir o cargo no concurso, retornando assim ao Brasil. No entanto, esse retorno de Leonardo não durou nem um ano, pois, após analisar os prós e contras, ele decidiu que era mais vantajoso retornar aos EUA e trabalhar em uma área diferente da sua, sem qualificação, mas que lhe pagava cerca de quatro vezes o que ele receberia mensalmente no banco. Suas dores nas costas se tornaram crônicas e ele frequentemente precisa de cuidados, mas ainda assim, ele conta orgulhoso que conseguiu quitar o apartamento da mãe de seu filho em dois anos, em oposição ao contrato de vinte anos, e que consegue presentear a criança com brinquedos e jogos de primeira linha.

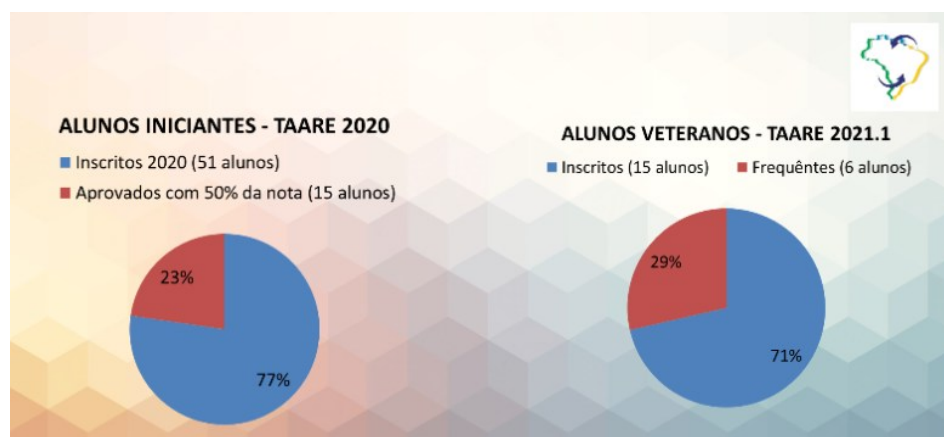
³⁸ Em português: “[...] a língua é um dos principais veículos através dos quais as pessoas se tornam membros de uma comunidade cultural” (tradução nossa).

Perguntei a Leonardo se ele viria ao Brasil em breve para visitar a família, e ele informou que não, pois agora está nos EUA em situação irregular, sem perspectiva de regularização – ou seja, se ele sair, não conseguirá voltar legalmente. Também questionei se ele está falando inglês bem, considerando que trabalha em Nova York e tem contato com estadunidenses todos os dias. Leonardo riu antes de responder e disse que raramente convive com nativos, já que na construção civil ele basicamente convive com outros brasileiros e latinos. Ele me contou também que atualmente mora em uma grande casa no subúrbio, que divide com cerca de 15 brasileiros e brasileiras, todos trabalhadores dos setores de construção e limpeza. Em suas redes sociais, ele mostra que é um hábito em sua casa reproduzir a cultura brasileira, fazendo churrascos, feijoada, ouvindo música, sempre falando português.

Por fim, questionei Leonardo se não seria mais vantajoso aprender o idioma local, se isso não lhe abriria novos horizontes de possibilidades, o que ele respondeu que sim, já que não negocia sua diária diretamente com os empregadores, mas sim por meio de intermediários, falantes da língua inglesa, que não trabalham diretamente nas obras, mas que ganham uma porcentagem sobre as negociações. Ele disse que, se fosse fluente, conseguiria ganhar até 50% a mais por diária de trabalho, ou poderia, inclusive, atuar como intermediário, mas informou também que a rotina é muito cansativa e que, para estudar, teria que renunciar aos horários e dias reservados para o lazer, e que, portanto, prefere continuar assim. Ele completou dizendo que na casa onde mora, apenas uma mulher, que trabalha como diarista e babá, é fluente em inglês, que ela tem mais oportunidades de emprego e que ganha mais pelos serviços prestados, em comparação com as não fluentes.

A falta de acesso a recursos para aprender a língua do país de destino pode ser um grande obstáculo às melhorias de vida. Refugiadas e imigrantes enfrentam desafios adicionais, como o custo das aulas de idioma, a disponibilidade de tempo e o apoio institucional. Programas de integração linguística que são sensíveis às necessidades específicas dessas populações, como o fornecimento de aulas gratuitas e serviços de creche, podem ser vitais para seu sucesso. Por exemplo, na Suécia, o programa SFI (*Swedish for Immigrants*) oferece aulas gratuitas de sueco para novos imigrantes, incluindo cursos especializados para mulheres com filhos pequenos (Migrationsverket, 2021). No Brasil, muitas OSCs, como o Taare, e instituições públicas como escolas profissionalizantes e universidades federais, oferecem cursos gratuitos para esse público. Na minha experiência enquanto professora voluntária em um desses cursos, pude perceber, no entanto, que só a oferta não é o suficiente. A figura abaixo (13) demonstra quão alto é o nível de desistência dos cursos:

Figura 13 - Quantidade de alunos inscritos e veteranos nas aulas de português oferecida pelo Taare em 2020 e 2021.

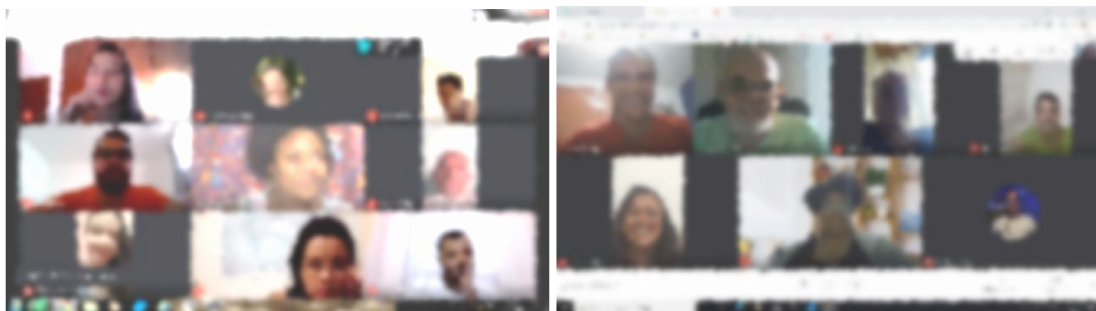


Fonte e elaboração: TAARE, 2021.

Conforme evidenciado pelos dados da figura, em 2020, das 51 inscrições iniciais, apenas 15 alunos atingiram sequer metade da nota exigida, e destes, apenas cinco conseguiram completar o curso com aproveitamento satisfatório. Esta drástica redução não se trata de mero desinteresse, mas expõe as múltiplas barreiras interseccionais que transformam a simples continuidade nos estudos em verdadeiro ato de resistência para populações imigrantes e refugiadas. Assim, os 70% de abandono não representam fracasso individual, mas o colapso de um sistema que oferece acesso nominal à educação enquanto ignora solenemente as condições materiais que tornam sua permanência impossível para quem está na base da pirâmide social. Esta é a face concreta da desigualdade educacional quando cruzada com marcadores de gênero, classe e condição migratória.

Em 2021, durante o auge da pandemia, quando foram ofertados cursos apenas na modalidade on-line, a quantidade de inscritos caiu significativamente, com apenas quinze alunos, dos quais apenas seis os finalizaram – naquele ano, não foram realizadas avaliações formais, como provas e trabalhos, uma vez que as pessoas assistidas tinham dificuldade até mesmo de conseguir acesso a uma internet estável e adequada para comparecer às aulas (figuras 14 e 15). Essa dificuldade vai além dos aspectos técnicos, revelando que o acesso limitado à internet e a instabilidade tecnológica afetam profundamente a maneira como os estudantes vivenciam o ambiente virtual de aprendizagem. Para muitos, essas limitações transformam o espaço educacional em algo distante e hostil, gerando sentimentos de isolamento e alienação em relação ao processo de ensino.

Figura 14 e 15 capturas de tela realizadas durante a ministração de aulas online no período da pandemia, 2020 e 2021³⁹.



Fonte: acervo da autora, 2021.

A questão da evasão é algo que intriga professoras e a direção da OSC, posto que, mesmo após a pandemia, com o retorno das aulas presenciais nos três períodos do dia, a quantidade de alunos que finaliza o curso é sempre expressivamente menor do que a quantidade que começa. Em uma reunião entre professores, professoras, coordenação e presidência, em 2024, concluímos que há, de fato, uma dificuldade em trazer os assistidos e assistidas para as aulas. Nesse sentido, em 2024, das cinco turmas iniciadas em fevereiro, em julho apenas três permaneciam ativas, já que as demais, ou foram totalmente evadidas, ou os poucos alunos restantes acabaram alocados em outros polos.

Na minha experiência, enquanto professora voluntária, são vários os fatores que levam a essa evasão. Em primeiro lugar, eu elenco a distância e a mobilidade, que, após um longo dia de trabalho, podem tornar a vida das pessoas assistidas ainda mais cansativa e representar um ônus financeiro, posto que a OSC não consegue oferecer vale transporte nem às voluntárias e voluntários, nem às alunas e alunos. Essa dificuldade pode ser compreendida como uma experiência de exaustão e limitação que cada pessoa sente intensamente ao final do dia, impactando sua disposição e capacidade de frequentar as aulas. Essa análise revela como o cansaço acumulado e as limitações de mobilidade transformam o ambiente educacional em um espaço distante e inacessível. Essas barreiras se materializam de forma tangível no corpo e no cotidiano dos estudantes, afetando profundamente o engajamento nas atividades.

Uma outra questão diz respeito à oferta de lanche. A minha experiência mais satisfatória se deu a um polo de ensino, instalado em uma igreja Batista, onde além da disponibilização do espaço, o pastor oferecia café, refrigerante e lanches todas as noites em que aconteciam as aulas, sem quaisquer interações com as pessoas assistidas no intuito de promover ou incentivá-las a frequentar aquela igreja que lhes servia como escola. Em contextos de vulnerabilidade, onde a fome é uma realidade cotidiana, saber que existe um

³⁹ Embora as alunas e alunos tenham concordado com a vinculação de suas imagens, as capturas de tela foram desfocadas para preservar suas identidades.

lugar onde se pode aprender e também matar a fome gera um poderoso sentimento de acolhimento e desejo de pertencer. Essa prática concreta criou uma atmosfera onde os alunos, além de acessarem o conhecimento, encontravam alívio para necessidades básicas imediatas e o reconhecimento de sua humanidade. O resultado foi um ambiente onde o aprendizado da língua se entrelaçava com a construção de vínculos e a sensação rara, para muitos migrantes, de serem verdadeiramente bem-vindos.

Um dia, conversando com esse pastor, eu confessei que achava curioso ele oferecer lanche gratuitamente e não fazer nenhum movimento para buscar e converter as pessoas assistidas. Ele então disse que naquela igreja ele não aceita nenhum tipo de comércio, que nenhum evento que ele organiza entre os fiéis inclui a venda de algo na igreja e que tampouco a fé das pessoas se negocia. Ele comprava lanche todas as noites de segunda-feira porque as pessoas ali teriam fome e precisariam comer e, se algum dia elas quisessem ir ao culto, seriam bem-vindas, mas elas iriam pelo exemplo e por vontade própria.

Por mais que pareça simples, a verdade é que muitos se sentiam mais estimulados a ir às aulas para apreciar o generoso lanche, posto que algumas pessoas assistidas iam direto de seus trabalhos para as aulas semanais de língua portuguesa. Ademais, esse momento nos oferecia um ambiente mais descontraído, em que os/as imigrantes, refugiadas e refugiados faziam perguntas, falavam sobre os alimentos e práticas de seus países e interagiam com os colegas, criando mais vínculos e sensação de pertencimento. O resultado dessa dinâmica foi de que, naquele semestre, apenas dois alunos, do grupo de sete, abandonaram o curso, o que se deu porque eles conseguiram empregos incompatíveis com a realização das aulas naquele polo. Essa experiência é aqui percebida como algo que vai além do aprendizado formal, onde o ambiente acolhedor e o contato pessoal criam uma rede de apoio que reforça o compromisso dos alunos, não apenas com o curso, mas com a experiência de estar e pertencer àquele grupo.

Portanto, a proficiência na língua local é um componente essencial para a integração de imigrantes, refugiados e refugiadas, facilitando o acesso a oportunidades e a construção de uma nova vida no país de acolhimento. As políticas públicas que apoiam o aprendizado de línguas são fundamentais para garantir que essas populações possam contribuir plenamente para suas novas comunidades e sentir-se parte delas. Por outro lado, é preocupante observar que, apesar de cerca de 150 a 200 famílias, com uma média de quatro membros cada, estarem cadastradas no Taare, a adesão às aulas de língua portuguesa é ainda muito baixa. O Taare, idealizado para oferecer aulas, e não para ser assistencialista, enfrenta desafios significativos. Na última reunião, concluímos também que a OSC carece de quase tudo: voluntários, recursos econômicos e patrocínios, divulgação, atualização cadastral e até mesmo uma sede. A este

respeito, existe uma ajuda pendente de 50.000 reais da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Uberlândia, que só pode ser concedida se a organização comprovar que possui uma sede e alvarás de funcionamento. Cabe pontuar que o Taare tinha uma sede até 2022, quando a escassez de recursos impossibilitou o pagamento do aluguel. Assim, embora esses recursos financeiros sejam fundamentais para o melhor funcionamento da OSC, até o momento (janeiro de 2025), não há perspectiva de atender a esse requisito e captar os recursos disponíveis.

Tais desafios evidenciam a dificuldade enfrentada por instituições voluntárias em atender às necessidades reais de imigrantes, refugiadas e refugiados em situação de vulnerabilidade. Entre os alunos e alunas que abandonaram os cursos, as razões incluem falta de tempo, cansaço, incompatibilidade de horários com o trabalho e mudanças para outras cidades, estados e até países. No caso das mulheres assistidas, muitas não conseguem iniciar os estudos de língua portuguesa devido à falta de alguém para cuidar de seus filhos pequenos. Houve uma iniciativa em um polo que começou as aulas com mais de quinze pessoas haitianas e dez venezuelanas, onde voluntárias cuidavam das crianças em uma sala cedida pela igreja que sediava o curso. Essa iniciativa fez uma grande diferença na participação e no desempenho das alunas mães, mas, infelizmente, as voluntárias precisaram abandonar o posto, o que levou às suas desistências paulatinamente. Além disso, a precariedade no mercado de trabalho é uma realidade para muitas dessas mulheres. Devido à falta de reconhecimento de suas qualificações e experiência prévia, elas são frequentemente relegadas a empregos informais e de baixa remuneração. Essa situação é agravada pela falta de acesso a serviços de apoio, como creches e programas de capacitação profissional, que poderiam facilitar sua inserção no mercado de trabalho formal. Como observa Freire (2017), "[...] a integração econômica é crucial para a integração social, pois proporciona autonomia e uma sensação de pertencimento".

A possibilidade de acessar o mercado de trabalho e de alcançar uma estabilidade financeira são elementos chave para que as populações imigrantes e refugiadas possam se integrar plenamente à sociedade que os acolhe. Segundo Portes e Rumbaut (2001), o emprego não apenas fornece uma fonte de renda, mas também é determinante na construção de redes sociais, o desenvolvimento de habilidades e a obtenção de *status* social. Eles argumentam que "[...] *employment is one of the main mechanisms through which immigrants become part of*

the host society, enabling them to establish social and economic ties." (Portes e Rumbaut, 2001, p. 148)⁴⁰.

Dados do Banco Mundial (2021) indicam que, em 2020, a taxa de participação de imigrantes no mercado de trabalho brasileiro era de aproximadamente 61%, com muitos imigrantes enfrentando desafios significativos, como a barreira da língua e a falta de reconhecimento de suas qualificações profissionais. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas públicas que facilitem o reconhecimento de diplomas estrangeiros e ofereçam programas de treinamento e capacitação para essas pessoas como forma de promover sua integração econômica e social e independência financeira. Berry (1997) defende que a independência financeira permite que essas pessoas façam escolhas autônomas sobre suas vidas, incluindo decisões sobre moradia, educação e saúde. Como consequência, a autonomia econômica reduz a dependência de assistências sociais e caridades, promovendo uma maior sensação de dignidade e autoestima, além de que, a participação ativa no mercado de trabalho pode ajudar a mitigar os estereótipos negativos e a discriminação, aumentando a aceitação social e o sentimento de pertencimento. O reconhecimento de diplomas estrangeiros é, portanto, um processo essencial para a integração de imigrantes e refugiados no mercado de trabalho dos países anfitriões. No Brasil, esse processo é conduzido pelo Ministério da Educação (MEC), que avalia a equivalência das qualificações obtidas no exterior. O procedimento inclui a tradução juramentada dos documentos, o que por si só é muito caro e moroso, e, em alguns casos, exames de validação para garantir que o nível e o conteúdo dos cursos estejam em conformidade com os padrões educacionais brasileiros (MEC, 2023). Assim, o processo tende a ser caro, lento e burocrático, o que representa um desafio significativo para a integração econômica das pessoas imigrantes e refugiadas.

Dados de 2022 da OIM indicam que cerca de 30% dos imigrantes no Brasil possuem ensino superior, mas enfrentam dificuldades para ter seus diplomas reconhecidos. Em 2022, a agência destacou que a falta de reconhecimento adequado muitas vezes força esses indivíduos a aceitar empregos que não correspondem às suas qualificações, resultando em subemprego e subutilização de suas habilidades (OIM, 2022), conforme já exemplificamos anteriormente. Essa situação não apenas limita suas oportunidades econômicas, mas também afeta sua autoestima e integração social. Ademais, a dificuldade no reconhecimento de diplomas pode levar a um sentimento de exclusão e frustração entre imigrantes e refugiados, como evidenciado pelos relatos de Layla, afegã que compunha o alto escalão do Ministério dos

⁴⁰ Em português: “[...] o emprego é um dos principais mecanismos pelos quais os imigrantes se tornam parte da sociedade de acolhimento, permitindo-lhes estabelecer laços sociais e econômicos” (tradução nossa).

Assuntos das Mulheres antes da tomada do poder pelo Talibã, e de Maria, venezuelana que atuou por quase três décadas como assistente social em seu país.

Layla, formada em Psicologia e Assistência Social, além de pós-graduada, tem uma trajetória marcada por atuação militante e experiência em instituições governamentais na defesa e formulação de políticas públicas voltadas para as mulheres. Seus pais, apesar das instabilidades e da religiosidade intensa prevalente no país, incentivaram-na a estudar primeiro, para depois se casar, com o objetivo de garantir sua independência e sua capacidade de escolher um parceiro adequado no futuro. Casada com Youssef, Layla relatou que conheceu o marido em eventos relacionados à administração pública e que, mesmo após o casamento, ele sempre a apoiou em sua carreira, ao contrário de muitas colegas suas que se tornaram donas de casa após o matrimônio.

Em nossa última conversa, Layla expressou um profundo pesar ao refletir sobre a situação política de seu país. Ela nunca imaginou que o Afeganistão seria abandonado de forma tão abrupta pelos EUA e entregue ao Talibã, grupo que perseguiu e cujo retorno ameaça desfazer todos os avanços conquistados. Por mais que os rumores aumentassem com o passar dos últimos meses antes da retirada estadunidense, ela se recusava a acreditar que todos os direitos reivindicados e conquistados ao longo dos últimos anos cairiam por terra com o retorno do grupo extremista, e que a realidade que sua filha, Khadija, viveria, seria, provavelmente, muito diferente da que ela vivera.

Entre todas as famílias com as quais tive contato, a de Layla se destacou pelo trauma intenso presente em seus relatos, mas sobretudo em seus olhares, gestos e posturas. Youssef confidenciou que um dos irmãos da esposa permanece escondido no Afeganistão, se abrigando como pode temendo pela vida devido à sua atuação política em defesa dos direitos humanos. A situação é desesperadora, com cunhado se refugiando constantemente em casas de amigos e desconhecidos, se escondendo dentro de móveis e com animais. O irmão de Layla aguarda uma possibilidade para deixar o Afeganistão, mas, com o aumento de tropas armadas nas fronteiras, essa possibilidade se mostra cada vez mais remota, obrigando-o a lutar pela sua vida dia após dia. Layla, sempre emotiva e assustada, ouvia o relato do marido que contou um episódio traumático semelhante em que o Talibã invadiu a casa onde ela e sua família estavam escondidos, antes deles conseguirem ir para o Paquistão. Eles estavam escondidos em um armário, quando homens armados invadiram a casa após terem entrado nas vizinhas. Eles não fizeram uma busca minuciosa, provavelmente estivessem entrando nas casas com outro objetivo, mas o fato é que desde aquele dia, sua feliz e brincalhona filha mudou. Quanto ao futuro, Layla expressou o desejo de ver sua Khadija na escola, aprendendo

português, e de seu marido encontrar um bom emprego. Eu a indaguei sobre os seus sonhos pessoais e, embora tenha dito que ainda não há espaço em sua vida para pensar sobre isso, ela disse que gostaria de atuar em sua área, de apoiar mulheres no Brasil, enfim, de “ser útil e não jogar seus estudos no lixo”. Uma vez que a afegã não fala inglês muito bem e que, provavelmente, será longa sua trajetória para se estabilizar e aprender português, a verdade é que ela enfrentará muitas dificuldades para atingir seu objetivo.

Maria, refugiada venezuelana com formação e ampla experiência como assistente social, trabalhou por anos na *Misión Madres del Barrio*, uma organização dedicada à superação da pobreza extrema, com foco em mães de família das camadas mais pobres da sociedade. Segundo Maria, a organização oferece orientação, apoio psicológico e acesso à educação às suas assistidas. Ela destacou que muitas mulheres venezuelanas suportam violência doméstica devido à dependência econômica de seus maridos. Por outro lado, Maria explicou que, quando uma mulher consegue prover a si mesma e seus filhos, tudo muda. Nesse sentido, um dos programas da fundação é o atendimento psicológico, de participação voluntária, para auxiliar as assistidas.

Maria também mencionou que, na Venezuela, a escolha de frequentar escolas e universidades é pessoal, uma vez que o governo oferece educação gratuita em todos os níveis. No entanto, reconhecendo que muitas mulheres vulneráveis não continuam seus estudos, a organização em que trabalhou encaminha essas mulheres para cursos gratuitos de curta duração, equivalentes ao ensino fundamental e médio no Brasil. Se houver interesse, as assistidas podem seguir para cursos técnicos gratuitos no *Instituto Nacional de Capacitación y Educación Socialista* (Inces) ou até mesmo ingressar na *Universidad Nacional Experimental Simon Rodríguez*, uma instituição de ensino superior federal e gratuita. Maria se orgulha ao relatar que, em um ciclo de quatro anos, de 500 mulheres assistidas, cerca de 80% conseguiram sair de relacionamentos abusivos, e cerca de 22 completaram seus estudos e se profissionalizaram através da *Misión*, com algumas se formando professoras e advogadas.

A venezuelana também compartilhou a realidade alarmante de meninas muito jovens, entre 15 e 18 anos, que são frequentemente vítimas de violência física e sexual, geralmente por parte de namorados ou familiares próximos. Para essas meninas, há um programa especial que oferece educação sexual, apoio psicológico, programas de jovens aprendizes em empresas e acompanhamento adequado às suas idades. Maria observou que, apesar de os traumas da violência sejam profundos para as mulheres, as consequências são ainda mais graves para as crianças que testemunham esses abusos. Por isso, a *Madres del Barrio* também oferece suporte psicológico, programas de desenvolvimento emocional e apoio educacional para essas

crianças. Contudo, ao longo de suas mais de duas décadas de atuação na organização, Maria notou uma redução significativa na estrutura e no aporte financeiro, o que impactou o número de assistidas, que caiu de 1000, no seu primeiro ano de trabalho, para menos de 200, em seu último, devido à emigração e à diminuição do apoio institucional.

Quando questionada sobre a situação mais marcante em sua carreira, Maria relatou o caso de uma criança de seis anos que foi vítima de violência sexual por parte do padrasto. Ela lembrou de preencher uma ficha com o contorno do corpo da criança, marcando as áreas em que havia machucados em quase todo o desenho. Em sequência, a criança foi submetida a vários exames e tratamentos para prevenir ISTs, e o abusador, após extensiva busca da polícia, foi preso. Maria contou que em casos de abuso infantil, tal qual ocorre no Brasil, é comum que em presídios os abusadores sejam vestidos e/ou chamados de mulher, violados repetidamente, até serem assassinados de maneira brutal e sexualmente abusiva, o que de fato aconteceu com o homem, que, três dias após a sua prisão, deu entrada na emergência do hospital bastante machucado, usando um vestido, empalado com um pedaço de madeira que perfurou seu intestino e outros órgãos.

Sem pensar no mérito da violência que o abusador da criança sofreu, um fato que me chama atenção nesse caso e em tantos outros que acontecem no Brasil, é essa suposta caracterização do criminoso como uma mulher, para que ele enfim seja, de alguma forma, pelos outros abusadores, merecedor da violência que virá contra ele, quando, na verdade, ele estuprou e violou o corpo de uma criança porque ele é um homem e aos homens é ofertada, de certa maneira, essa forma de exercício de poder e violação sobre o corpo das mulheres e de outras pessoas em situação de vulnerabilidade.

Assim, a prática de chamar estupradores de "mulherzinhas" em presídios, seguida de abusos sexuais contra eles, é uma manifestação brutal e concreta da cultura de gênero e violência institucionalizada. É a expressão do lugar destinado à mulher nessa sociedade, que a transforma em “coisa”, em ser inferior. Essa prática reflete uma visão distorcida e misógina, onde a feminilidade é associada à submissão e, portanto, utilizada como uma forma de degradação e punição dentro do sistema penitenciário. O abusador recebe o aval para ser punido por outros “machos”, porque ele foi tornado insignificante, posto que foi colocado na posição de mulher. A violência sexual, nesse contexto, não é apenas um ato de dominação física, mas também uma reafirmação de uma hierarquia de poder profundamente enraizada no machismo e na homofobia.

A construção social em torno das vítimas infantis de violência sexual revela um paradoxo profundamente enraizado em nossas estruturas culturais. Por um lado, observa-se

uma tendência à angelização da criança vitimizada, particularmente no imaginário carcerário, onde o discurso dominante frequentemente recorre a uma representação idealizada e desencarnada da infância violada. No entanto, essa mesma sociedade que romantiza a vítima "ideal" revela seu viés profundamente patriarcal e heteronormativo quando a vítima em questão é uma menina ou um menino com expressões de gênero consideradas afeminadas. Nestes casos, opera-se uma perversa inversão discursiva que, através de mecanismos sutis ou explícitos, transfere para a vítima parte da culpa pela violência sofrida - seja sugerindo uma suposta "provocação", seja naturalizando a agressão como consequência inevitável de comportamentos considerados desviantes.

Esta dupla moral revela como as estruturas de poder atuam para erotizar corpos infantis femininos, atribuindo-lhes indevidamente agência sexual, ao mesmo tempo em que patologizam expressões de gênero não-hegemônicas, transformando diferenças em justificativas para a violência. O resultado é uma hierarquização perversa da vulnerabilidade, onde certas vidas infantis são consideradas mais dignas de proteção e compaixão do que outras, conforme se adequem ou não a padrões normativos de gênero e sexualidade – o que se agrava absurdamente quando acrescentamos raça e cor à hierarquia. Essa distorção narrativa não é acidental, mas funcional à manutenção de um status quo violento, servindo tanto para eximir os agressores de responsabilidade plena quanto para reforçar sistemas opressivos de controle sobre corpos e sexualidades não conformes.

Foucault (1977), argumenta que as instituições de controle, como as prisões, são locais onde o poder é exercido de maneira extrema, não apenas para punir, mas também para disciplinar e normatizar corpos e comportamentos. Nessa linha, a violência sexual contra estupradores, sob a alegação de "feminilizá-los", serve como uma forma de retribuição e controle social, que reforça estereótipos de gênero ao punir a violência sexual com mais violência sexual, deslocando a culpa e a estigmatização para a vítima de tal punição dentro do sistema carcerário. Cissexismo e homofobia são também elementos críticos na análise desse fenômeno, uma vez que, conforme Connell (1995), a masculinidade hegemônica não é apenas sobre ser homem, mas sobre não ser mulher ou feminino.

Assim, a prática de "feminilizar" os estupradores na prisão serve para reforçar a supremacia da masculinidade hegemônica ao desumanizar e punir qualquer forma de expressão que seja percebida como fraca ou submissa. Aqui, a "feminilização" é uma construção social negativa imposta para degradar e desumanizar, associando feminilidade a inferioridade. Ademais, o uso de violência sexual como forma de punição também revela uma compreensão distorcida de justiça e vingança. Sykes (1958), descreve como a subcultura

carcerária desenvolve suas próprias normas e valores, muitas vezes em oposição aos da sociedade externa. Dentro desse microcosmo, a ideia de justiça pode se traduzir em práticas violentas que refletem e perpetuam desigualdades sociais e de gênero. A prática de estuprar estupradores como forma de punição não é apenas uma questão de moralidade, mas uma reprodução de estruturas de poder opressivas que privilegiam a força bruta e a desumanização. Em termos práticos, chamar estupradores de "mulherzinhas" e subsequente lhes abusarem sexualmente também serve para destacar as deficiências do sistema penitenciário em proteger os direitos humanos básicos dos detentos. Fleetwood e Torres (2011) sugerem que a falta de controle efetivo e a prevalência de uma cultura de violência dentro das prisões exacerbam essas práticas, criando um ambiente onde a dignidade humana é sistematicamente negada.

A experiência de Maria em sua área é notável e sempre que tivemos a oportunidade de conversar a respeito, ela não só me trazia relatos, como também reflexões valiosas para este trabalho e para a minha vida. Maria estudou, se formou, exerceu sua profissão e adquiriu muita experiência para chegar no Brasil e trabalhar em setores de baixa especialização, com baixa remuneração. Ela diz que sonha em poder voltar a atuar em sua área, mas que está ciente de que isso provavelmente não acontecerá, por saber como funciona a migração e as oportunidades que são ofertadas a imigrantes, refugiadas e refugiados pelo mundo. Assim, a despeito de tudo o que viveu, estudou e experienciou, ela se contenta com o trabalho como caixa de supermercado, no regime 6x1, porque acredita que já é um grande privilégio estar empregada.

Outro fator que dificulta a construção de lugares de vida é o acesso limitado a serviços de saúde. As mulheres migrantes e refugiadas muitas vezes têm dificuldade em acessar tais serviços devido à falta de documentação adequada ou à falta de conhecimento sobre os direitos que possuem. Isso é particularmente problemático para mulheres grávidas ou com filhos pequenos, que podem precisar de cuidados médicos regulares, a despeito da sua dificuldade em circular pela cidade e das diferenças idiomáticas. Como destaca Oliveira (2020), "[...] a saúde é um direito fundamental que deve ser garantido a todos, independentemente de sua condição migratória".

A questão da segurança também é uma preocupação central para essas mulheres. A vulnerabilidade à violência de gênero é exacerbada pela condição de migrante, que pode incluir dependência financeira e isolamento social. Em muitos casos, as mulheres têm medo de denunciar abusos devido ao risco de deportação ou à falta de confiança nas autoridades locais. De acordo com Martins (2018), "a segurança e a proteção são elementos essenciais

para a construção de um lugar de vida seguro e acolhedor". Além dos casos já relatados das turistas que foram estupradas e assassinadas no Brasil, em março de 2024, uma turista sul-americana de 25 anos denunciou ter sido vítima de estupro coletivo na boate Portal Club, situada região central do Rio de Janeiro (Amorim, 2024). A vítima, que estava de passagem pela cidade a caminho da Bahia, relatou que, acompanhada de uma amiga, decidiu aproveitar a noite na boate, onde conheceu um homem brasileiro. Segundo seu depoimento, ela foi levada a um espaço mais reservado da casa noturna, onde foi violentada sexualmente por vários homens, em um ato que ocorreu sem que ela tivesse qualquer possibilidade de defesa (*ibid.*). A jovem suspeita ter sido dopada, pois perdeu a consciência durante o ocorrido e não conseguiu precisar o número de agressores. Ela afirmou que, após o incidente, não recebeu o apoio adequado dos funcionários da boate, que hesitaram em acionar a polícia, mesmo após seu pedido insistente. Conforme Amorim (2024), após interferência de Renata Souza, deputada e presidente da Comissão da Mulher da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), a vítima conseguiu ir à Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam) para registrar o boletim de ocorrência e depois ela foi submetida a exames no Instituto Médico Legal (IML) e a testes toxicológicos (*ibid.*).

A questão da violência contra a mulher é global e está arraigada em toda a sociedade, intensificando-se especialmente contra aquelas em situação de maior vulnerabilidade. Conforme matéria da BBC, muitas mulheres que buscam asilo no Reino Unido, como Grace, uma imigrante africana de 37 anos, fugiram de situações de abuso sexual em seus países de origem. No entanto, mesmo após sua chegada, continuam a enfrentar abusos, muitas vezes sem poder denunciá-los devido ao medo de deportação. Grace, que chegou a Londres com 17 anos, relatou que nunca teve uma experiência de sexo consensual. Ela e sua irmã, casadas à força em troca de um dote, sofreram abusos físicos, verbais e sexuais constantes de seu marido. Ao escapar para o Reino Unido, Grace continuou a ser vítima de violência sexual nas casas onde trabalhava como empregada doméstica (Mohan, 2018). De acordo com a matéria, a organização Mulheres para Mulheres Refugiadas, dirigida por Marchu Girma, oferece um espaço de apoio para mulheres imigrantes no Reino Unido, proporcionando orientação, aulas de inglês, e atividades de empoderamento (Mohan. 2018). Em uma dessas reuniões, discutiram o movimento #MeToo⁴¹, o que permitiu às participantes compartilharem suas

⁴¹ O movimento #MeToo é uma campanha contra o assédio e a violência sexual, que ganhou destaque mundial em outubro de 2017, após uma série de acusações de assédio sexual contra o produtor de cinema Harvey Weinstein. A hashtag #MeToo foi usada nas redes sociais por várias mulheres compartilhando suas experiências pessoais de abuso e assédio sexual. O movimento visa aumentar a conscientização sobre a prevalência do assédio

experiências de abuso e assédio. Esse ambiente ajudou mulheres como Grace e Yanelle, outra imigrante que enfrentou assédio e abuso sexual, a reconhecerem e falarem sobre suas experiências (*ibid.*). Girma enfatizou que, além das dificuldades pessoais, o sistema de asilo do Reino Unido frequentemente dificulta, em vez de ajudar, as vítimas de abuso sexual, especialmente aquelas sem documentação legal. Yanelle, dissidente política e vítima de estupro coletivo em seu país de origem, encontrou no Reino Unido um ambiente onde, apesar de não ter sido estuprada, enfrentou assédio constante. Sua participação no grupo dirigido por Girma a ajudou a compreender e validar suas experiências de abuso, de modo que a organização destaca a necessidade de estender a solidariedade e apoio a essas mulheres vulneráveis, promovendo uma mudança que as inclua na luta contra a violência e o assédio sexual (*ibid.*).

A infraestrutura de acolhimento para mulheres vítimas de violência em Uberlândia revela uma série de desafios e limitações que precisam ser abordados e superados. O município, segundo maior de Minas Gerais, com uma população estimada em aproximadamente 700.000 habitantes (IBGE, 2023), enfrenta a necessidade urgente de uma infraestrutura adequada para lidar com questões de violência doméstica e de gênero. Atualmente, a cidade dispõe de algumas estruturas dedicadas ao suporte de mulheres vítimas de violência, como o Centro de Referência da Mulher (CRM), que oferece apoio psicológico, jurídico e social. No entanto, a adequação e a eficácia dessas estruturas são questionadas pela população. A literatura indica que, apesar da presença dessas instituições, a infraestrutura pode ser insuficiente para atender à demanda crescente (Gomes, 2022), posto que a dificuldade em fornecer uma cobertura completa de serviços em cidades de médio porte, como Uberlândia, está frequentemente relacionada a limitações de recursos e ao aumento da demanda (Silva, 2021).

Em Uberlândia, a rede de proteção à mulher conta com a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) e a Casa da Mulher, localizadas estrategicamente no cruzamento das avenidas Rondon Pacheco e Nicomedes Alves dos Santos - vias importantes do município, porém com acessibilidade limitada por transporte público. Embora exista um ponto de ônibus a uma quadra do local, a oferta de linhas é reduzida, obrigando muitas mulheres a percorrerem parte do trajeto a pé, inclusive sob o viaduto adjacente - área conhecida pela presença de usuários de drogas, o que aumenta os riscos de segurança.

sexual, especialmente no local de trabalho, e encoraja as vítimas a denunciarem seus agressores e a se unirem contra essas práticas.

Alternativas como transporte por aplicativo tornam-se inviáveis economicamente para parte da população atendida.

Conforme informações oficiais da Prefeitura (2023), a Casa da Mulher abriga serviços integrados como o Núcleo de Apoio à Mulher, o Centro Integrado de Atendimento (CIM) e o Núcleo da Diversidade, funcionando em horário comercial (8h às 18h). Apesar da sanção da Lei Federal 14.541/2023 que determina atendimento 24h, a DEAM local mantém o mesmo horário devido à ausência de previsão orçamentária federal para custear a expansão (gl Triângulo, 05/04/2023). Fora desse período, as vítimas devem procurar delegacias de plantão, fragmentando a continuidade do atendimento especializado.

Em conversa com uma brasileira, que chamarei de Lindalva, que fora vítima de violência física e emocional por parte de seu ex-companheiro, que agrediu também o seu filho autista, ela conta que, embora estivesse obstinada em proceder a denúncia e registrar boletim policial contra o agressor, achou tudo muito confuso e difícil e, em um primeiro momento, desistiu. Primeiramente, ela disse que ligou à polícia, que disse que não poderia socorrê-los por não ter viaturas disponíveis naquele momento, de forma que ela poderia registrar o Boletim de Ocorrência on-line, o que não procedia. Ela então pegou o filho e tomou um carro de aplicativo até o CRM, onde funciona a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM), porém ela chegara no horário de almoço, quando os atendimentos entravam em pausa.

Sofrendo crises de ansiedade, com o filho neuro atípico muito nervoso e agitado, ela esperou por mais de uma hora, quando os atendimentos foram retomados, com várias mulheres que haviam chegado antes dela sendo atendidas primeiro. Cansada de esperar, sem qualquer previsão de atendimento, desamparada e sentindo que sua denúncia não surtiria nenhum efeito, ela desistiu, tomou outro carro de aplicativo e rumou para a casa de sua mãe, onde a genitora e o marido, cristãos fervorosos, a repreenderam e tentaram convencê-la a voltar para o ex-companheiro. Apesar das severas críticas que recebia diariamente na casa de sua mãe, ela ficou por lá por alguns meses, até que conseguiu um emprego em um *call center*, o que a permitiu alugar um apartamento para ela e para o filho. Na empresa, Lindalva conheceu uma advogada que exercia a profissão concomitantemente ao trabalho em *telemarketing*, que a convenceu a voltar à delegacia para registrar o boletim de ocorrência, pedir uma medida protetiva e requerir pensão do ex-companheiro. O seu agressor, quando recebeu notificação judicial para comparecer às audiências de conciliação, disse que não iria e que se fosse preso, mataria Lindalva e o filho. Instigada pela advogada a não ceder, ela continuou o processo e, pouco mais de um ano depois, o homem, que trabalhava registrado

em uma pequena empresa, foi preso por não pagar a ínfima pensão de R\$ 350,00, deixando claro que, quando saísse, cumpriria sua ameaça. Lindalva, por segurança, deixou o emprego e já se mudou duas vezes de casa, para que o ex-companheiro e agressor não os consiga localizar.

Assim, se Lindalva, brasileira, que completou os estudos básicos e que consegue se expressar bem em português, ao sofrer violência, tentou registrá-la, mas não conseguiu em um primeiro momento porque, aparentemente, apesar de Uberlândia ter um centro de atenção à mulher, ele possui um funcionamento pouco acolhedor e confuso, o que resta às mulheres imigrantes e refugiadas?

Quando comparada com outras cidades de tamanho semelhante, como Campinas e São José dos Campos, a infraestrutura de Uberlândia parece estar em uma fase inicial de desenvolvimento. Essas cidades frequentemente possuem investimentos mais robustos em redes de apoio e políticas públicas específicas (Oliveira, 2022). Assim, a ausência de centros especializados e a insuficiência de vagas em abrigos em Uberlândia indicam que a cidade pode estar subdimensionada para enfrentar a demanda de forma eficaz.

Para superar esses desafios, é crucial implementar políticas públicas que promovam a inclusão social e econômica das mulheres, sobretudo aquelas que se encontram em situações de vulnerabilidade, como imigrantes e refugiadas. Isso inclui a criação de programas de apoio linguístico, que as ajudem a aprender o português, oferecendo suporte como vale transporte e creche para que elas não desistam dos estudos, e a implementação de políticas de reconhecimento de qualificações estrangeiras. Além disso, é necessário ampliar o acesso a serviços de saúde e assistência social, garantindo que todas as mulheres tenham acesso aos cuidados de que necessitam. Como argumenta Santos (2016), "[...] a integração bem-sucedida de migrantes e refugiados é benéfica não apenas para os indivíduos, mas também para a sociedade como um todo".

A construção de redes de suporte social é outro aspecto fundamental. Iniciativas comunitárias e organizações da sociedade civil podem desempenhar um papel importante na criação de espaços de acolhimento e apoio para essas mulheres. Esses espaços podem fornecer informações sobre direitos e serviços, bem como promover atividades que fortaleçam a solidariedade e a coesão social. Como aponta Bourdieu (1986), "[...] o capital social, ou as redes de relacionamentos que uma pessoa pode acessar, é uma ferramenta poderosa para a integração e o bem-estar". A participação ativa das mulheres migrantes e refugiadas em processos de tomada de decisão também é essencial. É importante que elas tenham voz em questões que afetam suas vidas, seja em nível local ou nacional. A inclusão dessas vozes pode

levar a políticas mais eficazes e sensíveis às suas necessidades específicas. Como destaca Fraser (1990), "[...] a justiça social requer a participação plena e equitativa de todos os membros da sociedade nas decisões que afetam suas vidas".

O feminismo interseccional é essencial para a participação política e na tomada de decisões por mulheres em situação de vulnerabilidade. Esse enfoque, conforme já elucidado, permite uma compreensão detalhada das múltiplas camadas de opressão que essas mulheres enfrentam, incluindo gênero, raça, classe e *status* migratório, de modo que a interseccionalidade é fundamental para que imigrantes e refugiadas possam se reconhecer como participantes plenas na esfera política e não apenas como vítimas. Ao integrar a perspectiva interseccional, é possível criar condições que permitam a essas mulheres articular suas demandas de maneira eficaz, influenciar políticas públicas e exercer uma cidadania ativa e informada.

Além disso, o feminismo interseccional propicia a construção de redes de solidariedade que são essenciais para o fortalecimento dessas pessoas. Mohanty (2003) destaca que a solidariedade entre mulheres de diferentes origens é de suma importância para enfrentar desafios comuns e desenvolver estratégias coletivas para mudança social. Ao enfrentar a feminilização, que frequentemente associa a feminilidade a papéis subordinados e estereotipados, a abordagem interseccional ajuda a desconstruir esses estereótipos e permite que as mulheres se vejam como agentes de transformação e não apenas como receptores de assistência.

Por outro lado, fazer com que a consciência e um feminismo interseccional, como potência transformadora, chegue a imigrantes e refugiadas, que enfrentam papéis impostos pela feminilização, é desafiador, embora, enquanto resilientes, elas experienciem esse fortalecimento através de sua resistência. Essas mulheres frequentemente vivenciam múltiplas camadas de opressão, decorrentes de sua condição no país, associadas às expectativas tradicionais de gênero que as relegam a papéis de subordinação e dependência. A dificuldade reside em confrontar e dismantelar essas normas profundamente enraizadas, que não apenas perpetuam a marginalização, mas também dificultam a capacidade dessas mulheres de acessar recursos e participar ativamente na vida política e social. A interseccionalidade é decisiva para abordar essas complexidades, mas a implementação prática do feminismo interseccional demanda uma compreensão aprofundada das realidades específicas enfrentadas por essas mulheres, bem como a criação de espaços seguros e inclusivos que valorizem suas vozes e experiências. Superar esses desafios exige uma abordagem que combine empoderamento coletivo com transformação estrutural, reconhecendo e respondendo às barreiras únicas que

essas mulheres enfrentam enquanto buscam resgatar e reivindicar sua autonomia e participação na sociedade.

3.2.1 Violência contra Artemisa

A violência contra a mulher configura-se como uma realidade ubíqua e que transcende as barreiras socioeconômicas mais convencionais, uma vez que se manifesta de modo sistemático e recorrente em todos os estratos da sociedade, não se limitando, portanto, aos contextos mais pobres ou de maior vulnerabilidade. Para as mulheres imigrantes e refugiadas, contudo, a realidade é ainda mais dramática, pois, mesmo que não tenham sofrido violências em seus países de origem, são diretamente impactadas pela alta probabilidade de serem vítimas de atos de violência no Brasil, país onde o machismo e o patriarcado são características profundamente arraigadas nas práticas sociais.

A falta de redes de apoio, o desconhecimento dos direitos ou mesmo as barreiras linguísticas e culturais são fatores que potencializam a vulnerabilidade das mulheres imigrantes para as questões da violência de gênero, aumentando o risco de se tornarem vítimas de atos hostis em um ambiente ameaçador para com as mulheres como é, de modo genérico, o perfil da sociedade brasileira.

É este o caso, por exemplo, de Artemisa⁴², uma jovem brasileiro-argentina que conheci em Uberlândia, no ano de 2018, e cujo relato exponho a seguir. Ressalto, de antemão, que esta é a conversa mais difícil de reproduzir ao longo da minha carreira acadêmica. O simples fato de revisitar e transcrever partes da fala de minha amiga me fez interromper a escrita desta tese inúmeras vezes, sentindo-me emocional e fisicamente impactada. Por outro lado, a fenomenologia se insere profundamente neste processo, pois nos permite compreender a experiência de sofrimento não apenas como um relato distante, mas como uma vivência que reverbera e ressoa em quem a ouve e a transcreve. Ao adotar uma abordagem fenomenológica, percebo que minha própria experiência enquanto ouvinte e transcritora torna-se parte integrante do fenômeno, em que o impacto emocional e corporal que senti evidencia a profundidade e a intensidade dessa dor compartilhada.

* * * * *

Filha de pai e mãe argentinos, Artemisa veio para o Brasil quando ainda era bebê, retornando à Argentina com frequência durante sua infância e adolescência para visitar

⁴² Todos os nomes expressos no relato são fictícios, sob o intuito de manter preservadas as verdadeiras identidades das pessoas.

familiares e, por um período, como mais tarde me ficou claro por qual motivação, para realizar parte de seus estudos.

Embora não morasse em um bairro periférico em Uberlândia, era frequente a sua presença no polo onde realizávamos as aulas de inglês, acompanhando o seu namorado haitiano, Diego, para que ele pudesse aprender o idioma, além de, assim como ela, interagir com outros imigrantes do Haiti. Em certa ocasião, tomei a liberdade de perguntar a ela como era o seu relacionamento e se considerava Diego mais ou menos machista em relação ao padrão médio dos homens brasileiros com os quais já havia convivido; na oportunidade, Artemisa caracterizou o namorado, com o qual mantinha à época um relacionamento de apenas quatro meses, como gentil e respeitador, negando que tivesse sofrido qualquer tipo de assédio e demonstrando estar contente.

Esta felicidade genuína não era, como me disse, apenas pelo namorado em si, mas pelo simbolismo que o relacionamento lhe representava: a efetivação de uma união com um imigrante preto e oriundo de um país periférico, a qual punha em xeque e desafiava os preconceitos e o racismo fomentados diuturnamente por seus pais. Em certo sentido, a despeito de ela mesma reconhecer uma acepção piegas, aquela união lhe parecia a representação da sobreposição do amor ante a discriminação.

Contudo, após algum tempo, Artemisa e Diego pararam de frequentar o polo de ensino. Intrigada, fui informada, ao questionar suas amigas, que ela havia engravidado e que o casal enfrentava problemas de relacionamento.

Tentei contatar Artemisa e, apesar das dificuldades iniciais posto que as amigas desconheciam o endereço preciso onde morava, a encontrei por meio das redes sociais. Combinamos uma visita.

A esta altura, Artemisa, que ostentava uma barriga já bastante visível, morava sozinha com uma tia, em um bairro periférico, uma vez que seus pais, enfurecidos com a notícia da gravidez e com o fato de Diego – um “preto e pobre”, como lhe enfatizavam com um tom preconceituoso e acusatório – ter lhe abandonado, mostraram-se pouco acolhedores e intransigentes.

A mulher, chorosa e vulnerável com todo o contexto que a afligia, me relatou como se sucedera a indesejada gravidez: em uma festa, Diego lhe oferecera uma grande quantidade de bebidas alcóolicas, compelindo-a a ficar em um estado ébrio de quase inconsciência. A partir daí, as memórias daquela noite lhe pareceram descontínuas e confusas, vindo à tona em *flashes*, que incluíam o namorado por cima de seu corpo e ela sentindo dores alternadas com sensações de nojo e desconforto, com grande vontade de vomitar.

Naquele instante, pairando sobre o silêncio do não-dito, eu sabia exatamente o que havia acontecido.

Artemisa continuou, em tom pesaroso, a relatar que, no dia seguinte, acordou se sentindo muito mal e com fortes dores na genitália. Confrontando o namorado, ele confessou, impaciente e com certa rispidez, que, nas palavras dele, “fizeram amor”. A situação a alarmou, pois, sem controle ou consciência dos eventos, temeu que o ato não houvesse se sucedido com o uso de preservativos, item que ela sempre exigia em suas relações; quanto a isso, Diego desconversou, tratando a preocupação com descaso e subestimando o nervosismo da companheira com comentários supostamente cômicos.

Desconfiada, Artemisa tentou, em uma decisão individual, se precaver com uma “pílula do dia seguinte”, mas, dali um mês, sua preocupação foi acentuada quando o seu fluxo menstrual não ocorreu. Então, por meio de um teste de farmácia, seu temor maior se confirmou: estava grávida.

Em estado de choque, lembrou-se de pensar que deveria imediatamente dar a notícia a Diego, julgando que ele ficaria desconcertado e preocupado, uma vez que ele ganhava apenas um salário-mínimo, o qual, conjugado com a sua renda maior, mas incerta – e temporária, por eventualmente ter que parar de trabalhar – por ser autônoma, não os dotava de maiores condições de sustentar financeiramente uma família.

Todavia, qual não foi a sua surpresa quando, ao contar-lhe, Diego ficou animado e extremamente satisfeito, com enorme expectativa de que seu filho fosse um menino. Ante aquela empolgação, ela me confidenciou que, a despeito de não nutrir quaisquer perspectivas futuras de continuidade de seu relacionamento já extremamente desgastado por desentendimentos frequentes, sentiu-se balanceada em acolher a sua gravidez.

Em dúvidas perante uma decisão vital, Artemisa disse-me que confessou, em seu acompanhamento psicológico semanal, toda aquela cadeia de eventos para a sua terapeuta – assim como confiava a mim, naquele instante, com os olhos marejados. Sob a tutela profissional, lhe foi oferecida a alternativa de que, caso não quisesse seguir com a gestação, havia formas seguras de interromper a gravidez, com as quais a própria terapeuta poderia ajudar e orientar. Embora houvesse, naquele dia, encerrado a sessão de terapia com a promessa de que iria pensar em qual escolha tomar, Artemisa me revelou que, no íntimo, soube desde aquele instante que queria seguir com a gravidez, arcando sozinha com quaisquer consequências que aquela escolha lhe causasse.

Decidida, foi neste momento de sua história que contou à família sobre a sua gestação. O resultado: os pais a humilharam e afetivamente a rechaçaram, denotando, com frases fortes,

que Artemisa não teria qualquer tipo de apoio de seus genitores e, tampouco, tinham o menor interesse – enfatizado pelo “jamais” – em conhecer Diego. A afetuosidade de uma vida havia, portanto, culminado em um rompimento brusco e trágico, sem perspectivas iminentes de uma conciliação.

Sem apoio dos pais, Artemisa buscou então Diego, no intuito de procurarem, juntos, uma casa para coabitarem; a esperança era a de que, no seio de um convívio forçado, fossem fomentados sentimentos de uma família que forçosamente encontrava-se em gestação. Todavia, dada as condições financeiras precárias de ambos, não conseguiram evoluir neste projeto; esta era a razão pela qual Artemisa mudara-se para a periferia, para a casa da tia, onde agora se encontrava.

Quanto a Diego, o homem encontrava-se exultante com a perspectiva de, em breve, conquistar a nacionalidade brasileira, advindo daí o aumento das oportunidades de obtenção de bons empregos e salários. Motivada por esta contingência, foi a própria Artemisa que buscou se informar sobre a obtenção do título pátrio para o companheiro, ocasião na qual descobriu que, independentemente de ter filhos em solo nacional, Diego necessitaria obter a Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa (Celpe-Bras).

Assim, Diego solicitou à companheira a instalação de um aplicativo de estudo de idiomas em seu celular. Foi neste momento que um acontecimento banal desencadeou uma nova rodada de infortúnios que Artemisa lhe relatou com o tom de voz alterado: uma notificação de mensagem surgiu na tela do aparelho de Diego, revelando que ele mantinha relacionamentos com outras mulheres, conhecendo-as por meio de redes sociais e marcando encontros com elas. Ante aquela situação, ambos discutiram e o relacionamento precipitou-se para o seu inexorável fim, culminando na sensação de que aquela seria uma gestação privada de um esteio paterno.

Questionada se aquela irascibilidade devia-se ao ciúme pela situação, Artemisa garantiu-me que não sentira ciúmes, mas sim um sentimento profundo de raiva e inclemência consigo mesma de não ter percebido ou ter ignorado até aquele instante a revelação que lhe atingira: Diego nunca quisera ser efetivamente pai, mas tão somente ter um filho como um fim em si mesmo para o seu propósito egoísta de nacionalização; com o intuito de ter o que desejava, ele manipulara Artemisa, como se ela fosse um objeto ou um “sacrifício necessário”, para uma gravidez indesejada, causada por um ato de violência. Ademais, a frustração era ainda completada por não ter percebido sinais desta atitude ao não apreender as reais intenções do companheiro quando constantemente indagava – quando ainda eram, nas

palavras dela, um “casal feliz” – se ter filhos em solo brasileiro lhe garantiria a nacionalidade brasileira.

À frente do rompimento e com o peso de ainda não conseguir se auto perdoar, Artemisa me confessou que, no âmago daquela situação dramática, teve a clareza de que romper o relacionamento era o mais acertado, pois sentia que, caso continuasse, seria mais infeliz do que se encontrava naquele momento.

Apesar do namoro terminado, Artemisa garantiu a Diego a possibilidade de participar das consultas de acompanhamento da gravidez, algo que ele fez em duas ocasiões até o momento em que, visivelmente descontente, descobriu que o bebê tratava-se de uma menina. Naquele dia, Diego confrontou a minha interlocutora questionando-a acerca da possibilidade de restabelecimento do relacionamento; mediante a negativa, Artemisa relatou que nunca mais viu o genitor da sua filha, ficando ciente de que Diego se mudara de Uberlândia e confirmando que o mesmo nunca lhe prestara, desde então, qualquer tipo de assistência.

Naquele dia, ante o adiantado da hora e, sobretudo, perante o desgaste emocional já desencadeado pela rememoração dos eventos, eu me despedi de Artemisa com a promessa de restaurar um contato mais próximo.

A partir daí, com uma maior proximidade entre nós regularizada, acompanhei, por alguns meses, a jornada de maternidade de Artemisa: quando a bebê nasceu, a mãe de Artemisa se reaproximara da filha, ocasionando o seu retorno para a casa dos pais, motivada pelo auxílio e apoio que os avós poderiam prestar na criação de Lola. Sempre amorosos e atenciosos com as necessidades (e os mimos) de Lola, o tratamento dispensado a Artemisa, porém, era traumático, agressivo e frio, sendo constantemente permeado por momentos em que seus pais bradavam, de modo veemente, que ela não merecia ser amada, pois deveria arcar com as consequências de ter, em suas palavras, “aberto as pernas para qualquer um”.

Nesse sentindo, não eram incomuns, por exemplo, os relatos de momentos em que a alimentação e o banho diário de Artemisa eram bruscamente interrompidos pela mãe brava, trazendo em mãos uma Lola em prantos, ressaltando que ninguém deveria ajudá-la com a bebê para que a recém-mãe ficasse “vagabundeando”.

Em certo momento, encontrei Artemisa, que sempre ostentara um cabelo longo e ondulado, com os cabelos bem curtos, ao que ela me confidenciou o motivo: eram tão frequentes os momentos em que sua intimidade de banho era invadida pela mãe, trazendo em mãos Lola chorando, que, após algumas situações em que ela sequer conseguira retirar o xampu dos cabelos, Artemisa achara por bem raspá-los.

Por conta das necessidades da maternidade, os desencontros tornaram-se mais constantes e os encontros foram se tornando gradativamente mais rarefeitos, a ponto de perdermos o contato.

Contudo, depois de alguns anos, em uma das ocasiões banais e fortuitas da vida, acabamos nos encontrando eventualmente. Àquela altura, Artemisa, com uma feição mais madura, ostentando mais força e altivez, me disse que já morava sozinha, com sua filha, abandonando a casa dos pais em favor de um lar próprio após inúmeros conflitos com eles. Marcamos um encontro em uma cafeteria para que ela me atualizasse sobre a sua vida.

Na oportunidade, ela me mostrou fotos de Lola, confirmando que o genitor nunca mais estabelecera contato. Ao ser questionada se aquilo a traumatizara e a compelira a ver os imigrantes haitianos com desdém e preconceito, ela afirmou que não, pois, em termos de violência, entendia que, em qualquer agrupamento humano, há pessoas boas e ruins, sendo esta condição derivada muito mais das personalidades do que das origens étnico-culturais. Então, após esta resposta até surpreendente por sua sensibilidade, racionalidade e assertividade, Artemisa, provavelmente fortalecida pelo amadurecimento da maternidade, me confessara o que, talvez, fora o que mais me marcou em sua trajetória pessoal trágica: toda a história de sua gravidez não fora a única violência a que fora submetida em sua vida, uma vez que, quando tinha por volta de 12 anos, ela sofrera assédio por parte de um funcionário da escola onde estudava no Brasil.

Naquele tempo, quando chegara em casa chorando, os pais, em um primeiro momento, ficaram sem reação. Mas, em seguida, sob o intuito de investigar o episódio, a mãe procurou a escola e marcaram uma reunião entre todos os interessados. Artemisa disse não saber por quanto tempo o encontro durou, mas lembra-se bem de que as horas ali passadas foram-lhe cruciantes, sobretudo quando o funcionário assediador, marido da diretora, e a própria, uniram-se para confrontá-la, alegando que eram infundadas e mentirosas as acusações, suscitadas apenas por ela ser uma má aluna; Artemisa lembra ter se defendido de modo bravo, sozinha, sob o olhar silencioso da mãe.

Como resultado: uma “recomendação” para que Artemisa mudasse de escola e uma mãe raivosa, que somente se manifestou quando chegaram à rua, questionando, como bem se lembra, se a garota estava satisfeita por dar tanto trabalho e causar tanta vergonha naquela reunião. Foi nesta ocasião que a família mandou-a para a Argentina, para a casa de uma tia, a fim de que lá finalizasse o semestre letivo.

Ainda naquele encontro, a mulher me confidenciou que, por não ter irmãos, fora criada junto dos filhos e filhas de colegas de trabalho de seu pai, dentre os quais um em particular,

Rafael, cinco anos mais velho, ela considerava como um irmão e com o qual mantivera um convívio diário pelo fato de serem, além de bons amigos, vizinhos. Na relação fraternal florescida entre ambos, costumavam fazer todas as atividades juntos, inclusive as confidências de seus segredos, em uma amizade que lhe pareceu sincera dos cinco aos 15 anos.

Contudo, certo dia, quando ela tinha 15 anos e o amigo-irmão já era maior de idade, Artemisa relatou que Rafael tentou beijá-la, tocar seu corpo e estuprá-la quando assistiam, na casa dela, sozinhos, a um filme, como era de praxe. Após o choque paralisante que teve como primeira reação, ela contou que conseguiu se desvencilhar, correr e se trancar em seu quarto, exigindo, exasperada, que o homem, que batia à porta, fosse embora. Quando seus pais chegaram, enunciou, resoluta, que não receberia mais aquele homem em sua casa enquanto estivesse sozinha. A mãe, em contrariedade, limitou-se a responder, com ironia, que Artemisa estava agindo de modo irracional, afastando de si “uma das poucas pessoas” que ainda gostavam dela.

Rafael continuou frequentando a casa de Artemisa, sobretudo quando seus pais estavam juntos. Nestas ocasiões, o homem a tratava com grande indiferença, criando uma tensão silenciosa entre ambos a ponto de, em um dado dia, ela voltar-se a ele, chorosa, para implorar pelo perdão e pela remontada da amizade de ambos, uma vez que se sentia solitária durante aquela fase, ainda na adolescência. Longe do campo de visão dos demais adultos, Rafael aproveitou o momento de vulnerabilidade de Artemisa para, mais uma vez, esfregar o seu corpo no dela, afirmando que só dependia da jovem a continuidade daquela amizade; assustada e enojada, Artemisa fingiu, naquele momento, o seu consentimento.

Ainda assim, Rafael continuou a tratá-la com frieza e menosprezo, ensejando comentários persistentes e inclementes de seus pais e amigos, caracterizando-a como “uma menina difícil” capaz de conseguir “chatear até o paciente e bondoso Rafael”.

Ainda, como se não bastasse a sua história de gravidez e a sua tragédia particular de abuso durante a adolescência, Artemisa compartilhou comigo a informação, sem maiores detalhes, de que ainda havia sido estuprada em outras duas situações ao longo de sua vida adulta: uma vez por um homem argentino, e outra por homens brasileiros, coletivamente. Com o choque que tais revelações ainda ecoando, ela se despediu de mim naquele dia, retomando, por fim, a sua justificativa de que não era, portanto, uma exclusividade de Diego ou dos haitianos, mas uma constatação empírica de que a violência contra a mulher pode ocorrer em qualquer lugar ou contexto social.

Da última vez que nos encontramos, bem recentemente, Artemisa, com a vida já reestruturada, confessou-me que recuperar-se de tudo o que passou quanto à questão da

violência contra a mulher é um longo processo, o qual ela sequer tem certeza de que irá concluir algum dia. Na companhia de Lola, já correndo e brincando, alheia à gravidade de toda aquela trajetória, ela me disse que constantemente ficava às voltas com os pais, uma vez que a filha nutria muita simpatia e carinho pelos avós. Em alguns dias, a revolta aflorava de modo mais persistente, mas era estabilizada mediante o uso de remédios prescritos por sua psiquiatra e pelo acompanhamento psicológico em suas sessões semanais de terapia.

Com um discreto sorriso de orgulho ao ver a filha, Artemisa me revelou o segredo de sua força cotidiana e a sua maior motivação existencial de então: fazer com que a filha, uma criança preta, jamais se sentisse rejeitada por conta do abandono paterno; o seu maior desejo era que Lola tivesse uma boa saúde emocional, uma boa autoestima e amor-próprio, sendo sábia e capaz de ter a consciência de que seu corpo e a sua mente deveriam sempre ser respeitados.

Ao se despedir, em nosso último encontro, ela comentou, de forma bem-humorada e irônica, que vividamente se lembrava das inúmeras vezes em que seu pai dizia que nunca aceitaria um preto colocar os pés no tapete de sua casa. Mas hoje, os pais não conseguiam passar mais do que dois dias sem a neta preta, de sorriso reluzente e cabelos cacheados – que eles afirmavam serem os mais lindos do mundo –, sujando o tapete com migalhas de biscoito e massinha.

(E isso me faz pensar que ainda que por caminhos torpes ou tortos, o amor realmente tenha prevalecido).

* * * * *

Nota pós defesa: ao revisar minha tese, percebo que, até o momento da defesa, não havia me dado conta de como o relato de Artemisa – ainda que profundamente comovente e rico em camadas de análise – revelou uma dinâmica sutil, mas fundamental, em meu próprio posicionamento como pesquisadora, possivelmente e situacionalmente lida como branca. Apesar de ter trazido ao longo do trabalho inúmeros relatos de violência, violação de direitos e vulnerabilidade extrema, foi somente após a provocação da professora Josélia Barroso Queiroz Lima que compreendi: reservei uma sessão exclusiva para Artemisa não apenas por sua narrativa potente, mas porque, de forma inconsciente, identifiquei nela um espelho distorcido de minha própria branquitude.

Artemisa não era uma mulher pobre. Filha de argentinos com certa estabilidade econômica, criada em um bairro não periférico, ela tinha acesso a terapia, a redes de apoio e a um vocabulário emocional que lhe permitia nomear suas experiências de violência de

forma mais articulada do que muitas outras entrevistadas. Essa familiaridade de classe e raça criou, entre nós, uma fluidez no diálogo que não se repetiu com outras mulheres – haitianas, venezuelanas, afegãs etc. – cujas histórias, embora igualmente importantes, exigiam de mim um esforço maior de tradução cultural e emocional.

Essa proximidade situacional acabou por privilegiar seu relato, não por deliberação consciente, mas porque ele ecoava, em mim, um conforto estrutural: Artemisa falava a partir de um lugar que eu, acadêmica e privilegiada, conseguia reconhecer mais facilmente como "legítimo". Enquanto outras narrativas exigiam que eu me confrontasse com abismos de diferença – tanto nas trajetórias quanto nas possibilidades de resiliência –, a história de Artemisa permitia um enquadramento mais "palatável" da dor, porque mediada por recursos (terapia, educação, segurança material) que minha situação naturaliza como universais.

O paradoxo é cruel: justamente por ser menos vulnerável que as outras mulheres retratadas, Artemisa tornou-se, em minha tese, a voz mais visível. Essa escolha, que só percebi tardiamente, expõe como a branquitude opera mesmo em pesquisas comprometidas com a denúncia das desigualdades. Ao destacar seu relato, reproduzi involuntariamente a hierarquia que ele próprio denunciava: a de que algumas vidas são mais dignas de atenção, porque mais próximas de nossos códigos de reconhecimento.

Essa autorreflexão não invalida a importância de sua história, mas revela um limite ético-político do meu trabalho: enquanto pesquisadora, fui capturada pela mesma lógica que buscava criticar. Artemisa, com sua capacidade de articular o trauma em narrativas coerentes, tornou-se a "vítima ideal" para meus ouvidos acostumados a certos marcadores de legitimidade. As outras mulheres – cujas dores muitas vezes se expressavam em silêncios, em frases truncadas, ou na impossibilidade de acessar sequer um atendimento psicológico – não tiveram o mesmo espaço, não porque suas histórias fossem menos importantes, mas porque exigiam de mim um descentramento mais radical, que os meus privilégios situacionais não souberam, a tempo, realizar plenamente.

A sessão dedicada a Artemisa permanece na tese como um testemunho necessário, mas também como um lembrete: o antirracismo na pesquisa não se faz apenas com a inclusão de vozes diversas, mas com a vigilância constante sobre quais histórias ganham centralidade – e por quais motivos ocultos. Seu relato me tocou não apenas por seu conteúdo, mas porque, nele, eu mesma estava refletida, e essa foi talvez a violência epistêmica mais difícil de enxergar.

Neste impactante relato, fica nítida a condição quase universal da violência contra a mulher, pois, por mais que Diego tenha violado Artemisa, ele não fora o único e, tampouco, mais ou menos violento que os homens brasileiros e argentinos que a agrediram e a violentaram ao longo de sua vida. Cabe ainda destacar que que, embora não tenham sido os agentes praticantes em si, outras pessoas de seu convívio também perpetraram violências contra Artemisa, incluindo mulheres – dentre as quais a própria mãe –, uma vez que nunca se preocuparam efetivamente com o seu bem-estar, o seu comportamento e o seu direito de inviolabilidade do corpo quando era criança ou mesmo adolescente; ao contrário, seus pais, tios e autoridades escolares minaram constantemente sua autoestima, seus direitos e conspurcaram suas percepções e noções de afeto e amor.

Sob a égide do machismo, as meninas que não seguem os padrões estabelecidos pela sociedade ou que não cumprem com as aparências e realizações segundo as expectativas dos pais frequentemente enfrentam críticas intensas e constantes, capazes de afetar profundamente a autoestima e as suas percepções de valor próprio.

Segundo Gilligan (1993), essas jovens, ao entronizarem mensagens negativas e as críticas a ela direcionadas, desenvolvem uma sensação de indignidade e uma crença de que não são merecedoras de afeto e amor. Esses sentimentos de rejeição e de inadequação ou deslocamento podem levar à busca desesperada por validação em ambientes e situações que, muitas vezes, são violentos e abusivos. Em outras palavras, a necessidade de pertencimento e aceitação pode ensejar a submissão dessas meninas a riscos significativos, ansiando o encontro do amor e da aceitação que lhes são negados em outros contextos.

hooks (2000) fornece um panorama complementar ao destacar que a ausência de suporte emocional e o reconhecimento em ambientes seguros podem direcionar jovens vulneráveis a procurarem afirmação em relações e situações prejudiciais. Esse comportamento, muitas vezes tido como autodestrutivo, configura-se, na verdade, como uma estratégia de sobrevivência emocional, uma maneira de lidar com a profunda necessidade humana de ser amado e aceito.

A naturalização da violência na vida de muitas mulheres pode ser compreendida como um processo gradual, enraizado em contextos familiares e reproduzido em seus relacionamentos íntimos. Este processo começa frequentemente na infância, quando as meninas observam e internalizam dinâmicas de poder e controle dentro do ambiente familiar. De acordo com Walker (1979), a exposição à violência doméstica durante a infância pode

ensinar às meninas que a violência é uma parte normal e aceitável dos relacionamentos íntimos. Isso ocorre porque os padrões comportamentais são frequentemente transmitidos de geração em geração, criando um ciclo de violência que é difícil de quebrar. Além disso, a socialização de gênero desempenha um papel crucial na naturalização da violência. Mulheres são frequentemente ensinadas a serem submissas, a priorizarem os outros e a tolerarem comportamentos abusivos como parte do seu papel dentro da família e da sociedade (Lerner, 1986). Esses ensinamentos são reforçados por normas culturais e sociais que muitas vezes culpabilizam a vítima e justificam o comportamento do agressor. A internalização dessas normas pode levar as mulheres a aceitar a violência como inevitável e até mesmo como merecida, contribuindo para a manutenção do ciclo de abuso em seus relacionamentos adultos.

Quebrar os ciclos de violência contra as mulheres requer intervenções tanto no nível individual quanto estrutural. No nível individual, a educação, o fortalecimento e, quando possível, o empoderamento, a nível coletivo, são essenciais. Empoderamento, conforme definido por Kabeer (1999), é "[...] o processo pelo qual aqueles que foram negados a capacidade de fazer escolhas estratégicas em suas vidas adquirem essa capacidade." Fornecer às mulheres recursos e apoio psicológico pode ajudá-las a reconhecer e romper com padrões abusivos. Programas de aconselhamento, grupos de apoio e iniciativas de formação em habilidades de vida podem fortalecer a autoestima das mulheres, permitindo-lhes desenvolver mecanismos saudáveis de enfrentamento e estabelecer limites claros em seus relacionamentos. Fora isso, a educação sobre os direitos das mulheres e a conscientização sobre a dinâmica da violência doméstica são fundamentais. Campanhas de sensibilização pública que desafiem normas culturais e sociais que perpetuam a violência são necessárias. Paulo Freire (1970) argumentava que a conscientização (crítica) é um passo fundamental para que as pessoas possam questionar e transformar estruturas opressivas. No contexto da violência de gênero, isso significa equipar as mulheres com o conhecimento necessário para identificar abusos e capacitar comunidades a apoiar vítimas de forma eficaz, que é o que falta para aquelas em situação de vulnerabilidade, mas sobretudo a imigrantes e refugiadas que desconhecem e têm barreiras linguísticas que as impedem de acessar seus direitos.

Em nível estrutural, a implementação de políticas públicas que protejam e fortaleçam as mulheres é basilar. Isso inclui a criação de leis rigorosas contra a violência doméstica e a garantia de que estas sejam efetivamente aplicadas. Lerner (1986) enfatiza a importância de mudanças institucionais que desafiem o patriarcado e promovam a igualdade de gênero. Instituições como abrigos para vítimas de violência, linhas de apoio e serviços legais gratuitos

são essenciais para fornecer às mulheres uma rede de segurança e suporte. Embora o Brasil possua uma legislação robusta para proteger as mulheres, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, o país ainda figura entre os cinco países com maiores número de feminicídios, de modo que esse paradoxo pode ser atribuído a vários fatores. Primeiramente, há uma lacuna significativa entre a existência das leis e sua implementação eficaz. Muitas vezes, as autoridades responsáveis pela aplicação dessas leis carecem de treinamento adequado e sensibilidade para lidar com casos de violência de gênero. Além disso, a cultura machista e patriarcal profundamente enraizada na sociedade brasileira fomenta a normalização da violência contra as mulheres, dificultando a denúncia e a busca por justiça. A falta de apoio estrutural e recursos para as vítimas, como abrigos seguros e assistência psicológica, desestimula as denúncias, fazendo com que a impunidade prevaleça em muitos casos e perpetuando a violência.

Assim, a reforma educacional também desempenha um papel vital. Incorporar a educação sobre igualdade de gênero e direitos humanos no currículo escolar pode ajudar a moldar atitudes e comportamentos desde cedo, promovendo uma cultura de respeito e igualdade. Por outro lado, o Brasil está experimentando uma guinada alarmante em direção ao conservadorismo, tornando a ideia de uma reforma educacional progressista quase utópica. A crescente influência de ideologias conservadoras e a polarização política afetam diretamente o ambiente educacional. Professores que buscam ensinar componentes básicos, essenciais para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e vestibulares, enfrentam resistência intensa de pais que, influenciados por discursos reacionários e religiosos, veem essas abordagens como ameaças. Esses pais, presos a uma visão distorcida e paranoica infundada de que “o fantasma do comunismo” estaria voltando, pressionam escolas e autoridades educacionais para demitir professores que se baseiam na ciência, no bom senso e na secularização ao ensinar. As narrativas retrógradas ganham força entre aqueles que se orgulham de sua ignorância, desprezando o conhecimento e a diversidade de pensamento. Esta mentalidade impede a implementação de uma educação que promova igualdade de gênero, diversidade e direitos humanos, aspectos cruciais para o desenvolvimento social.

Além disso, a precarização das condições de trabalho dos professores, que enfrentam ataques e falta de apoio institucional, desestimula profissionais competentes e comprometidos com uma educação inclusiva e de qualidade. A combinação desses fatores cria um ambiente extremamente hostil para qualquer tentativa de reforma educacional que busque promover valores progressistas e inclusivos. Um exemplo veio de um amigo professor de biologia, que relatou ter sido chamado para uma reunião com o diretor e a coordenadora da escola em que

ele trabalha, porque muitos pais estavam reclamando de ele ensinar evolucionismo e não o criacionismo para os alunos do terceiro ano do ensino médio. A escola solicitou que ele evitasse tocar em assuntos polêmicos e frisasse que tudo o que existe é criação de Deus e ignorou seus argumentos de que saber evolucionismo era fundamental para quem quisesse prestar o ENEM e vestibulares. Não ironicamente, da turma com cerca de 12 alunos, apenas dois, críticos e contra quaisquer conservadorismos, ingressaram em universidades públicas.

Outra situação aconteceu com um amigo professor de Geografia, com alunos do Ensino Fundamental, anos finais. Ele disse que foi chamado pela direção porque uma mãe, apoiada por outras, estava incomodada por ele supostamente divulgar ideologias feministas, de vitimismo, em suas aulas. Ela criticou o professor por ensinar sobre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho e dizer que as meninas deveriam tomar cuidado ao escolherem ser donas de casa, porque, em caso de divórcio, com a separação do provedor da casa, elas ficariam desassistidas. O estopim para essa mãe e quem a apoiou foi o professor ter dito que, antigamente, existiam princesas que eram salvas, mas hoje elas se salvam sozinhas. A escola não repreendeu o professor, mas ele disse que ficou claro o descontentamento em relação à sua postura em ensinar aquele componente curricular obrigatório. Diante de tais exemplos, pensar em uma educação que auxilie na luta contra a violência de gênero e no acolhimento de pessoas imigrantes e refugiadas parece desafiador.

A violência contra a mulher é um fenômeno com raízes profundas e complexas, cimentadas por séculos de normas culturais, sociais e institucionais que reproduzem a desigualdade de gênero. O conhecimento sobre as medidas necessárias para combater essa violência, incluindo a necessidade de uma educação transformadora e uma aplicação rigorosa das leis, é amplamente difundido. No entanto, a transformação efetiva dessa realidade continua sendo um desafio monumental e, frequentemente, frustrante. O paradoxo entre o conhecimento teórico e a realidade prática evidencia uma desconexão perturbadora. Sabemos quais intervenções são necessárias, mas a mudança efetiva permanece evasiva. Isso pode ser visto na resistência sistemática à implementação de políticas e na existência de um ambiente cultural que ainda tolera e, muitas vezes, justifica a violência de gênero. O que está em jogo é uma estrutura social que, embora ciente das soluções, parece imobilizada por forças culturais e institucionais que resistem à mudança.

A persistência da violência, apesar da clara compreensão das medidas necessárias, sugere uma falha profunda e estrutural. A capacidade de transformação parece enredada em uma teia de interesses estabelecidos e normas enraizadas que se protegem contra qualquer alteração substancial. A sensação de estagnação e impotência diante da magnitude do

problema reflete uma realidade onde o conhecimento não se traduz em mudança, e a luta contra a violência se torna um campo de batalha cada vez mais desafiador. O progresso parece uma miragem distante, obscurecida por um panorama que não só resiste à mudança, mas, muitas vezes, se regozija na perpetuação das desigualdades e injustiças existentes.

CAPÍTULO 4

DOS PROCESSOS DE VIOLÊNCIA À CONSTRUÇÃO DOS LUGARES E AO REENCANTAMENTO COM O MUNDO

A proteção dos direitos humanos das mulheres frequentemente esbarra em uma realidade que expõe a insuficiência das normas internacionais para enfrentar desigualdades profundas e sistêmicas. Embora existam tratados e convenções que buscam garantir direitos fundamentais e a igualdade de gênero, a eficácia dessas normas é, muitas vezes, limitada pela falta de aplicação prática e pelo descrédito ou inabilidade institucional. A desigualdade de gênero e a marginalização econômica não são apenas questões isoladas, mas sim reflexos de estruturas sociais e políticas que fortalecem a exclusão e a vulnerabilidade. A dificuldade de assegurar uma proteção robusta e universal revela a necessidade de um exame crítico das políticas e práticas que deveriam promover a dignidade e os direitos das mulheres. O desafio de implementar eficazmente as normas internacionais para a proteção das mulheres está particularmente evidenciado quando se considera a complexidade das realidades enfrentadas por grupos vulneráveis. Mesmo com diretrizes claras e recomendações dos comitês de direitos humanos, a implementação pelos países muitas vezes falha em abordar as raízes estruturais da desigualdade e da exploração. A discrepância entre os compromissos normativos e as práticas reais sublinha a necessidade de uma revisão crítica dos mecanismos de aplicação e do comprometimento dos Estados com a proteção real e efetiva dos direitos das mulheres.

Silva (2022) explora a complexidade das migrações à luz das violações dos direitos humanos, destacando a necessidade urgente de integrar a perspectiva de gênero nas discussões sobre o tema. De acordo com o relatório *Global Trends* do ACNUR (2019), aproximadamente 79,5 milhões de pessoas foram deslocadas forçadamente em 2019, com as mulheres representando 50% desse total. Essas mulheres enfrentam graves violações de direitos básicos em seus países de origem, durante o trânsito e nos países receptores. Conforme esmiuçado, a discriminação que sofrem é intensificada por fatores interseccionais como etnia, religião e classe social, criando condições de (hiper)vulnerabilidade.

Os primeiros desafios que a proteção das mulheres migrantes e refugiadas enfrenta diz respeito à falta de normativas internacionais específicas, ainda que, obviamente, elas deveriam ter seus direitos humanos, da mulher, de imigrantes/refugiadas respeitados. A

Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados limita a proteção a cinco motivos de perseguição (raça, religião, nacionalidade, grupo social, e opinião política), sem considerar a perseguição baseada em gênero (Silva, 2022). O Protocolo de Nova York de 1967, que expandiu a Convenção, também não abordou a proteção das mulheres por motivos de gênero, limitando-se a remover restrições geográficas e temporais (*ibid.*). Além disso, a Convenção das Nações Unidas sobre os Trabalhadores Migrantes e suas Famílias (1990) visa proteger os direitos dos trabalhadores migrantes, sem distinção de sexo, mas com baixa adesão global (57 Estados). Mais recente, o Protocolo de Palermo (2000) trata do tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças, e exige que os Estados forneçam assistência e proteção às vítimas, além de combater o tráfico (*ibid.*).

Silva (2022) destaca a importância da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), adotada pela ONU em 1979 e em vigor desde 1981. Esse tratado internacional promove os direitos das mulheres e busca erradicar a discriminação de gênero, mas não prevê normas específicas para mulheres migrantes e refugiadas. A CEDAW exige que os Estados combatam a discriminação e garantam igualdade de direitos, mas sua aplicação para mulheres em trânsito depende da implementação adequada pelos próprios Estados, que precisam oferecer proteção e considerar a perseguição de gênero. O Comitê da CEDAW, responsável pela supervisão da convenção, interpreta normas e emite Comentários Gerais que abordam a situação das mulheres migrantes e refugiadas, orientando os Estados sobre a proteção desses grupos vulneráveis.

A criação da CEDAW resultou da pressão de movimentos feministas e organizações de direitos humanos, que lutaram por um mecanismo internacional que abordasse de forma abrangente as diversas formas de discriminação contra a mulher (ONU, 1979). Com um preâmbulo e 30 artigos, o tratado exige que os Estados signatários adotem medidas legislativas para assegurar igualdade de gênero em áreas como política, educação, emprego, saúde e vida familiar. A convenção enfatiza a proteção de grupos particularmente vulneráveis, incluindo mulheres rurais, indígenas, migrantes, refugiadas e vítimas de violência de gênero, reconhecendo a importância de alcançar uma igualdade de gênero efetiva e sustentável para todos os grupos.

A negociação e implementação do CEDAW enfrentaram desafios significativos, posto que muitos países resistiram a adotar medidas que conflitassem com normas culturais ou religiosas tradicionais. A resistência também veio de setores que defendem estruturas

patriarcais e se opõem à emancipação das mulheres, como o *lobby* das armas⁴³, em particular, que exerceu grande influência política, dificultando a adoção de medidas que garantissem a segurança e os direitos das mulheres. Sobre os impactos das armas na vida das mulheres, Campbell *et al.* (2003, p. 1090) afirmam que:

*One of the most significant risk factors identified in our study was the presence of a gun in the home. Women who were victims of domestic violence and had a gun in the home were at a much higher risk of being killed by their abuser. Specifically, our findings indicate that the presence of a gun increased the risk of femicide by at least fivefold.*⁴⁴

O Estado do Vaticano, por sua vez, expressou reservas em relação a algumas disposições do tratado, argumentando que certas medidas poderiam conflitar com a doutrina da Igreja Católica: a primeira refere-se à questão da igualdade de gênero, posto que a Igreja condiciona a aplicação da CEDAW aos princípios de igualdade interpretados à luz de sua doutrina religiosa, o que pode limitar a amplitude das mudanças pretendidas pelo tratado; a segunda diz respeito ao planejamento familiar e à saúde reprodutiva, posto que a Santa Sé condiciona a aceitação de qualquer medida de planejamento familiar e saúde reprodutiva à conformidade com sua doutrina que se opõe ao aborto e a certos métodos contraceptivos, priorizando seus preceitos e dogmas sobre as diretrizes internacionais de saúde e direitos reprodutivos; uma terceira reserva enfatiza que a educação e a promoção da mulher devem respeitar os valores familiares tradicionais e a dignidade conforme interpretados pela Igreja, revelando uma preocupação com a preservação dos papéis tradicionais na estrutura familiar, o que pode restringir o avanço em áreas como a igualdade de oportunidades e a emancipação feminina (Facio e Morgan, 2009). Fundamentalistas de países como Irã, Sudão e Arábia Saudita se juntaram às demandas do Vaticano, se opondo também a aspectos específicos da CEDAW, citando incompatibilidades com suas leis, práticas culturais e religiosas.

Apesar dos movimentos contrários, esta convenção foi amplamente aceita globalmente, com 189 Estados ratificando-a. Embora o Brasil tenha ratificado a CEDAW em 1º de fevereiro de 1984, comprometendo-se a implementar suas disposições, a sua efetiva implementação enfrenta desafios persistentes, como a violência de gênero, desigualdades no

⁴³ O *lobby* das armas refere-se aos esforços organizados e sistemáticos realizados por grupos e associações que representam os interesses da indústria de armas de fogo e seus defensores. Esses grupos utilizam diversas estratégias, como financiamento de campanhas políticas, influência legislativa, e campanhas de relações públicas, para moldar políticas públicas e regulamentações em favor de uma menor restrição ao acesso e uso de armas (Spitzer, 2020).

⁴⁴ Em português: “Um dos fatores de risco mais significativos identificados em nosso estudo foi a presença de uma arma de fogo na residência. Mulheres que foram vítimas de violência doméstica e tinham uma arma em casa estavam em um risco muito maior de serem assassinadas pelo agressor. Especificamente, nossos resultados indicam que a presença de uma arma aumentou o risco de feminicídio em pelo menos cinco vezes.” (tradução nossa).

mercado de trabalho e barreiras no acesso à saúde e educação. Isso fica claro quando analisamos os dados mais recentes sobre violência contra a mulher no Brasil, que refletem um panorama alarmante, evidenciando altos índices de violência de gênero: em 2022, o Brasil registrou 1.343 feminicídios, um aumento de 6,6% em relação a 2021, quando foram registrados 1.260 casos (Datafolha, 2023); segundo o Atlas da Violência 2023, elaborado pelo IPEA, mais de 25 mil mulheres foram vítimas de violência doméstica em 2021 de modo que, a cada hora, 11 mulheres são agredidas no país.

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, indicam que as mulheres negras são desproporcionalmente afetadas pela violência. Entre 2019 e 2021, o índice de feminicídios entre mulheres negras foi 60% maior em comparação com as mulheres brancas. Além disso, mulheres negras enfrentam um risco de morte por violência doméstica 1,5 vezes maior que as mulheres brancas. De acordo com a 10ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher de 2023, realizada pelo Instituto DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), três a cada dez brasileiras já foram vítimas de violência doméstica. Divulgados pela Procuradoria da Mulher do Senado, os dados revelam que, desde o início da pesquisa, em 2005, foram entrevistadas mais de 34 mil mulheres. Já em 2023, mais de 21 mil mulheres participaram, tornando este o maior estudo sobre violência doméstica no Brasil (Senado Notícias, 2023). A pesquisa mostra que mais de 25,4 milhões de brasileiras já sofreram violência doméstica, com 22% dos casos ocorrendo em 2023 (*ibid.*). Dentre os tipos de violência, a psicológica é a mais comum (89%), seguida pela moral (77%), física (76%), patrimonial (34%) e sexual (25%), além de que mulheres de menor renda são as mais afetadas pela violência física. Aproximadamente metade das mulheres agredidas (52%) foram vítimas de violência cometida por seus maridos ou companheiros, enquanto 15% sofreram agressões de ex-maridos, ex-namorados ou ex-companheiros. Por outro lado, o relatório indica que a maioria dessas mulheres tem conseguido sair de casamentos abusivos, assim como uma grande parte tem encerrado relacionamentos violentos (*ibid.*).

Outro dado importante que esse relatório traz é de que 48% das mulheres relataram descumprimento de medidas protetivas de urgência, e a falta de delegacias especializadas em cidades menores dificulta o acesso ao serviço (Senado Notícias, 2023). A impunidade e o descumprimento dessas medidas desencorajam mulheres a denunciar seus agressores, criando um ambiente de desconfiança e medo. A baixa taxa de condenação reforça a percepção de que o sistema judicial é ineficaz, fazendo com que muitas mulheres considerem inútil buscar

ajuda. Além disso, quando ordens de restrição são desrespeitadas sem consequências, as vítimas se sentem ainda mais vulneráveis e desmotivadas a procurar apoio legal. Uma situação que ilustra essa falha institucional é o de uma aluna haitiana, Sabine, solteira e sem filhos, que veio para o Brasil porque um irmão e uma irmã já moravam aqui. Logo que chegou, ela teve que procurar um lugar para morar porque a pequena casa com um quarto em que seus familiares moravam já estava cheia com os dois casais e cinco crianças. Assim, ela conseguiu um quarto para dividir em outra casa de dois quartos e um banheiro que abrigava oito haitianas e haitianos. Nesta casa, Sabine conheceu Izy, um haitiano que tinha aproximadamente sua mesma idade e que já estava em Uberlândia há cerca de dois anos. Os dois começaram a namorar, mas Sabine me relatou que Izy sempre saía sozinho, voltava tarde, não atendia o celular e eles brigavam muito, até que um dia, em uma dessas discussões, em um churrasco que eles faziam na porta de casa, ele lhe deu um tapa.

Sabine me contou esse episódio em uma conversa durante um intervalo das aulas, visivelmente afetada ao recordar o evento. Uma brasileira que estava presente no local reagiu imediatamente, ameaçando chamar a polícia, indignada com a agressão de Izy. Quando questionei Sabine se a polícia foi ao lugar e o que aconteceu, primeiramente ela me disse que eles demoraram quase uma hora para chegar; depois, questionaram primeiro Izy sobre o que teria acontecido naquela festa e ele, que falava português melhor que Sabine, disse que foi apenas uma discussão; a brasileira que estava com Izy esbravejou e defendeu a amiga, dizendo que ele a tinha agredido e que queriam registrar um boletim de ocorrência. Sabine me disse então que os policiais disseram que aquela era apenas uma discussão de casal, que não valia a pena fazer tanto alarde e que logo eles se entenderiam, mas disseram também que se ela mudasse de ideia, ela que procurasse a delegacia da mulher para registrar ocorrência.

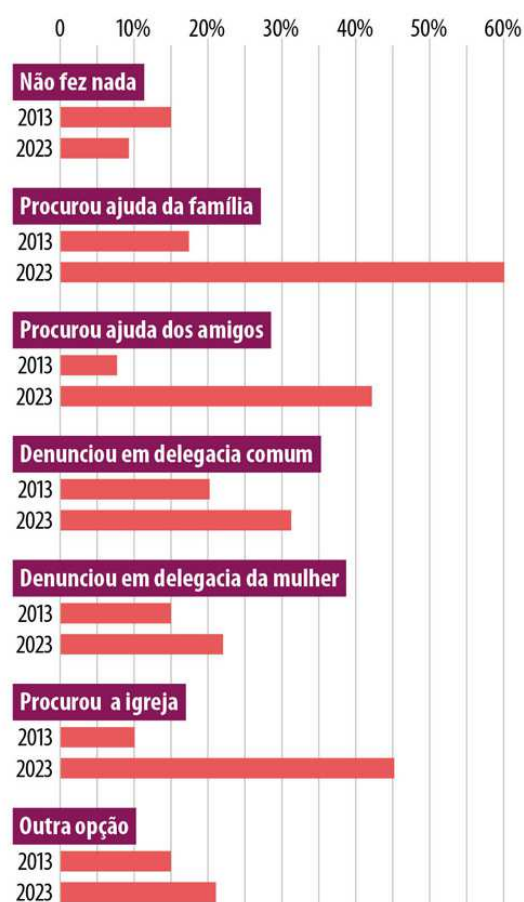
Logo que os policiais foram embora, uma vizinha, brasileira, que ficou curiosa com o movimento na rua e percebeu o que estava acontecendo, conversou com Sabine pela primeira vez e a aconselhou a não registrar a ocorrência, porque há poucos anos ela era casada e sofria muita violência física pelo marido alcoólatra. Um dia, bastante machucada e cansada de ver o medo nos rostos de seus filhos, ela saiu de casa e registrou queixa. A polícia retirou o marido de casa e ela solicitou uma medida protetiva que, ela acreditava, garantiria sua segurança. No entanto, na semana seguinte a essa ocorrência o ex-companheiro foi à porta de sua casa de madrugada, gritava, dava chutes e pancadas no portão, dizendo que a mataria. Ela sempre ligava para a polícia, que demorava a chegar, a ponto de ele já não estar naquele lugar. Ela então se mudou às pressas e disse que se arrepende de não ter apenas se separado, “sem mexer

com isso de polícia”, que, segundo a vizinha, não protege ninguém e só deixa os homens mais bravos. E, assim, Sabine desistiu de denunciar o ex-namorado, com quem continuou dividindo casa pelos meses seguintes, ainda que com medo e com ele frequentemente a assediando e não aceitando o término. Esses fatores perpetuam o ciclo de violência, pois mulheres que experimentam a impunidade ou a ineficácia das medidas protetivas podem dissuadir outras de denunciar. Cabe pontuar que tais relatos não são apenas uma sequência de eventos; eles revelam a experiência vivida de Sabine e da vizinha, em que cada detalhe – a demora no atendimento, o descrédito dado à sua palavra, a orientação de que ela mesma procurasse uma delegacia e a frustração da outra mulher – se torna parte de narrativas de vulnerabilidade.

A pesquisa realizada pelo DataSenado demonstrou que, nem sempre, as mulheres recorrem às delegacias comum e da mulher para denunciarem agressões e abusos (figura 16), de modo que famílias, amigos e até mesmo igrejas são atores importantes em que elas confiam, mas que, muitas vezes, desincentivam a denúncia e defendem que os casais devem se acertar. Esse tipo de resposta social contribui para manter o problema invisível, impactando diretamente o “fazer o lugar” dessas mulheres, pois reforça uma rede de silêncio que limita a expressão e a validação de suas vivências e identidades. Para as mulheres imigrantes e refugiadas, essa invisibilidade se intensifica, pois o lugar que elas tentam construir em um país estrangeiro muitas vezes é permeado pela sensação de insegurança e abandono, onde a denúncia pode parecer um ato sem amparo.

Essa situação revela de que maneira a ausência de suporte e os obstáculos para denunciar violências impactam significativamente a autoimagem das mulheres e seu senso de pertencimento ao espaço que ocupam. Quando as redes de apoio incentivam a permanência em contextos de violência ou relativizam o sofrimento, o processo de construção de identidade dessas mulheres é afetado, posto que elas passam a se enxergar não apenas como sujeitas marginalizadas, mas também como desprovidas de mecanismos efetivos de defesa e proteção. Assim, a confiança no lugar e nas instituições se dilui, dificultando que elas se sintam verdadeiramente acolhidas e seguras para estabelecerem raízes e construam novas identidades.

Figura 16 - A quem as mulheres vítimas de agressões recorreram – 2023.



Obs.: Mulheres consultadas podem ter recorrido a diversos grupos, o que faz com que a soma supere os 100%.

Fonte: DataSenado, 2023.

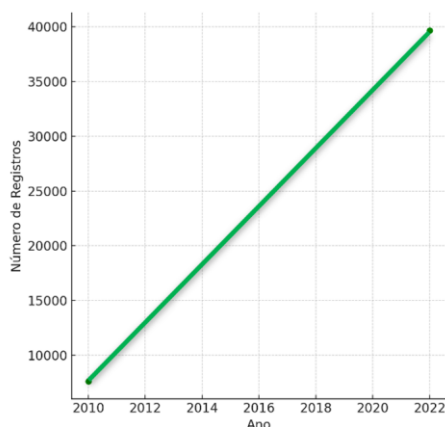
O apoio ou a omissão das redes sociais e institucionais afeta a própria experiência vivida dessas mulheres, moldando o lugar de maneira subjetiva e complexa. Isso demonstra a urgência de o sistema de justiça melhorar suas respostas e mecanismos para reverter a desconfiança e criar um ambiente onde as mulheres se sintam seguras ao denunciar a violência. Fora isso, um estudo feito pelo Núcleo de Estudos Raciais do Insper, com base nos dados do Sistema Nacional de Atendimento Médico, do Ministério da Saúde, 2024, aponta que crianças e adolescentes negras representam cerca de 40% dos casos registrados de estupro no Brasil, o que é o dobro da incidência em comparação com meninas brancas. A pesquisa revela que 6 de cada 10 registros de estupro no país envolvem meninas com menos de 18 anos, e a proporção de mulheres pretas e pardas vítimas desse crime tem aumentado. Em 2010, 3 em cada 10 vítimas eram crianças e adolescentes negras; em 2022, este número subiu para 4 em 10 (Fuhrmann, 2024). Esses dados expõem as camadas profundas de vulnerabilidade a que essas crianças estão sujeitas, não apenas pelo gênero, mas pela

intersecção com a raça, revelando uma estrutura de violência e marginalização que molda suas experiências e oportunidades de maneira inequívoca. O sofrimento oriundo desses crimes não só afeta a percepção de segurança e integridade física, mas também interfere na construção de suas identidades e em sua confiança no ambiente em que vivem. Na fase da infância e da adolescência, o espaço de proteção é fundamental para o desenvolvimento de um sentido de pertencimento e segurança, e, quando esse espaço é violado, surgem marcas profundas que podem afetar a percepção dessas meninas sobre si mesmas e sobre os lugares que habitam.

A diferença racial também se reflete em outras faixas etárias, com mulheres negras sendo maioria das vítimas em todas as idades, numa proporção de aproximadamente 2 para 1 em relação às brancas. O estudo mostra que mulheres pardas e pretas são as principais vítimas de violência de gênero, devido à sua maior vulnerabilidade social.

Entre 2010 e 2022, o total de registros de estupro no Brasil subiu de 7.617 para 39.661 (figura 17), com negras compondo 48,4% em 2010 e 60% das vítimas em 2022, enquanto brancas passaram de 38,1% para 33,3% (Fuhrmann, 2024).

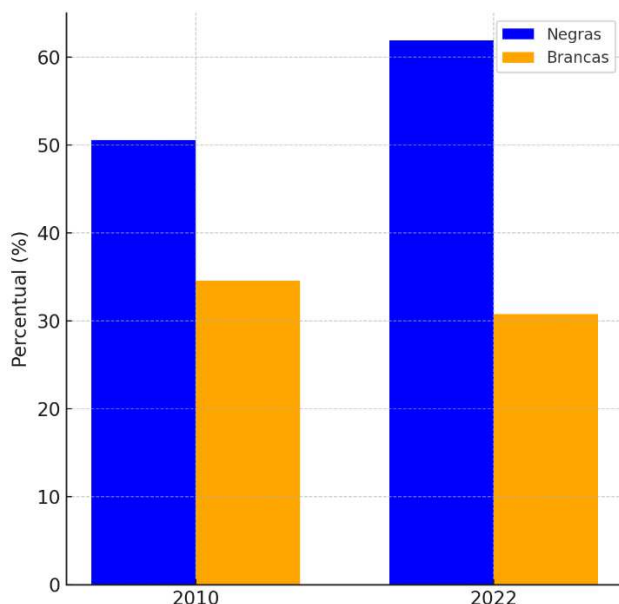
Figura 17 - Evolução dos registros de estupro (2010 e 2022).



Autor: Albino, 2024.

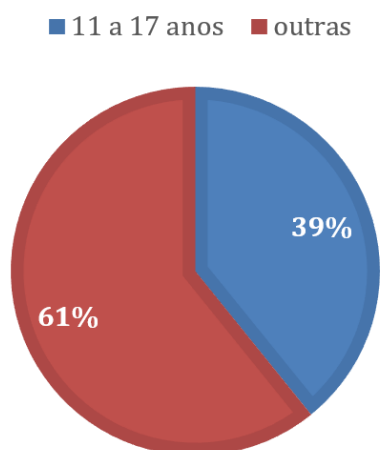
Entre crianças e adolescentes, negras eram 50,6% das vítimas em 2010, aumentando para 61,9% em 2022, enquanto brancas caíram de 34,6% para 30,8% (figura 18). A maioria das vítimas (39,2%) tem entre 11 e 17 anos (figura 19), com cerca de 50% dos agressores sendo do círculo familiar (*ibid.*).

Figura 18 - Proporção de estupros por cor/raça (2010 e 2020).



Autor: Albino, 2024.

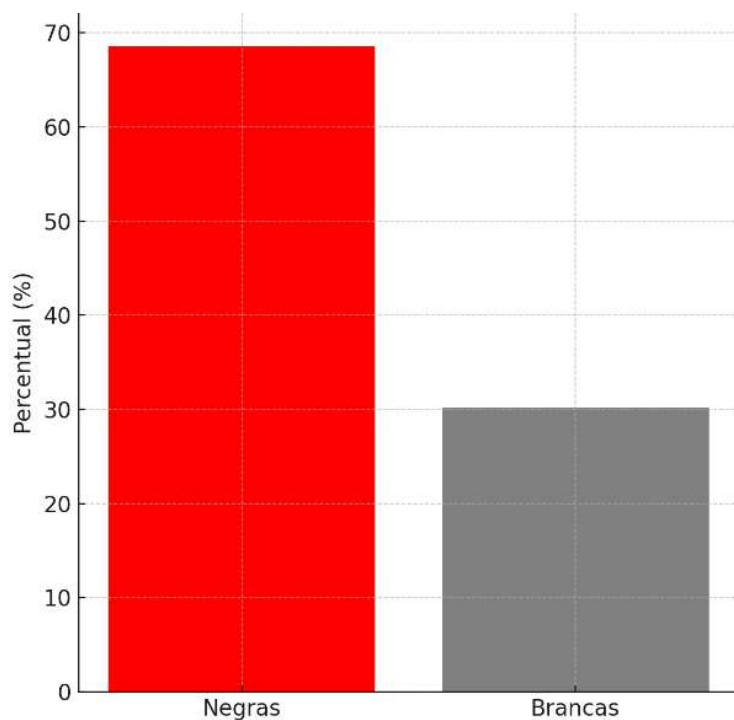
Figura 19 - Distribuição de casos de estupro por faixa etária - 2022



Autor: Albino, 2024.

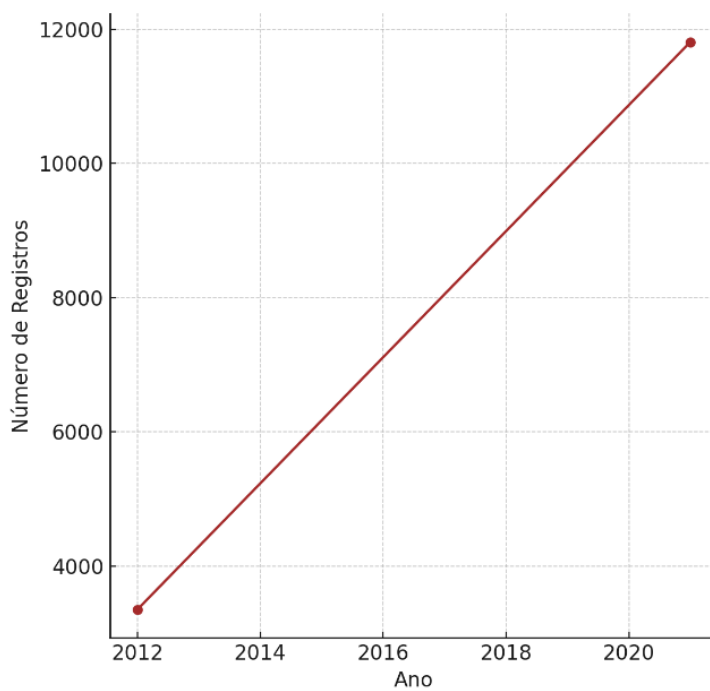
De acordo com o levantamento, em 2021, 68,61% das mulheres assassinadas eram negras, enquanto 30,2% eram brancas (figura 20), além de que a diferença entre a proporção de mulheres pretas e pardas em comparação com brancas é mais acentuada nas regiões Norte e Nordeste. Embora a taxa de homicídios tenha diminuído, a redução foi mais significativa entre a população branca. No que diz respeito aos casos relatados de assédio sexual, que aumentaram de 3.354 em 2012 para 11.811 em 2021, o crescimento foi mais notável entre a população negra, que passou, no período, de 51,28% para 58,93% (figura 21) (Fuhrmann, 2024).

Figura 20 - Proporção de vítimas de homicídio - 2021.



Autor: Albino, 2024.

Figura 21 - Aumento dos casos de assédio sexual (2012 – 2021).



Autor: Albino, 2024.

A objetificação do corpo da mulher negra no Brasil tem raízes históricas, refletindo a violência infligida pelos senhores de escravizadas. A mulher negra escravizada no Brasil era brutalmente explorada para satisfazer os desejos sexuais dos senhores brancos, sendo tratada como um mero objeto de prazer em um sistema de opressão e desumanização. Sua autonomia e dignidade eram completamente desconsideradas, transformando-a em um instrumento de satisfação sexual e controle racial. Os senhores usavam sua posição de poder não apenas para impor trabalho forçado, mas também para estuprar essas mulheres, consolidando uma dinâmica de violência e dominação que perpetuava – e segue perpetuando - a desigualdade racial e sexual. Cabe pontuar que esse abuso sistemático não era apenas uma questão de desejo individual, mas parte de uma estrutura institucionalizada de opressão que visava reafirmar o poder dos brancos e o *status* subalterno dos negros, em geral, mas sobretudo das mulheres negras. Tal dinâmica ressoa até hoje no Brasil principalmente pela da persistência de desigualdades raciais e de gênero, conforme observamos no estudo feito pelo Núcleo de Estudos Raciais do Insper.

O espólio de tamanha violência histórica contribui para a manutenção de estereótipos prejudiciais e a continuidade de uma cultura de desrespeito, desigualdade e violência, que acomete, atualmente, não apenas as mulheres negras, mas todas aquelas com quem elas dividem lugares de vulnerabilidade a abandono institucional, revelando a necessidade urgente de uma análise crítica e transformadora das relações raciais e de gênero no Brasil. Segundo o estudo Estupro no Brasil: Uma Radiografia Segundo os Dados de Saúde, publicado pelo IPEA em 2014, acerca dos condicionantes associados à probabilidade de a vítima de estupro contrair ISTs, o estudo aponta que as mulheres negras tinham 37% mais chances que as mulheres brancas, devido ao racismo institucional que dificulta o acesso dessas mulheres ao devido socorro e tratamento preventivo nesses casos (Cerqueira e Coelho, 2014).

Embora os índices de violência sejam elevados, a subnotificação desses crimes, especialmente entre crianças e adolescentes, representa um desafio significativo. A dificuldade em notificar casos envolvendo meninas está relacionada à necessidade de um adulto para validar e prosseguir com a denúncia, o que é discutido por Federici (2018) em relação à invisibilidade das experiências femininas em processos institucionais. A esse respeito, o absurdo projeto de lei 1904/2024, também conhecido como PL Antiaborto por Estupro, que trata da criminalização do aborto após a 22ª semana de gestação para vítimas de estupro, em discussão, pode aumentar a vulnerabilidade das vítimas, particularmente aquelas menores de idade, ao equiparar o aborto após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio.

Esse contexto é relevante, pois a descoberta ou o relato tardio da gestação é mais comum entre as jovens que necessitam ainda da autorização de responsáveis para solicitação de aborto. Adicionalmente, a vulnerabilidade socioeconômica de mulheres negras, periféricas, imigrantes e estrangeiras as tornam mais suscetíveis a esse tipo de violência, por viverem, muitas vezes, em lugares onde as instituições se fazem ausentes ou ineficientes, além de que a dependência econômica e o acesso limitado ao mercado de trabalho intensificam a opressão e a exploração. Desse modo, em relação ao lugar, destaco a partir do pensamento de Santos (2006, p. 53) que afirma que “[...] a importância do lugar na formação da consciência vem do fato de que essas formas do agir são inseparáveis, ainda que, em cada circunstância, sua importância relativa não seja a mesma”.

A falta de acesso a serviços de saúde de qualidade e a barreiras econômicas limitam sua capacidade de receber diagnóstico e tratamento adequados, resultando em maior prevalência de infecções não tratadas. Desigualdades raciais e socioeconômicas também contribuem para uma menor educação sobre saúde sexual e maior estigma associado ao abuso, o que pode levar a diagnósticos tardios e maior propagação das ISTs. Além disso, o medo de discriminação e exclusão social pode desencorajar essas mulheres a buscar ajuda médica, exacerbando os problemas de saúde resultantes do estupro.

A violência contra mulheres negras e vulneráveis no Brasil é intensificada pela situação das imigrantes e refugiadas, que enfrentam barreiras adicionais, como condições econômicas precárias e discriminação sistêmica. Além disso, essas mulheres lidam com obstáculos como barreiras linguísticas, medo de deportação e falta de redes de apoio. Essas camadas múltiplas de vulnerabilidade ampliam a exposição à violência e dificultam o acesso a serviços, destacando a necessidade de políticas mais integradas e sensíveis às suas realidades para mitigar essas desigualdades.

Ao passo que Misztal (2011 *apud* Silva, 2022) define vulnerabilidade como desvantagens resultantes da dependência de outros e da imprevisibilidade da ação social, além de fatores irreversíveis como etnia e gênero, Beckett (2006) argumenta que a vulnerabilidade global tem aumentado devido a fatores como pobreza, racismo e desigualdade econômica. A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que todos devem ter igualdade de direitos, mas a proteção para grupos vulneráveis deve ser ampliada para mitigar suas (hiper)vulnerabilidades. Silva (2022) explica que (hiper)vulnerabilidade se refere a situações em que múltiplas dificuldades se combinam, tornando migrantes e refugiadas particularmente suscetíveis a adversidades. Embora todas as mulheres enfrentem discriminação de gênero,

fatores adicionais relacionados às suas identidades sociais, como classe, raça, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, influenciam a forma como experimentam essa discriminação (Silva, 2022). Em contextos migratórios, a vulnerabilidade das mulheres é ampliada por múltiplas camadas de risco, incluindo tráfico humano, exploração física e psicológica, e escravidão. Ao chegarem ao país de destino, problemas como a falta de reconhecimento da violência de gênero como motivo para refúgio, dificuldades de regularização, moradia, educação, saúde e discriminação aumentam ainda mais sua suscetibilidade a violências (*ibid.*).

Conforme a CEDAW (ONU, 2020), as mulheres e meninas mais vulneráveis ao tráfico de pessoas são as que pertencem aos grupos marginalizados, como aquelas que vivem em áreas rurais e remotas, as que pertencem a comunidades indígenas e de minorias étnicas, mulheres e meninas com deficiência, em situação de migração irregular, refugiadas e em busca de asilo, mulheres e meninas vivendo ou vindo de ambientes de conflito ou pós-conflito, enfim, aquelas que são marcadas por graves privações de direitos (Silva, 2022). A organização venezuelana Caleidoscópio Humano tem cobrado das autoridades de seu país e brasileiras medidas em relação ao trabalho infantil de crianças venezuelanas, intensificado pela crise econômica e pela falta de serviços básicos desde a pandemia, quando houve um aumento da deserção escolar e uma crescente normalização do trabalho infantil, especialmente nas ruas, devido aos baixos salários e à necessidade econômica das famílias. Fora isso, a Caleidoscópio documenta casos graves de prostituição infantil e tráfico sexual na Venezuela, exacerbados pela crise (Observador, 2023). Em 2018, por exemplo, as autoridades venezuelanas desmantelaram uma rede internacional de prostituição infantil que operava entre Venezuela, Colômbia e Brasil, resultando na prisão de oito pessoas e no resgate de três menores de 15 anos em San Cristóbal. A operação revelou a conexão da rede com sequestros e tráfico de pessoas, e continuou nos anos seguintes com o intuito de localizar outras adolescentes desaparecidas e expandir a operação a redes criminosas associadas na Colômbia e no Brasil (Estado de Minas, 2018).

A Agência de Notícia da AIDS, em 2018, apontou que um grupo crescente de mulheres venezuelanas, muitas já envolvidas na prostituição antes de chegar ao Brasil, atravessaram a fronteira em Roraima buscando sobrevivência. Em Boa Vista, elas eram conhecidas como "Ochenta" devido ao preço menor que cobram em comparação com as brasileiras "[...] Porque as brasileiras cobram cem reais por programa. E as venezuelanas cobram *ochenta*. Oitenta reais" (Paula, 2018). Essas mulheres enfrentavam grande estigma e

dificuldades, com pouco conhecimento sobre ISTs e vulnerabilidade a violência e discriminação. Muitas delas chegaram ao Brasil com a esperança de uma vida melhor, mas acabaram nas ruas devido à falta de opções. Uma das entrevistadas pela agência, Jenifer, disse que começou a prostituir-se após planos frustrados de vender comida, enquanto Candy, que já exercia a profissão em Caracas, relatou que acha a profissão mais perigosa no Brasil, já que aqui elas ficam nas ruas, diferentemente da Venezuela em que ficavam em casas de prostituição. Ademais, falta de informação e a discriminação em postos de saúde dificultam o acesso a medidas de proteção, como preservativos, e a profilaxia pré-exposição (PrEP)⁴⁵.

A Operação Acolhida, lançada em abril de 2018, tem sido responsável por interiorizar venezuelanas e venezuelanos que entraram no Brasil pela fronteira e que não conseguiam migrar para centros urbanos maiores devido à falta de recursos. Assim, paulatinamente, os abrigos das cidades fronteiriças têm se esvaziado e, conseqüentemente, a população de rua e mulheres e crianças que se prostituíam para sobreviver tem conseguido migrar para outras cidades e estados e, em alguns casos, conseguir empregos. O programa, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), interiorizou de 2018 a 2024 mais de 125 mil refugiados e imigrantes venezuelanos para 1.026 municípios brasileiros (MDS, 2024). A operação se estrutura em três eixos principais: ordenamento de fronteira, acolhimento e interiorização, com modalidades como institucional, reunificação familiar, reunião social e vaga de emprego sinalizada. O suporte inclui serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e programas de transferência de renda e seu objetivo é reduzir a pressão sobre os serviços públicos em Roraima, proporcionando melhores oportunidades para os migrantes (*ibid.*).

Medidas, como a Operação Acolhida, são cruciais para combater o tráfico humano, a prostituição e o trabalho forçado, pois proporcionam uma resposta humanitária estruturada, ainda que não totalmente eficiente, às necessidades de pessoas imigrantes e refugiadas. Ao interiorizar esses grupos de forma segura e organizada, o programa reduz a vulnerabilidade das pessoas, oferecendo, através de parcerias com empregos e assistência governamental, alternativas de integração socioeconômica e cultural em diferentes municípios. Além disso, ao aliviar a pressão sobre áreas como Roraima, onde os refugiados podem ser mais suscetíveis a abusos, a operação ajuda a enfraquecer as redes criminosas que exploram essas pessoas em

⁴⁵ A Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) é um método de prevenção do HIV que envolve o uso de medicamentos antirretrovirais por pessoas que não estão infectadas com o vírus, mas que estão em risco elevado de contrair o HIV. ser eficaz, a PrEP deve ser tomada regularmente, conforme prescrição médica e ela é oferecida gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

situações de fragilidade, criando um ambiente mais seguro e menos propenso ao abuso e à exploração.

A OIM, em seu relatório de 2023, revela que aproximadamente 71% das vítimas de tráfico são mulheres e meninas, com uma proporção significativa de crianças entre os casos reportados. A OIT estimou, em 2023, que entre os 27,6 milhões de vítimas de trabalho forçado, aproximadamente 10 milhões são mulheres e meninas em situações de trabalho forçado, incluindo tráfico humano. Além disso, o *Global Slavery Index* de 2023 calcula que cerca de 27,6 milhões de pessoas estão em situação de escravidão moderna, com uma alta proporção de mulheres e meninas entre as vítimas, representando cerca de 71% (Walk Free Foundation, 2023). O tráfico de mulheres e meninas está profundamente enraizado em discriminação de gênero, pobreza, exclusão social e outras vulnerabilidades, como *status* migratório indocumentado e baixa educação, e faz parte da realidade brasileira. O Relatório Nacional Sobre Tráfico de Pessoas: dados 2021 a 2023, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Brasil, 2023), revelou uma série de características preocupantes e um crescimento no número de vítimas nesse período. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego mostram que a maioria das vítimas de trabalho análogo à escravidão é masculina, na faixa etária de 18 a 29 anos, e predominantemente de raça negra. Durante esse período, foram resgatados 355 trabalhadores não nacionais, com paraguaios liderando as estatísticas, seguidos por venezuelanos e bolivianos. As principais áreas de exploração incluem o cultivo de mandioca em São Paulo, madeiras em Santa Catarina e a confecção de vestuário em São Paulo.

A exploração laboral continua a ser a forma mais comum de tráfico identificada, mas a exploração sexual também é significativa. Destaca-se que mulheres migrantes, muitas vezes acompanhadas de filhos, são especialmente vulneráveis a ofertas de trabalho precárias devido às dificuldades de conciliar o cuidado infantil com a inserção no mercado de trabalho formal. Além disso, embora não reconhecida formalmente na legislação brasileira, a exploração para a prática de delitos, como transporte de drogas e produção de mercadorias ilícitas, tem sido frequentemente relatada. A adoção ilegal também está emergindo como uma nova forma de tráfico, com métodos sofisticados e uma rede complexa de envolvidos (Brasil, 2023).

Tabela 3 - Quantidade de inquéritos por finalidades de tráfico de pessoas registrados pela Polícia Federal – 2021 a 2023.

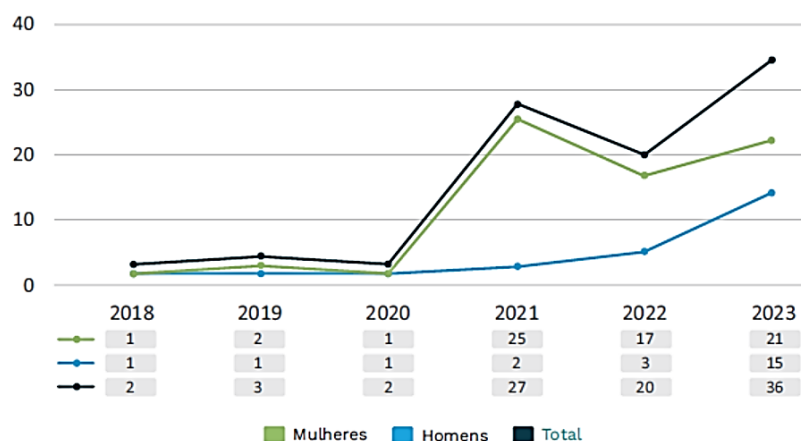
Ano	Remoção de órgãos	Trabalho escravo	Servidão	Adoção ilegal	Exploração sexual	Total
2021	3	21	3	3	13	43
2022	0	13	4	1	7	25
2023	0	16	1	4	5	26
Total	3	50	8	8	25	94

Fonte: Brasil, 2023.

Os dados apresentados na Tabela 3 indicam uma tendência geral de redução na quantidade de inquéritos por finalidades de tráfico de pessoas registrados pela Polícia Federal entre 2021 e 2023, com exceção da categoria de adoção ilegal. Essa diminuição pode ser parcialmente atribuída ao impacto da pandemia de COVID-19, que resultou na redução das operações policiais em 2020 e na subsequente retomada das investigações em 2021, refletida nos números mais elevados desse ano. No entanto, é importante observar que os dados da tabela não representam a totalidade da situação, uma vez que se referem apenas aos inquéritos formalmente registrados. Muitas vítimas de tráfico e exploração permanecem em situações de vulnerabilidade sem o conhecimento ou intervenção das autoridades.

Entre 2021 e 2023, a Polícia Federal conduziu 35 operações relacionadas ao tráfico de pessoas e indiciou 70 pessoas, evidenciando a prevalência do gênero masculino entre os acusados (Brasil, 2023). O tráfico de pessoas no Brasil também revela um crescente debate sobre a exploração doméstica e o trabalho sexual, ambos com um histórico de tabus e preconceitos que dificultam a proteção e a garantia de direitos das vítimas. A exploração no âmbito doméstico, por exemplo, pode durar mais de uma década, em contraste com a média de 50 dias em outros setores. A figura 22 evidencia uma prevalência de mulheres entre as pessoas resgatadas do trabalho escravo no âmbito doméstico de 2021 a 2023, em comparação aos homens. O *modus operandi* dos traficantes frequentemente explora a vulnerabilidade das vítimas, com a tecnologia ampliando as formas de aliciamento e controle (*ibid.*).

Figura 22 - Gênero de resgatados e resgatadas do trabalho escravo no âmbito doméstico



Fonte: MTE, 2024.

Obs.: registros de quem recebeu Seguro-Desemprego Resgatado (nem todo resgatado recebeu o seguro) a partir do art. 149 (Brasil, 2024).

A atuação das autoridades em dismantelar as redes de tráfico humano é de importância crucial, pois envolve não apenas a interrupção de atividades criminosas, mas também o resgate de pessoas que são brutalmente exploradas e abusadas. Essas operações devem ser acompanhadas de um suporte robusto e abrangente, incluindo apoio psicológico, médico e material, para garantir que as vítimas possam se recompor e reintegrar na sociedade de maneira digna e segura. Segundo Bales (2004), as redes de tráfico humano operam com sofisticação e organização, aliciando e subtraindo pessoas através de promessas enganosas de trabalho ou através de sequestros violentos, perpetuando um ciclo de exploração que é difícil de romper sem intervenção direta e eficaz das autoridades.

No entanto, para além do dismantelamento das redes e do resgate das vítimas, é fundamental entender as condições sociais que fazem com que essas pessoas sejam aliciadas por tais atividades ilegais. Contextos de pobreza extrema, desigualdade econômica, falta de oportunidades educacionais e instabilidade política criam um terreno fértil para o tráfico humano. As vítimas frequentemente vêm de situações de vulnerabilidade extrema, onde a necessidade desesperada de se viver as torna suscetíveis a promessas ilusórias de uma vida melhor. Conforme indicado por Shelley (2010), as redes de tráfico humano tiram proveito das falhas sistêmicas e das desigualdades sociais, explorando as fragilidades das políticas públicas e a ausência de proteção social efetiva. Além disso, é imperativo considerar as relações de gênero como um fator determinante na vulnerabilidade ao tráfico humano. Em locais onde a desigualdade de gênero e a violência contra a mulher são prevalentes, as mulheres são desproporcionalmente afetadas por essas práticas criminosas.

O tráfico humano e o trabalho escravo na modernidade são questões interligadas que persistem no Brasil devido a fatores econômicos, sociais e legais. Apesar dos avanços legislativos e dos esforços de fiscalização, as condições que permitem a exploração laboral extrema ainda prevalecem. O trabalho escravo contemporâneo no Brasil está frequentemente associado a setores como a agricultura, a construção civil e o setor têxtil. As áreas rurais, especialmente em regiões remotas da Amazônia e do Centro-Oeste, são particularmente vulneráveis a essa prática. De acordo com Sakamoto (2004), a exploração laboral é facilitada pela precariedade das condições econômicas e pela falta de alternativas de emprego. A promessa de salários dignos e boas condições de trabalho atrai trabalhadores vulneráveis, que acabam sendo submetidos a jornadas exaustivas, moradia inadequada e dívidas fraudulentas, criando um ciclo de servidão.

Em 2022, o Brasil encontrou 2.575 pessoas em situação análoga à escravidão, o maior número desde 2013, quando foram resgatados 2.808 trabalhadores, conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego (2023). Desde a criação dos grupos especiais de fiscalização móvel em maio de 1995, que são a base do sistema de combate à escravidão no país, 60.251 trabalhadores foram resgatados, recebendo posteriormente R\$ 127 milhões em salários e valores devidos. Em 2022, foram realizadas 462 operações de fiscalização, que não encontraram casos de trabalho escravo em Alagoas, Amapá e Amazonas, somente. Já Minas Gerais liderou em número de operações e resgates, com 117 empregadores fiscalizados e 1.070 trabalhadores resgatados, incluindo o maior resgate individual de 273 pessoas no corte de cana em Varjão de Minas. Outros estados com significativos números de fiscalizações foram Goiás (49) e Bahia (32), com Goiás em segundo lugar em número de vítimas (271), seguido por Piauí (180), Rio Grande do Sul (156) e São Paulo (146). Os 2.575 resgatados em 2022 receberam R\$ 8,19 milhões em salários e verbas rescisórias, além de mais de R\$ 2,8 milhões recuperados para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (Brasil, 2023).

Em 2022, mais de 80% dos resgatados se declararam negros. Entre os resgatados, 92% eram homens, 29% tinham entre 30 e 39 anos, 51% residiam e 58% nasceram no Nordeste. Em termos de escolaridade, 23% não completaram o 5º ano do ensino fundamental, 20% cursaram do 6º ao 9º ano incompletos e 7% eram analfabetos. Os casos de trabalho escravo envolveram 148 migrantes de outros países, o dobro em relação a 2021, com maior incidência de paraguaios (101), venezuelanos (14), bolivianos (25), haitianos (4) e argentinos (4) (Brasil, 2023). Também foram resgatados 35 crianças e adolescentes, sendo que dez tinham menos de 16 anos. O cultivo de café foi a atividade com maior número de resgates de menores,

enquanto o cultivo da cana-de-açúcar foi a atividade com maior número de resgates em 2022, com 362 vítimas, seguida por atividades de apoio à agricultura (273), produção de carvão vegetal (212), cultivo de alho (171), de café (168), de maçã (126), extração e britamento de pedras (115), criação de bovinos (110), cultivo de soja (108), extração de madeira (102) e construção civil (68). Do total, 87% estavam em atividades rurais (*ibid.*).

A vulnerabilidade econômica e a desigualdade social são fatores determinantes que alimentam o trabalho escravo no Brasil. A falta de acesso à educação, saúde e oportunidades de emprego coloca milhões de pessoas em uma posição em que a aceitação de condições de trabalho degradantes parece ser a única opção viável. O IBGE aponta que, em 2020, mais de 13 milhões de brasileiros viviam na extrema pobreza, uma realidade que contribui significativamente para a permanência do trabalho escravo. As mulheres, em particular, embora não sejam maioria entre os resgatados em 2022, estão em uma situação de risco elevado, até mesmo porque muitas são exploradas em atividades urbanas informais, passíveis de funcionamento temporário e mudança de endereço, como prostituição e pequenas unidades produtivas. Essas mulheres, frequentemente responsáveis pelo sustento de suas famílias, são aliciadas com promessas de emprego que rapidamente se transformam em situações de escravidão.

A legislação brasileira, embora avançada em muitos aspectos, enfrenta desafios na aplicação efetiva. A Lei nº 13.344/2016, que dispõe sobre o tráfico de pessoas, e a Emenda Constitucional nº 81/2014, que prevê a expropriação de propriedades onde se verifica a prática de trabalho escravo, são passos importantes nesse sentido. No entanto, a fiscalização ainda é limitada, especialmente em áreas rurais e remotas. O fortalecimento das inspeções e a ampliação das operações de resgate são fundamentais para erradicar essa prática.

O Estado de Minas Gerais apresenta um número alarmante de pessoas resgatadas em situações análogas à escravidão, conforme levantamento do MTE, e elevada opressão contra as mulheres devido a vários fatores históricos, econômicos e sociais. De acordo com o 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública da FBSP, em 2022 o estado foi o que teve mais feminicídios em todo o país. A combinação de vastas áreas rurais e atividades econômicas tradicionais, como a agricultura e a mineração, cria um ambiente propício para a exploração laboral, onde trabalhadores são submetidos a condições desumanas e ilegais. A precariedade das relações de trabalho é exacerbada pela falta de fiscalização eficiente e pela conivência de alguns setores empresariais. Concomitantemente, a estrutura social patriarcal e machista coaduna com a desigualdade de gênero, resultando em alta incidência de violência contra a

mulher. A resistência em implementar políticas públicas efetivas e a insuficiência de serviços de apoio e proteção agravam a vulnerabilidade das mulheres, que muitas vezes enfrentam barreiras para denunciar abusos e buscar ajuda.

Dados do Observatório de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais de 2022 mostram que a violência contra as mulheres no estado é alarmante, com 206.392 casos de ações criminosas registrados de janeiro a agosto deste ano, o que equivale a 852 casos por dia, ou um novo caso a cada um minuto e quarenta e dois segundos. Estes números incluem crimes como ameaça, difamação, estelionato, furto, injúria, lesão corporal, roubo e agressão. As mulheres são as principais vítimas na maioria desses crimes, exceto em furto e roubo, onde os homens são mais frequentemente afetados. Em 2022, elas representaram 74,5% das vítimas de vias de fato/agressão, 70% dos casos de injúria, 67% dos casos de difamação, 62% das ameaças e 55% das lesões corporais. Apesar de avanços legais como a Lei Maria da Penha e a tipificação do feminicídio, a violência de gênero persiste devido a uma estrutura social patriarcal e machista que perpetua a desigualdade e a subjugação das mulheres. A violência frequentemente está ligada ao controle e poder masculino, e muitos casos ainda são subnotificados devido à dependência emocional e financeira das vítimas. Além disso, a estrutura social brasileira, marcada por desigualdades históricas, reforça a vulnerabilidade das mulheres, especialmente as negras. A deslegitimação das vítimas e a necessidade urgente de mudanças culturais e institucionais são evidentes em relatos de violência e racismo que destacam a contínua luta pela igualdade e proteção das mulheres (Oliveira e Lagôa, 2022).

4.1 O MITO DO BRASIL QUE PROTEGE A MULHER

O Brasil possui um conjunto de leis e políticas públicas que, em termos legislativos, o coloca entre os países mais avançados do mundo na proteção aos direitos das mulheres. A base legal de proteção à mulher no país abrange desde a violência doméstica e familiar até a promoção de igualdade de gênero em várias esferas da sociedade, incluindo saúde, trabalho e educação. Um dos marcos mais importantes nesse sentido foi a criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), em 2006, que trouxe uma resposta específica e ampla para a questão da violência doméstica, definindo penalidades claras para agressores e estabelecendo medidas de proteção para as vítimas. Essa lei é reconhecida internacionalmente como uma das mais completas no combate à violência contra a mulher e inspira legislações em outros países.

A Lei Maria da Penha foi criada a partir da mobilização da sociedade civil e da luta de Maria da Penha Maia Fernandes, uma farmacêutica que foi vítima de violência doméstica por

parte de seu ex-marido. Esse caso foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que condenou o Brasil por negligência e omissão em relação à violência contra as mulheres. Em resposta, a legislação foi desenvolvida para incluir várias medidas de proteção e apoio, como a criação de centros de atendimento e a concessão de medidas protetivas de urgência para mulheres em situação de risco. A Lei Maria da Penha também introduziu uma série de mecanismos para garantir que a mulher não precise permanecer em um ambiente violento, protegendo-a de maneira imediata.

Outro importante avanço legislativo no Brasil é a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), que tipifica o feminicídio como uma categoria específica de homicídio qualificado. Essa lei estabelece que o assassinato de uma mulher em razão do seu gênero, especialmente em contexto de violência doméstica ou discriminação de gênero, seja tratado com maior rigor. O reconhecimento do feminicídio como crime hediondo aumenta a pena para os agressores e sinaliza o comprometimento do Estado em combater a violência extrema contra mulheres. A Lei do Feminicídio coloca o Brasil entre os países que reconhecem oficialmente o gênero como um fator agravante no homicídio, uma medida importante para enfrentar o ciclo de violência que muitas vezes culmina na morte de mulheres.

Além da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio, o Brasil também dispõe de legislações que promovem a igualdade de gênero no ambiente de trabalho. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Constituição Federal garantem direitos iguais para homens e mulheres, proibindo a discriminação por gênero nos salários e condições de trabalho. Em 2018, o país progrediu ainda mais com a Lei nº 13.718, que tipifica crimes de importunação sexual e define como crime qualquer ato libidinoso realizado contra a vontade da vítima, inclusive em espaços públicos. Essa lei é uma resposta à crescente conscientização sobre assédio sexual, especialmente após movimentos como o já mencionado #MeToo, e amplia a proteção às mulheres em diversas situações.

Na área da saúde, o Brasil também oferece uma estrutura legal que promove a saúde reprodutiva e sexual das mulheres. A Constituição de 1988 assegura o direito à saúde para todos e todas, e as políticas públicas brasileiras garantem o acesso gratuito a métodos contraceptivos, exames preventivos e atendimento especializado para mulheres em situação de risco. A Lei do Planejamento Familiar (Lei nº 9.263/1996) regulamenta o acesso à informações sobre planejamento familiar e métodos contraceptivos, visando a saúde integral das mulheres. Além disso, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece atendimento e suporte para vítimas de violência sexual, incluindo a profilaxia de infecções sexualmente

transmissíveis e a possibilidade de interrupção da gravidez em casos específicos, como estupro, risco de vida para a mãe e anencefalia do feto.

Para garantir que essas leis sejam aplicadas de maneira efetiva, o Brasil conta ainda com instituições e políticas públicas que ampliam a proteção das mulheres. Delegacias especializadas no atendimento à mulher, casas de abrigo e centros de atendimento psicológico são exemplos de serviços criados para apoiar as vítimas de violência e ajudá-las a seguirem suas vidas. Além disso, o país tem implementado políticas de conscientização e educação, com programas que abordam a prevenção da violência e promovem o respeito e a igualdade de gênero. A criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher é outro exemplo de estruturas que buscam garantir uma resposta rápida e eficiente para as vítimas.

Assim, no âmbito legislativo, as mudanças são contínuas, e as leis brasileiras vêm sendo aprimoradas para oferecer proteção cada vez maior às mulheres. A Lei nº 13.641/2018, que tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência, por exemplo, foi um avanço significativo para evitar que os agressores continuem a ameaçar suas vítimas. A Lei 14.132/2021 inseriu no Código Penal Brasileiro o artigo 147-B, que traz a figura do crime de violência psicológica contra a mulher. Esse reconhecimento legal é um marco importante, uma vez que permite que as mulheres busquem proteção contra formas de abuso que, embora menos visíveis, têm impactos profundos em sua saúde mental e emocional. O comprometimento com a criação de leis abrangentes e a constante atualização legislativa são indicativos de um país que, pelo menos no campo jurídico, entende a importância da igualdade de gênero e da segurança para as mulheres, o que o coloca em uma posição de destaque global no que diz respeito à proteção desses direitos.

No entanto, a mera presença dessas legislações não garante a efetiva proteção contra a violência e discriminação. Segundo o Atlas da Violência (IPEA, 2022), o Brasil continua apresentando altas taxas de violência de gênero, o que sugere uma discrepância entre a legislação e a realidade prática de sua aplicação. O país registra uma das maiores taxas de feminicídio do mundo, com 1.341 casos registrados em 2021, ou seja, uma média de 3,7 feminicídios por dia. Esses dados indicam que a implementação das leis encontra obstáculos substanciais, deixando muitas mulheres em situações vulneráveis.

A efetiva implementação das leis de proteção à mulher enfrenta obstáculos estruturais, como a falta de infraestrutura e capacitação adequada das forças de segurança e do sistema judiciário. Conforme o FBSP (2022), apenas 30% dos municípios brasileiros possuem

Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs), e muitas não funcionam 24 horas, limitando o acesso das vítimas a atendimento especializado. Essa carência de recursos compromete a eficácia das políticas públicas e o acesso à justiça.

Em Uberlândia, essa realidade se manifesta na DEAM que não cumpre o regime 24h determinado por lei e na Casa da Mulher com problemas de acessibilidade - situações que, somadas à escassez de linhas de ônibus e à insegurança no trajeto até o local, criam barreiras concretas para mulheres em situação de violência. Tais limitações operacionais e geográficas refletem os desafios estruturais que comprometem a plena efetividade das políticas de proteção, mesmo em cidades que se dizem detentoras de aparato institucional organizado.

Outro ponto importante é a cultura machista e patriarcal profundamente enraizada na sociedade brasileira, que dificulta a aplicação das leis de proteção às mulheres. Segundo Santos (2020), em uma análise sobre o sistema de justiça criminal no Brasil, há uma tendência de naturalização da violência de gênero por parte de algumas autoridades, o que leva a um tratamento descomprometido e, por vezes, negligente das queixas feitas por mulheres vítimas de violência. Essa cultura machista não só prejudica a implementação das leis, mas também gera uma desconfiança das vítimas no sistema de justiça, levando muitas a desistirem de denunciar. O estudo do Fórum Brasileira de Segurança Pública aponta que cerca de 52% das mulheres vítimas de violência no Brasil não procuram as autoridades, devido à percepção de impunidade e falta de apoio.

Ademais, é preciso considerar a morosidade e a burocracia do sistema judiciário brasileiro. Um levantamento do Datajud, base de dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), revela que, entre janeiro e maio de 2024, foram documentadas 380.735 ações judiciais no Brasil relacionadas a crimes de violência doméstica contra a mulher, estupro e feminicídio, o que representa uma média superior a 2,5 mil novos casos por dia. Desse total, 318.514 processos referem-se à violência doméstica, 56.958 ao estupro e 5.263 ao feminicídio (Saldanha, 2024). Segundo o CNJ (2021), processos relacionados a casos de violência doméstica e feminicídio podem demorar anos para serem julgados, deixando as vítimas em situação de insegurança prolongada. Essa lentidão não só dificulta o acesso à justiça, mas também desmotiva outras mulheres a denunciarem, uma vez que percebem o sistema como ineficaz e punitivo para com elas, ao invés de ser uma ferramenta de proteção. Como aponta a Saffioti (2004), a eficácia de leis protetivas depende de um sistema de justiça ágil e comprometido, algo que o Brasil ainda luta para alcançar.

As estatísticas mostram também que a violência contra a mulher no Brasil afeta desproporcionalmente mulheres negras e de baixa renda, refletindo o racismo estrutural e as desigualdades sociais do país. Segundo o Atlas da Violência (IPEA, 2022), 68% das vítimas de feminicídio em 2021 eram mulheres negras. A aplicação desigual das leis evidencia uma estrutura de poder que favorece certos grupos em detrimento de outros, o que agrava a vulnerabilidade das mulheres negras e pobres. Para Almeida (2019), o racismo institucional no Brasil é um fator determinante na reprodução das desigualdades e da violência de gênero, posto que muitas dessas mulheres têm ainda menos acesso aos recursos de proteção, como atendimento especializado e políticas de assistência social.

A escassez de apoio psicológico e de proteção social para mulheres em situação de violência é outro fator que enfraquece a eficácia das leis de proteção. De acordo com dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2020), menos de 5% das cidades brasileiras possuem casas-abrigo para mulheres em situação de risco, deficiência esta que ocorre em Uberlândia, que possui alguns abrigos, mas que se encontram, em sua maioria, lotados e com recursos humanos e materiais insuficientes. Sem a rede de apoio necessária para sair de relações abusivas, muitas mulheres permanecem em situações de risco e vulnerabilidade. Fernandes (2006), em sua análise sobre a importância do acolhimento institucional, defende que a criação de redes de apoio e de casas-abrigo são elementos fundamentais para a efetividade da proteção às mulheres, uma vez que oferecem um meio seguro e temporário para a reconstrução de suas vidas. Adicionalmente, a falta de financiamento público para políticas de proteção é outro obstáculo significativo. De acordo com o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2021), o orçamento federal destinado à proteção de mulheres tem sofrido cortes nos últimos anos. Em 2020, houve uma redução de 33% nos recursos direcionados a essa área em relação ao ano anterior. Sem financiamento adequado, a criação e manutenção de políticas de proteção, como a ampliação das DEAMs e a oferta de serviços de atendimento psicológico, são comprometidas, dificultando ainda mais a implementação efetiva das leis.

O estigma e a vergonha social também contribuem para que muitas mulheres não busquem o sistema de justiça para denunciar casos de violência. Segundo levantamento do Datafolha (2021), cerca de 45% das mulheres que não denunciam seus agressores alegam vergonha e medo de retaliações. Esse estigma é reforçado por uma sociedade que muitas vezes culpa as vítimas de violência, criando barreiras adicionais para o acesso à proteção legal. Como afirma Butler (1990), a opressão de gênero é mantida por normas sociais que

regulam e controlam os corpos e as identidades das mulheres, impondo a elas um lugar de subordinação.

A existência de leis avançadas como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio é importante, mas, sozinha, não é suficiente para garantir a proteção das mulheres no Brasil. A efetividade dessas leis depende de um sistema de justiça comprometido e ágil, de infraestrutura e financiamento adequados e, acima de tudo, de uma mudança cultural profunda que desafie e desfaça as estruturas machistas e racistas que permeiam a sociedade. Enquanto esses fatores não forem abordados, as mulheres no Brasil continuarão enfrentando um cenário de violência e insegurança, em que as leis existem no papel, mas muitas vezes falham em oferecer a proteção necessária.

Assim como o mito da democracia racial, que esconde profundas desigualdades raciais no Brasil, e o mito do brasileiro acolhedor, que ignora as micro e macroagressões enfrentadas por pessoas imigrantes e refugiadas, existe também o mito de que o país protege ou até privilegia as mulheres, em detrimento dos homens. Longe de alimentar mitos, a Lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Feminicídio (2015) surgem justamente para desconstruir uma prática historicamente naturalizada - expressa no antigo ditado "em briga de marido e mulher não se mete a colher" -, que durante séculos silenciou a violência doméstica como assunto privado. Estas legislações não criam uma falsa imagem de proteção, mas pelo contrário: expõem a face crua de uma violência que sempre existiu, mas que era sistematicamente negada pela retórica da "cordialidade brasileira". A dissonância entre o avanço legal e a realidade violenta não revela ineficácia das normas, mas sim a profundidade do patriarcado que elas desafiam: mesmo regulamentado, o machismo segue encontrando brechas na morosidade judicial, na falta de investimento em políticas públicas e na perpetuação de discursos que relativizam a violência de gênero.

Esse abismo entre lei e prática se manifesta também em normas jurídicas como a Lei de Alienação Parental (Lei n.º 12.318/2010), que, em muitos casos, atua contra o interesse das mulheres e das crianças que buscam proteção em situações de violência. Criada para evitar manipulações em disputas de guarda, essa lei é muitas vezes usada de forma distorcida, desqualificando denúncias de abuso feitas por mães. Assim, mulheres que acusam os pais de seus filhos por violência ou negligência frequentemente são acusadas de alienação parental, reforçando a noção de que estariam manipulando as crianças. Essa interpretação deturpada da lei coloca mulheres e crianças em risco, permitindo que agressores mantenham contato direto com as vítimas, reproduzindo ciclos de violência e revitimização (Rocha, 2019).

Fora isso, a absurda implementação de práticas alternativas, como a constelação familiar no sistema judiciário brasileiro, aprofunda ainda mais as limitações da legislação em casos de violência contra a mulher. Este método pseudocientífico de “terapia” criado por Bert Hellinger, foi incorporada em algumas varas de família no Brasil como tentativa de “harmonizar” conflitos familiares. Em muitos casos, ela é empregada para “mediar” conflitos de guarda, abuso e violência doméstica. No entanto, além de ser um método sem quaisquer evidências científicas, na prática, ele tende a responsabilizar igualmente vítimas e agressores, fazendo com que vítimas se vejam causadoras de seus abusos e situações de violência, minimizando as denúncias e tornando-as questões “familiares” a serem resolvidas com perdão e reconciliação (Costa, 2020). A utilização da constelação familiar no judiciário, em vez de fornecer uma proteção efetiva, reforça estigmas e mitos culturais sobre a “naturalização” dos conflitos entre homens e mulheres, enxergando as mulheres que sofreram violência como causadoras disso ao romperem com padrões patriarcais inerentes à sociedade, distorcendo a percepção de agressão como algo resolvível em ambiente terapêutico, sem consequências legais efetivas. Esse método não leva em conta a gravidade das denúncias de violência, pode até pressionar as mulheres a pedirem perdão por terem causado os abusos e violências a que foram submetidas, e a se reconciliar com seus agressores, tornando-as mais vulneráveis. O CNJ já emitiu alertas sobre o uso da constelação familiar, mas sua aplicação persiste, especialmente em varas de família e em conflitos de guarda, expondo uma falha preocupante na proteção dos direitos das mulheres. Essas práticas, ao invés de proteger as vítimas, colocam em risco a integridade de mulheres e crianças, principalmente quando somadas ao uso distorcido da Lei de Alienação Parental. A ideia de que a mediação através da constelação familiar pode resolver questões de violência ignora o caráter penal dessas agressões, diluindo o papel punitivo do sistema de justiça e desviando o foco da responsabilização dos agressores. Em um sistema onde o Brasil já ocupa uma posição alarmante nas estatísticas globais de feminicídios, essa abordagem é uma clara demonstração de negligência e fragilidade institucional.

Assim, o mito de que o Brasil protege suas mulheres esconde uma realidade em que o próprio sistema legal e judiciário muitas vezes opera contra elas. A ineficácia das leis em reduzir significativamente as taxas de feminicídio e violência doméstica, somada ao uso de métodos problemáticos como a constelação familiar e a deturpação da Lei de Alienação Parental, revela um cenário de institucional ineficácia. Em vez de fortalecer a posição das mulheres no sistema de justiça, essas práticas muitas vezes enfraquecem suas vozes,

promovendo uma falsa segurança e perpetuando o ciclo de violência. Ademais, o mito de proteção às mulheres no Brasil acaba por mascarar falhas institucionais profundas, mantendo uma estrutura que prioriza conveniências culturais e padrões patriarcais em detrimento da segurança e dos direitos das mulheres. Assim como a suposta hospitalidade do brasileiro ou a ideia de uma democracia racial no país, o mito da proteção legal às mulheres desvia o foco das mudanças estruturais necessárias. A presença de leis que parecem avançadas contribui para uma imagem de progresso que, na prática, não se traduz em segurança real, reforçando a necessidade de reformulações nas práticas do judiciário e de uma postura comprometida com a erradicação da violência de gênero.

4.2 O MITO DO BRASILEIRO ACOLHEDOR

O mito do brasileiro acolhedor se desvia da realidade complexa enfrentada por migrantes e refugiados no Brasil. Historicamente, o Brasil desenvolveu uma imagem de acolhimento, enraizada na sua própria experiência de imigração e colonização (Migramundo, 2023). A imigração no Brasil começou em 1530, quando famílias portuguesas foram enviadas pela Corte Portuguesa para povoar o território, ligadas à exploração militar e econômica e à apropriação da terra. Com a união de Portugal e Espanha em 1580, a imigração incluiu espanhóis, italianos e holandeses. Em 1729, a Monarquia Portuguesa começou a selecionar imigrantes de diversas nacionalidades para o sul do Brasil, em um contexto de escassez de mão de obra e a escravização dos africanos, que começou pouco depois da chegada dos portugueses. Estima-se que cerca de 3,6 milhões de africanos foram trazidos ao Brasil do século XVI ao XIX (Zamberlam, 2004, *apud* Miranda, 2018). A abertura dos portos em 1808 e a subsequente imigração subsidiada visavam promover a colonização, especialmente com a chegada de suíços, alemães e austríacos. Após a independência em 1822, a colonização no Sul, predominantemente por alemães, excluiu os nacionais considerados "racialmente inferiores" (Seyferth, 2000, *apud* Miranda, 2018). A imigração foi inicialmente uma resposta à necessidade de mão de obra após a abolição da escravidão em 1888, principalmente para as plantações de café em São Paulo. A política de abertura para a imigração europeia foi uma das principais medidas do Estado na época, visando o branqueamento da população e estabelecendo a figura do "migrante ideal" como sendo um homem branco, "civilizado" e europeu (Migramundo, 2023).

No final do século XIX e início do XX, o Brasil incentivou a imigração europeia, mas ainda excluía muitos grupos indesejáveis, conforme o Decreto 528 de 1890. A tentativa de integração dos imigrantes europeus foi marcada por um nacionalismo que priorizava a

miscigenação seletiva e excluía não europeus (Seyferth, 2008, *apud* Miranda, 2018). A Primeira Guerra Mundial e o nacionalismo crescente reduziram a imigração, e os imigrantes foram cada vez mais classificados de acordo com suas características raciais e culturais (*ibid.*). Durante o Estado Novo (1937-1945), a política migratória tornou-se ainda mais restritiva, excluindo grupos baseados em critérios raciais e políticos, enquanto a imigração pós-guerra focou na mão de obra qualificada, apesar da redução geral no fluxo migratório. Segundo Zamberlam (2014 *apud* Miranda, 2018), a partir da década de 1970, o Brasil passou a receber imigrantes sul-americanos, africanos e asiáticos, principalmente devido a crises políticas e econômicas em seus países de origem, apesar de a política migratória continuar rígida.

Na década de 1980, o Brasil enfrentou uma grave crise financeira, levando muitos brasileiros a emigrar para países como EUA e Japão em busca de melhores oportunidades de trabalho. Essa tendência de emigração persistiu até 2008, quando uma crise econômica global e a realização de grandes eventos no país, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, transformaram o Brasil em um destino atrativo para imigrantes, incluindo norte-americanos, espanhóis e portugueses, além de brasileiros retornando ao país (Miranda, 2018). De acordo com o IBGE (2012), o número de imigrantes no Brasil quase dobrou entre 2000 e 2010, passando de 143 mil para 268 mil, dos quais 65% eram imigrantes de retorno (*ibid.*).

Nos últimos 30 anos, o Brasil passou a experimentar novas modalidades migratórias, incluindo a emigração de brasileiros, a imigração de pessoas de países em desenvolvimento e a recepção de refugiados de diversas regiões. No entanto, a recente onda migratória de sul-americanos, haitianos e africanos desafia os pressupostos históricos de que o migrante ideal seria o europeu branco e “civilizado”, ideais para o objetivo de mestiçagem e branqueamento do Brasil (Miranda, 2018). Esses pressupostos refletem preconceito e xenofobia, evidenciando que, embora o Brasil seja visto como acolhedor, a recepção de imigrantes é muitas vezes condicionada por interesses políticos, econômicos e culturais. Os haitianos, por exemplo, enfrentam estereótipos negativos e são vistos como símbolos do atraso e da pobreza, muitas vezes considerados invasores ilegais sem contribuição positiva para o país (*ibid.*).

Assim, esse histórico acrescido das questões mais recentes suscita reflexões acerca dessa imagem que muitos têm sobre o Brasil ser receptivo. Será que o Brasil é um país de fato acolhedor? Se sim, para quem?

As políticas migratórias que privilegiavam alguns grupos e buscavam o branqueamento da população criaram uma referência de migrante ideal que não corresponde à diversidade real dos deslocados forçados contemporâneos. A verdade, é que o acolhimento brasileiro, na prática, não é universal e frequentemente exclui grupos minoritários e vulneráveis, como mães solas, pessoas idosas, pessoas com deficiência, membros da comunidade LGBTQIA+ e pessoas imigrantes e refugiadas pobres (Migramundo, 2023).

Violências contra migrantes no Brasil muitas vezes vão além das agressões físicas e incluem formas de negligência estatal e discriminação racial e xenofóbica. O fenômeno de xenofobia, evidenciado durante o aumento das tensões eleitorais em 2018 e a propagação de discursos discriminatórios durante a pandemia, demonstram que o preconceito e a violência não são apenas locais, mas abrangem várias regiões e contextos. Conforme exemplifica Reis (2022) o mito do Brasil como um país acolhedor é desafiado pela realidade enfrentada por muitos migrantes e refugiados, como o que ocorreu em 2012, quando a jovem angolana Zulmira de Sousa Borges Cardoso, prestes a concluir seu mestrado e retornar a Luanda, foi morta em um ataque violento em São Paulo, após um grupo de brasileiros agredir os angolanos em um bar. Sua trágica morte e a subsequente ausência em sua terra natal refletem as dificuldades enfrentadas pelos migrantes no país (Reis, 2022). Outro exemplo ocorreu em 2014, quando o congolês Moïse Kabagambe, que fugia da guerra e da fome da RDC também encontrou um trágico destino no Brasil, tendo sido brutalmente assassinado em 2022 após cobrar um salário de trabalho, ilustrando a violência que muitos migrantes enfrentam ao tentar acessar direitos básicos (*ibid.*).

Outra situação que reforça essas dúvidas me foi relatada pessoalmente durante uma gravação do *podcast* Geogracinhas, que produzi durante o período de pandemia para democratizar o acesso a conteúdos geográficos para quem se preparava para o ENEM, me foi relatado por Maha Mamo, uma apátrida que nasceu em Beirute e que tive o prazer de conhecer na UFMG. Maha é filha de pais sírios - o pai cristão, a mãe, muçulmana -, e nunca teve nacionalidade concedida porque a Síria não reconhece o casamento de muçulmanos com cristãos e tampouco os filhos de pais com casamento não oficial. Assim, ela, sua irmã e seu irmão passaram grande parte de suas vidas lutando por reconhecimento e documentação, até que resolveram buscar nacionalidade em diversos países. Em 2014, o Brasil aceitou a família como refugiados, proporcionando a Maha e seus irmãos, pela primeira vez, um documento: o passaporte especial para pessoas em situação de refúgio. No entanto, a tragédia marcou profundamente a vida da apátrida quando seu irmão, de 26 anos, foi assassinado em Belo

Horizonte durante uma tentativa de assalto. Maha descreve o evento como uma grande perda, mas também vê o Brasil como um presente para seu irmão, onde ele e sua família puderam experimentar os sentimentos de ter documentos e de pertencer. Como ela mesma relatou, até para morrer é preciso ter um papel, um documento, e aqui no Brasil o irmão dela conseguiu isso.

A psicologia crítica, como descrito por José Lucas Nunes, vê o mito da receptividade brasileira como uma fantasia coletiva que desvia a atenção das realidades racistas e históricas do país (Reis, 2022). Nunes argumenta que, enquanto o Brasil se apresenta como acolhedor, na prática, esse acolhimento é reservado principalmente a brancos estrangeiros. O racismo estrutural persiste, e os negros, tanto brasileiros quanto migrantes, frequentemente enfrentam discriminação e violência (*ibid.*). Ivete Almeida, historiadora, reforça que o racismo no Brasil é uma prática persistente e renovada, independentemente das mudanças sociais em outras áreas. Ela argumenta que o mito da receptividade é uma forma de propaganda que mascara as profundas desigualdades e preconceitos ainda presentes na sociedade brasileira (*ibid.*).

O mito da democracia racial sugere que o Brasil é um exemplo de harmonia racial, onde a mistura de etnias teria resultado em uma sociedade sem preconceitos e discriminações. Esta narrativa, popularizada ao longo da história brasileira, propaga a ideia de que o país superou as barreiras raciais e tem uma convivência pacífica entre brancos, negros, indígenas e o quem mais couber. No entanto, a realidade aponta para uma persistente desigualdade racial, onde negros e indígenas enfrentam discriminação sistemática e acesso desigual a oportunidades e recursos. Se há algo que alimenta a ideia de uma sociedade acolhedora, é justamente esse mito da democracia racial, que oculta e nega a brutalidade com que fomos constituídos—um projeto de colonização cristã e branca, sustentado pela ideia de que fomos “abençoados por Deus”. “Deus dá, Deus cria” — não é assim que muitos religiosos justificam a ordem social desigual?

De forma análoga, o mito do brasileiro acolhedor explora uma suposta imagem de um país modelo de hospitalidade e generosidade em relação a pessoas imigrantes e refugiadas. Esse mito sugere que o Brasil é um lugar onde todos os estrangeiros são recebidos de braços abertos e integrados facilmente à sociedade. Na prática, entretanto, a recepção dessas pessoas, especialmente as oriundas de países em crise e em situação de vulnerabilidade, frequentemente revela uma série de desafios e contradições. Da mesma forma, a naturalização da violência contra a mulher—expressa no ditado 'em briga de marido e mulher, não se mete a colher'—mostra como a suposta acolhida brasileira é seletiva. A Lei Maria da Penha, embora

um avanço, existe justamente para desconstruir esse senso comum violento, e ainda assim os números de feminicídio e agressões permanecem alarmantes e subnotificados. Uberlândia, cidade conservadora e capital do agronegócio, é um exemplo claro desse funcionamento patriarcal, capitalista e imperialista, onde a violência de gênero e a exclusão racial são estruturantes.

Romper com mitos é fundamental não apenas para uma compreensão mais precisa da realidade, mas também para a luta eficaz contra sistemas de opressão. Mitos como o da democracia racial e o do brasileiro acolhedor frequentemente ocultam a complexidade das desigualdades sociais e perpetuam narrativas que favorecem o *status quo*. Para entender essa dinâmica, é necessário desmascarar essas construções ideológicas e enfrentar a verdade subjacente das relações sociais e políticas.

Gilberto Freyre (2003) abordou a ideia da democracia racial ao descrever o Brasil como um país onde a convivência entre brancos e negros seria harmônica e livre de conflitos. Ele idealizou a mestiçagem como um processo de integração social que visava criar uma sociedade unificada. No entanto, essa visão omitia as profundas desigualdades, o racismo estrutural e o estupro como meio de mestiçagem, presentes na sociedade brasileira. Assim, a análise de Freyre (2003) contribuiu para a construção de um mito que apresentava o país como um modelo de tolerância racial, enquanto a realidade demonstrava um quadro muito mais complexo e desigual. De maneira semelhante, Holanda (1995) também explorou a construção da identidade nacional brasileira. Sua análise ofereceu uma visão idealizada da formação da sociedade, muitas vezes ignorando as tensões e desigualdades presentes. A sua perspectiva contribuiu para a formação de um mito que enaltecia a integração social e a coesão nacional, ao mesmo tempo em que minimizava a realidade das desigualdades estruturais e das injustiças raciais.

Por outro lado, a crítica ao mito da democracia racial foi amplamente desenvolvida por Gonzalez (1984), que destacou como o mito ignora a persistência das desigualdades raciais e o impacto contínuo do racismo na vida dos negros brasileiros. Ela argumentou que a narrativa da democracia racial serve para desviar a atenção das reais questões de opressão e desigualdade, reforçando um *status quo* que favorece a manutenção das hierarquias raciais existentes. A autora ressalta que o mito da democracia racial opera como uma ferramenta ideológica que mascara as disparidades socioeconômicas entre brancos e negros no Brasil, impedindo uma compreensão crítica das formas sutis e explícitas de discriminação racial, ao sugerir que, aqui, o racismo é inexistente ou insignificante. Contudo, a desmistificação dessa

ideia é crucial para que se reconheçam as dinâmicas de exclusão e marginalização que negros enfrentam em diversas esferas, como educação, mercado de trabalho e acesso a serviços públicos. Gonzalez (1984) enfatiza que sem essa conscientização, é impossível implementar políticas eficazes de igualdade racial.

Além disso, Gonzalez (1984) argumenta que o mito da democracia racial não apenas oculta as desigualdades, mas também deslegitima as reivindicações de movimentos negros e a luta por direitos civis. Ao promover a falsa ideia de harmonia racial, o mito minimiza a urgência e a importância de políticas afirmativas e de reparação histórica. A autora aponta que essa negação institucional do racismo sistemático contribui para o reforço de práticas discriminatórias, muitas vezes disfarçadas sob o manto de uma suposta meritocracia. A autora conclui que a desconstrução desse mito é essencial para avançar na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde as questões raciais sejam tratadas com a seriedade e a urgência que merecem (*ibid.*).

Assim como o mito da democracia racial, o mito do brasileiro receptivo opera de forma a mascarar realidades complexas e desiguais. Esse mito sugere que o Brasil é um país naturalmente acolhedor para todos, independentemente de sua origem, e que imigrantes, refugiadas e refugiados são recebidos com hospitalidade irrestrita. No entanto, essa narrativa oculta as várias formas de discriminação e exclusão que esses grupos enfrentam. Ao afirmar a ideia de que o acolhimento é inerente ao caráter nacional, o mito desvia a atenção das barreiras sociais, econômicas e culturais que dificultam que essas pessoas criem seus lugares de pertencimento. Assim, o mito do brasileiro receptivo serve também para legitimar um *status quo* que favorece os grupos dominantes e marginaliza os vulneráveis. No contexto de pessoas imigrantes e refugiadas, esse mito perpetua uma visão romantizada da acolhida, que silencia as experiências de discriminação, xenofobia e racismo que frequentemente enfrentam.

Durante muito tempo, a violência contra a mulher foi reconhecida apenas em termos de danos físicos visíveis. Contudo, avanços recentes no campo dos direitos humanos e das políticas públicas reconheceram a existência de outras formas de violência, incluindo as violências psicológica, emocional e patrimonial. Esses tipos de violência são igualmente devastadores, pois corroem a autoestima e a autonomia das mulheres, limitando suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e social. Nesse sentido, é essencial compreender que a violência embutida no mito do brasileiro acolhedor inclui formas sutis de agressão, que podem não ser fisicamente impactantes num primeiro momento, mas que produzem danos significativos a longo prazo. Essas (micro)violências, que podem ser um olhar desconfiado,

um comentário infeliz disfarçado de humor, uma brincadeira, um esbarrar para marcar territórios, a desqualificação através do discurso, uma vista de documentos, um termo pejorativo usado em uma reportagem, a escolha enviesada de dados e imagens para passar um informação, a negação de oportunidades e a marginalização cultural, limitam a vida dos imigrantes e refugiados, especialmente das mulheres, cujas interseccionalidades as colocam em situações de (hiper)vulnerabilidade. Reconhecer essas formas de violência e enfrentá-las é essencial para promover uma sociedade verdadeiramente inclusiva e equitativa. Sem esse reconhecimento, continuaremos a crer e reproduzir mitos que mascaram as verdadeiras condições de vida de pessoas imigrantes e refugiadas, negligenciando a necessidade de políticas públicas que combatam as desigualdades e promovam a justiça social.

Quando se fala em racismo, as pessoas muitas vezes pensam nos EUA e na Europa, onde essas posturas são recorrentes, visíveis, e as pessoas de etnias diferentes frequentemente moram em áreas distintas. Acredita-se que, por não ser estritamente assim no Brasil, a questão racial aqui é mais branda. No entanto, isso não procede, já que as desigualdades raciais são gritantes no país e se traduzem em altos índices de violência e assassinato de pessoas pretas e demais minorias sociais. Especialmente, isso se mostra na concentração de renda extrema, em periferias compostas basicamente por pessoas negras, em concentração e violência fundiária. O Brasil é um dos países que mais mata mulheres, pois muitos homens ainda as veem como suas propriedades, e descendo a ladeira do racismo, mulheres pretas aqui tem mais chances de sofrer violências e feminicídios que brancas. Além disso, indígenas continuam sendo assassinados sob o olhar das autoridades, e o Brasil segue sendo um dos países que mais mata LGBTQIA+, embora seja o país que mais consome pornografia *trans* em todo o mundo (Benevides, 2019).

É imprescindível, portanto, entender que as (micro)violências são precursoras de violências maiores que, por fim, matam. Essas (micro)violências se escondem atrás de mitos, como o do brasileiro receptivo e o do Brasil que protege as mulheres, e por isso devem ser nomeadas e reconhecidas, afinal, as batalhas tendem a ser menos difíceis quando se conhece claramente quem é o inimigo. Esse processo de desconstrução dos mitos é essencial para uma compreensão mais completa das dinâmicas sociais e para o combate efetivo aos sistemas de opressão. A abordagem crítica dessas construções ideológicas permite revelar as verdades subjacentes e trabalhar para a criação de uma sociedade mais justa e equitativa. Reconhecer e enfrentar os mitos não só ajuda a corrigir a narrativa histórica, mas também é um passo fundamental para desafiar e mudar as estruturas que sustentam as desigualdades e a opressão.

4.3 DESTRUIR PARA CONSTRUIR

Após uma extensa análise das múltiplas camadas de vulnerabilidade, examinando as (hiper)vulnerabilidades das mulheres imigrantes e refugiadas, desmembrando dados que revelam como as relações de gênero desiguais se entrelaçam ao capitalismo e se manifestam de forma acentuada no Brasil, emerge um panorama complexo da situação. Até agora, investigamos a violência de gênero no Brasil, o contexto das populações imigrantes e refugiadas, e apresentamos diversos exemplos observados ao longo do meu voluntariado como professora. Fica evidente, portanto, que a experiência vivida por essas mulheres é marcada por uma luta constante para ressignificar espaços e transformar ambientes adversos em lugares de pertencimento.

A fenomenologia nos permite compreender que a vivência do lugar vai além da simples presença física, pois envolve uma profunda dimensão emocional e simbólica. Essa abordagem nos ajuda a explorar como, para essas mulheres, o processo de construir um “lugar” se relaciona não apenas com a resistência às condições adversas, mas também com a busca por um sentido próprio, mesmo em meio à precariedade e à insegurança. Surge então uma questão decisiva: se viver envolve pertencer e transformar um espaço em um lugar significativo, de que forma essas pessoas, tão fragilizadas por condições profundamente injustas e desiguais, conseguem não apenas sobreviver, mas resistir? A fenomenologia nos auxilia a analisar essa questão, pois destaca que o ato de resistir não se resume à superação de adversidades, mas implica uma constante reconstrução de significados, onde essas mulheres, ao ressignificarem seus espaços, reforçam suas identidades e criam, em meio às adversidades, novos modos de existência e pertencimento.

Esse questionamento nos leva a refletir sobre os mecanismos de resistência e resiliência dessas populações vulneráveis. Em um contexto no qual as estruturas sociais e econômicas frequentemente perpetuam a opressão e a desigualdade, é essencial entender como essas pessoas encontram formas de enfrentar e superar as adversidades. A próxima etapa da análise, portanto, se concentrará em explorar como, apesar das dificuldades, essas pessoas conseguem resistir e reivindicar espaço e dignidade dentro de um sistema que frequentemente as marginaliza.

O capitalismo, em sua essência, tende a enfraquecer os laços interpessoais e o vínculo das pessoas com os lugares. Harvey (2005) argumenta que o capitalismo reconfigura o espaço e o tempo de acordo com as necessidades do mercado, resultando na "compressão espaço-

temporal". Esse processo intensifica a alienação das pessoas de suas comunidades, pois as relações são moldadas pela lógica do capital, em vez de serem fundamentadas em laços sociais genuínos. A busca incessante pelo lucro e a mercantilização de quase todos os aspectos da vida fragmentam as relações humanas, transformando interações em transações comerciais e lugares significativos em espaços de consumo (Harvey, 2005). Marx (2017) complementa essa análise ao mostrar como o capitalismo altera a percepção das relações sociais, fazendo com que as pessoas vejam as relações de produção como relações entre objetos, desumanizando as interações humanas. Tuan (1977) complementa essa análise ao discutir como o capitalismo afeta a "topofilia", ou seja, o vínculo afetivo com o lugar, já que o apego emocional das pessoas aos lugares é frequentemente destruído pelo desenvolvimento capitalista, que transforma paisagens familiares em cenários utilitários e homogêneos. Esse processo desestabiliza a identidade das pessoas e o sentido de lugar, contribuindo para uma sensação de desenraizamento e alienação (Tuan, 1977).

Contudo, paradoxalmente, esse mesmo processo de fragmentação pode levar ao reencantamento do mundo, que surge como antídoto à alienação moderna, constituindo-se numa relação dialógica entre sujeito e mundo onde ambos se afetam mutuamente. Trata-se de uma reconfiguração existencial que, nas palavras do Rosa (2016, p. 45), "permite que o mundo 'fale' conosco e nós com ele, estabelecendo relações de reciprocidade que transcendem a lógica instrumental do capitalismo". Ainda segundo Rosa (2016), o reencantamento não se limita a uma experiência passiva de redescoberta, mas configura-se como ato político de reocupação do espaço-tempo. Para pessoas imigrantes e refugiadas, esse processo assume contornos específicos: trata-se de ressignificar a relação com territórios hostis através de micropráticas cotidianas - desde a recriação de rituais alimentares até a reconstrução de redes afetivas. Como observa Mbembe (2018, p. 112), "o reencantamento emerge precisamente nos interstícios do sistema, onde a vida insiste em florescer apesar de todas as tentativas de apagamento". Nesta perspectiva, cada gesto de reconstrução identitária - como o ensino da língua materna aos filhos ou a celebração de festividades culturais - torna-se um ato de insurgência simbólica contra a desumanização imposta pelos deslocamentos forçados.

Assim, em meio à opressão e à alienação, há uma busca por reconexão com valores essenciais e por uma ressignificação das relações com o ambiente. Rosa (2016) defende que a ressonância ocorre quando as pessoas encontram eco de suas emoções e valores em suas interações com o mundo, criando uma sensação de pertencimento e satisfação que transcende a lógica capitalista. Berman (1981), por sua vez, argumenta que o reencantamento envolve a

redescoberta de uma visão de mundo que reconhece o valor intrínseco da natureza e das relações humanas, contrastando com a visão desencantada e mecanicista promovida pelo capitalismo. Já Taylor (2007), sugere que o reencantamento implica em um retorno a uma forma de ver o mundo que está aberta ao espiritual e ao transcendente, resgatando uma sensação de maravilha e mistério na vida cotidiana.

Para pessoas imigrantes e refugiadas, o reencantamento com o lugar e o mundo constitui uma jornada não-linear e marcada por contradições. Essa experiência se revela como um processo complexo e profundamente encarnado, no qual cada interação e pequena conquista vai gradualmente transformando o espaço em um território de pertença e significação. É o caso de Khadija, filha de Youssef e Layla, que, apesar das experiências traumáticas vividas no Afeganistão, Paquistão e Brasil, tem encontrado formas de se adaptar e construir uma nova realidade. Khadija, agora inserida na escola, não só celebra festividades locais, como as festas juninas, mas também se torna um elo entre seus pais e a cultura brasileira.

Para Youssef e Layla, cada celebração e cada palavra em português aprendida pela filha se tornam momentos significativos, que transformam o espaço em um lugar carregado de sentido e conexão emocional. Para eles, a festa e a fala se tornaram símbolos do recomeço e da resistência frente a um passado marcado pela dor. Assim, Khadija e sua família encontram no novo contexto escolar e nas celebrações culturais uma base para o reencantamento com o lugar, estabelecendo uma continuidade para além da sobrevivência e cultivando um sentimento de pertencimento. Tal reencantamento vai além do mero ajuste cultural, pois envolve uma interação profunda entre a memória, o afeto e o presente, permitindo que o novo ambiente se torne um espaço de acolhimento e de identidade renovada.

Sheila, imigrante haitiana, também reflete essa capacidade de adaptação e reinvenção no novo território. Mesmo diante do abandono dos genitores de seus filhos, ela encontrou apoio através de um sistema que antes lhe era inacessível, como o Sistema Único de Saúde (SUS). Em uma consulta, conheceu métodos contraceptivos que agora utiliza, refletindo um novo controle sobre sua vida e decisões. Além disso, encontrou acolhimento pela primeira vez na igreja, que não apenas supriu suas necessidades básicas, como o enxoval para o bebê, mas também a inseriu em cursos profissionalizantes que lhe permitem atuar na gastronomia, mesmo sem um contrato formal. Hoje, Sheila expressa uma nova alegria ao ver seu filho interagir na escola e sente-se integrada em uma rede de apoio que ela nunca conheceu antes.

A igreja e a escola, para ela, não são apenas instituições, mas também pilares que a ajudam a reconstruir sua vida e seu próprio sentido de segurança e independência.

Essas experiências de resistência e ressignificação do lugar se entrelaçam com as histórias de outras mulheres, como Maria, venezuelana cuja trajetória revela a complexa dualidade entre o reencantamento e a melancolia que permeia a experiência migratória. Após sofrer um acidente no primeiro emprego, que lhe deixou um trauma físico na mão, Maria vivenciou o desalento e o medo. Contudo, com resiliência, encontrou uma nova oportunidade como caixa de supermercado, um trabalho que, embora simples, lhe trouxe não só melhoria financeira, mas também a possibilidade de construir um novo lar no Brasil. O emprego permitiu que ela adquirisse eletrodomésticos que facilitam sua vida e roupas novas para ela e para sua filha, Raquel, além de proporcionar momentos de celebração e alegria, como o recente aniversário da menina.

A dualidade existente na vida de Maria, entre o reencantamento com o novo e a saudade do antigo, tornou-se particularmente evidente durante o aniversário de Raquel, que completou sete anos em 2024. Cercada por um pequeno grupo de amigos brasileiros e compatriotas venezuelanos, Maria viveu um momento de alegria e pertencimento, ao mesmo tempo em que evocava uma sensação de perda e nostalgia. Sob uma perspectiva fenomenológica, esse evento simboliza a sobreposição de emoções complexas, onde o novo e o antigo se entrelaçam, criando um espaço que é ao mesmo tempo de acolhimento e de ausência. Após algumas videochamadas com familiares que ficaram na Venezuela, ela se emocionou e, ao se abraçar, confidenciou: “você são tudo o que eu tenho aqui, o mais próximo de uma família. Obrigada por se fazerem presentes, porque dói muito estar longe da minha vida lá.” Esse agradecimento carrega uma profundidade emocional que reflete a complexidade da experiência migrante — a felicidade pelo novo lar e a dor pela família distante.

No entanto, essa dor não paralisa Maria; pelo contrário, ela a transforma em uma força resiliente que promove seu reencantamento com o mundo e fortalece seu vínculo com aqueles que a cercam. O sentimento de pertencimento, construído por meio das relações que Maria estabelece em seu novo ambiente, é vital para que ela encontre sentido e propósito em sua experiência vivida. Assim como para Youssef e Layla, ou para Sheila, a filha e a escola são fontes de orgulho e realização para Maria, que se vê fortalecida pela adaptação e crescimento de Raquel. Foi através da frequência escolar que a menina teve acesso à assistência específica e foi diagnosticada com um certo grau de autismo. Além do tratamento clínico, a filha

também recebe assistência extraescolar, algo que Maria considera quase inacreditável, ao lembrar da realidade de onde vieram. Com a escola, o trabalho, o poder aquisitivo e os amigos que foi conquistando, Maria está continuamente construindo um novo sentido de lugar e pertencimento, um processo que a fenomenologia identifica como central para a experiência de vida significativa. Apesar da saudade e melancolia que a acompanham, Maria tem encontrado novas razões para se reencantar com o mundo e para acreditar em uma vida mais plena e significativa para ela, o marido e a filha.

Essas histórias demonstram que o reencantamento com o lugar e o mundo é uma forma de resistência que transcende a mera adaptação. É um processo no qual o trauma e a dor se transformam em aprendizado e autonomia, e no qual essas mulheres se colocam como sujeitas ativas, que agem e criam continuamente novas formas de existência. A cidade de Uberlândia, com suas estruturas e instituições, pode até oferecer alguns espaços ou ser o cenário para essas experiências de ressignificação, mas é a ação dessas mulheres que efetiva esse reencantamento. Elas transcendem a condição de vítimas e se colocam como sujeitas ativas, que se adaptam, resistem e criam novas formas de vida. Assim, o reencantamento se consolida não como uma fuga das violências passadas, mas como uma maneira de recriar um novo futuro, afirmando a potência de suas existências e a capacidade de transformar o novo lugar em um lar cheio de possibilidades

Enquanto o capitalismo tende a desintegrar as relações entre as pessoas e com os lugares, ele também, inadvertidamente, estimula uma busca por reconexão e ressignificação. Este movimento de retorno aos valores humanos fundamentais e à busca por relações autênticas pode ser visto como uma forma de resistência à alienação imposta pelo sistema capitalista, promovendo uma transformação pessoal e coletiva que visa a reintegração do ser humano em um mundo mais conectado e significativo.

Nesse contexto, o conceito de quilombamento resgata as práticas de comunidades de quilombos formadas por pessoas escravizadas fugitivas no Brasil colonial, que se constituíram como espaços de resistência, autonomia e preservação cultural. Para entender a complexidade e a profundidade dessa prática, é preciso observar como essas vivências de resistência e solidariedade são experimentadas e significadas pelas pessoas que nelas se engajam. O quilombamento, enquanto prática social e política, não se limita ao contexto histórico dos quilombos, mas se expande para uma abordagem contemporânea de construção de espaços de solidariedade e apoio mútuo entre pessoas negras e comunidades marginalizadas.

Gonzalez (1982, p. 54) enfatiza que “aquilombar-se é um ato político de reafirmação identitária e de resistência à opressão”, uma ação que não apenas representa uma resposta política à exclusão, mas envolve uma dimensão existencial e fenomenológica, na qual as pessoas reconstroem seu senso de identidade e pertencimento ao se unirem em laços comunitários significativos. Nesse sentido, o aquilombamento se torna um movimento contemporâneo de fortalecimento das identidades negras e marginalizadas e de reconstrução dos laços comunitários, oferecendo refúgio contra as forças desagregadoras da sociedade capitalista. A fenomenologia, ao nos permitir explorar tal experiência vivida, revela o aquilombamento como um processo de ressignificação do espaço e da existência em comunidade. Segundo Gonzalez, o aquilombamento representa “[...] uma retomada das nossas raízes africanas e uma forma de reconstruir nosso senso de comunidade e pertencimento” (*ibid.*, p. 58). um movimento que não apenas valoriza a cultura, a história e a luta coletiva, mas cria ambientes em que a identidade e a solidariedade se entrelaçam e formam a base para a resistência e a vida.

A conexão entre aquilombamento e o conceito de reencantamento do mundo se estabelece na busca por ressignificação das relações humanas e de pertença ao lugar. O reencantamento do mundo, como discutido por Berman (1981) e Taylor (2007), envolve a redescoberta de uma visão de mundo que reconhece a importância das relações humanas e da natureza, propondo uma alternativa ao desencantamento promovido pela racionalidade instrumental do capitalismo. No contexto do aquilombamento, essa redescoberta ocorre através da valorização das tradições culturais, do fortalecimento das redes de apoio comunitário e da criação de espaços de resistência e autonomia que desafiam a lógica do mercado e a fragmentação social. Assim, o aquilombamento, ao promover a solidariedade e a resiliência, resgata a importância das conexões significativas e do apoio mútuo, porque, ao fazerem uso dele, as comunidades criam um ambiente que valoriza a cooperação, a troca de saberes e a resistência coletiva, promovendo uma reconexão com valores essenciais e uma visão de mundo que contrasta com a alienação capitalista. Dessa forma, o aquilombamento não apenas preserva a memória histórica dos quilombos, mas também contribui para a construção de um mundo mais justo e humano, onde as relações são baseadas na solidariedade e no respeito mútuo.

Relativamente ao meu trabalho com um grupo de mulheres e homens da Venezuela e Colômbia, em 2022, iniciamos, além das aulas, uma amizade que permanece até hoje, em que nos falamos diariamente pelas redes sociais e nos encontramos nas casas uns dos outros para

cozinhar, conversar, enquanto as crianças brincam. A observação dos gestos, das interações e das expressões que emergem durante esses momentos, amplia a percepção, revelando como a troca cultural e a solidariedade vão transformando o espaço comum em um lugar de pertencimento e acolhimento.

Nosso primeiro encontro, ainda durante as aulas, foi feito em minha casa, após eles dizerem que queriam cozinhar *arepas*, típico prato venezuelano, para mim e minha família. Eles disseram, porém, que todos viviam em casas e apartamentos muito pequenos, então eu recebi um grupo de sete pessoas na minha casa. Nesse ambiente, pude notar, fenomenologicamente, como as hierarquias e distâncias ainda se manifestavam, refletidas nos gestos e no zelo deles em manipular cuidadosamente todos os alimentos, manter a cozinha e a sala de jantar limpas e organizadas e, inclusive, nas formalidades das conversas que tivemos. Esse primeiro encontro foi divertido, porém ainda marcado por uma formalidade e um distanciamento perceptíveis, que refletem como essas pessoas inicialmente experienciavam o novo espaço, ainda com cautela e respeito pelas "hierarquias" construídas na sala de aula.

Conforme nossas reuniões avançavam e ficávamos mais próximos, um dilema se apresentava: por saber que as condições financeiras dos meus alunos e alunas eram mais limitadas, eu tentava arcar com a maioria dos gastos quando nos encontrávamos, porém, devido à frequência com que eles ocorriam, isso começou a pesar no meu orçamento. Optei então por me afastar temporariamente para refletir e entender como eu me sentia. Após alguns meses, ao ser questionada sobre meu afastamento, entendi que a amizade só seria sustentável se fosse pautada na sinceridade e no bem-estar mútuo. Decidi, então, que para as reuniões seguintes distribuiria os custos conforme necessário, sempre verificando se todos estavam de acordo, e nunca tivemos problemas. Eu pude perceber ali que para eles era igualmente valioso estarmos todos juntos, assim como eu tinha muito apreço pelas nossas reuniões, então todos se esforçariam dentro de suas possibilidades. Desde então, celebramos nossos aniversários, *halloweens*, natais, organizamos as festas das crianças, cozinhamos, fizemos uma noite do cachorro-quente/*perito-caliente* em que fundimos as receitas brasileira, venezuelana e colombiana, e agora, mensalmente, temos a noite das meninas, em que eu e mais duas outras adultas, uma das quais também é mãe, saímos sem maridos nem filhos para um bar ou restaurante. Esses encontros representam não apenas eventos sociais, mas uma prática contínua de construção de comunidade e pertencimento, em que cada interação reforça o lugar que estamos construindo juntas.

Quando comecei essa pesquisa, eu me questionava sobre o pertencimento de mulheres imigrantes e refugiadas, sobre como, a despeito da crueldade da sociedade, elas conseguiriam se unir e pertencer. Meu interesse era encontrar uma organização, um grupo, uma manifestação, um coletivo, algo formal, único e estruturado, produzido por elas e para elas, o que, de fato, eu nunca encontrei, ao menos de forma institucionalizada em Uberlândia. A despeito das minhas expectativas, pudemos encontrar formas de pertencimento diversas, que emergiam de ações espontâneas e redes de apoio mais orgânicas: as Festas da Bandeira organizadas por haitianos, os eventos promovidos em parceria com o Taare, como arraiás e bazares que permitiam a venda de comidas típicas, e até mesmo os restaurantes sírios, libaneses e afegãos, onde quem trabalhava ria e se entendia em outro idioma.

A fenomenologia se mostrou essencial nesse percurso, pois exigia que eu me abrisse para enxergar o pertencimento sob a perspectiva das próprias imigrantes e refugiadas, adaptando minhas percepções para compreender o que significava “fazer o lugar acontecer” a partir de suas experiências vividas. Essa abordagem me permitiu perceber o pertencimento não como uma entidade formal, mas como algo que acontecia em encontros informais e redes de suporte, como no comércio chinês no centro da cidade, onde lojistas interagem entre si em seu idioma, sem depender de apoio institucional, ou até mesmo nas comunidades religiosas que oferecem um refúgio seguro a tantas e tantos. De forma semelhante, o mesmo ocorria nos momentos em que minhas alunas e alunos descobriam conterrâneos em sala de aula e conversavam com a animação de quem reencontra um velho amigo.

A partir dessa observação, ficou claro que esses elementos de pertencimento e comunidade, mesmo sem uma organização formalizada, eram parte essencial do processo de lugarização e pertencimento. No entanto, por não ser aquilo que eu esperava encontrar, houve momentos de questionamento, em que eu ponderava se deveria revisar minha hipótese inicial e redefinir meu entendimento sobre o que realmente significa pertencer.

Refletindo sobre a amizade que minha família construiu com meus ex-alunos e alunas, sobretudo Maria, Antonio, Raquel, Karine e Heitor, percebo que aqui há um pertencimento, uma construção de um lugar genuíno, edificado por todos nós, envolvidos nessa dinâmica de apoio e solidariedade. Através dessa convivência, vejo a resiliência deles em manter suas identidades culturais e afetivas, enquanto constroem novos laços e se adaptam a um ambiente distinto. Ademais, os vínculos criados entre nós se tornam não apenas trocas, mas também formas de expressão e reconstrução de quem somos, enquanto indivíduos e grupo. Quando vou fazer algo especial com a minha filha, não raramente pegamos Raquel na casa de seus

pais, que a autorizam a passar o dia conosco. Por outro lado, quando precisam preencher papéis de vistos, passaportes etc., eles não hesitam em me enviar cópias de seus documentos para que eu os ajude com protocolos e solicitações.

Quando Heitor precisou ir à Polícia Federal explicar as dificuldades que enfrentava para preencher um requerimento, meu marido o acompanhou para intermediar quaisquer problemas de comunicação. Quando o meu carro quebrou, Antonio, que fora mecânico na PDVSA, passou horas analisando o motor e o consertou, recusando qualquer recompensa. Quando meu marido adoeceu e nosso carro estava na revisão, Heitor, que faz entregas de moto em um aplicativo, fez questão de trazer os remédios que precisávamos junto com algumas águas de coco. Essas ações revelam uma resiliência não apenas de resistência, mas de adaptação mútua e reciprocidade, através da qual todos se sentem necessários e acolhidos. Karine me confidenciou que, um dia, frustrada por a sogra estar vivendo com ela e Heitor, recém-casados, disse que se a situação continuasse assim, sairia de casa, pois sabia que seria acolhida por minha família. Esse gesto, que inicialmente me espantou, fez-me perceber o quão profundo é o laço de confiança e segurança que criamos.

Em junho de 2024, após esses amigos e amigas expressarem saudade de acampar, algo que faziam frequentemente em seus países de origem, eu os convidei para acampar no quintal da minha casa. Naquela noite fria, acendemos uma fogueira para assar vegetais e comemos churrasco. A reunião, que começou às 19h e se estendeu até as 4h, foi reconfortante e emocionante, repleta de canções, histórias e lágrimas de alegria, pois, claramente, eles sentiam que pertenciam a algum lugar. Naquele momento vivenciamos o lugar como uma construção conjunta, onde o calor da fogueira e os vínculos entre nós ressignificaram o espaço e o sentimento de identidade. E, claro, como estava muito frio, as barracas foram ignoradas e todos dormiram amontoados dentro da casa quente, em um verdadeiro ato de comunhão e pertencimento.

Todos querem pertencer. A necessidade de pertencimento é fundamental para o bem-estar e a saúde mental das pessoas, conforme destacado por Baumeister e Leary (1995). Pertencer a um grupo ou comunidade proporciona um senso de segurança, identidade e apoio emocional, aspectos essenciais para a construção de uma vida plena e satisfatória. Essa necessidade é ainda mais premente para imigrantes, refugiadas e refugiados, que muitas vezes enfrentam a desintegração de suas redes de apoio ao deixar suas terras natais. Quando pensamos nessas pessoas, tendemos a imaginar que elas se organizarão entre si e criarão seus próprios espaços de pertencimento. No entanto, quem está em situação de vulnerabilidade

frequentemente tem apenas tempo e forças para subsistir, pelo menos inicialmente. Adaptar-se a um novo país exige aprender a língua, a cultura, as leis e os direitos locais antes mesmo de considerar qualquer forma de reivindicação. Ademais, a maioria tende a se sentir equivocadamente em uma situação de dívida para com o país anfitrião, o que torna qualquer reivindicação por direitos ou melhores condições de vida algo distante e, muitas vezes, irrealizável.

Sabemos que o mito do brasileiro acolhedor se perpetua através de (micro)violências sutis. Esse mito sustenta a crença de que, em comparação com outros países onde o racismo e a xenofobia são explícitos e praticados, o Brasil seria um refúgio acolhedor por ter leis que coíbem isso e pela sua miscigenação. No entanto, as (micro)violências também causam dor e podem culminar em violações de direitos, sofrimento e até morte. É crucial reconhecer, a partir de estatísticas e evidências empíricas, que o Brasil não é tão acolhedor quanto se imagina. Abrir a porta para uma pessoa sem oferecer condições melhores do que as que ela vivia anteriormente não é suficiente, afinal, uma porta aberta que não leva a lugar algum, construída em frente a uma parede, não promove inclusão verdadeira. É preciso, portanto, construir caminhos que rompam ciclos de violência, discriminação, sexismo e vulnerabilidade, que permitam que as pessoas se reencantem pelo mundo, mesmo em meio a uma crise humanitária global. Somente ao oferecer suporte integral — desde o aprendizado da língua até o acesso a direitos e a criação de redes de apoio — poderemos realmente acolher e integrar imigrantes e pessoas refugiadas, contribuindo para um reencantamento do mundo em que a solidariedade e a justiça social prevalecem, promovendo uma sociedade mais inclusiva e humana.

Por outro lado, a situação das mulheres no contexto de imigração e refúgio é particularmente preocupante, pois elas são inerentemente mais vulneráveis a diversas formas de violência e frequentemente tratadas como se tivessem menos direitos ao mundo. Todas as estatísticas apresentadas neste trabalho destacam as interseccionalidades que contribuem para a (hiper)vulnerabilidade das mulheres imigrantes e refugiadas. Em uma sociedade capitalista, o ônus da sobrevivência e da adaptação recai predominantemente sobre a mulher, e não sobre o homem. Entre mulheres nativas e estrangeiras, as segundas estão em desvantagem; entre as estrangeiras, aquelas provenientes de países em crise enfrentam maiores dificuldades e têm menos acesso a recursos; se essas mulheres são negras, enfrentam ainda mais barreiras; e se entre as negras, algumas se vestem de forma diferente ou professam outra fé, o ônus se multiplica; isso, sem mencionar pessoas LGBTQIA+, deficientes, entre outras.

A feminilização ocorre em países patriarcais como o Brasil fazendo com que, nas famílias tradicionais, tal qual no sistema produtivo capitalista, em termos de gênero, o homem seja o burguês e a mulher o proletário. Partindo desse pressuposto e entendendo a interseccionalidade das violências de gênero, fica claro que a mulher imigrante e refugiada em situação de vulnerabilidade é, no mínimo, triplamente proletária, sendo explorada, diminuída e ignorada em diversas frentes. Elas não apenas enfrentam as dificuldades inerentes ao processo de imigração e refúgio, mas também as dinâmicas de exploração e discriminação baseadas em gênero, raça, religião e *status* socioeconômico. A interseccionalidade é fundamental para entender essas dinâmicas, porque ela revela como diferentes formas de discriminação — como racismo, sexismo, xenofobia e intolerância religiosa — se combinam para criar uma experiência única de opressão para cada pessoa. No caso das mulheres imigrantes e refugiadas, essa interseccionalidade resulta em uma (hiper)vulnerabilidade que é ignorada por políticas públicas e pela sociedade em geral.

Romper com os processos de (hiper)vulnerabilidade que afetam as mulheres imigrantes e refugiadas é, portanto, um desafio que exige uma abordagem em diversas esferas, percorrendo do institucional até o emocional. É fundamental que existam instituições, OSCs, políticas públicas e grupos que acolham, direcionem e ofereçam oportunidades para essas mulheres. Quando elas chegam ao Brasil, suas rotinas são dominadas pelas necessidades mais urgentes, como encontrar abrigo, emprego e segurança, que já lhes tomam todo o tempo. Enquanto não houver esforços coletivos para retirá-las dessa rotina limitada e limitante, os ciclos de desigualdade e violência continuarão a ser reproduzidos, culminando em mais violência, segregação humana, periferização e até criminalidade. Em ambientes onde o Estado está ausente, o poder paralelo cresce, e as pessoas, em sua luta pela vida, podem ser atraídas por essas alternativas. Dessa forma, a criação de espaços de pertencimento e acolhimento é vital para interromper tais ciclos destrutivos.

Se o Brasil já é tão violento com suas próprias mulheres, é indispensável o envolvimento de instituições, coletivos, organizações e indivíduos no acolhimento e suporte às imigrantes e refugiadas. A academia tem um papel fundamental nesse processo, pois precisa ir além da teoria e abraçar a prática. No Taare, é comum ver grupos de pesquisadores de cursos como psicologia e artes realizarem dinâmicas ao longo de uma ou no máximo duas aulas com nossos alunos e alunas, na tentativa de acessar lembranças e dores, sem oferecer, no entanto, um acompanhamento contínuo ou suporte emocional adequado. Embora existam essas parcerias, com o intuito da OSC atrair novos voluntários, creio serem ações prejudiciais,

pois abrir feridas emocionais sem um plano de tratamento ou apoio é irresponsável. Tais iniciativas frequentemente servem mais como troféus acadêmicos do que como intervenções efetivas, refletindo um caráter produtivista acadêmico que precisa ser repensado.

O processo de institucionalização do ensino de Libras nas licenciaturas, consolidado pela Lei 10.436/2002 e regulamentado pelo Decreto 5.626/2005, não foi um ato isolado, mas resultado de anos de mobilização do movimento surdo brasileiro. Essa conquista reconheceu que a barreira linguística era (e ainda é) um dos principais obstáculos à plena inclusão educacional e social. Da mesma forma, a realidade migratória contemporânea exige que a academia vá além das intervenções pontuais - como os estágios que se resumem a aulas isoladas e registros fotográficos, deixando lacunas críticas como ocorreu em dois polos de ensino do Taare, em 2024, com alunos matriculados, mas sem professores.

É urgente que universidades, especialmente nas licenciaturas, direito e áreas da saúde, desenvolvam formações permanentes sobre migrações que englobem: o ensino de português como língua de acolhimento; protocolos médicos para atendimento intercultural; abordagens psicológicas específicas para trauma migratório; e orientação jurídica sobre direitos documentais. O Taare e outras OSCs, com sua expertise prática no atendimento direto a populações migrantes, podem ser parceiros estratégicos nesse processo, auxiliando na construção de materiais didáticos contextualizados, na formação de professores para realidades plurilíngues e no desenvolvimento de redes integradas de atendimento.

O ensino de Libras, que antes era uma reivindicação pontual, transformou-se em política pública obrigatória nas licenciaturas. Da mesma forma, a formação sobre migrações precisa superar iniciativas isoladas e tornar-se parte permanente do currículo acadêmico. Enquanto vemos polos de ensino sem professores e estágios superficiais que não resolvem o problema, as universidades precisam agir. Elas devem formar profissionais capazes de construir uma sociedade de acolhimento - não como favor, mas como obrigação ética e compromisso com uma educação que responda às necessidades reais da população.

A incorporação de módulos obrigatórios de assistência a refugiados e imigrantes nos cursos das universidades federais brasileiras é uma medida necessária e alinhada com os compromissos humanitários internacionais assumidos pelo Brasil. Como signatário de tratados fundamentais, como a Convenção de Genebra de 1951 e o Protocolo de 1967 sobre o Estatuto dos Refugiados, o Brasil compromete-se a proteger os direitos desses grupos, oferecendo segurança, dignidade e meios para reconstruírem suas vidas em território nacional.

No entanto, a eficácia desses compromissos depende de políticas públicas efetivas e de uma força de trabalho qualificada e sensibilizada para lidar com a diversidade e as complexas necessidades das pessoas imigrantes e refugiadas. A valorização da experiência concreta e das percepções individuais dos sujeitos mostra-se fundamental na formação desses profissionais. Essa abordagem os capacita a compreender tanto os impactos subjetivos do deslocamento forçado quanto a importância de construir espaços de acolhimento verdadeiramente significativos.

As universidades, como espaços de formação cidadã e crítica, têm o papel vital de preparar profissionais aptos a oferecer assistência humanitária e de promover a integração dessas pessoas na sociedade brasileira. Além disso, a crise humanitária que afeta diversas regiões do mundo, especialmente em contextos de guerra, perseguição política e mudanças climáticas, intensificou o fluxo de refugiados e imigrantes para o Brasil, desafiando as estruturas de acolhimento e a capacidade de resposta do país. A criação de módulos obrigatórios nas universidades poderia ampliar o entendimento das especificidades das situações de vulnerabilidade enfrentadas por essas pessoas e famílias, abordando temas como políticas migratórias, proteção de direitos humanos, acolhimento e adaptação cultural. Esses módulos, ao promoverem uma prática fenomenológica de vivência, escuta, diálogo e interação, permitiriam que os estudantes não apenas compreendessem as necessidades técnicas, mas também vivenciassem o impacto emocional e cultural dos processos de migração, aumentando a competência técnica e empática dos futuros profissionais. Tais disciplinas beneficiariam áreas como licenciaturas, direito, psicologia, serviço social e saúde pública, e também fomentariam uma responsabilidade social e ética em relação ao acolhimento humanitário.

Por fim, integrar a assistência a refugiados e imigrantes nos currículos universitários favorecerá o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e empática. A prática de acolhimento direto proporcionada por esses módulos obrigatórios permitiria aos estudantes uma experiência prática e interdisciplinar, promovendo um contato direto com a realidade das pessoas refugiadas e imigrantes, e contribuindo para sua adaptação e autonomia no Brasil. A fenomenologia, ao se basear na experiência direta e no reconhecimento da realidade do outro, oferece uma base sólida para esse contato, pois facilita uma compreensão mais profunda das vivências e fortalece a construção de um lugar de pertencimento. Essa abordagem educacional baseada na prática solidária e no respeito aos direitos humanos pode transformar os futuros profissionais em agentes de mudança, comprometidos com uma sociedade justa e plural.

Como afirma Moreira (2022), “o espaço universitário, ao promover a inclusão e o diálogo intercultural, torna-se parte essencial da construção de uma cidadania global e de uma política humanitária mais efetiva”.

A incorporação da temática migratória nos currículos universitários demanda um compromisso orçamentário consistente por parte do Estado, com políticas públicas bem estruturadas e financiamento específico. Dados oficiais do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2023) demonstram que os recursos alocados para políticas destinadas a migrantes são significativamente inferiores quando comparados a outros investimentos sociais, revelando uma disparidade que limita substancialmente a eficácia das ações implementadas. Para reverter esse cenário, três eixos estratégicos são essenciais: a previsão de recursos específicos nos planos plurianuais (PPAs) para a formação acadêmica na área migratória; a criação de editais públicos voltados ao financiamento de projetos interdisciplinares de extensão universitária focados no acolhimento migratório; o estabelecimento de parcerias institucionais entre universidades, organizações da sociedade civil (como o Taare) e órgãos públicos, com garantia de recursos através de mecanismos como o Fundo Nacional de Assistência Social (Lei nº 12.435/2011).

Experiências internacionais bem-sucedidas, como as implementadas no Canadá, mostram que a destinação adequada de recursos orçamentários para formação em contextos interculturais está diretamente relacionada à eficácia das políticas migratórias (OECD, 2022). No contexto brasileiro, a carência de investimentos nessa área ajuda a explicar a predominância de iniciativas fragmentadas e desconexas, como estágios sem continuidade e polos de ensino sem a devida estruturação.

No processo de reencantamento do mundo, é necessário permitir-se ser lugar. Aqueles que se preocupam com a crise humanitária global e que se chocam com vídeos e fotos de pessoas desesperadas, lutando por suas vidas, devem começar a integrar essas pessoas em suas comunidades, a vê-las como colegas e amigas. Somente assim, o pertencimento, a lugarização e o reencantamento com o mundo poderão ocorrer de forma mais rápida, contínua e eficiente para aquelas pessoas que tiveram que destruir seus mundos para construir novos lugares. Nesse sentido, a fenomenologia nos orienta a enxergar e acolher a experiência do outro em toda a sua complexidade, fazendo com que o processo de integração seja mais do que um ato de assistência, mas um verdadeiro encontro de mundos e de existências.

CONSIDERAÇÕES

A pesquisa sobre mulheres imigrantes e refugiadas em situações de vulnerabilidade demanda de pesquisadoras e pesquisadores um constante reconhecimento de seus privilégios raciais e sociais, especialmente ao abordar questões ligadas à negritude e ao gênero. A fenomenologia, ao valorizar a percepção do vivido e a experiência subjetiva, reforça a necessidade de uma postura aberta e receptiva às realidades dessas mulheres, permitindo que quem pesquisa se envolva de forma sensível e respeitosa com suas narrativas. Essa consciência é fundamental para evitar a reprodução de dinâmicas de poder que possam distorcer ou silenciar as experiências de mulheres negras e de outras minorias étnicas, que são frequentemente marginalizadas.

Conceitos como o "Pacto Narcísico da Branquitude," discutido por Lia Vainer Schucman, são essenciais para entender como privilégios raciais operam de forma estrutural em sociedades, beneficiando pessoas brancas em contextos sociais, políticos e econômicos. Ao conduzir pesquisas sobre temas tão delicados, é imprescindível que quem pesquisa adote uma postura de consciência crítica, questionando seu próprio lugar de fala e reconhecendo as diferenças de experiência entre si e suas interlocutoras. No estudo realizado, esse método auxilia a evitar que suas próprias interpretações imponham limitações ou vieses, abrindo espaço para que as vivências dessas mulheres sejam verdadeiramente expressas.

Essa postura de consciência crítica e fenomenológica permite que a pesquisa contribua de forma ética e sensível para o entendimento das dinâmicas de vulnerabilidade social e das relações de poder racializadas, oferecendo uma visão mais autêntica e comprometida com a realidade dessas mulheres. Ao permitir-se “ver o mundo com os olhos do outro,” quem pesquisa não apenas constrói uma compreensão mais profunda da realidade das imigrantes e refugiadas, mas também compreende melhor o funcionamento das estruturas de poder que silenciam e marginalizam essas vozes, podendo, assim, problematizar as formas como cotidianamente naturalizamos as ações que reificam tais estruturas.

A narrativa histórica do Brasil como nação acolhedora e da "democracia racial" não apenas mascara as violências do passado colonial, mas também constrói um olhar pejorativo sobre os povos originários da América Latina e suas diásporas contemporâneas. Essa visão eurocêntrica, que durante séculos idealizou o imigrante branco europeu como agente de

"civilização", consolidou estruturas de colonialidade que ainda hoje se manifestam - inclusive em nossas práticas científicas e acadêmicas. O resultado é uma dupla marginalização: dos povos indígenas e afrodescendentes historicamente violentados, e dos novos migrantes latino-americanos, africanos e caribenhos que enfrentam os mesmos estereótipos de "atraso" que serviram para justificar séculos de dominação.

Tal herança explica a complexidade dos fenômenos migratórios que analisamos. Quando políticas públicas contemporâneas reproduzem, mesmo que veladamente, hierarquias entre "imigrantes desejáveis" e "indesejáveis", estão reatualizando lógicas coloniais que transformam corpos em mercadoria - úteis quando servem ao mercado de trabalho, descartáveis quando carregam marcas de vulnerabilidade. Não por acaso, mães solo migrantes, indígenas urbanos ou refugiados LGBTQIA+ encontram barreiras adicionais: seu simples existir desafia o mito da hospitalidade brasileira, revelando seu verdadeiro caráter - não de acolhida universal, mas de assimilação seletiva.

Aqui reside o desafio epistemológico: estudar migrações no Brasil exige descolonizar nosso olhar, reconhecendo como a própria produção de conhecimento foi cúmplice na construção dessas hierarquias. As histórias de imigrantes haitianas, venezuelanas, afegãs e demais em situação de vulnerabilidade, não são "casos a serem analisados", mas vozes que desmontam, desde suas experiências concretas, as ficções fundadoras de nossa identidade nacional.

Assim, as mulheres imigrantes e refugiadas enfrentam múltiplas camadas de discriminação ao chegarem ao Brasil. Além das barreiras linguísticas e culturais comuns a todos os imigrantes, elas lidam com uma dupla vulnerabilidade: de gênero e de etnia. Para essas mulheres, a construção de um lugar de pertencimento vai além da simples ocupação de um espaço físico. Envolve criar uma relação simbólica e afetiva com o novo ambiente, um desafio intensificado pelas desigualdades e pela xenofobia presentes no contexto social brasileiro. Profundamente marcado pelo patriarcado e pela desigualdade racial, o Brasil agrava a situação dessas mulheres, que estão expostas a formas de violência física, psicológica e econômica.

A integração no mercado de trabalho é limitada e, muitas vezes, leva essas mulheres a ocupações informais e precárias, em que ficam mais suscetíveis à exploração e ao assédio. Além disso, a narrativa midiática que muitas vezes as retrata de forma estigmatizada alimenta a xenofobia, dificultando ainda mais o processo de adaptação. É importante compreender que

essas experiências de discriminação e violência afetam a maneira como elas percebem e vivenciam o espaço que ocupam. O lugar, para elas, não se limita ao espaço físico, mas se relaciona profundamente com suas identidades e com a sensação de segurança e pertencimento. Casos de micro e macroagressões contra pessoas imigrantes e refugiadas são comuns e ilustram a contradição do mito do brasileiro acolhedor. Essas mulheres são frequentemente expostas a situações de constrangimento, como a exigência de documentos em público, e enfrentam dificuldades para acessar serviços básicos, como saúde e educação, o que limita sua capacidade de transformar o espaço em um amplo lugar de pertencimento e desenvolver autonomia em seu novo lar.

Desconstruir o mito do brasileiro receptivo é essencial para reconhecer e combater as diversas formas de violência e exclusão que pessoas imigrantes e refugiadas enfrentam. Assim como o mito da democracia racial, que oculta as desigualdades vividas por pessoas negras e indígenas, o mito da receptividade brasileira mascara a discriminação e as dificuldades impostas a esses grupos. Esse processo de reconhecimento é necessário para que políticas públicas efetivas sejam implementadas, focando em um acolhimento real e inclusivo, e proporcionando oportunidades reais de desenvolvimento e integração. Ao admitir que o Brasil não é acolhedor para todos e todas e que muitas pessoas imigrantes e refugiadas enfrentam discriminação e marginalização, é possível desenvolver práticas que desafiem as estruturas que mantêm essas desigualdades. Reconhecer essas micro e macroviolências, que se escondem atrás de narrativas romantizadas, é um passo importante para construir uma sociedade mais justa e equitativa, onde imigrantes e refugiadas possam encontrar um espaço de pertencimento genuíno e seguro, com suporte e respeito à sua dignidade e autonomia.

A ideia de que o Brasil protege ou até privilegia suas mulheres mascara uma realidade marcada pela violência e pela ausência de proteção efetiva. Esse imaginário social de proteção reflete uma visão idealizada que, ao ser desconstruída, expõe a distância entre o discurso jurídico e a experiência vivida pelas mulheres, criando um lugar de insegurança e fragilidade ao invés de pertencimento e proteção. Apesar das leis avançadas, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, conforme já discutido, o Brasil ocupa o quinto lugar no *ranking* mundial de feminicídios, evidenciando que a simples existência de legislação não assegura a proteção das mulheres. Esse descompasso entre a presença de normas legais e a realidade cotidiana revela que o sistema jurídico brasileiro é incapaz de combater a violência de gênero de maneira adequada.

A Lei de Alienação Parental, por exemplo, criada para evitar a manipulação de filhos em disputas de guarda, tem sido distorcida para deslegitimar denúncias de violência feitas por mães, permitindo que agressores mantenham contato com as vítimas. Essa distorção, além de comprometer a segurança das mulheres, transforma o espaço da justiça em um lugar hostil, reforçando a sensação de vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, práticas como a constelação familiar, método pseudocientífico adotado em algumas varas de família, contribuem para minimizar as denúncias de violência, promovendo a reconciliação entre agressores e vítimas em vez de proporcionar segurança e justiça. Tais práticas, ao invés de assegurar os direitos das mulheres, frequentemente as expõem a novos riscos e reforçam estruturas patriarcais que perpetuam o ciclo de violência. Essa discrepância entre a promessa institucional de proteção e a realidade concreta acaba por moldar profundamente a relação psicológica das mulheres com o sistema jurídico. O que deveria ser um espaço de acolhimento e reparação transforma-se, na prática, em um ambiente percebido como hostil e potencialmente retraumatizante.

O mito de que o país oferece proteção eficaz às mulheres contribui para uma visão distorcida, em que falhas institucionais e práticas judiciais ineficazes são ignoradas. Esse cenário reforça a necessidade urgente de revisão e aprimoramento das abordagens jurídicas, abandonando métodos questionáveis e garantindo a responsabilização dos agressores. É aqui que o papel da academia se torna fundamental: ao produzir estudos críticos e oferecer embasamento científico, a comunidade acadêmica pode influenciar a criação de políticas públicas mais justas e evidenciar práticas mais eficazes, pressionando para que o sistema judiciário se comprometa efetivamente com a segurança e os direitos das mulheres no Brasil.

O objetivo aqui não é trazer uma fórmula pronta sobre como essa transformação/engajamento acadêmico e orçamentário deve ocorrer. Contudo, os anos atuando como voluntária no Taare e as análises desenvolvidas nesta tese me permitem levantar alguns problemas e vulnerabilidades que acometem as populações imigrantes e refugiadas e apontar possíveis soluções. Quando a universidade insere módulos práticos de atendimento a pessoas imigrantes e refugiadas, ela não está apenas transmitindo conteúdo técnico - está criando espaços onde estudantes, professores, cientistas e comunidade podem experienciar, na prática, o que significa acolher e ser acolhido. A fenomenologia emerge aqui como método formal e como lente que aprendi a usar através do convívio diário no Taare: ela me mostrou como um simples atendimento jurídico ou aula de português carrega camadas de significado que só se revelam quando nos permitimos estar verdadeiramente presentes na relação com o outro.

Como defendido por Santos (2000), o lugar é um espaço revelador e transformador, capaz de fazer emergir uma nova consciência de mundo. As experiências concretas - mais do que qualquer teoria isolada - me ensinaram que o "como fazer" emerge justamente dessa escuta atenta: o reencantamento acontece quando paramos de ver imigrantes e refugiadas como objetos de estudo e passamos a reconhecê-las como sujeitas que nos ensinam a repensar nosso lugar no mundo. É essa abertura ao diálogo, aprendida no chão da OSC e agora trazida para a academia, que pode formar profissionais capazes de construir políticas e serviços que não apenas incluam, mas de fato acolham.

A experiência de ensino, quando aplicada diretamente ao acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade, revela a importância de compreender o lugar como uma entidade viva e significativa. Essa abordagem prática e empática tem potencial para enriquecer a aprendizagem, pois coloca estudantes em contato direto com a diversidade de vivências e desafios que marcam o cotidiano de refugiadas, refugiados e imigrantes. Com base nas ideias de Tuan (1974), que fala sobre a toponímia, ou o amor ao lugar, é possível criar um espaço de aprendizado que vai além das técnicas e dos conteúdos, abrindo caminho para uma compreensão mais humana e acolhedora do lugar. Essa abordagem revela como a toponímia representa muito mais do que uma simples relação funcional com o espaço, constituindo-se como um vínculo emocional profundamente enraizado na construção de memórias afetivas e experiências coletivas - elementos fundamentais para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento. Essa compreensão renovada transforma radicalmente o ensino da geografia, convertendo-o de uma disciplina meramente descritiva em uma prática pedagógica vivencial, capaz de ressignificar os espaços através da experiência concreta.

Nesse contexto, a empatia se torna um componente essencial para o processo de ensino-aprendizagem. Não basta estudar as características do espaço; é fundamental entender como ele afeta as pessoas, especialmente aquelas em situações de extrema vulnerabilidade, como mulheres imigrantes e refugiadas. A perspectiva fenomenológica, ao focar na forma como essas mulheres vivenciam o espaço, revela camadas de desigualdade que muitas vezes permanecem invisíveis, e o contato direto ajuda a identificar esses limites vividos de maneira mais autêntica, posto que a perspectiva feminina sobre o lugar, em particular, revela uma série de desigualdades que limitam a presença e a atuação das mulheres, expondo-as a condições de subordinação e exclusão. A universidade, ao incluir essa análise nos módulos de assistência, ajuda a formar uma geração de profissionais mais conscientes e preparados para questionar as normas sociais que reforçam essas desigualdades e a assistir especificamente esses grupos que

têm demandas tão específicas e expressivas. Essa formação crítica e sensível ao gênero é essencial para desconstruir padrões de exclusão e criar ambientes onde as mulheres possam se apropriar do espaço de maneira igualitária e segura.

Além das questões de gênero, o espaço também se revela um território de tensões e contradições, onde as imposições de poder e as desigualdades se apresentam de maneira estrutural. Os processos de (in)justiça que ocorrem nesses espaços raramente são conclusivos, permanecendo em uma dinâmica de resistência e contestação. Para as imigrantes e refugiadas, essa realidade é especialmente dura, pois enfrentam barreiras de diversas naturezas – culturais, linguísticas, econômicas e políticas. Como argumenta Merleau-Ponty (1999), o mundo se torna uma extensão da experiência humana, e essas imposições constantes revelam uma realidade que, para muitos, é permeada por uma sensação de exclusão e desconexão.

Em um contexto em que diferentes igrejas disputam a “catequização” de imigrantes vulneráveis - muitas vezes condicionando assistência à conversão religiosa -, as universidades emergem como espaços fundamentais para um acolhimento laico e emancipador. Num país onde ideias conservadoras, machistas e opressoras ganham força, não basta oferecer assistência: é preciso contrapor-se ativamente à instrumentalização da vulnerabilidade. Quando as instituições públicas de ensino superior assumem essa responsabilidade, elas não apenas fornecem suporte técnico, mas interrompem ciclos de dependência religiosa que reproduzem relações de poder assimétricas.

Essa atuação universitária vai além da mera prestação de serviços - é um ato político de resistência. Ao acolher refugiados e imigrantes sem exigir contrapartidas ideológicas, as universidades criam espaços onde histórias são valorizadas em sua integralidade, não reduzidas a objetos de proselitismo. Nesse ambiente, o processo de reconstrução de vidas ganha dignidade, transformando salas de aula e clínicas-escola em territórios onde a experiência migratória é compreendida em sua complexidade, não como oportunidade para conversão. É assim que se constrói um verdadeiro pertencimento: quando o Estado assume seu papel de garantidor de direitos, oferecendo alternativas concretas à exploração da fé como moeda de troca para sobrevivência.

Esse acolhimento institucional laico pode potencializar um reencantamento com o mundo mais autêntico e emancipado - um processo que já ocorre de forma tímida nas comunidades migrantes, mas que frequentemente é cooptado por interesses religiosos. Quando o Estado e as universidades oferecem suporte sem vinculação confessional, criam-se

condições para que imigrantes e refugiados vivenciem sua espiritualidade (ou não-religiosidade) como escolha genuína, não como imposição para acessar direitos básicos. As pessoas podem - e devem - manter suas práticas e crenças religiosas individuais, sejam elas católicas, evangélicas, muçulmanas, de matriz africana ou qualquer outra, mas precisam fazê-lo por convicção íntima, não por necessidade de sobrevivência. O verdadeiro reencantamento surge justamente quando a fé deixa de ser moeda de troca e se torna expressão livre da subjetividade, permitindo que os laços com o sagrado (ou com o mundo secular) se reconstruam a partir da autonomia e não da coação. Nesse sentido, o papel das políticas públicas é garantir que nenhuma pessoa precise se ajoelhar em um altar que não escolheu para ter direito à moradia, alimento ou documentos - porque a dignidade humana não deve ter preço, muito menos preço espiritual!

O reencantamento com o mundo surge, então, como um elemento central nesse processo de resiliência, resistência, transformação e superação. Ao encontrar acolhimento e oportunidades dentro da universidade e da comunidade acadêmica, muitas pessoas imigrantes e refugiadas têm a chance de ressignificar sua relação com o espaço, passando a percebê-lo não apenas como um local de sobrevivência, mas como um ambiente acolhedor e seguro que convida ao pertencimento. A fenomenologia nos ensina que é através das interações com o outro e com o ambiente que as pessoas constroem sentido e se reencantam com o mundo, e isso é essencial para que elas sintam o espaço como um lugar de pertencimento genuíno. Esse reencantamento, proporcionado pelo acolhimento e pela solidariedade, é essencial para que pessoas e grupos possam reconstruir suas vidas e redescobrir o prazer de existir em um espaço que os valoriza e os respeita. Dessa forma, o reencantamento se torna não apenas uma resposta ao sofrimento, mas uma forma de transformação e de construção de novos laços identitários e comunitários.

A história de Artemisa, tão marcante nesta pesquisa, acabou revelando tanto sobre ela quanto sobre mim - sobre como meus próprios privilégios e limitações moldaram meu olhar. Ao dar tanto destaque à sua trajetória, eu não estava apenas registrando a vida de uma mulher forte que superou violências machistas e familiares; estava, sem perceber, sendo confrontada com meus próprios vieses. Foi preciso a intervenção generosa - porém incisiva - de professoras como Josélia e Adrianly para que eu entendesse: minha identificação com Artemisa vinha justamente do fato de que, apesar de toda sua dor, ela tinha acesso a recursos (como terapia e certa estabilidade financeira) que muitas outras mulheres imigrantes entrevistadas não possuíam. Eu, pesquisadora, universitária e privilegiada, fui atraída

inconscientemente por uma história que, em certa medida, ecoava meus próprios referenciais de classe. Essa revelação foi dolorosa, mas fundamental – e sorte a minha por ter professoras tão queridas que me apontaram essas armadilhas do privilégio.

Artemisa, em toda sua complexidade, tornou-se um espelho revelador: não porque sua história "comprovasse" algum destino biológico feminino - ideia que ela mesma, como feminista, rejeita veementemente -, mas porque demonstra como o reencantamento pode surgir nos lugares mais inesperados, inclusive na experiência da maternidade quando livremente escolhida. Seu percurso - de vítima de violência a mulher que ressignificou sua relação com o mundo através da maternidade - só tem sentido porque foi uma escolha de aborto por ela mesma negado, nunca uma imposição. É crucial ressaltar: o que transformou Artemisa não foi a maternidade em si, mas a agência com que ela, mesmo em circunstâncias adversas, decidiu fazer dessa experiência um ato político de autocriação.

Aqui reside uma distinção fundamental. Ao destacar seu caso, não estamos endossando a narrativa patriarcal que reduz as mulheres ao papel materno - até porque a própria Artemisa, como muitas mães que refutam o patriarcado, defende o direito ao aborto. Estamos, sim, reconhecendo que o reencantamento pode surgir de diversas formas: para algumas, na maternidade; para outras, no trabalho, no aprender outro idioma, na carreira, na arte, no ativismo ou na simples recusa a qualquer destino pré-determinado. O que importa é que todas tenham o direito de escolher seus próprios caminhos de reconstrução - sem que a sociedade lhes diga qual deve ser.

Minha própria jornada ao estudar Artemisa foi um aprendizado duplo: enquanto ela desafiava estereótipos ao tornar-se mãe por opção, eu era desafiada a questionar por que sua história me comovia tanto. Foi preciso que me lembrassem que minha identificação com ela carregava vestígios de meu próprio privilégio - a tendência de valorizar histórias que, mesmo dolorosas, ecoam meus referenciais de classe. Essa é a beleza e o perigo da pesquisa: ela nos revela tanto sobre os outros quanto sobre nós mesmas. Artemisa encontrou seu caminho de reencantamento; eu encontrei, através dela, a necessidade permanente de vigiar meus próprios pressupostos. E ambas - cada uma à sua maneira - estamos desafiando o mesmo sistema que insiste em dizer às mulheres quem elas devem ser.

A trajetória da assistente social Maria e sua família revela como as redes de solidariedade operam como verdadeiras colunas vertebrais do processo migratório, sustentando corpos e subjetividades em meio à precariedade. Quando a família conseguiu

mobiliar sua casa simples em Uberlândia, em parte através de doações, ou quando colegas de aula se uniram para organizar a festa de aniversário de Raquel, essas ações aparentemente pequenas tornaram-se gestos fundamentais de humanização. Aquilombar-se, nesse contexto, manifestou-se na capacidade coletiva de transformar um espaço vazio em lar, uma data melancólica em celebração - demonstrando que o pertencimento se constrói nas micro relações cotidianas antes mesmo de se materializar em direitos formais.

Por outro lado, o que Maria viveu no açougue - onde enfrentou acidentes de trabalho, exploração e demissão injusta - evidencia os limites cruéis dessas redes frente à violência estrutural. No entanto, é significativo que mesmo após essas experiências traumáticas, a família não considerou voltar para a Venezuela, pois a rede formada pelo irmão de Antônio e pelos companheiros de aula representava um lastro de segurança mais valioso, naquele momento, que a hipossuficiência econômica. Como observam Jesus e Goettert (2017), essas conexões informais, tecidas através de laços familiares e comunitários, funcionam como mapas afetivos que orientam os migrantes muito além dos indicadores econômicos. A história de Maria nos ensina que o reencantamento não é um processo individual, mas coletivo, uma construção diária que acontece quando alguém oferece um móvel usado, quando uma professora ajuda com documentos, quando uma criança recebe uma boneca, ou quando se consegue comprar eletrodomésticos que a fazem sentir-se, de certa forma, em casa. São esses fios de solidariedade, frágeis, mas persistentes, que permitem a pessoas como Maria continuar tecendo significado mesmo quando o mundo insiste em tratá-las como descartáveis.

Esta pesquisa, profundamente marcada por vivências compartilhadas, demonstra como a fenomenologia nos permite compreender que a efetiva transformação do espaço em lugar significativo ocorre na intersecção entre o jurídico e o vivido. Embora leis como a Lei de Migração, Maria da Penha, entre outras, e políticas afirmativas sejam imprescindíveis para a democratização social, elas só se materializam quando sustentadas por um novo consenso social - um tecido de práticas cotidianas que convertam direitos formais em experiências reais de acolhimento.

As universidades, como produtoras de conhecimento, ciência e cultura, têm papel elementar nessa construção. Seu desafio vai além de "abrir portas" - trata-se de criar ecossistemas onde imigrantes como Maria possam experimentar a topofilia através de relações concretas: desde o atendimento humanizado na clínica-escola até a valorização de suas narrativas nas pesquisas acadêmicas. Quando uma professora ajuda a traduzir um documento, quando alunos de psicologia desenvolvem protocolos para trauma migratório, ou

quando extensionistas mapeiam redes de empregadores solidários, estão construindo os cotidianos que dão sustância ao aparato legal.

Este é o verdadeiro reencantamento possível: não como ideal abstrato, mas como prática institucional que entrelaça a força da lei com a potência dos afetos. Enquanto o Estado garante direitos, a universidade pode - e deve - ser a incubadora desses novos cotidianos, onde o pertencimento deixa de ser concessão para se tornar experiência vivida. Só assim transformaremos não apenas políticas, mas a própria textura do social - tornando o acolhimento não uma exceção, mas o fundamento de uma existência coletiva verdadeiramente humana.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

ABUALOUF, R.; MCARTHUR, T.. O que se sabe sobre ataque de Israel em zona humanitária de Gaza que deixou 141 mortos. *BBC*, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4ng6ypvr4yo>. Acesso em: 09/11/2024

ACKERMAN, S. *And Then She Said: Biblical Narrative and Feminist Theology*. Westminster John Knox Press, 2013.

ACNUR. *Afeganistão*. 2019. Disponível em: <https://www.ACNUR.org/portugues/afeganistao/>. Acesso em 01/03/2022.

_____. *Global Trends: Forced Displacement in 2020*. 2020. Disponível em <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/60b638e37/global-trends-forced-displacement-2020.html>. Acesso em 10/04/2023.

_____. *Deslocamento forçado no mundo atinge novo recorde, superando 82 milhões de pessoas*. 2021-a. Disponível em: <https://www.ACNUR.org/portugues/2021/06/18/deslocamento-forcado-no-mundo-atinge-novo-recorde-superando-82-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em 05/03/2023.

_____. *As mulheres e as meninas deslocadas estão enfrentando desafios crescentes devido à pandemia da Covid-19*. 2021-b. Disponível em: <https://www.ACNUR.org/portugues/2021/03/08/as-mulheres-e-as-meninas-deslocadas-estao-enfrentando-desafios-crescentes-devido-a-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em 20/02/2023.

_____. *Kakuma Refugee Camp*. Disponível em: <https://www.unhcr.org/kakuma-refugee-camp>. Acesso em 20/02/2023.

ADICHIE, C. N. *Americanah*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

AFP. *Pobreza extrema cai na Venezuela, mas desigualdade assusta, diz estudo*. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/11/pobreza-extrema-cai-na-venezuela-mas-desigualdade-assusta-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 09/11/2024.

AGÊNCIA AIDS. Especial Roraima: sem informação, prostitutas venezuelanas se expõem às ISTs no Brasil. Agência Aids, 2018. Disponível em: https://agenciaaids.com.br/noticia/especial_roraima-sem-informacao-prostitutas-venezuelanas-se-expoem-as-ists-no-brasil/. Acesso em: 10/03/2024.

AGÊNCIA FRANCE PRESSE. *Pobreza extrema cai na Venezuela, mas desigualdade assusta, diz estudo*. O Globo, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/11/pobreza-extrema-cai-na-venezuela-mas-desigualdade-assusta-diz-estudo.ghtml>. Acesso em 24/02/2024.

AHMED, L. *Women and Gender in Islam: Historical Roots of a Modern Debate*. Yale University Press, 1992.

ALBINO, K. C. F. G. O Lugar da Mulher Haitiana na Imigração para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Dissertação*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. 2019.

_____. Oriente Médio, apátridas e Maha Mamo. Episódio 3. In: *GEOGRACINHAS PODCAST*. 2021. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4FqlWyn8unS5pYsYQVXg0F?si=YitsE2FDTv2UYZvHYSMQIQ>. Acesso em: 11/11/2023.

ALEEN, D. *Migration and Identity in a Globalized World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ALINNE. As 50 melhores cidades do Brasil em 2022. In: *Isto É*. Publicado em 29 de junho de 2022. Disponível em: <<https://istoe.com.br/as-50-melhores-cidades-por-porte/>>. Acesso em 27/12/2022.

ALMEIDA, H. B. Imigração, gênero e trabalho doméstico: depoimentos de imigrantes latino-americanas em São Paulo. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 397-413, 2002.

ALMEIDA, R. T. de. Imigração e refúgio: desafios e possibilidades. In: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 372-380, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722015000200372&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03/03/2023.

ALMEIDA, S. L. de. *O que é racismo estrutural?* São Paulo: Letramento, 2019.

ALMEIDA, V. Uberlândia tem mais de 4 mil imigrantes, segundo levantamento da UFU. In: *GI*. Publicado em: 14 de abril de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2022/04/17/uberlandia-tem-mais-de-4-mil-imigrantes-segundo-levantamento-da-ufu.ghtml>>. Acesso em 14/04/2022.

ALVAREZ, S. *Violência e Vulnerabilidade: O Ciclo de Violência em Populações Refugiadas*. Editora DEF, 2020.

AMORIM, R. *Turista de 25 anos denuncia estupro coletivo em boate no Rio de Janeiro*. CNN Brasil, 03 abr. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/turista-de-25-anos-denuncia-estupro-coletivo-em-boate-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 10/03/2024.

ANDERSON, B. S.; ZINSSER, J. P. *Historia de las mujeres: Una historia propia*: 1. Ed. Crítica, 2007.

ANDRADE, P. O encarceramento tem cor, diz especialista. In: *Conselho Nacional de Justiça*. Publicado em 09 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/o-encarceramento-tem-cor-diz-especialista/>>. Acesso em 18/05/2021.

ANTHONY, S. B. *On the Battle for Women's Rights*. Rochester, New York, 1872.

APPADURAI, A. Modernidade em Large. In: *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EDUFF, 2008. p. 29-78.

ARENDT, H. *The Origins of Totalitarianism*. New York: Schocken Books, 1951.

_____. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ASTELL, M. *A Serious Proposal to the Ladies, for the Advancement of Their True and Greatest Interest*. London: Richard Wilkin, 1694.

AUGÉ, M. *Não lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa, 90 Graus, 2005.

AZEVEDO, S. Uberlândia tem mais de 4 mil imigrantes e refugiados, aponta Cátedra da UFU. In: *Diário de Uberlândia*. Publicado em 02/05/2022. Disponível em: <<https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/31090/uberlandia-tem-mais-de-4-mil-imigrantes-e-refugiados-aponta-catedra-da-ufu>>. Acesso em 06/07/2022.

BANCO MUNDIAL. *Poverty headcount ratio at \$1.90 a day (2011 PPP) (% of population)*. 2021. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY?view=chart>>. Acesso em 10/04/2023.

BAENINGER, R. Mulheres e migrações internacionais no Brasil. In: *Cadernos Pagu*, n. 23, 2004, p. 159-184.

BAENINGER, R. et al. Cenário das migrações internacionais no Brasil: antes e depois do início da pandemia de Covid-19. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, v. 4, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.33239/rjtdh.v4.89>>. Acesso em 23/03/2024.

BAILEY, A. Migration history, migration, behavior and selectivity. *The Annals of Regional Science*, vol. 27, n. 4, p. 315-326, mai. 1993. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/BF01583571>>.

BAILEY, C. J. Gun Lobby and Legislative Influence. *Journal of Policy Analysis and Management*, v. 28, n. 3, p. 420-432, 2019.

BALES, K. *Ending Slavery: How We Free Today's Slaves*. Berkeley: University of California Press, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1525/9780520934641>>.

BANCO MUNDIAL. *The World Bank Data: Labor force participation rate, total (% of total population ages 15-64) (modeled ILO estimate)*. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SL.TLF.ACTI.ZS>. Acesso em: 20/12/2023.

BANDEIRA, L; MAIA, AC. O. Imigrantes bolivianos em São Paulo: desafios e oportunidades. In: *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 97-111, 2011.

BATISTA, A. F. A adaptação de refugiados à cultura brasileira. In: *Revista Científica da FASETE*, Paulo Afonso, v. 10, n. 2, p. 15-29, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/311558997_A_adaptacao_de_refugiados_a_cultura_brasileira>. Acesso em: 10/04/2023.

BATISTA, B. D.; DANTAS, J. M.; LOPES, R. R. S. Entre o silêncio e o grito: as estratégias de mulheres imigrantes para enfrentar a violência de gênero. In: *Revista de Psicologia da UNESP*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 41-51, 2014.

BAUMAN, Z. *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMEISTER, R. F.; LEARY, M. R. The need to belong: desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. *Psychological Bulletin*, v. 117, n. 3, p. 497-529, 1995. Disponível em: < <https://doi.org/10.1037//0033-2909.117.3.497>>.

_____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BBC. Em 2 anos, 32 mil mulheres são estupradas no Haiti. *BBC BRASIL*, 2006. Disponível em

http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/09/060905_haitivioleniciapu.shtml.

Acesso em: 05/07/2022.

_____. Desmantelam rede de prostituição infantil que operava entre Venezuela e Brasil. 23/06/2018. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/06/23/interna_internacional,968936/desmantelam-rede-de-prostituicao-infantil-que-operava-entre-venezuela.shtml. Acesso em: 10/03/2024.

_____. *Como estão os direitos das mulheres no Afeganistão um ano após volta do Talebã*. Publicado em 15/08/2022. Acessado em 05/01/2023.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Editora Nova Fronteira, 2016.

BECKFORD, J. A. *Social Theory and Religion*. Cambridge University Press, 2003. Disponível em: < <https://doi.org/10.1017/CBO9780511520754>>.

BENEVIDES, B. Brasil lidera consumo de pornografia trans no mundo (e de assassinatos). *Revista Híbrida*, 2019. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/brasil/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-de-pornografia-e-assassinatos-trans/>. Acesso em: 10/11/2024.

BERMAN, M. *The Reenchantment of the World*. New York: Cornell University Press, 1981.

BERMUDEZ, A. *Adaptação e resistência: estratégias de enfrentamento entre imigrantes e refugiados*. Editora Z, 2016.

BERNARDINO, J. Ação afirmativa e rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. In: *Estudos afro-asiáticos*, ano 24, nº 2, 2002. pp. 247-273. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2002000200002>>. Acesso em 01/11/2020.

BERRY, J. W. Immigration, Acculturation, and Adaptation. *Applied Psychology*, v. 46, n. 1, p. 5-34, 1997. Disponível em: < <https://doi.org/10.1111/j.1464-0597.1997.tb01087.x>>.

BETTS, A. *Survival Migration: Failed Governance and the Crisis of Displacement*. Ithaca: Cornell University Press, 2013. Disponível em: < <https://doi.org/10.7591/cornell/9780801451065.001.0001>>.

BIANCO, L.; RAZZU, G. Family Migration and Relative Earnings Potentials. *Journal of Population Economics*, v. 23, n. 1, 2010, p. 291-321.

BÍBLIA. A Bíblia Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.

BLOCH A. Refugees, race and the legal concept of ‘culture’. In: *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 42(1), 1-19. 2016.

BLOEMRAAD, I. *Becoming a Citizen: Incorporating Immigrants and Refugees in the United States and Canada*. Los Angeles: University of California Press, 2006. Disponível em: < <https://doi.org/10.1525/9780520940024>>.

BONANNO, G. A. Loss, trauma, and human resilience: Have we underestimated the human capacity to thrive after extremely aversive events? *American Psychologist*, v. 59, n. 1, p. 20–28, 2004. Disponível em: < <https://doi.org/10.1037/0003-066X.59.1.20>>.

_____. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (Ed.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood, 1986, p. 241-258.

BOURDIEU, P. *The Logic of Practice*. Stanford University Press, 1990. Disponível em: < <https://doi.org/10.1515/9781503621749>>.

_____. *A dominação masculina*. Tradução de M. H. Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 10/04/2024.

_____. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 maio 2017.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relatório de Tráfico de Pessoas 2023*. Disponível em: <https://www.gov.br/mte/pt-br/assuntos/trafico-de-pessoas>. Acesso em: 11/05/2024.

_____. Polícia Federal. *Relatório de Operações contra Tráfico de Pessoas 2023*. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/trafico-de-pessoas>. Acesso em: 10/05/2024.

BRUSCHINI, C; LOMBARDI, M. Trabalho e gênero entre imigrantes latino-americanos em São Paulo. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 119-140, 2007.

BUARQUE DE HOLANDA, S. *Raízes do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

BUTLER, J. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Routledge, 1990.

_____. *Corpos que importam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. Tradução de Rogério Bettoni. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CALEIRO, J. P. Os dados que mostram a desigualdade entre brancos e negros no Brasil. In: *Exame*. Publicado em 20/11/2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/os->

dados-que-mostram-a-desigualdade-entre-brancos-e-negros-no-brasil/>. Acesso em 18/12/2021.

CAMPBELL, H. A. *Exploring Religious Community Online: We Are One in the Network*. Peter Lang, 2007.

CAMPBELL, J. C. et al. Risk Factors for Femicide in Abusive Relationships: Results From a Multisite Case Control Study. *American Journal of Public Health*, v. 93, n. 7, p. 1089-1097, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.2105/AJPH.93.7.1089>>.

CANCLINI, N. *Consumers and Citizens: Globalization and Multicultural Conflicts*. University of Minnesota Press, 2001.

CANOFRE, F. Após oferecer cloroquina, Uberlândia enfrenta alta de casos e ocupação de 100% dos leitos. In: *Folha de São Paulo*. Publicado em 18/03/2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/03/com-prefeito-defensor-de-cloroquina-uberlandia-enfrenta-alta-de-casos-e-ocupacao-de-100-dos-leitos.shtml>>. Acesso em 17/07/2022.

CARDOSO, L; PINHEIRO, L. *Branquitude: Estudos sobre a Identidade Branca no Brasil*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

CARLOS, A. F. A. *Espaço Urbano*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARNEIRO, C. *Considerado país acolhedor, Brasil recebe apenas 2% dos refugiados no mundo*. Jornal da USP, 23 abr. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/considerado-pais-acolhedor-brasil-recebe-apenas-2-dos-refugiados-no-mundo/>. Acesso em: 10/03/2024.

CARRARA, S. A dupla discriminação das imigrantes indígenas: gênero e etnia. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 25, p. 277-303, 2005.

CASTELLS, M. *The Rise of the Network Society*. Blackwell Publishers, 1996.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. *Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>>. Acesso em 15/04/2023.

_____. *Relatório Anual OBMigra 2022*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>>. Acesso em 19/10/2023.

CERQUEIRA, D. et al (pesquisadores). *Atlas da violência 2018*. Rio de Janeiro: IPEA e FBSP, junho de 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em 20/10/ 2000.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C. *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados de Saúde*. Nota técnica nº 11, 2014. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5780/1/NT_n11_Estupro-Brasil-radiografia_Diest_2014-mar.pdf>. Acesso em 20/10/2020.

CLEPS, G. Comércio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia (MG). In: *Soc. nat.* (Online) vol.21 no.3 Uberlândia Dec. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1982-45132009000300008>>. Acesso em 01/07/2022.

CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

CNN BRASIL. Nova restrição de entrada de imigrantes no Brasil expõe refugiados, diz defensor público. Publicado em: 24/08/2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/nova-restricao-de-entrada-de-imigrantes-no-brasil-expoe-refugiados-diz-defensor-publico/#:~:text=De%20acordo%20com%20as%20novas,para%20o%20tráfico%20de%20pessoas>. Acesso em: 3/01/2025.

COLLINS, P. H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 1990.

COLLUCCI, C. Brasil registra 10 estupros coletivos por dia; notificações dobram em 5 anos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 ago. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1911346-pais-registra-10-estupros-coletivos-por-dia-notificacoes-dobram-em-5-anos.shtml>. Acesso em: 03/06/2021.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. A Black Feminist Statement. 1977. In: Smith, B. (Ed.). *Home Girls: A Black Feminist Anthology*. New York: Kitchen Table: Women of Color Press, 1983.

CONNELL, R. *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics*. Stanford: Stanford University Press, 1987

_____. *Masculinities*. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2005.

CONTINUUM. *O que é periferia?* Publicado em 14/06/2010. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2010/06/14/o-que-e-periferia-entrevista-para-a-edicao-de-junho-da-revista-continuum-itaucultural/>>. Acesso em 04/10/2020.

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO (CGI), do Ministério da Justiça e Segurança Pública. (2021). *Boletim Migrações Internacionais: Ano XIX*, n. 3. 2021 Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/migracoes/estatisticas-e-publicacoes/boletim_migracoes_internacionais/BoletimMI_2019.pdf>. Acesso em 15/03/2023.

CORADINI, O. L.; CASTRO, C. R. ; SILVA, C. N.. Mulheres e trabalho doméstico: um estudo com imigrantes bolivianas em São Paulo. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 27, n. 3, p. 601-621, 2012.

COSTA, A. As mulheres migrantes: estudo de caso em Espanha e Portugal. In: *Seminário sobre Mulheres Migrantes*, 2007, Brasília. Anais do Seminário sobre Mulheres Migrantes. Brasília: IPEA, 2007. p. 1-30.

COSTA, M. Constelação familiar no judiciário brasileiro: uma prática pseudocientífica na resolução de conflitos familiares. *Revista Direito e Psicologia*, v. 10, n. 2, p. 45-58, 2020.

COUTINHO, R. D. Família e gênero nas migrações internacionais contemporâneas: considerações teóricas e empíricas. In: *Cadernos Pagu*, n. 26, 2006, p. 83-109.

CRAMER, P. *Defense Mechanisms in Psychology Today: Further Processes for Adaptation*. New York: Guilford Press, 2000. Disponível em: < <https://doi.org/10.1037//0003-066X.55.6.637>>.

CRENSHAW, K. *Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color*. Stanford Law Review, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991. Disponível em: < <https://doi.org/10.2307/1229039> >.

_____. *Intersectionality*. Oxford University Press, 2017.

CRESSWELL, T. *Place: An Introduction*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

CUMINO, A. *Pombagira, A Deusa: mulher igual você*. 4. ed. São Paulo: Madras, 2024.

DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó Nagô e Papai Branco: Usos e Abusos da África no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

DATAFOLHA. *Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica*. São Paulo: Instituto Datafolha, 2021.

_____. *Pesquisa Nacional sobre Preconceito e Discriminação no Brasil*. São Paulo: Instituto Datafolha, 2023.

DAVIS, A. *Women, race & class*. New York: Vintage Books, 1981.

_____. *Freedom is a Constant Struggle: Ferguson, Palestine, and the Foundations of a Movement*. Chicago: Haymarket Books, 2016.

DIÁRIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia tem mais mortes por Covid a cada 100 mil habitantes do que 22 capitais brasileiras. Publicado em 10/04/2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/03/com-prefeito-defensor-de-cloroquina-uberlandia-enfrenta-alta-de-casos-e-ocupacao-de-100-dos-leitos.shtml>>. Acesso em 17/07/2022.

DOHM, H. *The Right of Women to Freedom*. 1898.

DOMINGUES, P. O mito da democracia racial e mestiçagem no Brasil (1889-1930). In: *Diálogos latinoamericanos*, 2005, nº 010, Universidad de Aarhus. Disponível em: < <https://doi.org/10.7146/dl.v6i10.113653> > . Acesso em 28/09/ 2020.

DREXLER, J. Movimento. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IIGRyRf7nH4>. Acesso em: 10/10/2024.

- DUARTE, R., et al. A crise dos refugiados sírios e a (in)capacidade da União Europeia em lidar com a questão. In: *Revista de Estudos Internacionais*, 2017. 8(1), 77-89.
- DUTTON, D. G. *The abusive personality: Violence and control in intimate relationships*. New York: Guilford Press, 2003.
- EAGLY, A. H.; CARLI, L. L. *Through the labyrinth: The truth about how women become leaders*. Boston: Harvard Business School Press, 2007.
- EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A. R. *Global Woman: Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy*. Metropolitan Books, 2003.
- ENGLAND, P. *Comparable Worth: Theories and Evidence*. Transaction Publishers, 1992.
- ENRICONI, L. A história mundial é uma história de migrações. In: *Politize!* Publicado em: 25 de junho de 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/migracoes-historia-mundial/#:~:text=A%20migra%C3%A7%C3%A3o%20considerada%20moderna%20tem,Estados%20mais%20desenvolvidos%2C%20ficassem%20desempregadas>>. Acesso em: 18/03/2021.
- ENP - ESCRAVO NEM PENSAR! *O trabalho escravo no Brasil*. 2020. Disponível em: <<https://escravonempensar.org.br/o-trabalho-escravo-no-brasil/>>. Acesso em 22/10/2022.
- ESTADO DE MINAS. Desmantelam rede de prostituição infantil que operava entre Venezuela e Colômbia. *Estado de Minas*, 23/06/2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/06/23/interna_internacional,968936/desmantelam-rede-de-prostituicao-infantil-que-operava-entre-venezuela.shtml. Acesso em: 10/03/2024.
- EUROBAROMETER. *Religiosity and Secularization in Europe*. European Commission, 2021. Disponível em: <https://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/>. Acesso em: 22/10/2022.
- FACIO, A.; MORGAN, M. I. *Equity or Equality for Women? Understanding CEDAW's Equality Principles*. *Alabama Law Review*, v. 60, p. 1133-1154, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.2139/ssrn.1469999>>.
- FANON, F. *Black Skin, White Masks*. New York: Grove Press, 2008.
- FEDERICI, S. *O Capitalismo e a Reprodução*. Rio de Janeiro: Editora Boitempo, 2018.
- _____. *O Cuidado como Trabalho: Sobre o Feminismo e a Luta pelo Direito ao Trabalho de Cuidado*. Boitempo Editorial, 2020.
- FERES JÚNIOR, J. Migração, lugar e fronteira. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 2019. 21(1), 52-69.
- FERNANDES, D.; CASTRO, M. C. G. Migração e Crise: O Retorno dos Imigrantes Brasileiros em Portugal. In: *REMHU – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*. Brasília, ano XXI, nº 41, p. 99-116, jul/dez. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1980-85852013000200006>>. Acesso 03/07/2022.
- FERNANDES, M. P. M. *Sobrevivi... posso contar*. São Paulo: Armazém da Cultura, 2006.

FERREIRA, A. B. *Cidades Interculturais: Práticas e Desafios da Convivência Multicultural*. São Paulo: Annablume, 2020.

FLEETWOOD, J.; TORRES, A. Prison violence and the state. In: NAGEL, J.; JUDITH, L. A.; LORRAINE, R. (Ed.). *Revisiting State Theory: Gender, Justice and Power*. Abingdon: Routledge, 2011. p. 153-167.

FIGUEIRA, L. Números de extrema pobreza crescem 48% em um ano e atinge mais de 74 mil pessoas em Uberaba e Uberlândia. In: *G1*. Publicado em: 23/10/2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2022/10/23/numeros-de-extrema-pobreza-crescem-48percent-em-um-ano-e-atinge-mais-de-74-mil-pessoas-em-uberaba-e-uberlandia.ghtml>>. Acesso em 03/01/2023.

FIORIN, J.L. Identidade nacional e exclusão social. In: *Cadernos de estudos linguísticos*. UNICAMP - Campinas, v.58, n.1, jan.abr/2016. Pp.63-75. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/cei.v58i1.8646154>>. Acesso em 28 de setembro de 2020.

_____. Migração feminina no Brasil: uma análise dos últimos dez anos. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 77-90, 2010.

FOLHA DE S. PAULO. Quatro em cada dez vítimas de estupro são crianças e adolescentes negras. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/07/quatro-em-cada-dez-vitimas-de-estupro-sao-criancas-e-adolescentes-negras.shtml>. Acesso em: 10/03/2024.

FONSECA, C. Migrações internacionais: estudos e pesquisas. In: *Núcleo de Estudos de População (NEPO)*, Campinas, 2012.

FONTOURA, N.; REZENDE, M. T. *Retrato das desigualdades de gênero e raça – 1995 a 2015*. IPEA, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf>. Acesso em 02 de novembro de 2020.

FOUCAULT, M. *A Microfísica do Poder*. Graal, 2002.

_____. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2013.

FRANKL, V. E. *Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

FRASER, N. *Unruly Practices: Power, Discourse, and Gender in Contemporary Social Theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990.

_____. *Justice Interruptus: Critical Reflections on the “Postsocialist” Condition*. New York: Routledge, 1997.

_____. *Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World*. New York: Columbia University Press, 2007.

_____. Feminism, Capitalism and the Cunning of History. *New Left Review*, n. 56, p. 97-117, 2009.

_____. *Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*. London: Verso, 2013.

FREEDMAN, J. *Gendering the International Asylum and Refugee Debate*. London: Palgrave Macmillan, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1057/9781137456236>>.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

_____. .. Professora Sim, Tia Não: Cartas a Quem Ousa Ensinar. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

_____. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. 57. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FRESTON, P. *Religião e Política: Uma Análise da Influência Evangélica no Brasil*. São Paulo: Verbo Editora, 2008.

FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira Sob o Regime de Economia Patriarcal*. 47. ed. Rio de Janeiro: Global, 2003.

FRIEDAN, B. *A Mística Feminina*. Rio de Janeiro: Record, 1963.

FRUEDAN, B. *The Feminine Mystique*. WW Norton & Company, 2013.

FUHRMANN, C. Quatro em cada dez vítimas de estupro são crianças e adolescentes negras. *Folha de S.Paulo*, 07/2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/07/quatro-em-cada-dez-vitimas-de-estupro-sao-criancas-e-adolescentes-negras.shtml>. Acesso em: 09/08/2024

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

G1. Confronto entre a PM e ambulantes é registrado em Uberlândia após fiscalização da Prefeitura. Publicado em 05/08/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2020/08/05/mais-confusao-e-registrada-no-centro-de-uberlandia-apos-fiscalizacao-de-ambulantes.ghtml>>. Acesso em 17/07/2022.

GADAMER, Hans-Georg. *Truth and Method*. Continuum, 2004.

GALVANI, G. Desemprego aumentou antes da chegada do coronavírus no Brasil, mostra IBGE. In: *Carta Capital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/desemprego-aumentou-antes-da-chegada-do-coronavirus-no-brasil-mostra-ibge/>. Acesso em 02/07/2022.

GAVILANES-RUIZ, J.; AGUILAR-GAXIOLA, S. Migration, Mental Health and Suicide: Experiences and Insights from Mexico. In: OJEDA, V.D.; PIÑA-WATSON, B. (Orgs.). *Latina and Latino Children's Mental Health: Prevention and Treatment Approaches*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2011.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, A. *Sociology*. Polity Press, 2009

GILLIGAN, C. *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge: Harvard University Press, 1993. Disponível em: <<https://doi.org/10.4159/9780674037618>>.

GLOBAL REPORT ON TRAFFICKING IN PERSONS 2020. *Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)*. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2020/GLOTiP_2020_15january.pdf>. Acesso em 13/04/2023.

GOLDSMITH, P. R.; HAMBURG, D. A. The psychological adjustment of refugees. In: TOWLERTON, J.; WESTERN, D. (Eds.). *Psychology and Refugees*. Chichester: John Wiley & Sons, 1986. p. 111-135.

GÓMEZ, C. M. *Políticas de imigração e integração na cidade de São Paulo*. Editora UFABC, 2018.

GOMES, C. M.; BARROS, M. R. Mulheres imigrantes e violência de gênero: reflexões a partir da experiência portuguesa. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 29, n. 1, 2012, p. 175-194.

GOMES, F. M. M. Mulheres imigrantes em situação de violência doméstica: uma abordagem de gênero e etnia. In: SILVA, M. O. F.; GONÇALVES, R. (Orgs.). *Mulheres e violência: intersecções e desafios*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 51-70.

GOMES, N. L. *Branquitude e Poder: A Construção Social do Lugar de Privilégio dos Brancos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GONZALEZ, Lélia. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

GOTHAM, K. F. Urban labor market segmentation and immigrant wage penalties. In: *Social Science Research*, 40(4), 966-984, 2011

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Bertrand Brasil, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2004.612.a13478>>.

HALL, S. Cultural Identity and Diaspora. In: J. Rutherford (Ed.), *Identity: Community, Culture, Difference* (pp. 222-237). Lawrence & Wishart, 1990.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HANSEN, Lene. Ontologies, Epistemologies and Methodologies. In: SHEPHERD, Laura J. (Ed.). *Gender matters in global politics: a feminist introduction to International Relations*. London: Routledge, 2010.

HARVEY, D. *Justice, Nature and the Geography of Difference*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

_____. *The New Imperialism*. Oxford University Press, 2003.

HEIDEGGER, M. *Being and Time*. Harper & Row, 1962.

HEIDRICH, A. L. Territorialidades de inclusão e exclusão social. In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (Orgs.) *Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 21-44.

HEILBORN, M. L.; GOUVÊA, M. C.; BARROS, M. L. (Orgs.). *Família e gênero*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

HELFERT, M.; MUROKOWSKI, F. The experience of refugees in Brazil. In: *International Migration*, Geneva, v. 55, n. 1, p. 99-114, 2017. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/imig.12281>>. Acesso em 13/04/2023.

HONIG, B. *Feminist Interpretations of Hannah Arendt*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1995.

HOOKS, B. *All About Love: New Visions*. New York: William Morrow and Company, 2000.

_____. *Feminism is for Everybody: Passionate Politics*. South End Press, 2000.

_____. *Ain't I a Woman? Black Women and Feminism*. South End Press, 2015.

HYNDMAN, J.; GILES, W. *Refugees in Extended Exile: Living on the Edge*. London: Routledge, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000

_____. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua – Trimestral*. 2020. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/>. Acesso em 02/11/ 2020.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)*. 2022. <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/>. Acesso em 02/11/ 2020.

_____. *Censo Demográfico 2022: Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10/06/2024.

_____. *Estimativas da população residente no Brasil*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA CLÍNICA (IPC). *Violência Sexual e ISTs: Uma Análise das Desigualdades*. 2023.

IOM. Migration in West and North Africa and across the Mediterranean.2020. Disponível em: < <https://migration.iom.int/west-and-north-africa>>. Acesso em 14/03/2023.

JACOB, B. *Parem de nos matar: o Brasil dos feminicídios e mulheres migrantes*. NaMir/UFBA, 2024. Disponível em: <https://namir.ufba.br/noticias/parem-de-nos-matar-o-brasil-dos-feminicidios-e-mulheres-migrantes>. Acesso em: 10/03/2024.

JESUS, A. D. DE.; GOETTERT, J. D. Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul. In: XII Encontro Nacional da Enanpege. *Anais*. Porto Alegre, RS. 2017. P. 13034 – 13045. Disponível em: < <http://www.enanpege.ggf.br/2017/anais/arquivos/GT%2044/262.pdf>>. Acesso em 04/11/2022.

- JOURNAL OF WOMEN'S HEALTH. Risk Factors for STIs in Black and Vulnerable Women Following Sexual Violence. *Journal of Women's Health*, 2022.
- KALAITZAKIS, M. E.; AMARAL, M. P. O. dos S. A adaptação social de refugiados em uma cidade do interior de São Paulo. In: *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 29, p. 1-11, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000300001&lng=en&nrm=iso> Acesso em 20/02/2023.
- KARA, S. *Modern Slavery: A Global Perspective*. New York: Columbia University Press, 2012.
- KILBOURNE, J. *Can't Buy My Love: How Advertising Changes the Way We Think and Feel*. Touchstone, 1999.
- KIMMEL, M. S. *The Gendered Society*. Oxford University Press, 2004.
- KING, R. Geography and Migration Studies: Retrospect and Prospect. In: *International Migration Review*, 27(4), 741-763, 1993.
- KOBAYASHI, A., & PEAKE, L. *Racism out of place: Thoughts on whiteness and an antiracist geography in North America*. Antipode, 39(5), 847-873, 2007.
- KOFMAN, E.; et al. *Gendered Migrations and Global Social Reproduction*. Palgrave Macmillan, 2013.
- KOSSOY, A. Gênero e trabalho em meio urbano: mulheres bolivianas em São Paulo. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 367-379, 2008.
- KUHN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- LEE, E. S. A Theory of Migration. In: *Demography*, 3(1), 47-57, 1966. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2060063>>.
- LÉFÈBVRE, H. The Right to the City. In: *Writings on Cities*. Blackwell, 1968.
- LERNER, G. *The Creation of Patriarchy*. New York: Oxford University Press, 1986.
- LEVINAS, E. *Totality and Infinity: An Essay on Exteriority*. Duquesne University Press, 1969.
- LEVITT, P. *The Transnational Villagers*. Berkeley: University of California Press, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1525/9780520926707>>.
- LIGIÉRO, Z. *Candomblé e Umbanda: Caminhos de Devoção Afro-Brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2013.
- LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*. Brandão, Eduardo. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LORDE, A. *Sister Outsider: Essays and Speeches*. Crossing Press, 2012.
- LUTHAR, S.; CICCHETTI, D.; BECKER, B. The construct of resilience: A critical evaluation and guidelines for future work. *Child Development*, v. 71, n. 3, p. 543-562, 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1467-8624.00164>>.

- MAGALHÃES, J. C. R. Histórico das favelas na cidade do Rio de Janeiro. In: *Ipea – desafios do desenvolvimento*. 2010. Ano 7. Edição 63. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1111:catid=28&Itemid=23>. Acesso em 05/11/2020.
- MARCONDES, D. M. Imigração e diversidade: reflexões e desafios para a educação. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 89, n. 221, 2008, p. 235-247.
- MARCONDES, M. M. (Org.) et al. *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf>. Acesso em 05/11/2020.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MASSEY, D. A Global Sense of Place. In: BIRD, J.; CURTIS, B.; PUTNAN, T. (Orgs.). *Mapping the Futures: Local Cultures, Global Change*. London: Routledge, p. 61-82, 1994.
- _____. World in a Box: The Globalization of Migration, 1840-1940. *Population and Development Review*, v. 24, n. 3, p. 457-491, 1998.
- _____. The Social Underpinnings of the American Ghettos. In: *Cities in Transition*, edited by A. Rogers and W. Kevorkian. Sage Publications, 1999.
- MASSEY, D., et al. Migration, ethnic mobilization and globalization – causes of migration. In: GUIBERNAU, Montserrat, REX, John. *The Ethnicity reader – nationalism, multiculturalism and migration*. Reino Unido, Polity Press, p. 257-269, 1997.
- MASTEN, A. S. *Ordinary Magic: Resilience in Development*. Guilford Press, 2014.
- MANTOVANI, F. Brasil facilita refúgio e estuda visto humanitário para afegãos que fogem do Talibã. *Folha de São Paulo*. 19 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/08/brasil-facilita-refugio-e-estuda-visto-humanitario-para-afegaos-que-fogem-do-taliban.shtml>>. Acesso em 21/09/21.
- MBEMBE, A. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.
- _____. *Políticas de Inimizade*. São Paulo: Três Estrelas, 2019.
- _____. A ideia de um mundo sem fronteiras. In: Revista Serrote, 20 de maio de 2019. Disponível em: <<https://www.revistaserrote.com.br/2019/05/a-ideia-de-um-mundo-sem-fronteiras-por-achille-mbembe/>>. Acesso em 10/03/2023.
- MCKAY, L., DUNN, M., & FERGUSON, G. (2018). Immigrant and Refugee Employment: Challenges and Opportunities in Canada. In: *Journal of International Migration and Integration*, 2018.
- MCREYNOLDS, K. Intersecting inequalities: exploring the intersections of race, gender, and social class in education. In: *Journal of Education for Students Placed at Risk*, v. 14, n. 1, p. 1-17, 2009.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da Percepção*. WMF Martins Fontes, 1999.

MIGRATIONSWERKET. *Swedish for Immigrants (SFI)*. 2021. Disponível em: <https://www.migrationsverket.se>. Acesso em: 07/03/2024.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DO BRASIL. *Refúgio e Migrações - SISMIGRA*. 2021. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/estrangeiro/sismigra>>. Acesso em 10/04/2023.

_____. Relatório nacional divulga dados sobre tráfico de pessoas de 2021 a 2023: resumo executivo. Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/relatorio-nacional-divulga-dados-sobre-trafico-de-pessoas-de-2021-a-2023/resumo-executivo-relatorio.pdf>. Acesso em: 10/03/2024.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS (MMFDH). *Relatório Anual de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/>. Acesso em: 11/07/2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Brasil acolhe mais de 125 mil migrantes e refugiados venezuelanos por meio da operação acolhida, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/brasil-acolhe-mais-de-125-mil-migrantes-e-refugiados-venezuelanos-por-meio-da-operacao-acolhida>. Acesso em: 10/03/2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Dados de Resgates em Situação Análoga à Escravidão no Brasil, 2021. Disponível em: <https://mpt.mp.br>. Acesso em: 06/08/2024.

MIRANDA, R. A. *Imigração e mercado de trabalho: uma abordagem a partir das trabalhadoras imigrantes bolivianas no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2014.

MOHANTY, C. T. *Feminism without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*. Duke University Press, 2003. Disponível em: < <https://doi.org/10.1515/9780822384649> >.

MOLLAND, S. *The Perfect Business? Anti-Trafficking and the Sex Trade along the Mekong*. University of Hawai'i Press, 2012. Disponível em: < <https://doi.org/10.21313/hawaii/9780824836108.001.0001> >.

MORAGA, C.; ANZALDÚA, G. (Ed.). *This bridge called my back: writings by radical women of color*. New York: Kitchen Table: Women of Color Press, 1981.

MURAD, N. *The Last Girl: My Story of Captivity, and My Fight Against the Islamic State*. Penguin Books, 2018.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

NOGUEIRA, O. J. O. Migrações Internas: tentativas de se buscar uma teoria. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 38-47, 1991. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/482>. Acesso em: 02/03/2022.

NOGUEIRA, O; SANTOS, S. A. *Branquitude e Racismo no Brasil: Reflexões Críticas sobre a Naturalização dos Privilégios*. São Paulo: Cortez, 2015.

OBMIGRA. *Resumo Executivo: Relatório Anual 2020*. Brasília, DF. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/Resumo%20Executivo%20_Relat%C3%B3rio%20Anual.pdf>. Acesso em 03/05/2021.

OBSERVADOR. ONG quer mais ação do Estado para combater o trabalho infantil na Venezuela. *Observador*, 19/06/2023. Disponível em: <https://observador.pt/2023/06/19/ong-quer-mais-acao-do-estado-para-combater-o-trabalho-infantil-na-venezuela>. Acesso em: 10/03/2024.

OIM (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES). *Relatório Anual sobre Imigração*. 2022. Disponível em: <https://www.iom.int>. Acesso em: 15/07/2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Health of Migrants: The Way Forward*. Report of a Global Consultation. Madrid, 2016.

OLIVEIRA, M. S. B. S.. O Tema da Imigração na Sociologia Clássica. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 73-100, mar. 2014. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0011-52582014000100003>>. Acesso em 18/06/22.

OMS (Organização Mundial da Saúde). *Refugiados e migrantes*. Atualizado em 9 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/q-a-detail/refugees-and-migrants>. >. Acesso em 20/02/2023.

ONG, A. *Flexible Citizenship: The Cultural Logics of Transnationality*. Duke University Press, 1999.

ONG, J.; BATALOVA, J. Refugees and Asylees in the United States. *Migration Information Source*, 2019.

ONU. *Global Compact for Migration*. 2018. Disponível em: <<https://refugeesmigrants.un.org/migration-compact>>. Acesso em 14/03/2023.

_____. Assembleia Geral. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/coelho.aspx>. Acesso em: 10/02/2021.

_____. Brasil pode ser “campeão global” no acolhimento de refugiados. Nações Unidas Brasil, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/257539-brasil-pode-ser-campeao-global-no-acolhimento-de-refugiados>. Acesso em: 10/03/2024.

ONU MULHERES. *A pandemia da Covid-19 está afetando desproporcionalmente as mulheres em situações de crise humanitária*. 6 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/pt/news/stories/2021/4/feature-covid19-is-disproportionately-impacting-women-in-humanitarian-crises>>. Acesso em 20/02/2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Inserção Laboral de Imigrantes Internacionais: Transitando entre a economia formal e informal no município de São Paulo*. Brasil, 2017. Disponível em: < http://docs.wixstatic.com/ugd/fl2d03_370c9c7413914187b04bb9a81f1e306c.pdf>. Acesso em 04/11/2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). *World Migration Report* 2018. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2018_en.pdf>. Acesso em 03/11/2022.

_____. *Perfil migratório do Brasil 2019*. 2019. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/default/files/documentos/perfil_migratorio_do_brasil_2019_-_versao_final.pdf>. Acesso em 14/03/2023.

_____. Dados sobre Tráfico de Pessoas 2023. Disponível em: <https://www.iom.int/data-reports>. Acesso em: 10/03/2024.

ORTALE, Abigail. *Machismo en Siria*. Postado em 4 de outubro de 2016.

PACHIONI, M.; GODINHO, L. F. Pessoas refugiadas do Afeganistão encontram oportunidades no Brasil para receber proteção e reconstruir suas vidas. In: ACNUR. Publicado em 27 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://www.ACNUR.org/portugues/2022/10/27/pessoas-refugiadas-do-afeganistao-encontram-oportunidades-no-brasil-para-receber-protecao-e-reconstruir-suas-vidas/>> Acesso em 27/12/2022.

PARK, R. Human Migration and the Marginal Man. *American Journal of Sociology*, v. 23 n. 06, p. 881-893, Mai. 1928. Disponível em: <<https://doi.org/10.1086/214592>>.

PEIXOTO, J. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro sociológicas. *SOCIUS workingpapers*. Universidade Técnica. Lisboa, Nov. 2004.

PLAN INTERNATIONAL. *The impact of COVID-19 on girls and young women*. Março de 2021. Disponível em: <<https://plan-international.org/publications/impact-covid-19-girls-and-young-women.>>. Acesso em 20/02/2023.

PNUD. *Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI*. 2021. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019-pt.pdf>>. Acesso em 14/03/2023.

PORTAL BRASIL. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/11/brasil-autoriza-visto-de-residencia-permanente-para-43-8-mil-haitianos>>. Acesso em 04/11/2022.

PORTES, A. Immigration Theory for a New Century: Some Problems and Opportunities. *International Migration Review*, vol. 31, n. 4, p. 799-825, Center for Migration Studies of New York, 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/019791839703100402>>.

_____. Globalization from Below: The Rise of Transnational Communities. *The University of California Press*, 1997.

PORTES, A.; GUARNIZO, L.; LANDOLT, P. The study of transnationalism: pitfalls and promise of an emergent research field. In: *Ethnic and Racial Studies*, v. 22, n. 2, 1999, p. 217-237. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/014198799329468>>

_____. *Legacies: The Story of the Immigrant Second Generation*. University of California Press, 2001.

- PORTES, A.; RUMBAUT, R. G. *Immigrant America: A Portrait*. University of California Press, 2006. Disponível em: < <https://doi.org/10.1525/9780520940482>>.
- PRANDI, R. *Os Candomblés de São Paulo: A Velha Magia na Metrópole Nova*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. *Journal of the Royal Statistical Society. Series A (Statistics in Society)*, Londres, v. 52, n. 02, p. 241-305, Jun. 1889. Disponível em: < <https://doi.org/10.2307/2979333>>.
- RELPH, E. *Place and Placelessness*. Pion, 1976.
- REVISTA GALILEU. *Vencedor de Prêmio Nobel perde honrarias após comentários racistas*. Revista Galileu, 29 de agosto de 2022, Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/01/vencedor-de-premio-nobel-perde-honrarias-apos-comentarios-racistas.html>>. Acesso em 05/03/2023.
- RICCI, L. Longe de perseguições refugiados acolhidos em Minas comemoram 2019. In: *Estado de Minas*. Postado em 01 de janeiro de 2019.
- ROCHA, M. Alienação parental e revitimização: o uso distorcido da Lei 12.318/2010 em casos de violência doméstica. *Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões*, v. 21, n. 3, p. 89-102, 2019.
- ROSA, H. *Ressonância: Uma sociologia da relação com o mundo*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- ROSSI, A. Navios portugueses e brasileiros fizeram mais de 9 mil viagens com africanos escravizados. In: *BBC NEWS BRASIL*. Publicado em: 07 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45092235>>. Acesso em 06/01/2022.
- RUETHER, R. R. *New Woman/New Earth: Sexist Ideologies and Human Liberation*. Seabury Press, 1974
- RUTTER, M. Resilience reconsidered: Conceptual considerations, empirical findings, and policy implications. In: J. L. Johnson & others (Eds.), *Resilience and development: Positive life adaptations*. New York: Kluwer Academic/Plenum, 1999. p. 1-28.
- SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAKAMOTO, L. *Escravidão Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. *O que é trabalho escravo contemporâneo?* São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. *Trabalho escravo contemporâneo: questões conceituais e desafios para a erradicação*. São Paulo: Ed. Brasil, 2013.
- SANDOVAL, M. *Methodology of the Oppressed*. University of Minnesota Press, 2000.
- SANSONE, L. *Negritude sem etnicidade*. EDUFBA, 2004.
- SANTOS, E. Feminismo, religião e direitos humanos. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 94, 2017. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000300775. Acesso em 13/04/2023.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1998.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7888180/mod_resource/content/2/SANTOS%2C%20Milton%20Por%20uma%20outra%20globalizac%CC%A7a%CC%83o.pdf. Acesso em 15/02/2022.

SANTOS, M. *Estatísticas de violência doméstica em Minas Gerais*. Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais, 2023.

SAVE THE CHILDREN. *The world's worst crises for children in 2021*. Janeiro de 2021. Disponível em: <<https://www.savethechildren.org/us/what-we-do/emergency-response/emergency-alerts/10-worst-crises-for-children-in-2021>>. Acesso em 03/03/2023.

SASSEN, S. *Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy*. Harvard University Press, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.4159/9780674369818>>.

SAYAD, A. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp, 1998.

SCHILLER, N; WOKECK, G. Methods and theories in the study of migration. In: *International Migration Review*, v. 31, n. 4, p. 704-740, Winter 1997.

SCHNEIDERS, S. M. *Women and the Word: The Gender of God in the New Testament and the Spirituality of Women*. New York: Paulist Press, 1994.

SCHUCHE, A. *The Phenomenology of the Social World*. Northwestern University Press, 1967.

SCHUCMAN, L. V. *Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2014.

_____. *Branquitude e Racismo: O Pacto Narcísico da Branquitude*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2020.

SCOTT, J. W. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1996.

SHELLEY, L. *Human Trafficking: A Global Perspective*. Cambridge University Press, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/CBO9780511760433>>.

SOJA, E. W. *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. Verso, 1989

_____. *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

SPITZER, R. J. *The Politics of Gun Control*. 8. ed. Nova York: Routledge, 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.4324/9781003049371> >.

SPIVAK, G. C. Can the Subaltern Speak? In: *Marxism and the Interpretation of Culture* (eds. C. Nelson & L. Grossberg). University of Illinois Press, 1988.

_____. *A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present*. Harvard University Press, 1999.

STEEL, Z., MOMARTIN, S., BATEMAN, C., HAFSHEJANI, A., SILOVE, D., & EVERSON, N. *Psychiatric status of asylum seeker families held for a protracted period in a remote detention centre*. 2017.

SYKES, G. *The Society of Captives: A Study of a Maximum Security Prison*. Princeton: Princeton University Press, 1958.

TAYLOR, C. *A Secular Age*. Cambridge: Belknap Press, 2007. Disponível em: < <https://doi.org/10.4159/9780674044289> >.

TILLY, C. Transplanted Networks. In: YANS-McLaughlin, Virginia (Ed.). *Immigration Reconsidered*. New York, Oxford: Oxford University Press. p. 79-95, 1990. Disponível em: < <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195055108.003.0004> >.

TRIBLE, P. *Texts of Terror: Literary-Feminist Readings of Biblical Narratives*. Fortress Press, 1984.

TUAN, Y. F. *Espaço e lugar: a perspectiva experiência*. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: Eduel. 2013.

UNESCO. *Global Education Monitoring Report*, 2021. Paris: UNESCO. Disponível em: <https://www.unesco.org/report>. Acesso em: 10/02/2024.

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). *Refugee and migrant children*. Atualizado em 8 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/child-rights-and-business/children-on-the-move/refugee-and-migrant-children>>. Acesso em 20/02/2023.

UN WOMEN. *The Impact of COVID-19 on Women*. Atualizado em 8 de março de 2021. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/en/news/in-focus/in-focus-gender-equality-in-covid-19-response>>. Acesso em 20/02/2023.

VAZ, L. L. Para onde vão os refugiados afegãos?. In: *Cátedra Sérgio Vieira de Melo - UFG*. Disponível em: <<https://csvm.ufg.br/n/146023-para-onde-vao-os-refugiados-afegaos>>. Acesso em 05/03/2022.

VELASCO, C. *Ranking do saneamento*: veja quais são as grandes cidades com os melhores e os piores serviços no Brasil. G1, 20 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/20/ranking-do-saneamento-veja-quais-sao-as-grandes-cidades-com-os-melhores-e-os-piores-servicos-no-brasil.ghtml>. Acesso em 04/16/2024.

VELASCO et al. Brasil bate recorde de feminicídios em 2022, com uma mulher morta a cada 6 horas. In: *G1*. Publicado em 08/03/2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da>>

violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-feminicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml>. Acesso em 10/04/2023.

VENTURA, L. *Saúde e Diversidade Cultural: Desafios para a Atenção Integral aos Imigrantes*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

VIDAL, L. São as mulheres as que mais sofrem na crise da Venezuela. *Global Voices*. 9 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://pt.globalvoices.org/2018/09/09/sao-as-mulheres-as-que-mais-sofrem-na-crise-da-venezuela/>>. Acesso em 20/06/2021.

WEBER, Max. A situação dos trabalhadores rurais na Alemanha nas províncias do Além-Elba. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (Orgs). *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

WILSON, A. G. *Entropy in Urban and Regional Models*. Pion, 1970.

WHITAKER, B. E. Refugees in Western Tanzania: The Distribution of Burdens and Benefits among Local Hosts. *Journal of Refugee Studies*, Oxford, v. 15, n. 4, p. 339-358, 2002. Disponível em: < <https://doi.org/10.1093/jrs/15.4.339>>.

ZANETTE, M. C., & SILVA, A. C. O lugar na geografia: concepções e reflexões teóricas. In: *Boletim Goiano de Geografia*, 36(2), 1-18. 2016.

ZIZEK, S. Não podemos abordar a crise dos refugiados sem enfrentar o capitalismo global. In: *Blog da Boitempo*. Publicado em 18 de setembro de 2015. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/09/18/zizek-nao-podemos-abordar-a-crise-dos-refugiados-sem-enfrentar-o-capitalismo-global-os-refugiados-nao-chegarao-a-noruega-tao-pouco-a-noruega-que-eles-procuram-existe/>>. Acesso em 04/11/2022.